

SUMÁRIO DO ADENDO

Item 6. Informações sobre transferências mediante convênio, acordo ou outros instrumentos, páginas 82 e seguintes, tem adendo que se encontra ao final do Relatório de Gestão 2009 Eletrobras e Cepel;

Item 7. Previdência Complementar Patrocinada, página 95, tem adendo que se encontra ao final do Relatório de Gestão 2009 Eletrobras e Cepel.



Eletrobras

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

Eletrobras e Cepel



SUMÁRIO

I. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO – CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA.....	3
1. Identificação	3
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	4
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	75
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	81
5. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	81
6. Informações sobre transferências mediante convênio, acordo ou outros instrumentos	80
7. Previdência Complementar Patrocinada	89
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	96
9. Renúncia Tributária e Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	96
10. Operações de fundos	96
11. Recomendações do Órgão ou Entidade de Controle Interno e Determinações e Recomendações do TCU	96
12. Informações relativas aos atos de admissão, desligamento, aposentadoria, reforma e pensão	129
13. Declaração da Área Responsável sobre contratos e convênios – SIASG/SICONV	127
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	129
15. Relação de arquivos anexos.....	129
II. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	130
1. Demonstrações Contábeis previstas pela Lei 6.404/76, incluindo notas explicativas...	128
2. Composição acionária do Capital Social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação.....	128
3. Posição da Eletrobrás como detentora de Investimento Permanente em outras sociedades (Investidora)	129
III. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	133
1. Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	133
2. Despesas com ações de patrocínios	135
3. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	149
4. Declaração de que as atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.....	149

I. Informações sobre a Gestão – Conteúdo Geral por Natureza Jurídica

1. Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério de Minas e Energia - MME			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Centrais Elétricas Brasileiras S.A			
Denominação abreviada: ELETROBRÁS			
Código SIORG: 226	Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 910808	
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			
Principal Atividade: Energia Elétrica			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	Tel (61) 3329-7306/7315	Tel (21) 2514-6201	(21) 2514-6001
Endereço eletrônico: pg@eletrobras.com			
Página da Internet: http://www.eletrobras.com			
Endereço Postal: Sede – SCN, Quadra 4, Bloco B sala 203, Edifício Centro Empresarial Varig, CEP 70.714-900 – Brasília – DF Escritório Central. Av. Presidente Vargas 409, 13º - CEP 20.071-003 – Centro – RJ-RJ			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	ATIVA	60381	
...	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo Federal de Eletrificação			
Denominação abreviada:			
Código SIORG: Sem relação	Código na LOA: Sem relação	Código SIAFI: sem relação	
Situação: Em extinção			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: sem relação			Código CNAE: sem relação
Telefones/Fax de contato:	-----	-----	-----
Endereço eletrônico: -----			
Página da Internet: -----			
Endereço Postal: -----			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei 3.890-A, de 25 de abril de 1961.			
...			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Texto (identificação da norma e data de publicação)			
...			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Texto (identificação da norma e data de publicação)			
...			

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão

A ELETROBRÁS tem por objeto social:

- I - realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica;
- II - cooperar com o Ministério, ao qual se vincule, na formulação da política energética do País;
- III - conceder financiamentos a empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica sob seu controle, e prestar garantia, no País ou no exterior, em seu favor, bem como adquirir debêntures de sua emissão;
- IV - conceder financiamentos e prestar garantia, no País ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa sob seu controle;
- V - promover e apoiar pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- VI - contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica brasileiro, bem como para a preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e assinar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado;
- VII - colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas de cujo capital participe acionariamente e com órgãos do Ministério ao qual se vincule.

2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos

2.1. Responsabilidades Institucionais - Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

ELETROBRÁS

2.1.1. Introdução

A Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) é uma empresa de economia mista e de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), de Madri, na Espanha, e de Nova York, nos Estados Unidos. O governo federal possui 52% das ações ordinárias da companhia e, por isso, tem o controle acionário da empresa. A Administração federal é proprietária ainda de 14,6% das ações preferenciais, cuja maioria (85,4%) está em mãos privadas.

Sob o controle da Eletrobrás estão as seguintes empresas de geração e transmissão de energia: Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e CGTEE. A *holding* também controla a Light Participações S.A. – Lightpar, e, em regime conjunto, a Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai. Atua, ainda, na área de distribuição de energia por meio das empresas Eletoacre (Acre), Ceal (Alagoas), Cepisa (Piauí), Ceron (Rondônia), Manaus Energia (Amazonas) e Boa Vista Energia S.A. (Roraima).

As políticas e diretrizes do Sistema Eletrobrás são definidas pelo Conselho de Administração da holding.

Em 31/12/2009, no negócio de geração, a capacidade instalada das empresas do Sistema Eletrobrás, acrescida de metade da potência de Itaipu pertencente ao Brasil, alcançou a marca de 39.017 MW, correspondentes a 37% do total nacional, distribuídos em 28 usinas hidrelétricas, 13 termelétricas e 2 nucleares. No negócio de transmissão, as linhas pertencentes ao Sistema perfazem 53.148 quilômetros de extensão.

O portfólio de negócios da ELETROBRÁS está estruturado segundo duas vertentes dominantes que caracterizam historicamente a sua atuação:

- Empresa holding de capital aberto, voltada para o desenvolvimento do Setor Elétrico Brasileiro, no qual mapeia e exerce opções de expansão, novos negócios e parcerias, com conseqüente realização de lucro para seus acionistas;
- Empresa implementadora e gestora de programas sociais, setoriais e de comercialização de energia elétrica, por delegação de seu acionista majoritário – o Governo Federal –, o qual lhe proporciona o aporte de recursos oriundos de fundos setoriais, capazes de assegurar que, em paralelo aos benefícios institucionais agregados, essas funções enquanto “braço do governo” sejam desempenhadas com eficiência e equilíbrio econômico-financeiro.

No desempenho deste segundo papel, a Eletrobrás é a gestora de uma carteira de fundos setoriais, composta pela Reserva Global de Reversão - RGR, pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, pela Conta de Consumo de Combustível - CCC e pela Utilização do Bem Público - UBP. Nesta mesma linha, dá suporte a programas estratégicos do governo, como o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), o programa Luz Para Todos e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), custeados com recursos dos supracitados RGR e CDE, que também contribuem para o financiamento de obras de geração e transmissão de energia elétrica.

Com relação as participações acionárias da Eletrobrás, elas estão presentes nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da seguinte forma: 11 empresas controladas, 31 empresas coligadas com participação minoritária, incluindo Sociedades de Propósito Específico (SPE) Além disso, a Eletrobrás participa de 50% do capital de Itaipu Binacional e 81,6% da Eletropar e de ser mantenedora principal do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - Cepel.

Além das participações acionárias, a Eletrobrás possui títulos da dívida pública decorrentes do processo de privatização do Setor Elétrico Brasileiro na década de 90, sendo o mais representativo o CFT-E1 (Certificados Financeiros do Tesouro) que registra valor de mercado de R\$ 204,9 milhões.

O valor de mercado da participação acionária da Eletrobrás nas Companhias cujas ações são negociadas em Bolsa de Valores foi superior a R\$ 6,8 bilhões e sua variação apresentou aderência principalmente com o Índice de Energia Elétrica – IEE.

Em relação a dezembro de 2008, houve uma valorização da carteira de 24,51%, enquanto o Ibovespa, no mesmo período, teve uma valorização de 82,66%. Esta maior valorização do Ibovespa deve-se ao fato dele ter caído muito mais do que a carteira da Eletrobras no início da crise de meados de 2008. Conseqüentemente, a recuperação percentual foi maior.

A carteira Eletrobras, por ter seus papéis concentrados em empresas com receita fixa ou regulada, apresenta menor volatilidade em relação ao mercado, caracterizando-se assim, como uma carteira conservadora.

2.1.2. Referencial Estratégico

A elaboração do Planejamento Estratégico Integrado constitui-se na Ação IV.2 do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás - PTSE e seu desenvolvimento é prioritário, visto que a ele se subordinam outras ações críticas, tais como os Planos de Negócios (IV.3) e o Plano de Investimento de Longo Prazo (IV.4).

Tal orientação foi reiterada pelo Conselho de Administração ao aprovar o PAE 2009-2012, onde, na Estratégia Corporativa de Investimentos, o desenvolvimento do Planejamento Estratégico Integrado do Sistema Eletrobrás é definido como fator crítico de sucesso para a consecução das metas de expansão de Geração, Transmissão e Distribuição.

Para dar início às atividades, optou-se pela realização de quatro oficinas de capacitação, com o envolvimento de representantes das diretorias da *holding* e de todas as empresas do Sistema Eletrobrás, em sua maioria oriundos das equipes locais de Planejamento Estratégico.

Estas oficinas, com cerca de 25 inscrições cada uma, tiveram o objetivo de nivelar os conhecimentos dos participantes e, em paralelo, através de exercícios práticos e *cases* reais, permitir o desenvolvimento das atividades preliminares do Planejamento Estratégico, abordando, sucessivamente, a construção de cenários para o ambiente de negócios da organização; estruturação da matriz SWOT (forças e fraquezas, ameaças e oportunidades); identificação dos grandes balizamentos estratégicos da alta administração; definição da identidade empresarial (missão, visão e valores) e determinação do posicionamento estratégico, compreendendo a proposta de valor para os principais públicos-alvos; os objetivos estratégicos finalísticos e de gestão, bem como suas estratégias associadas, além de um portfólio de experimentos inovadores.

O trabalho resultante das quatro oficinas foi apresentado sucessivamente ao Comitê de Gestão do Plano de Transformação (CGTE), em sua forma ampliada, e, por duas ocasiões, ao Conselho Superior do Sistema Eletrobrás (CONSISE), tendo sido recolhidos comentários e sugestões, consolidados na versão que ora se apresenta. Foi também objeto de discussão, em diversos estágios, com o Presidente da Eletrobrás, tendo este comparecido às sessões finais da oficina em que se definiu a Identidade Empresarial. Está estruturado em 7 capítulos, abordando:

Parte I. Premissas

1. O ambiente externo
2. Oportunidades e desafios

Parte II. Formulação estratégica

3. Os grandes balizamentos
4. A missão do Sistema Eletrobrás
5. Visão de futuro do Sistema Eletrobrás
6. Os valores do Sistema Eletrobrás
7. O posicionamento estratégico

Considera-se, portanto, concluída a fase qualitativa do Planejamento Estratégico integrado do Sistema Eletrobrás e torna-se necessário submetê-lo à Diretoria Executiva da Eletrobrás para conhecimento e aprovação, bem como recomendação dos próximos passos a seguir.

A seguir, apresenta-se a identidade empresarial, na forma em que foi submetida ao Conselho de Administração da Eletrobrás, já em janeiro de 2010:

Missão

Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Visão

Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Valores

- Foco em resultados;
- Empreendedorismo e Inovação;
- Valorização e Comprometimento das pessoas;
- Ética e Transparência.

Comentários:

Atributos da Missão

A nova formulação da Missão não especifica nem restringe o espaço geográfico de atuação do Sistema Eletrobrás. Não significa, portanto, uma opção exclusiva pelo mercado interno, mesmo embora até recentemente, com a exceção da experiência da Itaipu Binacional, o Sistema tenha centrado sua atuação no território nacional.

Como formulada, a Missão, possibilita e até legitima a atuação do Sistema Eletrobrás para além das fronteiras do País, em consonâncias com as tendências e expectativas dominantes. A nova Missão, portanto, não apenas permite a consolidação do Sistema Eletrobrás no mercado nacional, como possibilita sua transformação em um *player* global.

Simultaneamente com a abertura para atuação no mercado externo, a nova Missão assinala uma importante mudança no escopo do Sistema Eletrobrás. A definição da instituição como uma empresa de energia, não restrita exclusivamente à energia elétrica, abre-lhe novos e importantes horizontes.

As perspectivas que persistem no campo da energia elétrica, aliadas ao potencial da expansão da geração e transmissão disponível, conferem à abertura para outros ramos de energia, no curto prazo, um significado mais simbólico do que uma realidade concreta e imediata. No entanto, no médio e longo prazo, a referida mudança é da mais alta relevância, tanto em termos da ampliação das alternativas de atuação do Sistema Eletrobrás, quanto do desenvolvimento energético do país.

Atuar de forma integrada significa, em primeiro lugar, uma ação consistente, articulada e sinérgica das diferentes empresas do Sistema Eletrobrás no mercado de energia, evitando conflitos, competição e superposições de objetivos e ações. Em segundo lugar, requer igualmente um forte alinhamento entre as decisões estratégicas do conjunto do Sistema e uma efetiva coordenação dos processos corporativos. Tudo isso, porém, sem prejuízo da flexibilidade e agilidade das empresas controladas, condições indispensáveis à efetividade e eficácia do Sistema como um todo.

Como condição básica para uma atuação integrada, o Sistema Eletrobrás deverá promover a modernização de sua governança corporativa, sistema de gestão e estrutura societária e organizacional, investindo substancialmente na cultura organizacional e na gestão de pessoas.

O destaque conferido pela Missão à *atuação rentável* significa que, embora a preocupação já esteja contemplada na noção de sustentabilidade, descrita a seguir, o Sistema Eletrobrás deverá assumir explícita e fortemente um comportamento empresarial, sem prejuízo de outras funções e compromissos.

Neste sentido, o Sistema Eletrobrás se empenhará na busca e ampliação de resultados econômico-financeiros, em suas operações e inversões, pautando sua atuação por indicadores e critérios como, lucratividade, rentabilidade e retorno dos investimentos. Estratégias adequadas de atuação no mercado financeiro e acionário, associadas a boas práticas de governança corporativa e competências especializadas, constituem a base de sustentação para a atuação rentável preconizada pela Missão.

Atuar de forma sustentável significa que o Sistema Eletrobrás buscará sempre o desenvolvimento harmônico, equilibrando as dimensões ambiental, social e econômico e

assegurando que sua atuação empresarial seja orientada por parâmetros mundialmente reconhecidos.

Em termos da *dimensão ambiental*, o Sistema voltará sua atuação principalmente para o uso racional dos recursos internos e para o controle e a mitigação dos impactos negativos de suas ações e empreendimentos sobre o meio ambiente.

Na *dimensão social*, o Sistema Eletrobrás promoverá políticas e ações voltadas para a valorização do seu quadro funcional, em todas as suas dimensões. Além disso, apoiará projetos comunitários em educação e qualificação profissional, geração de emprego e renda, saúde, inclusão social e desenvolvimento local. Especial atenção será conferida ao atendimento das populações e localidades no entorno de seus empreendimentos.

O atendimento à *dimensão econômica* significa que o Sistema dará atenção especial à agregação de valor aos acionistas, o que requererá uma série de condições básicas. Primeiramente, manter os acionistas e o mercado financeiro permanente e adequadamente informados. Em segundo lugar, dispor de elevada competência econômico-financeira em gestão de custos e das participações societárias. Por fim, garantir que os investimentos e a gestão dos programas de governo sejam efetivamente submetidos a critérios de viabilidade e a padrões de equilíbrio econômico-financeiro.

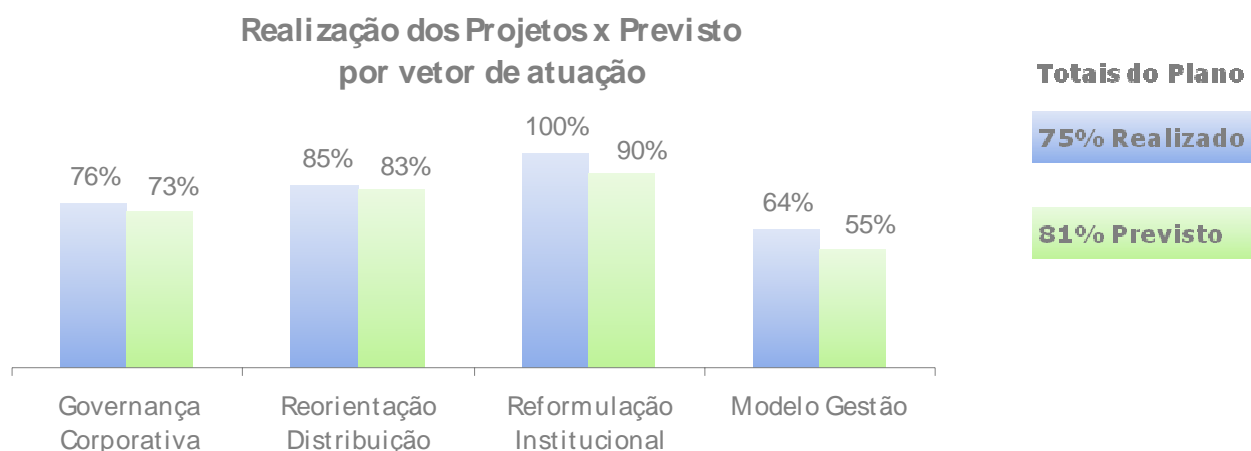
Atributos da Visão

Adotou-se o conceito de energia limpa como a energia elétrica produzida com baixa emissão de carbono. Esta formulação, defendida, entre outros, pelo Governo brasileiro, endereça uma visão mais ampla de desenvolvimento sustentável e permite uma comparação mais precisa com o portfólio apresentado por outros *players* globais.

O indicador adotado para mensurar a rentabilidade das empresas do setor elétrico, para fins de comparação com o Sistema Eletrobrás, centrou-se no indicador Retorno Sobre o Capital Empregado (ROCE). Por sua vez, estar entre "as melhores empresas do setor elétrico", significa que o Sistema Eletrobrás deverá estar posicionado no primeiro quartil do ranking das 10 corporações mais rentáveis, segundo o critério escolhido.

2.1.3. A Transformação da Eletrobrás

O Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás foi organizado em quatro vetores de atuação. Teve seu início em 2008 e, ao final de 2009, contava com 57 projetos e 142 produtos a serem entregues. O monitoramento dos projetos indica um índice de realização das atividades da ordem 75%, considerado satisfatório se comparado com a estimativa de progresso planejada.



O projeto de Implementação das Melhores Práticas de Governança Corporativa, durante o ano de 2009, obteve significativo avanço. Foram estabelecidos os critérios normativos para a atuação dos Conselheiros e elaborados os Manuais de Orientação dos Conselheiros de Administração e Fiscal Representantes da Eletrobrás, reconhecendo a necessidade de um bom

desempenho dos conselheiros na missão de proteger e valorizar o retorno do investimento, supervisionando o relacionamento entre os executivos e as demais partes interessadas.

A Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Pessoas para todas as empresas do Sistema Eletrobrás teve grandes avanços durante o ano. Ele é formado por planos unificados relacionados à Carreira e Remuneração, Avaliação de Desempenho, Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas, Administração de Pessoas e de Benefícios Assistenciais. No último trimestre, foi iniciado o projeto de gestão do clima organizacional que pretende medir e executar ações para atingir metas de satisfação dos colaboradores de todo o Sistema Eletrobrás (SE).

O Plano Unificado de Carreira e Remuneração, o primeiro integrado para os colaboradores do SE, foi aprovado em todas as instâncias e recebeu o parecer favorável do Ministério de Minas e Energia, aguardando agora a aprovação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Já o Sistema de Gestão de Desempenho está sendo implantado na Eletrobrás, com a definição das metas das áreas e individuais, e deverá ser replicado para as demais empresas do Sistema em 2010. O Plano de Desenvolvimento e Capacitação do SE foi desenvolvido e a Universidade Corporativa do Sistema Eletrobrás foi totalmente reestruturada para apoiar as competências necessárias de acordo com as estratégias corporativas definidas no Plano Estratégico do Sistema Eletrobrás.

Também foram aprovadas três políticas integradas do Sistema Eletrobrás, que vão orientar as ações das empresas: a Política Integrada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, a Política de Logística de Suprimento e a Política de Comunicação Integrada.

A aprovação dessas políticas teve como consequência a execução de planos de ação para adequação de processos, tais como a primeira aquisição conjunta por todas as empresas geradoras do Sistema que gerou economia de escala, com o mesmo grau de sucesso que a aquisição realizada para as empresas distribuidoras da Eletrobrás. Para o ano de 2010, novas aquisições serão efetuadas aumentando ainda mais o grau de economia e refinando o processo de planejamento integrado dessa atividade.

No que diz respeito ao fortalecimento da imagem corporativa, foi iniciado o projeto de Gestão de Marcas do Sistema, cuja estratégia integra-se ao posicionamento dos negócios da Eletrobrás e à estratégia de comunicação corporativa. No 1º. Semestre de 2010, deverá ser implementada uma nova marca que integre todo o SE, bem como novos processos para gerenciamento da marca como um importante ativo empresarial.

No que se refere à internacionalização, houve também considerável progresso. Foram definidas as estratégias de operação, a estrutura de operação da área responsável pelo assunto, e, ainda, foi indicado um portfólio de projetos a serem estudados / implementados no exterior.

No que diz respeito às legislações, ocorreu a aprovação do PLV-03 (projeto de conversão em Lei da Medida Provisória nº. 450/09), que flexibiliza as regras de licitação para a Eletrobrás. O projeto prevê que a empresa não precisará mais seguir estritamente as regras da Lei 8.666, que regula as contratações do setor público no país. Assim, tão logo ocorra a regulamentação do PLV, a aquisição de bens e a contratação de serviços poderão ser feita por licitação simplificada, com regras que serão definidas por decreto presidencial específico.

Outro avanço foi a sanção, pelo presidente da República, da lei 12.111/09, que desonera as empresas do Sistema, em especial a Eletronorte, com os custos excessivos do combustível usado na operação dos sistemas isolados. O objetivo da lei é melhorar o equilíbrio econômico-financeiro das empresas com a mudança no cálculo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que passa a permitir a cobertura de todos os custos do serviço de fornecimento de energia aos sistemas isolados, além de possibilitar que a quantidade correspondente de energia elétrica seja valorada pelo custo médio comercializado no Sistema Interligado.

Outra iniciativa de grande importância para os negócios do Sistema está sendo a Implementação da Política de Gestão Integrada de Riscos, que trata da implantação do Modelo de Gestão Integrada de Riscos e dos Controles Internos requeridos pela lei Sarbanes-Oxley

(SOX). Nesse sentido a Eletrobrás criou, em 2009, o Departamento de Gestão de Riscos e Conformidades de Controles, e todas as empresas de geração e transmissão do Sistema, com exceção de Itaipu, cujas avaliações estão em andamento, criaram estruturas semelhantes. O trabalho nas distribuidoras se iniciará no segundo semestre de 2010. Paralelamente, estão sendo contratados serviços de consultoria para mapeamento dos riscos corporativos para todas as empresas do Sistema e workshops de nivelamento da metodologia. Além disso, já estão em fase final os testes de verificação da adequação dos Controles Internos requeridos pela lei SOX e que foram implementados nos principais processos das empresas do Sistema Eletrobrás. Essas iniciativas são bem consideradas pelo mercado, fortalecendo ainda mais a imagem da Eletrobrás frente aos investidores e contribuem para a consolidação da presença da companhia nos pregões da bolsa de Nova Iorque, onde, desde outubro de 2008, são negociados ADRs de nível II.

No segmento dos negócios de distribuição de energia elétrica, a execução do Plano de Melhoria de Desempenho, elaborado em 2008, vem implementando ações que visam o equilíbrio econômico-financeiro das empresas da Eletrobrás que atuam nesse mercado. Além disso, estão sendo realizados estudos para readequação dos processos de gestão para adoção na *holding* e nas próprias empresas.

A adequação do modelo de gestão empresarial, incluindo avaliação do atual modelo societário do Sistema Eletrobrás, está em desenvolvimento para os negócios de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica. Os estudos pretendem indicar quais as alternativas de modelos de gestão mais favoráveis à operação dos negócios da Companhia, com maiores níveis de rentabilidade e competitividade.

CEPEL

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica é uma associação civil sem fins lucrativos, sendo que a maior parte dos seus recursos provém de suas empresas fundadoras: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e suas controladas Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A. Presentemente dispõe de pouco mais de 500 empregados e atua em estreita cooperação com as empresas do Sistema Eletrobrás e com as diversas instituições setoriais, contando ainda com parcerias com universidades, centros de pesquisas e empresas do Brasil e do exterior. Seus laboratórios dividem-se entre a sede, instalada no *campus* universitário da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, e a unidade de Adrianópolis, no município de Nova Iguaçu (RJ).

O principal objetivo do Cepel é a formação e o aprimoramento de uma infraestrutura aplicada à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação (P,D&I), no País, para a criação de tecnologia avançada em equipamentos e sistemas elétricos, provendo soluções, disseminando conhecimentos e capacitando técnicos do setor.

Os beneficiários da atuação do Centro transcendem o Sistema Eletrobrás. Entre eles, estão os Ministérios de Minas e Energia (MME), do Meio Ambiente (MMA) e da Ciência e Tecnologia (MCT) e entidades setoriais: Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de concessionárias e fabricantes de equipamentos.

Possui uma infraestrutura laboratorial com padrão de excelência internacional, que permite a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e a execução de serviços tecnológicos para os mais variados equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Em sua sede, no Fundão, estão instalados o Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sérgio de Salvo Brito (Cresesb), a Casa Solar Eficiente, o Centro de Aplicação de Tecnologias Eficientes (Cate) e os departamentos de P,D&I, estruturados segundo as principais linhas de pesquisa: Automação de Sistemas; Otimização Energética e Meio Ambiente; Linhas e Estações; Redes Elétricas e Tecnologias Especiais. Encontram-se, ainda, laboratórios diversos, como os de Iluminação, Corrosão, Células a Combustível e Supercondutividade.

Na unidade de Adrianópolis, localizam-se, entre outros, os Laboratórios de Alta Tensão e de Alta e Média Potência. Nessa unidade, o Cepel, com apoio da Eletrobrás, MME e Finep, está investindo em importante capacitação da sua infraestrutura laboratorial e de pesquisa experimental, visando o desenvolvimento e ensaios de novas concepções de linhas de alta capacidade para a transmissão de grandes blocos de energia da região Norte, notadamente dos futuros empreendimentos de geração do rio Madeira e da UHE Belo Monte.

Na área de Certificação, o Centro realiza ensaios, ajudando a formular normas de qualidade não só para o setor elétrico, mas também para os setores de petróleo e aeronáutico. É acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) para certificar equipamentos elétricos. Em conjunto com a indústria brasileira, é responsável pela notável melhoria da qualidade de vários equipamentos elétricos nacionais.

O Cepel tem permanente participação em grupos técnicos setoriais e dá apoio tecnológico a importantes programas e projetos governamentais, destacando-se: Programa Luz para Todos, para universalização do acesso à energia elétrica; Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa); Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel); e Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz). Também apóia a elaboração dos Planos Decenais de Expansão de Energia e do Plano Nacional de Energia.

2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

ELETOBRÁS

2.2.1. Investimentos

As empresas do SE realizaram investimentos de R\$ 5,2 bilhões, em 2009. A realização de 75% em relação ao previsto anual de R\$ 6,9 bilhões representou um acréscimo de 33,8% em relação a 2008.

O percentual de realização em 2009 contempla os segmentos de geração 80%, transmissão 79,5% e distribuição 56,4%. Quando comparado a 2008, notam-se as seguintes variações: 29,8% para geração, 47,5% para transmissão e 34,9% para distribuição.

Destaque, em 2009, para os projetos de: **Geração:** Eletronuclear - Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I; Furnas - Implantação da UHE Simplício e UHE Batalha; CGTEE - Implantação da usina de Candiota III-RS fase C; **Transmissão:** Eletrosul - Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul; Chesf - Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste; Eletronorte - Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte e **Distribuição:** Ceal e Eletroacre - Programa Luz para Todos.

Natureza dos Investimentos - R\$ milhões	2009	2008	%
Geração	2.621	2.019	29,8
Transmissão	1.755	1.190	47,5
Distribuição	518	384	34,9
Qualidade Ambiental	42	30	40,0
Pesquisa	18	28	-35,7
Infra-estrutura	237	227	4,4
Total	5.191	3.878	33,8

Os recursos ordinários, na forma de empréstimos e financiamentos aplicados em 2009 nas empresas controladas e distribuidoras, totalizaram R\$ 7,7 bilhões, conforme a seguir:

Aplicações	Liberações		Total
	Econômica	Financeira	
Empréstimos/Financiamentos:	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Distribuidoras:			
Ceal	283	---	283
Cepisa	198	82	280
Ceron	397	---	397
Amazonas Energia	1.478	532	2.010
Eletoacre	18	15	33
Controladas	2.374	629	3.003
CGTEE	55	84	139
Chesf	2.724	8	2.732
Eletronorte	4.023	27	4.050
Eletronuclear	---	---	---
Eletrosul	140	195	335
Furnas	274	153	427
Itaipu	---	20	20
TOTAL	7.216	487	7.703

2.2.2. Investimentos no PAC

Os investimentos do Sistema Eletrobras incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de iniciativa do Governo Federal, realizaram, em 2009, R\$ 3.007 milhões equivalentes a 82,9% da dotação orçamentária para o ano. Quando comparado ao realizado em 2008, observa-se um crescimento de 21,8%.

Do montante aprovado (R\$ 3.629 milhões) para o PAC, 24% foi destinado à região Sul, 39% à região Sudeste, 20% à região Nordeste e 17% à região Norte. Já o percentual de realização orçamentária relativo à previsão anual, por região, foi de: 95,1% na região Sul, 94,6% na região Norte, 83,2% na região Sudeste e 57,6% na região Nordeste.

Do total realizado no ano, 72% deve-se aos projetos de Geração, 20% de Transmissão e 8% de Distribuição.

As empresas que se destacaram, apresentando uma realização acima da média (82,9%) do Sistema, foram: Eletronorte (106%), Eletrosul (99,4%), CGTEE (90,9%) e Furnas (88,4%). Por outro lado, as empresas Eletronuclear (45,9%), Cepisa (46,7%), Ceron (34,5%) e Boa Vista (17,4%) tiveram realização aquém da previsão anual.

Investimentos do PAC - R\$ milhões				
	2009		2008	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
TOTAL	3.629	3.007	3.534	2.469

2.2.3. Comercialização de Energia

Empresas	2008		2009	
	MWh	R\$ milhões	MWh	R\$ milhões
CGTEE	2.127.335	195	2.136.371	212
Elettronorte	53.130.567	4.623	53.620.173	3.416
Chesf	50.692.555	4.423	55.150.430	3.710
Furnas	42.212.472	2.645	43.316.368	2.858
*Eletronuclear	12.851.578	1.570	11.876.917	1.677
Total	161.014.507	13.456	166.100.259	11.873

* Toda energia produzida pela Eletronuclear é adquirida por Furnas.

UHE ITAIPU:

A Lei 10.438, de 26/4/02, determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercial de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2009, repassou para as concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 67.438.224 MWh de energia vinculada à potência contratada, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US\$ 3.5 bilhões. A energia suprida acima daquela vinculada à potência contratada e adquirida pela Eletrobras foi de 12.688.593 MWh, correspondente a um faturamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de R\$ 326 milhões até o mês de novembro.

CEPEL

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) foi fundado em 1974 para desenvolver tecnologias avançadas em equipamentos e sistemas elétricos, de forma a atender às características singulares do setor elétrico brasileiro, que tem uma ampla base de usinas hidrelétricas de grande porte e linhas de transmissão de dimensões continentais. O Cepel tem o compromisso de prover soluções tecnológicas inovadoras, contribuindo para garantir energia para o Brasil a custos econômicos, sociais e ambientais adequados.

Para isso, o Cepel tem aplicado o melhor do seu esforço e dedicação mediante suas principais áreas de atuação: pesquisa e desenvolvimento de metodologias e modelos computacionais para planejamento da expansão e operação eletroenergética, incluindo horizontes de longo, médio e curto prazos, e a operação em tempo real; além de pesquisa e desenvolvimento de processos, técnicas e equipamentos, e prestação de serviços tecnológicos e laboratoriais, para todo o setor elétrico nacional. Aliando-se ainda o permanente apoio tecnológico, em conjunto com a Eletrobrás, dado aos programas e iniciativas do governo federal, como o Proinfa, Luz para Todos, Reluz e Procel.

Os resultados do Centro permanecem largamente utilizados no setor elétrico brasileiro, permitindo o uso e a expansão otimizada dos recursos energéticos do País.

Em 2009, o Cepel continuou a dar prioridade aos projetos estratégicos e corporativos de interesse direto das empresas do Sistema Eletrobrás, chamados Projetos Institucionais (PI). Importante instrumento de manutenção e evolução do patrimônio tecnológico do Sistema, a carteira manteve-se no mesmo patamar dos anos anteriores. O Cepel desenvolveu 102 projetos corporativos de P&D, abrangendo as áreas: Tecnologias para Operação de Sistemas Elétricos em tempo-real (6); Automação local e Análise de perturbações (2); Planejamento da Expansão da Geração e da Transmissão (4); Planejamento da Operação Energética (5); Meio Ambiente (5); Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos (4); Análise Financeira de Projetos e Tarifas (1); Técnicas e Metodologias Computacionais (3); Tecnologias de Transmissão (11); Medição de Energia e Combate a Perdas (4); Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações (15); Transitórios Eletromagnéticos (1); Planejamento, Operação e Análise de Redes Elétricas (8); Confiabilidade (2); Qualidade de Energia Elétrica (2); Conservação e Uso Eficiente da Energia (16); Metalurgia e Materiais (8); Energias renováveis e Geração Distribuída (5).

Foram executados também projetos para o MME e demais agentes do Setor Elétrico Brasileiro, como a EPE, o ONS, a CCEE e Concessionárias de Energia Elétrica. Técnicos do Cepel

participaram ativamente dos estudos para a futura usina de Belo Monte, apoiando o MME e a EPE na análise de alternativas de Transmissão, e a Eletrobrás e o MME na análise e reconstituição da série de vazões relativas ao período 1930-1968, para dimensionamento da usina e da reserva de disponibilidade hídrica, atendendo ANEEL e ANA. Houve participação técnica do Cepel e uso dos programas computacionais do Centro na elaboração do Plano Decenal de Energia - PDE 2008-2017 e do Plano Nacional de Energia – PNE 2030. Outro importante conjunto de projetos é o englobado na carteira de P&D ANEEL, financiada pelos recursos previstos na Lei 9.991/00 e geridos por essa agência.

O acervo de metodologias e programas computacionais do Cepel, em constante aperfeiçoamento e desenvolvimento, abrange o planejamento da expansão da geração e transmissão, considerando aspectos de meio ambiente e inserção de fontes alternativas, a operação de sistemas hidrotérmicos interligados e a operação da Rede Básica, inclusive em tempo real. Esse acervo foi construído e incrementado com o forte apoio das empresas do Sistema Eletrobrás, num esforço sem paralelo entre os países em desenvolvimento. Hoje, é largamente utilizado em todo o setor elétrico, sendo essencial para a sua gestão dentro de rígidos critérios de segurança. A utilização destas ferramentas tem permitido o uso otimizado dos recursos energéticos do país, contribuindo significativamente para a redução dos custos financeiros e ambientais.

Estas cadeias de modelos são reconhecidas como as oficiais do Sistema Interligado Nacional nas áreas Energética e Elétrica, abrangendo o MME, ANEEL, ONS, CCEE e EPE.

E o Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia – SAGE, outro desenvolvimento do Centro, já detém responsabilidade pelo gerenciamento de aproximadamente 90% da malha de transmissão em alta tensão do país. Em 2009, confirmando seu papel estratégico em todo o processo de operação em tempo-real do Sistema Interligado Nacional, o Cepel, em parceria com a Siemens, venceu licitação internacional para desenvolvimento tecnológico de ponta e fornecimento de toda a infra-estrutura da nova Rede de Gerenciamento de Energia (REGGER), operada pelo ONS.

O Cepel desenvolve estudos e pesquisas que geram tecnologias para a transmissão, permitindo, por exemplo, aumento da capacidade, redução das faixas de passagem e melhores traçados para a instalação de linhas; monitoramento e diagnóstico de equipamentos, visando otimização de investimentos e segurança na operação; conservação e uso eficiente de energia; e metalurgia e materiais.

E desenvolve critérios e métodos para subsidiar a integração dos aspectos energéticos e de meio ambiente na definição das alternativas para o planejamento da expansão da geração e da transmissão, e utiliza técnicas de geoprocessamento para selecionar corredores preferenciais para novas linhas, considerando relevo, bacias, áreas habitadas e agricultáveis, e minimizando os impactos ambientais.

Em 2009, o Cepel liderou outras 7 instituições brasileiras para elaborar, defender e aprovar o projeto de P&D estratégico para a ANEEL sobre o Balanço de Carbono em Reservatórios de Usinas Hidrelétricas, proposto por Eletronorte, Chesf e Furnas.

O Cepel vem dando uma importante contribuição para o Brasil em temas intimamente ligados à sustentabilidade. Também desenvolveu e implantou nas empresas do Sistema Eletrobrás ferramenta computacional para monitoramento de indicadores de gestão socioambiental.

Outra ferramenta desenvolvida pelo Cepel é o Sistema de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas utilizado na execução de estudos energéticos, socioambientais e de comparação e seleção de alternativas de divisão de quedas. Esse sistema contribuiu para a revisão do Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas, sob a coordenação do MME, que é um instrumento fundamental para o melhor aproveitamento do potencial hidroelétrico das bacias hidrográficas brasileiras.

Acompanhando há mais de 20 anos a questão de efeitos dos campos eletromagnéticos (CEMs), o Cepel é referência nacional e internacional nesse assunto. Seus pesquisadores desenvolveram metodologias de medição e simulação de CEMs, que permitem avaliar a compatibilidade das instalações do sistema elétrico brasileiro de acordo com as melhores recomendações de organismos internacionais. Os estudos do Centro vêm contribuindo para

levar informações científicas à população que, nos últimos anos, está mais atenta aos problemas ambientais e aos efeitos de campos eletromagnéticos. Têm apoiado o MME e o Sistema Eletrobrás no tema, formando a base técnica para Legislação neste assunto. Em maio de 2009, a Lei 11.934 foi sancionada pelo Presidente da República, e o Cepel apresentou na Audiência Pública convocada pela ANEEL o detalhamento das propostas para inclusão na regulamentação.

Outra área que tem merecido atenção especial do Cepel, nos últimos anos, é a das fontes alternativas de geração. O Centro vem realizando estudos nas áreas de energia solar e eólica, tanto em projetos de consultoria como no desenvolvimento de tecnologias. E em parceria com a Chesf, o IPEN e o INT, vem estudando células a combustível, que constituem uma forma limpa, silenciosa e eficiente de geração de eletricidade e calor a partir de combustíveis como hidrogênio, gás natural, etanol ou outros hidrocarbonetos.

Está sendo desenvolvido *software* que reúne critérios e métodos para implementação em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), da análise da viabilidade técnica, econômica e ambiental do uso de fontes alternativas de geração de energia elétrica, substituindo o óleo diesel em comunidades isoladas da região amazônica.

Pesquisadores do Centro estão trabalhando no projeto da Eletrobrás para implantação de um sistema híbrido de energia solar e eólica, que atenderá a Ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo. Com capacidade para gerar 120 kW, o sistema reduzirá de 60 mil para 2 mil litros o consumo anual de óleo diesel na ilha, que atualmente é atendida somente por grupos de geradores a diesel.

O Cepel apoiou o MME na confecção do primeiro atlas do potencial eólico abrangendo todo o território brasileiro e assinou convênio com a FINEP para sua atualização. Também está apoiando a Eletrobrás na certificação de aerogeradores, por meio de projeto institucional, verificando as especificações dos equipamentos de acordo com as condições climáticas brasileiras.

Também se dedica a projetos nas áreas de eficiência energética, que tratam da melhoria do rendimento de equipamentos e processos, e de conservação de energia, com ações que visam ao combate ao desperdício.

Foi mantido o apoio tecnológico que o Centro vem prestando ao PROCEL /Eletrobrás desde a criação deste programa nos anos 80, realizando-se diferentes tipos de ensaios para confirmar os dados da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia concedida pelo INMETRO. Os ensaios também respaldam a concessão do Selo PROCEL, destinado a motores, lâmpadas, refrigeradores e condicionadores de ar mais eficientes em suas categorias.

Parceiro técnico da Eletrobrás no PROCEL Sanear, o Cepel vem dando importante contribuição ao programa, que estimula ações voltadas para o uso eficiente de energia elétrica e água em sistemas de saneamento ambiental, incluindo os consumidores.

Realiza ainda uma série de outras ações relacionadas à eficiência energética e à conservação de energia, como a realização de serviços de diagnósticos energéticos de indústrias e prédios públicos e comerciais, atendendo o Procel Indústria e o PROCEL Edifica. Também está levantando os custos para realização do descarte de lâmpadas e condicionadores de ar de forma ambientalmente correta.

O Cepel também apóia a Eletrobrás no Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (PDTI), promovendo a qualidade e a eficiência energética de transformadores de distribuição.

Novos e importantes investimentos em sua infra-estrutura laboratorial permitirão ao Centro, a partir de 2010, igualar-se em capacidade aos melhores no mundo, para o desenvolvimento de soluções avançadas em transmissão de grandes blocos de energia entre regiões remotas, como os dos aproveitamentos hídricos na Amazônia para os grandes centros consumidores nas regiões Sudeste e Nordeste. Longas distâncias devem ser vencidas, com confiabilidade, buscando-se menores custos econômicos e ambientais. E para os ensaios, fundamentais para demonstração das novas tecnologias em desenvolvimento no Cepel, está sendo construído, na unidade do Centro, em Adrianópolis, o Laboratório de Ultra - alta Tensão, com forte apoio de recursos da Eletrobrás e também financiamento da Finep.

Para garantir o financiamento dos projetos de pesquisa do Centro, a Eletrobrás e suas controladas (Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), disponibilizaram, através de contribuição anual, recursos para o orçamento do exercício na ordem de R\$ 120,3 milhões, com crescimento real de 7,9% se comparado ao exercício de 2008. Outros recursos, advindos de projetos e serviços tecnológicos do próprio Centro e de contribuições de outros sócios, públicos e privados, participaram com mais R\$ 30,7 milhões, totalizando em R\$ 151 milhões, aplicados diretamente no ano de 2009, no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica.

2.3. Programas e Ações sobre a Responsabilidade da Unidade

ELETROBRÁS

2.3.1. Programa 1046 – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel

O Programa Nacional de Conservação de Energia (PROCEL) é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício. A Eletrobrás, na função de Secretaria Executiva do PROCEL, é a responsável pelo planejamento e execução das ações do Programa, fornecendo o suporte técnico e financeiro para seu funcionamento.

Os benefícios gerados pelo Programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos evitados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

O Procel atua em todo Brasil através de programas setoriais nas áreas de prédios públicos, saneamento ambiental, gestão energética municipal, indústria e edificações. Os resultados de 2003 a 2009 são expressivos: 650 grandes e médias indústrias participantes; 2.700 técnicos treinados na indústria e 446 na área de saneamento; 120 companhias de água e esgoto participantes; 263 municípios com a gestão energética implantada; 37 laboratórios instalados com 304 bolsas de estudos distribuídas e 25 unidades hospitalares operando com mais eficiência energética, além da regulamentação da Lei de Eficiência Energética para as edificações comerciais, de serviços e públicas.

2.3.1.1. Dados gerais do Programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Promover o uso eficiente de energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício.
Objetivos Específicos	Orientar a sociedade na aquisição de eletrodomésticos energeticamente eficientes, reduzindo o consumo de energia elétrica através do Selo Procel; Formar e capacitar técnicos sobre uso racional e eficiente de energia em diversos segmentos, bem como estudantes do ensino formal; Difundir informação qualificada sobre eficiência energética para os agentes que atuam na área; Difundir o conceito de uso racional de energia elétrica para a sociedade por meio de ações promocionais; Fomentar a realização de pesquisas e estudos voltados para o desenvolvimento tecnológico e científico na área de eficiência energética; Subsidiar o MME na elaboração de políticas de promoção do uso eficiente de energia elétrica; Fomentar a implementação de projetos de eficiência energética relevantes para o país.
Gerente do programa	MME
Gerente executivo	Ubirajara Rocha Meira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Janio Itiro Akamatsu
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> - Energia Economizada (bilhões de kWh/ano) - Redução de Demanda na Ponta (MW) - Investimentos Postergados (R\$ bilhões)
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica; concessionárias de energia elétrica de geração, transmissão e distribuição; fabricantes e importadores de equipamentos elétricos; associações de classes; universidades e centros de pesquisa; consultorias; governo.

2.3.1.2. Principais Ações do Programa

2.3.1.2.1. Ação 9651 – Formação, Capacitação e Treinamento na Área de Eficiência Energética

Dados gerais da ação

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar os professores de ensino fundamental e médio que multiplicam a ação junto às escolas, por meio de uma metodologia apropriada (PROCEL Educação). - Capacitar profissionais envolvidos diretamente com a gestão do consumo de energia elétrica na área de eficiência energética.
Descrição	A ELETROBRÁS/Procel em parceria com as concessionárias de energia e outros agentes promove ações de capacitação de professores para atuação como multiplicadores de ações de conservação de energia junto às áreas de ensino fundamental e médio. Além disto, implementa centros de excelência, laboratórios de ensino e planos de treinamento em eficiência energética, direcionados aos setores educacional, industrial, comercial, de aquecimento solar, de saneamento, de prédios públicos e outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégica	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás
Coordenador nacional da ação	Ubirajara Rocha Meira
Unidades executoras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenvolvimento de Eficiência Energética
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimentos das áreas de pedagogia e eficiência energética, bem como dos segmentos a que esta se aplica.

Entre as atividades desenvolvidas no âmbito da ação 9651, seguem abaixo aquelas que obtiveram destaque em 2009 em termos de resultados apresentados:

Curso de Especialização em Eficiência Energética

- Objetivo: Convênio com a UNIFEI visando promover capacitação técnica na temática eficiência energética aos profissionais da Eletrobrás/Procel e demais atuantes do Sistema Eletrobrás. O curso foi ministrado por professores da UNIFEI.
- Resultados no período: Realizados os 09 módulos programados do Curso de Especialização em Uso Responsável de Energia – CEURE.

Módulos de Eficiência Energética à Distância

- Objetivo: Convênio com a UNIFEI visando complementar a infra-estrutura do Laboratório Didático Pedagógico em Eficiência Energética do EXCEN – Centro de Excelência em Eficiência Energética, para o desenvolvimento de módulos de eficiência energética na modalidade de ensino à distância no âmbito do Procel Educação.
- Resultados no período: Desenvolvido, e em fase de implementação na grade regular da graduação em Engenharia da UNIFEI, o curso ENERGE, que utiliza avançadas técnicas de ensino à distância.

Capacitação de Eficiência Energética na Indústria de Cerâmica Vermelha

- Objetivo: Ação conjunta com a GTZ, instituição alemã de apoio ao desenvolvimento sustentável, e com o SEBRAE/SP, visando aumentar a eficiência energética da indústria de cerâmica vermelha em Arranjos Produtivos Locais (APL) do Estado de São Paulo, por meio do desenvolvimento de uma metodologia para capacitação de consultores em Gestão Ambiental.
- Resultados no período: Definido o modelo de atuação dos consultores e organizado curso voltado para os consultores em Gestão Ambiental do SEBRAE/SP, que está em andamento e em sua etapa final; Em fase de definição do modelo de atuação para captação de recursos para triagem dos pré-diagnósticos, realização dos diagnósticos energéticos e implementação dos projetos viáveis.

Centros de Excelência em Eficiência Energética

- **Objetivo:** Implementar e fomentar infraestrutura capaz de alavancar e perenizar a pesquisa e o desenvolvimento do tema eficiência energética por meio de parcerias e redes estratégicas com instituições de ensino e laboratórios.
- **Resultados no período:** Fase final da obra de adequação da infraestrutura da UFPA para abrigar o CEAMAZON, Centro de Excelência em Eficiência Energética, destinado a atender a região norte do Brasil.

Centro de Educação em Eficiência Energética

- **Objetivo:** Implementação de um Centro de Educação em Eficiência Energética em parceria com a UNESP, utilizando conceitos arquitetônicos e tecnológicos para o uso eficiente e inteligente da energia, buscando ampliar os conhecimentos na área de educação para otimização energética e desenvolver materiais educacionais a respeito desta temática, voltados para alunos do ensino fundamental e médio, buscando sustentar ações que sensibilizem os jovens da necessidade de se utilizar a energia de forma eficiente.
- **Investimento:** R\$ 5,21 milhões

Programa de Educação para Eficiência Energética

Revisão e realinhamento do atual programa de Eficiência Energética nas Escolas, com o estabelecimento de um padrão único para todo o país e flexível para as diferentes realidades regionais.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 2.381.423,20	R\$ 1.702.673,06	71,5
Física*	100	102	102,0

**Unidade: projetos-mês (número de projetos em andamento em cada mês)*

2.3.1.2.2. Ação 9652 – Disseminação da Informação sobre Conservação de Energia

Dados gerais da ação

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	- Transmitir para a sociedade os conceitos sobre conservação de energia e seu uso racional para conscientizá-la sobre a importância da eficiência energética. (Procel Marketing) - Criar e manter uma base de conhecimento dinâmica, com informações qualificadas e estruturadas sobre eficiência energética, a partir de material produzido no Brasil e no exterior (de acordo com a área de abrangência definida). O público-alvo são os agentes e outros interessados que atuam nesta área, facilitando a integração e a colaboração entre eles, sejam do Brasil ou de outros países. (Procel Info)
Descrição	A difusão das informações sobre eficiência energética, do Procel e seus subprogramas, bem como o relacionamento com os agentes foi realizada da seguinte forma em 2009: <ul style="list-style-type: none"> • apoio e participação em eventos setoriais; • distribuição de material educativo e promocional sobre o Procel; • produção e divulgação de <i>releases</i> na mídia; • apoio na realização da 1ª Semana de Eficiência Energética da Eletrobrás; • divulgação dos diversos subprogramas do PROCEL por meio do jornal Boletim do Procel, com duas edições em 2009, totalizando 8000 exemplares; • promoção do "Selo Procel" e realização de sua solenidade de outorga aos fabricantes (dezembro/2009); • realização da 13ª edição do "Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia" (junho a novembro/2009); • gestão de informações do Portal Procel Info e do site do Procel; • atendimento ao público via e-mail; e reestruturação da Biblioteca do Procel dentro da Eletrobrás.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
Coordenador nacional da ação	Ubirajara Rocha Meira
Unidades executoras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenvolvimento de Eficiência Energética
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimentos das áreas de marketing, comunicação e eficiência energética, bem como dos segmentos a que esta se aplica (comercial, industrial, residencial, etc).

As seguintes atividades relacionadas à disseminação da informação e marketing foram desenvolvidas em 2009:

Distribuição de material informativo e promocional sobre o Procel

A distribuição de material acontece em eventos patrocinados, ou que contam com a participação do Procel, e quando solicitada por bibliotecas de universidades, órgãos e empresas com áreas relacionadas à eficiência energética.

Em 2009, foram doados cerca de 2.420 livros técnicos, produzidos pelo Procel e seus parceiros, 1.132 cartilhas educativas e 4.669 unidades de materiais promocionais do Programa.

Concessão do Selo Procel

No ano de 2009 o Selo Procel foi concedido a mais 5 novas categorias de equipamentos, sendo elas:

- Refrigeradores de 1 Porta *Frost-Free*;
- Televisores LCD – Modo de espera;
- Televisores Plasma – Modo de espera;
- Condicionadores de Ar do tipo *Split* Piso – Teto;
- Máquinas de Lavar Roupa – Lava & Seca.

Com isto, o Procel estende a 28 o total de categorias contempladas com o Selo. Ao todo foram 3.054 modelos contemplados com o Selo Procel em 2009.

Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia

O Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, concedido pelo Ministério de Minas e Energia foi instituído por Decreto Presidencial em 1993, como forma de reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos pelos diversos agentes que atuam no combate ao desperdício de energia em 06 diferentes segmentos da sociedade, que somam 17 modalidades de premiação.

Na 13ª edição, em 2009, podem ser citados três grandes avanços:

- Desenvolvimento da identidade visual e criação do troféu do Prêmio;
- Lançamento do site permanente: www.premioconservacaoenergia.gov.br, centralizando todas as informações relacionadas ao Prêmio e as inscrições;
- Realização da solenidade de premiação em Brasília, em novembro/09, sob a coordenação do MME.

No total, foram recebidas 153 inscrições, efetivadas com 79 trabalhos, sendo que 14 foram contemplados com o Prêmio. O alcance superou o do ano anterior.

Áreas de Demonstração de Tecnologias Eficientes

O Procel fomentou a implementação de duas áreas de demonstração:

- Centro de Aplicação de Tecnologias Eficientes – CATE, localizado no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel, possui, entre outros serviços e produtos, uma área de exposição de tecnologias eficientes, contendo diversos equipamentos de uso residencial, comercial e industrial agraciados com Selo Procel. Em 2009, o Centro acumulou 410 visitas entre técnicos e estudantes.
- Casa Genial: localizada no Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS, a Casa Genial, inaugurada em novembro de 2008, é uma atração de cerca de 50 m2, com todas as dependências mínimas necessárias para demonstrar o consumo de energia elétrica em uma residência. O projeto objetiva promover a conscientização de estudantes e comunidade em geral da necessidade da utilização de energia elétrica de forma racional, mostrando a diferença entre eletrodomésticos eficientes que possuem o Selo Procel, e os que não o possuem. Em 2009 a Casa foi visitada por cerca de 7.000 pessoas de todas as faixas etárias.

Gestão do Portal Procel Info

No Portal Procel Info encontra-se disponível, para consulta pelos agentes do setor, fabricantes, professores, universitários e interessados pelo assunto eficiência energética, uma grande quantidade de informações qualificadas, produzidas e permanentemente atualizadas por uma equipe de especialistas e pela comunidade de usuários.

Em 2009, foram enviadas por e-mail 2.600 matérias sobre ações do Procel e o tema eficiência energética para 4.800 assinantes cadastrados no Portal, por meio de seu serviço de *Newsletter* diária.

O Portal Procel Info apresentou, no ano de 2009, 2.728 novos usuários cadastrados, totalizando 8.853 usuários desde sua criação, em novembro de 2006. Foram realizados, ainda, 550 atendimentos ao público via email sobre assuntos referentes ao Procel e eficiência energética em geral.

Participação em Eventos

Em 2009, o Procel participou dos seguintes eventos:

- 6º Congresso Brasileiro sobre Eficiência Energética -- 21 e 22 de julho, em São Paulo.
- III Congresso Brasileiro de Eficiência Energética – CBEE – 07 a 10 de setembro, em Belém.
- 8º Congresso Latino-Americano sobre Geração e Transmissão de Energia – CLAGTEE 2009 – 18 a 22 de outubro, em Ubatuba.
- XX Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – SNTPEE – 22 a 25 de novembro, em Recife.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
------	----------	----------	------------------------

Financeira	R\$ 1.168.739,96	R\$ 551.318,89	47,2
Física	71	67	94,4

*Unidade: projetos-mês (número de projetos em andamento em cada mês)

O cumprimento do cronograma financeiro previsto para 2009 foi prejudicado devido a não ocorrência de dispêndios em publicidade de alguns eventos ocorridos neste ano.

2.3.1.2.3. Ação 9950 – Desenvolvimento Tecnológico em Eficiência Energética

Dados gerais da ação

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	Incentivar a oferta ao mercado de produtos eficientes com informações sobre eficiência energética, orientando o consumidor no momento de compra, pelo destaque dos eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes, através de sistema de etiquetagem por meio do Selo PROCEL e de estudos para desenvolvimento tecnológico.
Descrição	A sistemática de informações referentes ao desempenho energético de equipamentos é estruturada através do processo de etiquetagem que se desenvolveu, em parceria com o INMETRO (Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE) e que subsidia o Selo PROCEL. Paralelamente, instaura-se a competitividade entre os fabricantes pela oferta de equipamentos mais eficientes, através de novos investimentos em desenvolvimento tecnológico e industrial. Além disso, é necessário fomentar a realização de pesquisas e estudos voltadas para o desenvolvimento tecnológico e científico na área de eficiência energética.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
Coordenador nacional da ação	Ubirajara Rocha Meira
Unidades executoras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenvolvimento de Eficiência Energética
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Gestão das diversas parcerias com os agentes que compõem o Programa Brasileiro de Etiquetagem e coordenação dos grupos de trabalho que estabelecem o desempenho energético dos equipamentos.

As seguintes atividades foram desenvolvidas em 2009 no âmbito do Procel, com vistas ao incentivo do desenvolvimento tecnológico na área de eficiência energética:

Capacitação Laboratorial

Foram realizadas as seguintes etapas:

- Conclusão da capacitação do Laboratório de Energia Solar da UFPB, em João Pessoa - PB;
- Conclusão da capacitação dos Laboratórios Didáticos de Eletrônica, Controle e Automação e Máquinas Elétricas, em Campina Grande - PB.

Avaliação dos Sistemas de Aquecimento Solar

- Finalizado o estudo para avaliação da real situação dos sistemas de aquecimento solar, para aquecimento de água, em diversos segmentos no Brasil e conclusão do Plano Procel Termossolar, que orientará as ações do Departamento nos próximos 5 anos. O projeto foi realizado em parceria com a PUC-MG e envolveu cerca de 60 pessoas, dentre pesquisadores, bolsistas e técnicos do Procel. Os investimentos de aproximadamente R\$ 910 mil.

Avaliação das obras do Programa Procel Reluz:

- Foi concluída a primeira etapa do projeto que consistiu em avaliar in loco os pontos de iluminação pública atingidos pelo Procel Reluz, levando em conta a adequação dos equipamentos instalados, a gestão dos sistemas de iluminação pública e a vida útil das lâmpadas a vapor de sódio. O projeto é realizado em parceria com a PUCRS. Serão ainda realizadas novos estudos em uma amostra de 30 dos conjuntos luminotécnicos avaliados anteriormente, a fim de investigar outros parâmetros técnicos, além de confirmar as conclusões obtidas. Os trabalhos para a determinação dos ganhos pós-

implantação dos projetos do Procel Reluz serão ainda concluídos nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre. O investimento por parte da Eletrobrás totaliza R\$ 994 mil.

Atualização das metodologias de avaliação dos resultados do Selo Procel:

- Estudo contratado à Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria - Fupai que visa ao desenvolvimento de pesquisas e estudos para elaboração de modelos conceituais e computacionais para a avaliação da economia de energia proporcionada pelos condicionadores de ar de janela e split system, motores elétricos, assim como sistemas de aquecimento solar de água, ambos detentores do Selo Procel de Economia de Energia. Em 2008 foi concluído o estudo para condicionadores de ar. Já em 2009, concluiu-se a metodologia para avaliação motores elétricos e foram iniciados os estudos para os sistemas de aquecimento solar. O projeto conta com investimento de R\$ 319 mil.

Projeto Piloto de Conservação de Energia no Meio Rural: Estudo de Caso nas Terras Altas da Mantiqueira

- O Procel, em parceria com o Núcleo Integrado de Capacitação Técnica (Nicatec), da Fundação ROGE, estão executando desde 2008 um projeto piloto que permitirá a aplicação e adequação dos esforços realizados em eficiência energética para o setor agropecuário, com vistas a otimizar o uso e exploração da eletricidade e dos recursos hídricos no meio rural. Nesse estudo, serão avaliadas propriedades rurais das seguintes categorias: criação de gado leiteiro, aviária (granjas) e frutífera (com irrigação forçada). Ao final do projeto, será lançado o Manual de Conservação de Energia no Meio Rural, além da realização do "I Seminário Brasileiro de Conservação e Uso Racional de Energia no Meio Rural", que darão subsídios para a atuação do Procel na área rural. Em 2009 foram realizados diagnósticos energéticos em duas propriedades com avicultura e em 14 propriedades com pecuária leiteira situadas na cidade de Delfim Moreira-MG.

Diagnósticos Hidroenergéticos

- A Eletrobrás, em parceria com a Unifei iniciou em 2008 um projeto que prevê a análise e um levantamento de informações técnicas de sistemas de abastecimento de água, por meio de diagnósticos hidroenergéticos. Além disso, estão previstos a elaboração de um programa de gestão de sistemas de abastecimento de água e a realização de um curso básico de gestão hidroenergética em sistemas de abastecimento. Em 2009, foram realizados em diagnósticos energéticos duas empresas de saneamento, situadas em Passos e São Lourenço, ambas em Minas Gerais, assim como em hotel, também em São Lourenço. Ressalta-se ainda que na execução dos trabalhos de campo desse projeto será utilizado o Laboratório Móvel de Hidráulica da Unifei.

Elaboração e consolidação dos resultados do Procel:

- O Relatório de Resultados do Procel é publicado anualmente e a partir de 2009 passou a contabilizar as emissões de CO2 equivalentes evitadas pela energia economizada. Cerca de 800 unidades impressas foram distribuídas para os principais agentes ligados ao setor energético, além de ser disponibilizado para o público geral no Portal Procel Info (www.procelinfo.com.br).

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 1.613.074,91	R\$ 627.492,91	38,9
Física	80	88	110,0

**Unidade: projetos-mês (número de projetos em andamento em cada mês)*

A descontinuidade e a postergação de projetos para o ano seguinte com previsão de utilização financeira elevada, além do realinhamento de parte do orçamento original, prejudicaram o cumprimento do cronograma financeiro previsto para 2009.

2.3.1.2.4. Ação 9650 – Implantação de Projetos de Eficiência Energética e Desenvolvimento Tecnológico em Eficiência Energética

Dados gerais da ação

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	Promover a conservação e o uso eficiente de energia elétrica em Prédios Públicos, empresas de saneamento, edificações, nas unidades consumidoras das prefeituras e no segmento industrial, comercial e residencial, através de parcerias com diversos agentes da sociedade (subprogramas PROCEL EPP, PROCEL SANEAR, PROCEL GEM, PROCEL EDIFICA e PROCEL INDÚSTRIA).
Descrição	A metodologia de desenvolvimento do projeto é realizada de forma estruturada, em parcerias com diversos agentes, com abrangência nacional e obedecendo a critérios de potencial de replicação, visando estimular e difundir as ações de eficiência energética nos segmentos industrial, comercial e residencial, em prédios públicos, em edificações, empresas de saneamento e unidades consumidoras das prefeituras.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
Coordenador nacional da ação	Ubirajara Rocha Meira
Unidades executoras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Projetos de Eficiência Energética
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento dos conceitos de eficiência energética, bem como dos segmentos em que se aplica.

As seguintes atividades foram desenvolvidas em 2009 no âmbito do Procel, visando à implantação de projetos e incentivo do desenvolvimento tecnológico na área de eficiência energética:

a) Gestão Energética Municipal – Procel GEM

Em 2009, o PROCEL GEM - Gestão Energética Municipal, que tem como missão ajudar as prefeituras a gastar menos com energia elétrica, finalizou 8 PLAMGEs dentro do projeto Alto Uruguai, em municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, revelando um potencial de economia médio de 25,1% sobre o total do consumo das prefeituras. Isso representa quase 1.100 MWh/ano ou o consumo de mais de 600 famílias durante um ano. Além desses, há ainda outros 17 PLAMGEs em elaboração.

Em parceria com a Eletronorte, foram doados computadores que serão utilizados para o gerenciamento eficiente de energia elétrica de 8 prefeituras nos estados do Maranhão, Pará e Roraima; foi ainda aprovado, pela ANEEL, um Projeto Comunidades de Aprendizado em Gestão Energética Municipal no Estado de Roraima a ser implementado pela CERON, contando com apoio da Eletrobrás/PROCEL GEM; foi iniciada uma nova parceria com a Eletronorte para a elaboração de 7 PLAMGEs nos estados de Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Roraima; junto com a PUC-Rio, serão realizados, em 2010 e 2011, 6 treinamentos nas 5 regiões do país; a equipe do Procel GEM foi responsável pela organização da 1ª Semana Eletrobrás de Eficiência Energética; já está em andamento a atualização da metodologia de PLAMGEs e do software SIEM – Sistema de Informações Energéticas Municipais e a preparação da 7ª Edição do Prêmio Procel Cidade Eficiente, que será realizado em 2010.

Além disso, foi aprovado e apresentado mais um trabalho técnico no V Congresso Nacional de Excelência em Gestão, realizado no Rio de Janeiro. O trabalho teve como tema o Projeto Comunidades de Aprendizado e seus resultados. Com isso, são 11 trabalhos aprovados desde 2004, sendo 4 deles em eventos internacionais.

Desde sua criação, o Procel GEM já economizou 63.853,10 MWh, energia suficiente para abastecer uma cidade de 148 mil habitantes durante um ano, como Itajaí, em Santa Catarina,

atuando em 271 municípios de 17 estados. Esta economia de energia implica na redução da emissão de carbono na atmosfera em cerca de 3090 tCO_{2e}.

b) Eficiência Energética em Prédios Públicos – Procel EPP

Em 2009, o Procel EPP concluiu a melhoria dos sistemas de iluminação e climatização das seguintes instituições públicas: Marinha do Brasil – Base Naval do Rio de Janeiro, e do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, o Subprograma concluiu a capacitação do Laboratório de Eficiência Energética - LEENER, do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com os seguintes resultados:

- Construção de um ambiente de informática para a utilização e desenvolvimento de softwares, pesquisas bibliográficas e aulas com o uso de aplicativos específicos da área;
- Criação do Laboratório de Eficiência Energética da UFJF com ênfase em sistemas industriais;
- Capacitação de graduandos de Engenharia Elétrica em eficiência energética, para atuar como monitores nos cursos de capacitação de gestores, formando profissionais preparados para o mercado de trabalho, integrados ao seu contexto sócio-econômico e voltados para esta área de atuação;
- Criação de infra-estrutura necessária à formação dos multiplicadores e ao treinamento dos gestores públicos, dentro e fora da Universidade;
- Desenvolvimento de 4 trabalhos de final de curso para graduandos em Engenharia Elétrica;
- Capacitação de recursos humanos na área de combate ao desperdício em sistemas industriais;
- Desenvolvimento de trabalhos de combate ao desperdício de energia e fontes alternativas de energia.

A economia total de energia elétrica alcançada pelas intervenções foi de cerca de 1.351,5 MWh/ano.

c) Eficiência Energética em Edificações – Procel Edifica

Em 2009, o Procel Edifica atuou com as seguintes instituições, para promover o desenvolvimento tecnológico na área de Edificações: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Universidade Federal Fluminense – UFF, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e Associação Técnica Brasileira das Indústrias de Vidro - ABIVIDRO, com os seguintes objetivos:

- Dar subsídio a Regulamentação da Lei 10.295/01 – Lei de Eficiência Energética, para:
 - Elaboração de textos, metodologias e manuais técnicos;
 - Interação com INMETRO para etiquetagem de edificações, no âmbito do PBE;
 - Capacitação de profissionais para aplicação da regulamentação, pelo método prescritivo e por simulação computacional.

- Testar e aplicar a Regulamentação para Eficiência Energética em Edificações, desenvolver metodologia para implantação de unidades de demonstração em conforto ambiental e eficiência energética, implantar um projeto de demonstração em eficiência energética e instrumentação e capacitação da equipe de professores e alunos do Laboratório de Conservação de Energia e Conforto Ambiental – LabCECA/UFF.
- Realizar por meio da validação, pesquisa e disseminação do programa computacional brasileiro Domus, de simulação termoenergética de edificações.
- Desenvolver uma metodologia padrão para verificação do Fator Solar dos vidros comercializados para o setor da construção civil no Brasil para atender as necessidades de implementação do Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos.

d) Eficiência Energética na Indústria – Procel Indústria

O resultado decorrente da celebração de convênios com as federações das indústrias dos estados permitiu, até o final de 2009, a capacitação de 3.160 agentes (técnicos e engenheiros das indústrias participantes) de um total de 788 indústrias, além da análise técnica e aprovação de 12 diagnósticos energéticos.

No Rio de Janeiro, o Procel Indústria atua por intermédio de um Convênio de cooperação técnico-financeira com o Sebrae-RJ, a fim de: promover a eficiência energética nas micro e pequenas empresas do estado; treinar e capacitar profissionais para atuar neste setor; e contemplar a monitoração, verificação e divulgação dos resultados das ações implementadas. Em 2009 foram desenvolvidas as seguintes atividades: elaboração, implementação e distribuição do Manual sobre o Uso Eficiente de Energia – UEE para o setor de cerâmica vermelha; realização de 14 consultorias/diagnósticos energéticos sobre o UEE; elaboração e divulgação de 11 artigos sobre UEE; realização de 13 palestras com foco setorial; divulgação do UEE em 3 feiras e eventos; e foram realizados 4 cursos de curta duração.

O Procel Indústria também atua na capacitação laboratorial com enfoque no uso eficiente integrado de sistemas motrizes industriais, por meio dos Laboratórios de Otimização de Sistemas Motrizes (LAMOTRIZ), nas cinco regiões do País, por meio de convênios com treze universidades (UFAM, UFPA, UFC, UFPE, UFBA, UFMS, UFMT, IFMT, UFU, UFSJ, UNESP, UDESC e FUCS). Em 2009, 3 laboratórios permanecem em fase de implantação (UFMS, UFSJ e FUCS).

Com vistas a um melhor entendimento da estrutura de consumo de energia pelo setor industrial em âmbito nacional e internacional, foi celebrado convênio com a Confederação Nacional das Indústrias e Instituto Euvaldo Lodi/Núcleo Central (IEL/NC), assinado em fevereiro de 2007, com recursos aplicados de R\$ 1.953.560,00 (73,23%) da Eletrobrás e de R\$ 714.160,00 (26,8%) da Executora. Como resultados efetivos em 2009 foram elaborados os Relatórios Setoriais e outros relatórios técnicos específicos, além da elaboração de Guias Técnicos destinados ao "Curso de Formação de Agentes Industriais de Nível Médio em Otimização de Sistemas Motrizes.

Adicionalmente, foi aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica entre a Eletrobrás, a CNI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e o IEL/NC com o objetivo de planejar e implementar ações voltadas ao uso eficiente de energia elétrica na indústria brasileira.

Com o objetivo de desenvolver metodologia para especificação e avaliação energética em sistemas de bombeamento e arrefecimento de água industrial no Brasil, foi celebrado um convênio entre a Eletrobrás e o Instituto Tecnológico e Científico INTEC/SC.

Outras atividades do Procel Indústria no ano de 2009 foi a sua participação nas ações para a redução de demanda por meio da eficiência energética e da gestão de perdas, bem como ações com foco na ampliação integrada da oferta de energia elétrica na Venezuela.

e) Eficiência Energética no Saneamento – Procel Sanear

No que se refere à capacitação laboratorial, o Procel Sanear realizou em 2009 o comissionamento de um laboratório da Rede Brasileira de Laboratórios de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento – Rede LENHS instalado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Inauguração do Laboratório de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento (LENHS) da Universidade Federal da de Minas Gerais (UFMG) – 14 de abril de 2009, em Belo Horizonte.

Conclusão do convênio com a Universidade Federal da Paraíba UFPB, assinado em dezembro de 2006, para a aplicação de recursos de R\$ 1.510.679,41 (79,90%) da Eletrobrás e de R\$ 380.000,00 (20,10%) da Executora, para a realização de revisão e edição de publicações técnicas voltadas para a eficiência energética, controle e redução de perdas de água no âmbito dos prestadores de serviços de saneamento.

Desenvolvimento do convênio de cooperação técnico-financeira com o CEPEL, assinado em dezembro de 2007, para implementação de um Sistema Móvel para Diagnósticos Hidroenergéticos – SMDH, para realização de 3 (três) Diagnósticos Hidroenergéticos / Energéticos, um para cada subprograma do PROCEL (setores de saneamento, público e industrial), com recursos aplicados de R\$ 402.000,00 (49,26%) da Eletrobrás e de R\$ 414.000,00 (50,74%) do CEPEL. Em 2009, o CEPEL iniciou a aquisição dos equipamentos previstos no convênio e fez o primeiro contato para o diagnóstico no setor público e industrial.

A Eletrobrás, no âmbito do Procel Sanear, apóia ações voltadas à divulgação e incentivo às melhores práticas do uso eficiente de energia elétrica e água no setor saneamento. A difusão da cultura de combate ao desperdício de energia e água no setor contribui para a postergação de investimentos nas operadoras de água e de esgotamento sanitário, bem como para a universalização desses essenciais serviços prestados à sociedade brasileira. Em 2009, foram apoiados os seguintes eventos:

- a) 39º Assembléia da Associação *Nacional* dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE.
- b) 25º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES.
- c) XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos – 22 a 26 de novembro, em Campo Grande.
- d) IX Seminário Ibero-americano de Planejamento e Operação de Sistemas de Abastecimento de Água – SEREA – 24 a 27 de novembro, em Valência/ Espanha.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	12.449.840,29	8.751.194,53	70,29
Física	111	87	78

**Unidade: projetos-mês (número de projetos em andamento em cada mês)*

2.3.1.2.5. Ação 9649 – Iluminação Pública Eficiente (Procel RELUZ)

Dados gerais da ação

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	Proporcionar melhoria das condições de iluminação pública e sinalização semafórica dos municípios brasileiros, tornando-os mais eficientes, contribuindo para o aumento da segurança pública nas vias urbanas, com reflexos positivos para o bem estar da população e para a redução do consumo de energia elétrica e dos gastos públicos.
Descrição	O Reluz consiste, basicamente, na implementação de projetos de iluminação pública e sinalização semafórica, por meio de concessão de financiamentos com recursos da RGR às concessionárias de energia elétrica. Além de financiar projetos de melhoria da iluminação pública e sinalização semafórica, onde é realizada a substituição de equipamentos obsoletos por outros mais eficientes, o Reluz financia também projetos de iluminação de destaque de monumentos, fachadas e praças públicas, expansão e remodelagem dos sistemas de iluminação pública, iluminação de espaços públicos esportivos e inovação tecnológica em iluminação pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
Coordenador nacional da ação	Ubirajara Rocha Meira
Unidades executoras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Projetos de Eficiência Energética
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de projetos sob o ponto de vista de engenharia e de viabilidade econômica, além de aprovação orçamentária; - Gestão de contratos de financiamento; - Supervisão física de projetos.

Em 2009, o Procel Reluz, beneficiou 10 municípios, tornando eficientes mais de 65 mil pontos o que resultou em uma economia de energia de 16,87 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 3,8 mil kW. Além disso, instalou outros 528 novos pontos eficientes. Os investimentos totalizaram, em 2009, R\$ 30,3 milhões, cabendo à Eletrobrás o financiamento de R\$ 22,7 milhões.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 15.000.000,00	R\$ 30.339.303,28	202
Física*	50.000 pontos	66.043 pontos	132

*Unidade: pontos de iluminação eficientizados

2.3.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) tem por objetivo principal e imediato aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN). Dessa forma, o PROINFA contribui para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais de fornecimento de energia elétrica e para a criação de oportunidades de emprego, o que lhe permite estar em absoluta consonância com os programas de desenvolvimento do Governo Federal.

Situação da Implantação do PROINFA até 31 de dezembro de 2009

SITUAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROINFA	Nº	POTÊNCIA (MW)
Total em Construção: 26 Em Andamento e 2 Paralisadas (15 PCH, 1 UTE, 12 UEE)	28	571,30
Total de Empreendimentos em Operação (47 PCH, 20 UTE, 26 UEE)	93	2.042,46
SUBTOTAL	121	2613,76
*Obras não Iniciadas (16 UEE)	16	540,74
TOTAL	137	3158,5
**Solicitação de Rescisão Contratual e Contrato Anulado (6 UTE, 1 PCH)	7	144,90
TOTAL GERAL	144	3.299,40
* 13 UEE's não iniciadas, totalizando 330,34 MW, já contrataram equipamentos. ** UTEs Sidrolândia, Brasilândia, Energia Ambiental, Nova Geração, Sonora, Ceisa e a PCH Cachoeira Grande (rescisão contratual).		

A Eletrobrás, com o apoio do MME, empreende todos os esforços na viabilização do PROINFA. Entretanto, vários acontecimentos de força maior ou caso fortuito impediram a conclusão dos empreendimentos. Em consequência, diversos empreendedores solicitaram postergação de suas Datas Planejadas de Operação Comercial para além de 30 de dezembro de 2008, alegando Motivos de Força Maior, de natureza específica de cada empreendimento. O MME se manifestou positivamente a respeito da prorrogação para além de 30 de dezembro de 2008 nos casos fortuitos ou de força maior através da Nota CONJUR/MME nº. 197/2008. Com a publicação da Lei 11.943 de 28 de maio de 2009, a data de início para entrada em operação comercial dos empreendimentos PROINFA que era até 30 de dezembro de 2008 (Portaria 452 de 28/09/2005) foi prorrogada para até 30 de dezembro de 2010.

2.3.2.1. Dados gerais do Programa

Tipo de programa	Programa de Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN).
Objetivos Específicos	Contratos de compra e venda de energia celebrados com a Eletrobrás para contratar 3300 MW de capacidade nas fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.
Gerente do programa	MME
Gerente executivo	Departamento de Desenvolvimento Energético do MME
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Eletrobrás
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Geração de energia elétrica produzida pelos empreendimentos em operação.
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores do Sistema Interligado Nacional (SIN)

2.3.2.2. Principais Ações do Programa

Implantação de 3.300 MW de capacidade por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN), assegurando a compra da energia a ser produzida no prazo de 20 anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato.

2.3.2.2.1. Ação 001 – Implantação de 3.300 MW de Capacidade por Empreendimentos com Base nas Fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa.

Dados gerais da ação 001

Tipo	Ação Não Orçamentária
Finalidade	Implantação de 3.300 MW de capacidade por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa
Descrição	Implantação de 144 empreendimentos. Contratação da ELETROBRÁS no âmbito do PROINFA: 63 empreendimentos de PCH, 54 empreendimentos de Eólica e 27 empreendimentos de Biomassa totalizando 3.299,40 MW
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Coordenador nacional da ação	Ministério de Minas e Energia
Unidades executoras	ELETROBRÁS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Comercialização de Energia, Departamento de Engenharia de Geração e Departamento de Meio Ambiente.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Equipe com conhecimentos técnicos de engenharia, conhecimentos financeiros e jurídicos para a análise dos contratos e elaboração de termos aditivos referentes aos empreendimentos de fontes renováveis de biomassa, eólica e pequena central hidrelétrica. São também necessários conhecimentos técnicos de campo para as inspeções técnicas aos diversos empreendimentos de biomassa, eólica e pequenas centrais hidrelétricas.

2.3.2.2.2. Resultados - Ação 001

Até o término do ano de 2009, entrou em operação pelo PROINFA um total de 92 empreendimentos de geração, perfazendo uma potência total de 2032,46 MW.

A grande maioria dos empreendimentos que entraram em operação são os de Pequenas Centrais Hidrelétricas, em um total de 47 empreendimentos que juntos representam uma potência instalada de 955,54 MW. Os empreendimentos de Eólica vêm em segundo lugar com um total de 26 usinas em operação, representando uma potência instalada de 572,58 MW. São 19 os empreendimentos de Biomassa já em operação, perfazendo 504,34 MW de potência.

Na condição de agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do Proinfa, destacaram-se as seguintes atividades realizadas pela Eletrobrás em 2009: a entrada em operação comercial de 23 empreendimentos sendo: 15 Eólicas (263,18 MW) e 8 PCHs (188,60 MW), acrescentando 451,78 MW de potência ao Sistema Elétrico Nacional.

A tabela a seguir, totaliza os dados dos empreendimentos que entraram em operação comercial em 2009:

Tabela 3 – Empreendimentos do PROINFA que entraram em Operação Comercial em 2009

Fontes	Entrada em operação em 2009 (quantidade)	Potência (MW)
PCH	8	188,60
Eólica	15	263,18
Biomassa	0	0,00

TOTAL	23	451,78
--------------	-----------	---------------

2.3.2.2.3. Ação 002 – Compra da Energia a ser produzida no prazo de 20 anos, a partir da data de entrada em Operação Definida no Contrato.

Dados gerais da ação 002

Tipo	Ação Não Orçamentária
Finalidade	Produção de energia elétrica através de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa.
Descrição	Compra pela Eletrobrás da energia produzida pelos 63 empreendimentos de PCH, 54 empreendimentos de Eólica e 27 empreendimentos de Biomassa no prazo de 20 anos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Coordenador nacional da ação	Ministério de Minas e Energia
Unidades executoras	ELETROBRAS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Comercialização de Energia, Departamento de Engenharia de Geração e Departamento de Meio Ambiente.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Equipe com conhecimentos técnicos de engenharia, conhecimentos financeiros e jurídicos para a comercialização de energia, análise dos contratos, elaboração de termos aditivos e resolução de questões referentes à contabilização e faturamento da energia dos empreendimentos de fontes renováveis de biomassa, eólica e pequena central hidrelétrica, no âmbito do PROINFA. São também necessários conhecimentos técnicos de campo para as inspeções técnicas aos diversos empreendimentos de biomassa, eólica e pequenas centrais hidrelétricas

2.3.2.2.4 Resultados - Ação 002

A Lei 10.438/02 preconiza que na primeira fase, os contratos serão celebrados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), para a implantação de 3.300 MW de capacidade, assegurando a compra da energia a ser produzida no prazo de 20 anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato.

A aquisição da energia é feita pelo valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte. Esse valor, acrescido dos custos administrativos da ELETROBRÁS, será rateado entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Interligado nacional (SIN). O índice de nacionalização dos equipamentos e dos serviços será de, no mínimo, 60%.

2.3.2.2.5. Montantes de Energia e Custeio do PROINFA – 2010

A ELETROBRÁS elabora periodicamente o Plano Anual do PROINFA, documento que sintetiza os valores de energia e custeio do programa para cada ano, e encaminha à ANEEL para aprovação a cada mês de setembro. Os valores de energia e custeio para o ano de 2009 foram calculados em 2008 e homologados pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº. 772/2009.

Na elaboração do PAP-2010, em setembro de 2009, foram apurados e informados os valores realizados de janeiro a agosto de 2009, bem como feitas as previsões para os meses subsequentes até o término do ano. A tabela a seguir apresenta estes valores referentes a 2009, constantes do PAP-2010.

Tabela 4 - Montante de energia e custeio para 2009

PAP 2010 – realizado (1/1/09 a 31/8/09) e previsto (1/9/09 a 31/12/09)			
Fonte	Número de Empreendimentos	Energia (MWh)	Custo Anual (R\$)
Biomassa	18	1.213.847,00	154.948.644,06
Eólica	34	1.459.453,33	375.266.949,58
PCH	56	4.849.859,07	762.340.590,64
TOTAL	108	7.523.159,40	1.292.556.184,28

Os valores de energia e custeio expressos na Tabela referem-se somente a parcela de energia contratada dos empreendimentos.

2.3.3. Programa 0276 – Gestão de Política de Energia

2.3.3.1. Dados gerais do Programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia.
Objetivos Específicos	Ampliar a oferta de energia elétrica
Gerente do programa	Altino Ventura Filho
Gerente executivo	Iran de Oliveira Pinto
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	MME
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Capacidade instalada de geração de energia Consumo de energia no país Linhas de transmissão instaladas, com tensão igual ou superior a 230 kV
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.3.2. Principais Ações do Programa

As principais ações referem-se aos estudos de inventário e viabilidade para implantação de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica. Neste Programa inclui-se, também, a ação referente aos estudos de integração energética com os países da América Latina. Todas as ações objetivam identificar as melhores opções técnico-econômicas e sócio-ambientais, para a realização dos estudos e, posteriormente, dos empreendimentos.

Uma das características dessas ações, dentro das Empresas, é a de se confundir com as atividades correntes, uma vez que as Empresas estão permanentemente desenvolvendo estudos para identificar oportunidades para realização de empreendimentos de seu próprio interesse, bem como para os objetivos do Programa. Trata-se, portanto, de uma atividade contínua.

É importante notar que, a maioria dos estudos, até que efetivamente venha a se realizar, é precedida por um longo período de negociações e procedimentos burocráticos, que não são usualmente computados, nas metas físicas de realização das ações.

2.3.3.2.1. Ação 2D92 - Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistemas de Geração e de Transmissão na Região Amazônica

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Realizar estudos de inventário e de viabilidade de implantação de usinas hidrelétricas e respectivos sistemas de transmissão associados, visando ampliar a oferta de energia hidrelétrica do sistema elétrico interligado brasileiro.
Descrição	Trata-se de realizar estudos de inventário e de viabilidade de usinas hidrelétricas e respectivos sistemas de transmissão associados, utilizando-se do potencial hidrológico da região amazônica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Coordenador nacional da ação	Sidney Lago Júnior
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Engenharia (DE) - Departamento de Engenharia e Gestão de Obras de Geração (EGG)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Competências nas atribuições do Departamento de Engenharia e Gestão de Obras de Geração (EGG) da Eletrobrás

Esta Ação envolveu em 2009 os seguintes estudos:

2.3.3.2.2 - Estudos de Viabilidade e EIA/RIMA do AHE Belo Monte:

Os Estudos de Belo Monte são uma das principais atividades desta ação e têm enfrentado, ao longo dos anos, várias ações judiciais que tem adiado sua conclusão. Foi retomado em 2007, após liberação judicial. No decorrer do ano de 2009 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Realizada reunião na Casa Civil em 19/01/2009 onde verificou-se a necessidade de criação de Grupo específico com a participação da FUNAI, IBAMA, MMA, MME, CC e ELETROBRÁS para acompanhamento dos estudos;
- Eletrobrás protocolou o EIA/RIMA do AHE Belo Monte no IBAMA através da carta CTA-DE-1765/2009 em 27/02/2009;
- IBAMA enviou ofício nº 37/2009-CGENE/DILIC/IBAMA em 10/03/2009 à Eletrobrás informando que o ofício de protocolo do EIA/RIMA não continha o requerimento de LP. Apenas após a protocolização do requerimento de LP com a devida publicidade e da apresentação do EIA/RIMA completo seria dado início à contagem de prazos para análise de checagem;
- Eletrobrás protocolou a revisão do EVTE do AHE Belo Monte na ANEEL em 20/03/2009;
- Eletrobrás enviou carta CTA-DE-3020/2009 em 30/03/2009 ao IBAMA encaminhando os documentos solicitados pelo do ofício nº 37/2009;
- Eletrobrás enviou carta CTA-DE-3497/2009 em 13/04/2009 à FUNAI encaminhando os estudos etnoecológicos;
- IBAMA emitiu o *Check List* em 28/04/2009 através do Parecer nº 29/2009;
- IBAMA solicitou adequação do RIMA, em 05/05/2009, por meio do Parecer nº 31/2009.
- Entrega das complementações ao IBAMA em 19/05/2009.
- Aceite do IBAMA em 25/05/2009 abrindo o prazo de 45 dias para solicitação de audiências públicas.
- Em 03/06/2009 concedida liminar suspendendo a contagem do prazo de 45 dias.

- Em 23/06/2009 CNPE emite resolução autorizando a licitação do AHE Belo Monte.
- Em 10/07/2009 entregue a FUNAI a avaliação ambiental das Terras Indígenas.
- Em 10/07/2009 entregue a ANA as complementações solicitadas.
- Em 10/07/2009 entregue ao IBAMA o relatório complementar sobre a qualidade da água, em atendimento ao Parecer nº 029/2009.
- Realizadas as Oitivas Indígenas, inicialmente previstas para realizarem entre os dias 16 e 29 de agosto de 2009, foram posteriormente acrescidas dos dias 01 e 02 de setembro de 2009, dada a necessidade de viabilizar a participação de representantes do Ministério Público Federal em Altamira, nas reuniões ocorridas nas Terras Indígenas Paquicamba e Arara da Volta Grande do Xingu.
- IBAMA concluiu a série de quatro Audiências Públicas para discutir o AHE Belo Monte, que está em processo de licenciamento. As audiências foram realizadas nas seguintes datas: 10/09/2009 no Município de Brasil Novo; 12/09/2009 no Município de Vitória do Xingu; 13/09/2009 no Município de Altamira e 16/09/2009 no Município de Belém.
- Publicada em 11/09/2009 a Resolução do CNPE – Conselho Nacional de Política Energética, que determina que o potencial hidroenergético a ser explorado pelo AHE Belo Monte será somente aquele situado no rio Xingu, entre a sede urbana de Altamira e sua foz. Este Conselho também indicou o projeto de geração elétrica de Belo Monte como prioritário para efeito de Licitação e Implantação.
- Finalizada a análise dos Estudos de Viabilidade Técnico-Econômicos do AHE Belo Monte, através da Nota Técnica ANEEL nº 380/2009 de 30/10/2009, constituindo que, do ponto de vista da ANEEL, estão “aptos à aprovação”, sendo que o despacho formal dessa aprovação está condicionado apenas à emissão da Licença Prévia Ambiental, pelo IBAMA;
- Emitida em 6/10/2009 a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH, através da Resolução ANA nº 740.

2.3.3.2.3 - Estudos de Viabilidade dos Empreendimentos do Complexo Tapajós

- Em 22/05/2009 foram aprovados os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Tapajós, realizados pela Eletronorte e Camargo Corrêa, através do despacho ANEEL nº 1.887;
- Dentre, os sete aproveitamentos hidrelétricos identificados pelos Estudos de Inventário, cinco deles se destacam e foram selecionados para a realização dos Estudos de Viabilidade, sendo eles: AHE São Luiz do Tapajós (6.133 MW), e AHE Jatobá (2.338 MW) no rio Tapajós e AHE Cachoeira do Caí (802 MW), AHE Jamanxim (881 MW) e AHE Cachoeira dos Patos (528 MW) no rio Jamanxim. Estes aproveitamentos, conjuntamente designados como “Complexo Hidrelétrico do Tapajós”, integralizam uma potência instalada estimada em 10.682 MW;
- Entre 13 e 18/06/09 foi realizada campanha de reconhecimento dos sítios dos empreendimentos pela Eletrobrás / Eletronorte / Camargo Correa / EDF;
- Em 25/06/2009 foi realizada Audiência na Câmara Municipal de Itaituba, por solicitação do presidente da casa, onde o Sistema Eletrobrás prestou esclarecimentos às autoridades e à sociedade local;
- A Eletrobrás, a Eletronorte, a Camargo Corrêa e a *Électricité de France* firmaram em 17/07/09 um Acordo de Cooperação Técnica para a realização da Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da Bacia do Rio Tapajós e dos Estudos de Viabilidade dos cinco aproveitamentos;
- Nos meses de agosto e setembro/09 foi elaborado o plano de trabalho e detalhado o orçamento e o planejamento para os estudos de viabilidade e AAI. Também foi iniciado

o processo de licenciamento ambiental, através do preenchimento do Formulário de Abertura de Processo – FAP no site do IBAMA e apresentação de proposta de Termo de Referência para elaboração dos estudos;

- O Ofício 1007/2009 DILIC/IBAMA de 29/09/09, informa que o ICMBio se manifestou (Ofício 655/2009 GP/ICMBio), contrário à continuidade do processo de licenciamento em consideração aos artigos 2º, 7º e 28º da Lei 9985/2000;
- Em 06/11/09 foi realizada reunião com a Eletronorte, MME e ICMBio sobre os entraves ambientais do Complexo Tapajós;
- No período de 09 a 13/11/09 a Eletrobrás acompanhou a visita das lideranças municipais de Itaituba à Usina de Itaipu, com o objetivo de apresentar os impactos e benefícios que a implantação de uma hidrelétrica traz para a região;
- Em novembro e dezembro/09 iniciados serviços referentes aos levantamentos de campo. Entre 08 e 11/12/2009 foi realizada campanha de reconhecimento e acompanhamento dos levantamentos de campo nos sítios dos empreendimentos pela Eletrobrás / Eletronorte / Camargo Correa / EDF
- O processo de licenciamento ambiental, de todos os aproveitamentos, encontra-se paralisado, diante da posição do ICMBio de não autorizar entrada nas Unidades de Conservação para execução dos levantamentos necessários. A Eletrobrás trabalha no apoio ao Ministério de Minas e Energia, para a elaboração de um instrumento legal, que viabilize a autorização dos levantamentos em áreas de conservação, a emissão do Termo de Referência pelo IBAMA e a desafetação das áreas necessárias à implantação dos empreendimentos.

2.3.3.2.4 - Estudos do Rio Uruguai

- Em setembro de 2008 foi assinado o 1º Convênio de Cooperação entre Eletrobrás e EBISA, objetivando o desenvolvimento dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Uruguai no trecho compartilhado entre Brasil e Argentina e aos Estudos de Viabilidade Técnico-econômica e Ambiental do AHE Garabi:
 - Em 11/03/2009 os Estudos de Inventário foram contratados pela EBISA ao Consórcio CNEC-ESIN-PROA;
 - Em junho/2009 o consórcio apresentou o Produto 1, constituído pelo Relatório de Programação e Planejamento dos Estudos de Inventário;
 - Em 11/09/2009, o Consórcio CNEC-ESIN-PROA emitiu o relatório “Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai no tramo compartilhado entre Brasil e Argentina, Relatório 1ª etapa – Cota Garabi” no qual foi indicado o sítio de Garabi na elevação 89 metros para os estudos de viabilidade;
 - Estão em elaboração o edital de licitação e os termos de referência para a contratação pela Eletrobrás dos Estudos de Viabilidade e EIA/RIMA do AHE Garabi que devem ser contratados no 1º semestre de 2010;
 - Os estudos de inventário possuem previsão de serem concluídos em abril de 2010;
- Em 22/10/2009 foi assinado o 2º Convênio de Cooperação entre Eletrobrás e EBISA, objetivando a realização dos Estudos de Viabilidade de aproveitamento hidrelétrico localizado a montante da UHE Garabi, que se qualifique como viável nos Estudos de Inventário.
- Em novembro de 2009 os presidentes das Repúblicas do Brasil e da Argentina solicitaram que a Eletrobrás e a EBISA considerem as exigências das autoridades pertinentes, no sentido de obter as licenças e autorizações necessárias para a viabilização de tais projetos. Além disso, que constituam um esquema associativo para

as etapas de construção, operação e manutenção e identifiquem as possíveis fontes de financiamento para os estudos e obras destes aproveitamentos

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.267.000,00	5.474.336,00	53,32
Física	-	-	-

2.3.4. Programa 1042 – Energia nos Sistemas Isolados (nova versão resumida)

2.3.4.1. Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica.
Objetivo Específico	Geração de energia elétrica para atendimento da população dos Sistemas Isolados, visando promover o desenvolvimento sócio-econômico auto-sustentável da região.
Gerente do programa	Josias Matos de Araújo
Gerente executivo	Edvaldo Luis Rizzo
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	ELETOBRÁS
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Consumo de Energia nos Sistemas Isolados
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.

2.3.4.2. Principais Ações do Programa

2.3.4.2.1. Ação 7F43 – Implantação de Redes de Ramais Termelétricos (Gasoduto) para Atendimento de Produtores Independentes de Energia Termelétrica, em Manaus

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Construir rede de ramais termelétricos em Manaus, possibilitando a utilização do gás natural, proveniente de Urucu/AM, por cinco produtores independentes de energia instalados na cidade de Manaus, atualmente gerando com óleo combustível, fisicamente distantes dos "citygates" de Aparecida e Mauá.
Descrição	Construção de cerca de 44 km de dutos na cidade de Manaus (AM), para transportar cerca de 2 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural das instalações da Manaus Energia, em Aparecida e Mauá, aos produtores independentes de energia (Breitner Tambaqui, Breitner Jaraqui, Rio Amazonas Energia, GERA Companhia Energética e Manauara).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Coordenador nacional da ação	Jacira de Jesus Araujo
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETOBRÁS.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Planejamento e Engenharia – Departamento de Planejamento e Gestão dos Sistemas Não Interligados.

Competências institucionais para execução da ação	Para acompanhamento da execução das obras de implantação dos Ramais Termelétricos em Manaus, foi constituído um comitê técnico, composto de seis membros, com formação técnica em engenharia, cujo objetivo é a fiscalização da execução das obras e ações correlatas, designadas no Convênio celebrado entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, a Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, a Manaus Energia S.A. e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE. Ressalta-se que referido comitê é composto por três membros da CIGÁS e três membros do Sistema ELETROBRÁS.
--	--

Esta ação tem como principal objetivo viabilizar a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas, com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de combustível e a conseqüente emissão de monóxido de carbono e redução dos custos da CCC-Isol.

Conforme o Convênio ECV-205/2006, celebrado entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, a Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, a Manaus Energia S.A. e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, em 11 de dezembro de 2006, a CIGÁS é a responsável pela elaboração do projeto, a construção, a montagem e a pré-operação dos Ramais Termelétricos, incluindo: o licenciamento ambiental, compensações ambientais, projeto, gerenciamento, construção, montagem e pré-operação (comissionamento) dos Ramais Termelétricos, bem como pela realização de aporte financeiro. A ELETROBRÁS, além da responsabilidade do aporte financeiro, cabe, juntamente, com Manaus Energia e a ELETRONORTE o acompanhamento da implantação dos Ramais Termelétricos.

Face ao aquecimento do mercado, à época da publicação do processo licitatório, apenas a 3ª licitação lançada pela CIGÁS logrou êxito. No entanto, o preço proposto pelo licitante vencedor (Construtora LJA Ltda.) se verificou 21% acima do preço estimado pela CIGÁS. A partir desse novo valor orçado para construção dos ramais termelétricos e implantação dos equipamentos auxiliares foi analisada a elaboração de um aditivo ao contrato.

Em 07 de outubro de 2008, foi assinado o primeiro termo aditivo ao Convênio ECV-205/2006 (ECV-205-A/2008) para prorrogação de prazo de execução das obras de 30 meses para 42 meses e alteração do valor do projeto de construção e implantação de ramais termelétricos de R\$ 68.187.704,00 para R\$ 82.623.561,60 e do valor total do Convênio de R\$ 78.315.291,91 para R\$ 92.665.684,00.

No entanto, em março/2009, a obra foi paralisada, em função do distrato do Contrato celebrado entre a CIGÁS e a Construtora LJA (Contrato nº. 025/2007), motivado por inadimplemento contratual, assinado em 10/03/2009 e publicado no DOU em 07/04/2009, formalizado através do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº. 025/2007 (2009).

A CIGÁS, após rescisão do contrato com a Construtora LJA, adotou ações, por meio de mecanismos legais hábeis urgentes, visando à continuidade do projeto de forma a permitir um cronograma de obras coordenado com outros participantes do projeto. Desta forma, em 02/06/2009, as obras foram iniciadas pela HECA Comércio e Construção Ltda., cujo objeto do contrato celebrado constitui a prestação de serviços de consolidação do projeto executivo, construção, montagem, testes e comissionamento e operação assistida do remanescente de obra dos ramais termelétricos, incluindo o fornecimento de materiais e serviços.

Ressalta-se que a CIGÁS, em função dos motivos acima sumarizados, adquiriu, por meio de contratação direta, alguns materiais, equipamentos e serviços (reaterro e pavimento, proteção catódica provisória, parafusos e válvulas).

A seguir, são descritas as principais evoluções da ação em 2009, nos seus respectivos subprojetos.

- Reinício das obras, em 02/06, após rescisão contratual com a primeira construtora em 10/03 (DOU 07/04);
- Conclusão da compra de tubos de aço, pela CIGÁS, em 10/11. Todos os tubos foram entregues no canteiro central da construtora;
- Aquisição de todas as válvulas de recebimento, para regulagem de pressão e para os ramais;
- Instalação das válvulas de recebimento nos pontos de entrega localizados nas UTE Aparecida e Mauá;
- Instalação da válvula de regulagem de pressão na UTE Aparecida;
- Aquisição das Estações de Medição e Regulagem de Pressão – EMRP. Todas as foram entregues no canteiro central da construtora;
- Instalação da EMRP do Produtor Independente de Energia – PIE Tambaqui;
- Conclusão das obras de construção das bases civis dos pontos de entrega, localizados nas UTE Aparecida e Mauá;
- Conclusão da montagem da tubulação dos pontos de entrega, localizados nas UTE Aparecida e Mauá;
- Ramal Mauazinho (1.660 metros) - Finalização do ramal, em 24/09, para atendimento da UTE Tambaqui. Conclusão dos testes hidrostáticos, limpeza e inertização em 30/09;
- Ramal Aparecida (21.600 metros) – realizado 19.400 metros (abaixamento das colunas de tubo de aço / reaterro das valas);
- Ramal Ponta Negra (4.040metros) – realizado 3.980 metros (abaixamento das colunas de tubo de aço / reaterro das valas);
- Ramal Manauara (3.140metros) – realizado 2.060 metros (abaixamento das colunas de tubo de aço / reaterro das valas);
- Ramal Rio Amazonas (9.000metros) – realizado 3.280 metros (abaixamento das colunas de tubo de aço / reaterro das valas).

Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 40.980.000,00	R\$ 38.979.351,00	95,1
Física	95 %	56,7 %	59,7

Obs.: O percentual físico previsto foi estimado considerando o cronograma físico e plano de execução (Metas) contidos no 1º Termo Aditivo ao Convênio ECV – 205/2006.

2.3.5. Programa 0273 – Luz Para Todos

2.3.5.1. Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água.
Objetivos Específicos	Atendimento a domicílios rurais sem acesso à energia elétrica.
Gerente do programa	Josias Matos de Araújo
Gerente executivo	Sidney de Freitas Gaspar
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Unidades consumidoras atendidas.
Público-alvo (beneficiários)	População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados

	ao atendimento elétrico rural.
--	--------------------------------

2.3.5.2. Principais Ações do Programa

2.3.5.2.1. Ação 9642 – Promoção da Universalização do Acesso à Energia

Dados gerais da ação

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	Propiciar o acesso e o uso da energia elétrica, sendo, preferencialmente, orientada para a população rural de baixo poder aquisitivo.
Descrição	Viabilizar, através de financiamento e concessão de subvenção aos Agentes Executores, a realização de projetos, aquisição e instalação de equipamentos, para prestação de serviços de energia elétrica à população rural.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério de Minas e Energia - MME
Coordenador nacional da ação	José Antonio da Costa Moreira
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Engenharia - Departamento de Gestão de Projetos Setoriais
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Gestão dos Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção firmados entre os Agentes Executores e a Eletrobrás e acesso aos dados cadastrados por esses Agentes no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz Para Todos.

Resultados da Ação 9642

Antes do início do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos existiam no Brasil 2,5 milhões de domicílios sem acesso à energia elétrica, sendo 80% localizados na área rural, resultando em mais de 10 milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da eletricidade.

A regulamentação da ANEEL, que definiu metas de universalização para cada município do país, estabeleceu como limite nacional para o completo atendimento o ano de 2015. A dificuldade e o custo da prestação de serviço definiram, dentro de cada área de concessão, o prazo para efetivar o atendimento e, assim, dada sua localização mais adversa e baixa expectativa de demanda, parte da população mais carente seria contemplada somente no final do prazo limite estipulado pela ANEEL.

O Programa Luz para Todos pretende antecipar estas metas por meio do estabelecimento de mecanismos institucionais e financeiros adequados, além de promover ações integradas de desenvolvimento local/rural.

Mais de 70% do Programa Luz para Todos é executado com recursos não-orçamentários provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Reserva Global de Reversão – RGR, recolhidas à Eletrobrás que gerencia os recursos e os utiliza para a viabilização do Programa.

O Programa é executado com a participação das empresas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica estaduais ou privadas e das cooperativas de eletrificação rural.

O fornecimento de energia elétrica às regiões rurais não-atendidas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a criação de novas oportunidades de emprego, favorecendo a fixação do homem no campo em condições mais dignas.

Busca-se, portanto, reduzir as desigualdades regionais e garantir a inserção social e a cidadania além de ações de promoção do desenvolvimento sustentável e do aumento da produção/renda.

No exercício de 2009, foram assinados 26 contratos de financiamento e concessão de subvenção entre a Eletrobrás e os Agentes Executores para a realização de obras de eletrificação rural totalizando 244 contratos firmados desde 2004.

Esses contratos assinados possibilitaram o atendimento de mais de 2,2 milhões de domicílios, até dezembro de 2009, sendo 357.970 somente em 2009 e beneficiando 11,1 milhões de pessoas, gerando uma grande quantidade de empregos diretos e indiretos.

Os resultados obtidos na Ação 9642 – Promoção da Universalização do Acesso à Energia, no exercício de 2009, não puderam ser avaliados, visto que não havia previsão de realização para este ano no SIGPlan (era previsto o encerramento do Programa Luz para Todos no ano de 2008). Os números apurados são apresentados na tabela a seguir.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	(1)	1.017.554.089,31	-
Física	(1)	324.246 (2)	-

Unidades: R\$ x nº de ligações

Comentários:

(1) – Não foram disponibilizados valores no SIGPLAN como previsão de metas financeiras e físicas para o exercício.

(2) - Os resultados obtidos na ação 9642, não contemplam as ações sob a responsabilidade das empresas de distribuição da Eletrobrás, nem as ligações associadas aos Contratos ou Acordos entre os Governos Estaduais e os Agentes Executores, de onde a diferença para o número global de 357.970 ligações efetuadas no ano de 2009.

2.3.6. Programa 0295 – Energia na Região Sul

2.3.6.1. Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade, confiabilidade e modicidade tarifária.
Objetivos Específicos	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul.
Gerente do programa	Josias Matos de Araújo
Analista Setorial SPI	Sidney de Freitas Gaspar
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	MME
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica. Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV.
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica da Região Sul.

2.3.6.2. Principais Ações do Programa

2.3.6.2.1 – Ação 126T: Interligação Elétrica Brasil - Uruguai: Implantação da SE Candiota 525/230kV/600MVA; Seccionamento da LT Presid. Médice-Magé, 230kV/1 km; Construção das LTs: Presid. Médice-Candiota, 230kV/9 km; e SE Candiota-fronteira Brasil/Uruguai, 525kV/57 km - No Estado do Rio Grande do Sul

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Fortalecer a integração energética entre o Brasil e o Uruguai mediante a construção de uma interligação de grande porte, conforme Memorando de Entendimentos firmado em 05/07/2006 entre autoridades do segmento de energia dos dois países.
Descrição	Implantação da SE Candiota 525/230 kV, com um banco de autotransformadores de 600 MVA, seccionamento da LT 230 kV Presidente Médici-Bagé e construção das linhas de transmissão de 230 kV entre Presidente Médici e Candiota e de 525 kV entre a SE Candiota e a fronteira Brasil-Uruguai (conexão na linha de transmissão da empresa transmissora do Uruguai – UTE).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério de Minas e Energia - MME
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Planejamento e Engenharia – Departamento de Engenharia e Gestão de Obras de Transmissão
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Competências nas atribuições do Departamento de Engenharia da Geração da Eletrobrás

Esta Ação tem por objetivo implantar uma interligação em 525 kV entre o Brasil e o Uruguai promovendo o intercâmbio de energia elétrica entre os dois países em cumprimento aos compromissos firmados em 05/07/2006 entre os Governos desses países.

As negociações efetivas do Memorando de Entendimento foram iniciadas em maio de 2009, com a participação da Eletrobrás junto com o MME, razão pela qual o cadastramento da Ação ocorreu somente em 2009.

Em 2009 não teve nenhum dispêndio nessa Ação uma vez que a Eletrobrás não possuía uma autorização formal do MME e da ANEEL (Resolução Autorizativa) para a implantação do empreendimento. Após a concessão da autorização serão iniciadas as atividades envolvendo dispêndios no Projeto.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	830.000,00	0,00	0,00
Física	-	-	-

CEPEL

O Cepel está inserido no Programa: Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia (código 0476). Ação nº. 2745 - Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos.

A Lei 11.897 aprovou o orçamento de investimento para o exercício de 2009, contemplando o Cepel com o valor de R\$ 19.850.000,00 (dezenove milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).

Verificamos que a realização financeira do orçamento de investimento ficou em 90,3%, ou seja, R\$ 17.920.525,98 (dezessete milhões novecentos e vinte mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos), Como visto anteriormente, esta execução refere-se à única ação orçamentária sob responsabilidade do Cepel, a 2745 - Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos equipamentos e Sistemas Elétricos que faz parte do programa governamental. Quanto à realização física, como a meta definida para o período na Lei Orçamentária Anual foi de uma pesquisa realizada, o percentual de realização desta foi idêntico ao da financeira, atingindo o patamar de 90,3%. Como pode ser observado, a meta física como definida não permite avaliar o desempenho operacional da Unidade, posto que a execução física sempre se equiparará com a financeira.

Programa 0476 - Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países.
Objetivos Específicos	Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético.
Gerente do Programa	Altino Ventura Filho
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica-Cepel
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica, pois o orçamento de investimento é pulverizado dentre várias pesquisas que o Cepel realiza. A realização física e financeira é idêntica, ou seja, 90,3% de realização.
Público-alvo (beneficiários)	Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética

Principais Ações do Programa:

AÇÃO 2745 - Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Aumentar o conhecimento científico no campo de energia elétrica e contribuir para o permanente aprimoramento dos serviços de energia elétrica, efetivando novos padrões de qualidade, produtividade e economicidade, mediante ações de pesquisas, desenvolvimento, promoção e transferência de tecnologia.
Descrição	Desenvolvimento de novas tecnologias e o aperfeiçoamento das existentes nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Atendimento à sociedade, investindo recursos em programas governamentais estratégicos, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades desassistidas e da sociedade de forma mais ampla.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel
Coordenador nacional da ação	Rosane Barboza da Silva
Unidades executoras	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel

Execução Física e Financeira das Ações Realizadas

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de medida	EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
Energia	Energia Elétrica	0476 – Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	2745 - Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos	Atividade	3	Unidade	19.850.000	17.920.526	30.140.996	19.850.000	17.920.526	30.140.996

O Cepel possui apenas uma ação 2745 - Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos Nacional, onde o orçamento de investimento é pulverizado dentre várias pesquisas que o Cepel realiza, portanto, a realização física é idêntica ao da financeira.

O Cepel teve aprovado pela Lei 11.897, o orçamento de investimento para o exercício de 2009, no valor global de R\$ 19.850.000,00 (dezenove milhões oitocentos e cinquenta mil reais), tendo como fontes de financiamento recursos operacionais do Centro e da Eletrobrás. Os recursos provenientes da Eletrobrás são vinculados ao Projeto LONGDIST – projeto de pesquisa para tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longa distância.

A realização dos investimentos para o exercício foi baixa até o mês de junho, em média 17,7% ao mês do orçamento aprovado. Esse baixo desempenho se deu em virtude das características das aquisições, com elevada exigência no perfil técnico, consequentemente, com processos licitatórios mais demorados.

A partir do 3º trimestre, o programa de investimento passa a ter um nível de realização, bem superior ao 1º semestre, em consonância com as nossas expectativas.

Concluímos o exercício, com uma realização econômica do orçamento de investimento totalizando R\$ 17.920.525,98 (dezesete milhões novecentos e vinte mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos), ou seja, 90,3% da dotação final.

Linhas de Pesquisa, Projetos de P&D e Ensaio Laboratoriais:

A atividade de pesquisa do Cepel está estruturada em seis grandes linhas, que abrangem uma ampla variedade de projetos, correspondendo, cada uma, a um departamento específico, de acordo com os seguintes temas.

1) Automação de Sistemas

Processamento e gestão das informações para operação em tempo-real. Desenvolvimento de sistema computacional de grande porte, que implementa todas as funções de um SCADA (Supervisory Control and Data Acquisition) de última geração e as funções de apoio do tipo EMS (Energy Management System). Permanente evolução, no estado da arte da tecnologia e em sintonia com as necessidades dos usuários. Aplicação de tecnologias para a implantação de centros de supervisão e controle e centros de oscilografia.

Principais ações tecnológicas:

- Automação local de instalações - Aquisição e processamento de dados do processo elétrico; arquiteturas computacionais; sistemas operacionais de tempo real; processamento de dados em tempo real
- Análise de perturbações - Ambiente computacional para análise de gestão de registros oscilográficos de faltas; processamento de sinais; localização de faltas; simulação dinâmica de equipamentos de proteção; bancos de dados de oscilografia; sistemas inteligentes de análise automática de oscilogramas; redes de oscilografia
- Tecnologias para Operação de Sistemas Elétricos em tempo-real (SCADA/EMS) - Protocolos e sistemas de comunicação de dados; sistemas operacionais; arquiteturas computacionais (hardware e software); tecnologias de interface homem-máquina; tecnologias web para intercâmbio e difusão de informações; bancos de dados; aplicações de inteligência computacional; aplicativos de análise de redes em tempo-real; controle automático de geração

2) Otimização Energética e Meio Ambiente

Desenvolvimento de cadeia de modelos e programas computacionais destinados ao planejamento da expansão da geração, ao planejamento da operação e à programação da operação de sistemas hidrotérmicos interligados. Compõem também esta cadeia modelos para a previsão e geração de cenários sintéticos de vazões aos diversos aproveitamentos hidrelétricos, modelos para estudos de prevenção de cheias, modelos de previsão de mercado de longo prazo e modelos para subsidiar a tomada de decisão de investimentos em projetos de geração de energia. São desenvolvidas ainda metodologias para a incorporação da dimensão ambiental nas diversas etapas do processo de planejamento dos empreendimentos do setor elétrico, incluindo métodos, critérios, indicadores e ferramentas de análise para que a concepção dos empreendimentos seja feita de acordo com os princípios e compromissos do desenvolvimento sustentável.

Principais ações tecnológicas:

- Planejamento da Expansão da Geração - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para o planejamento da expansão, previsão de mercado, inventário de bacias hidrográficas
- Planejamento da Operação Energética - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para o planejamento da operação de longo, médio e curto prazos e programação da operação
- Meio Ambiente - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para a avaliação da dimensão ambiental no planejamento da expansão da geração e transmissão e sistemas isolados

- Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para a geração e previsão de vazões, controle de cheias e previsão de ventos
- Análise Financeira de Projetos e Tarifas - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais
- Técnicas Computacionais Aplicadas à Área Energética - Aplicação de técnicas de processamento distribuído; desenvolvimento de modelos, algoritmos e facilidades computacionais para a integração dos programas da área energética

3) Linhas e Estações

Desenvolvimento de modelos computacionais, técnicas de ensaio e medição e sistemas de monitoração e diagnóstico aplicados em equipamentos elétricos e linhas de transmissão e distribuição. Novas técnicas de avaliação de desempenho, estado operativo e vida remanescente, tanto em laboratório quanto no campo; sistemas computacionais para análise, projeto, diagnóstico, monitoração, manutenção, recapacitação e extensão de vida útil. Medição eletrônica de energia elétrica, gerenciamento pelo lado da demanda (GLD), redução de perdas técnicas e comerciais (medição anti-fraude). Transporte de Energia, tecnologia LPNE - FEX, linhas de transmissão de potência natural elevada e feixes expandidos, otimização da transmissão de energia. Aperfeiçoamento de tecnologias tradicionais e desenvolvimento de novas técnicas voltadas para a operação e a expansão do sistema elétrico.

Principais ações tecnológicas:

- Tecnologia de Transmissão - Novas Concepções de Linhas de Transmissão, Otimização de Projetos de Linhas de Transmissão, Interação entre as LTs e o Meio Ambiente e Monitoramento do Desempenho Elétrico e Mecânico de LTs
- Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações - Desenvolvimento de modelos e programas computacionais, técnicas de ensaio e medição e sistemas de monitoração e diagnóstico aplicados a equipamentos elétricos
- Medição de Energia e Combate a perdas - Desenvolvimento de novos equipamentos e tecnologias em medição de energia elétrica, programas computacionais para auxílio ao combate às perdas. Ensaio em sistemas de medição de intercâmbio de energia elétrica
- Transitórios Eletromagnéticos e Coordenação de Isolamento - Desenvolvimento de modelos para atendimento a necessidades específicas das empresas, validação de modelos e demonstração de novas técnicas de análise

4) Redes Elétricas

Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para apoio à expansão, supervisão, controle e operação do sistema elétrico-energético, que fazem do Brasil o único país em desenvolvimento a possuir uma cadeia de programas própria e em constante evolução. O Cepel conta também com uma experiente equipe de estudos de desempenho elétrico e com um laboratório de qualidade de energia elétrica.

Principais ações tecnológicas:

- Planejamento Operação e Análise de Redes Elétricas - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para Análise de Redes
- Confiabilidade - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para confiabilidade de Transmissão e Compostos
- Planejamento da Expansão de Sistemas de Transmissão - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para planejamento da transmissão

- Integração de Base de Dados - Desenvolvimento de modelos, algoritmos, facilidades e programas computacionais para integração dos programas da Área Elétrica
- Estudos de Sistemas Elétricos - Desenvolvimento de estudos para atender necessidades específicas das empresas, validar modelos ou demonstrar novas técnicas de análise
- Qualidade de Energia Elétrica - Medição, análise, diagnósticos e desenvolvimento de ferramentas computacionais voltadas para Qualidade de Energia.

5) Tecnologias Especiais

Desenvolvimento de projetos de pesquisa, aplicação de tecnologias e serviços técnicos especializados, tecnologias de materiais (materiais dielétricos, metálicos, cerâmicas), corrosão (sistemas anticorrosão, técnicas para monitoração de corrosão), supercondutividade, células combustíveis, fontes alternativas e conservação de energia. Apoio tecnológico aos programas de governo PROCEL, Luz para Todos, PROINFA e RELUZ.

Principais ações tecnológicas:

- Conservação e uso eficiente da energia – Tecnologias de conservação de energia. Otimização no uso final. Demonstração e aplicação de técnicas eficientes. Diagnósticos energéticos.
- Energias renováveis – Fontes de geração eólica e solar. Técnicas de sistemas de informação geográfica para otimização de aproveitamentos.
- Metalurgia e materiais - Avaliação da integridade estrutural e da vida remanescente de usinas termelétricas, Supercondutividade, Blocos varistores, Corrosão. Fluidos, papéis e polímeros isolantes.
- Geração distribuída – Desenvolvimento e aplicação de tecnologias para sistemas isolados e inserção de novas fontes renováveis no sistema interligado.

6) Ensaio Laboratoriais:

No final de 2009 o laboratório de Alta Tensão atuou em conjunto com Furnas na avaliação das condições de isolamento dos equipamentos de alta tensão da subestação de Itaberá em condições de chuva de 5 mm/min. A partir do evento ocorrido em novembro (black out responsável pelo desligamento de vários estados do país), o laboratório iniciou pesquisas experimentais em isoladores tipo pedestal da referida subestação visando melhorar sua suportabilidade a sobretensões em condição de chuva de 5mm/min.

Os experimentos focaram nas definições do número e do posicionamento de "Booster Sheds" (defletores de chuva) a serem utilizados nos isoladores. Essas definições orientaram a compra dos Booster Sheds por Furnas que serão instalados nos isoladores da SE de Itaberá em 2010.

Este fato demonstra a importância para o país do setor elétrico brasileiro dispor de uma infraestrutura laboratorial para diagnosticar e ajudar a aumentar a confiabilidade do atendimento ao setor.

O Cepel possui um conjunto de 30 laboratórios, dos quais podemos destacar os seguintes:

- **Laboratório de Acionamento e Segurança em Equipamentos Eletroeletrônicos**

Criado em 1986, foi o primeiro laboratório do Brasil inteiramente equipado para fazer ensaios de todos os tipos de proteção de equipamentos elétricos destinados a áreas com atmosferas potencialmente explosivas. Acreditado pelo Inmetro, realiza ensaios voltados principalmente para as indústrias químicas, petroquímicas e de petróleo. Avalia se os equipamentos elétricos estão em conformidade com as normas e especificações técnicas.

Participa do programa de etiquetagem de motores desenvolvido pelo Procel e pelo Inmetro, que já resultou no aumento do rendimento e do fator de potência dos motores de indução em uso no País. Também possui cooperação com instituições no exterior para desenvolvimento de projetos.

Realizou a avaliação de perdas e de elevação de temperatura em transformadores adquiridos para as empresas distribuidoras de energia da Eletrobrás.

- **Laboratório de Alta Corrente**

Realiza ensaios para avaliação de desempenho elétrico e eletrodinâmico de equipamentos de alta, média e baixa tensão, fabricados no Brasil e no exterior. Está capacitado para fazer ensaios de correntes elétricas até 230 kA.

Dentre as atividades em andamento no laboratório, destaca-se o ensaio de arco interno em painéis de baixa tensão. Como os arcos elétricos internos são fenômenos que geram riscos para a operação de equipamentos de distribuição de energia elétrica, os ensaios realizados nesta unidade permitem aos fabricantes desses equipamentos incluir formas de proteção no projeto de seus produtos, aumentando a segurança.

- **Laboratório de Impulso de Corrente**

Este laboratório realiza ensaios de impulso de corrente e oferece suporte à pesquisa e ao desenvolvimento de pára-raios de carboneto de silício e óxido de zinco, verificando suas características protetivas e de operação. Para isso, simula descargas atmosféricas em suas instalações e submete os materiais aos ensaios de tipo, segundo normas brasileiras e internacionais. Participa também de projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Inaugurado em 1983, é o único laboratório do Brasil capacitado para fazer ensaios de verificação dos impactos diretos de raios sobre estruturas, componentes e peças metálicas de aeronaves. Sua atuação é de fundamental importância para a indústria aeronáutica brasileira, que anteriormente tinha que recorrer a laboratórios de outros países.

- **Laboratório de Ensaio Corona**

Inaugurado em 1980, este laboratório realiza ensaios corona de alta tensão, de impulsos atmosféricos, de manobra e perfuração até o nível de tensão de 1 MV e 50 kJ de energia. Também faz ensaios com tensão à frequência industrial até a classe de 138 kV, em sua maioria automatizados. Os ensaios dão suporte a pesquisas e servem para garantir a confiabilidade, segurança e qualidade de máquinas e equipamentos elétricos.

O laboratório realiza diversos tipos de medição, tanto em suas instalações quanto em campo. É um dos poucos no Brasil capacitados para medir descargas parciais e capacitância e tangente delta em geradores e motores de grande porte em campo (plataformas de petróleo e usinas geradoras de energia elétrica). Atua ativamente no desenvolvimento e aprimoramento de métodos de medição.

- **Laboratório de Alta e Média Potência**

Este laboratório oferece as mais elevadas potências de curto-circuito na América do Sul para a realização de ensaios de pesquisa e desenvolvimento em equipamentos de alta tensão, como disjuntores, cadeias de isoladores, cubículos e reatores. Os ensaios podem ser documentados por meio de filmagens em vídeo com câmera de alta velocidade. Realizou a avaliação do comportamento sob curto-circuito de transformadores adquiridos para as empresas distribuidoras de energia da Eletrobrás.

- **Laboratório de Alta Tensão**

É um dos maiores do gênero no Hemisfério Sul. Faz ensaios dielétricos de aceitação, pesquisa e desenvolvimento em equipamentos e componentes para sistemas de

transmissão até 765 kV. Entre seus usuários estão concessionárias de energia elétrica e grandes fabricantes de equipamentos do Brasil e de outros países.

Dentre as atividades realizadas, também merecem destaque os ensaios trifásicos em configurações reais de torres de transmissão. É o único no Hemisfério Sul capacitado para fazer esse tipo de ensaio, cuja execução exige torres com mais de 15 metros de diâmetro. Participa ativamente na definição das melhores condições de isolamento dos equipamentos de alta tensão para a subestação de Itaberá em condições de chuva intensa.

- **Laboratório de Ensaio sob Poluição**

Este laboratório é especializado na avaliação de equipamentos em locais que sofrem a ação de poluentes como poeira, maresia e até dejetos de pássaros. É o único do Brasil equipado para fazer ensaios com névoa salina ou pré-depósito em isoladores de equipamentos com tensão superior a 138 kV.

- **Laboratório de Análises Químicas**

O laboratório está capacitado para desenvolver métodos ou implantar e realizar uma vasta gama de serviços analíticos em ligas metálicas, solos, água, tintas e outros materiais. Recorrendo à análise química tradicional e instrumental, realiza ensaios essenciais para a detecção de falhas e de processos químicos relacionados à vida útil de componentes de usinas e linhas de transmissão e distribuição.

Destaca-se pelo apoio a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento realizados no Cepel, voltados para empresas do Sistema Eletrobrás. Atualmente, uma das principais atividades do laboratório é a participação em pesquisas relacionadas ao enxofre corrosivo e óleo vegetal para uso em transformadores. O objetivo é pesquisar e desenvolver métodos para evitar falhas prematuras em transformadores e reatores devido à deposição de sulfeto de cobre nos condutores.

- **Laboratório de Corrosão**

Implantado para estudar os mecanismos e os diferentes tipos de corrosão que afetam os materiais, assim como desenvolver e implementar técnicas de proteção anticorrosiva. A exposição dos equipamentos e estruturas aos diferentes ambientes agressivos encontrados no setor elétrico leva os materiais a um processo de corrosão, gerando altos custos de manutenção e proteção de estruturas e equipamentos, além dos prejuízos decorrentes das paradas não programadas, as quais têm elevado impacto socio-econômico.

Dentre as técnicas e produtos estudados no laboratório para minimizar os efeitos da corrosão estão os revestimentos protetores (metálicos, inorgânicos, orgânicos polímeros especiais), os sistemas de proteção anódica e catódica, além da seleção de materiais adequados e cuidados de projeto que levem em conta o problema da corrosão.

Dentre os estudos recentes desenvolvidos pelo Cepel com a participação do laboratório de corrosão destacam-se a avaliação de revestimentos por pintura com utilização de tintas de baixo impacto ambiental (tintas em pó, tintas de base aquosa e tintas de baixo teor de solventes orgânicos) e o desenvolvimento de técnicas de monitoração de estruturas metálicas enterradas, no que diz respeito ao aspecto de corrosão.

- **Laboratório de Metalografia**

O Laboratório está capacitado para realizar toda uma gama de ensaios de caracterização de materiais (metálicos e não-metálicos) que são a base do desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a integridade estrutural e melhoria das propriedades de componentes empregados nos mais diversos equipamentos.

O Laboratório conta com equipe de grande experiência no campo de análise de falhas em equipamentos de geração, transmissão e distribuição, atividade que se caracteriza pela natureza multidisciplinar, envolvendo diversas especialidades do Cepel. Através da análise

de falhas os projetos dos equipamentos ou as condições operacionais a que os materiais encontram-se submetidos podem ser reavaliadas ou modificadas.

A atuação do Laboratório de Metalografia nas atividades de avaliação de integridade baseada no risco e nos programas de determinação de vida residual de caldeiras, linhas de vapor e turbinas de centrais de geração térmica contempla a realização de inspeções e ensaios não-destrutivos em campo, tais como réplicas metalográficas, ultra-som, líquidos penetrantes e partículas magnéticas, complementados por ensaios de microscopia óptica, microscopia eletrônica de varredura (MEV) e de transmissão (MET) no próprio laboratório.

O Laboratório também fornece suporte aos projetos P&D conduzidos no Cepel por meio de ensaios de difração de raios-X para análise de óxidos ou de dispersão de energia para a análise química, identificação e caracterização de compostos e fases.

- **Laboratório de Propriedades Elétricas e Magnéticas**

Criado em 1978, é praticamente o único laboratório na América Latina capacitado para realizar investigações experimentais sobre condições elétricas e magnéticas em equipamentos e materiais, principalmente de indústrias ligadas ao Setor Elétrico.

No enfrentamento da crise de abastecimento de energia elétrica que afetou o país na primeira metade dos anos 2000, o laboratório teve papel de destaque nos trabalhos de repotenciação de usinas antigas, analisando materiais novos e mais resistentes a temperaturas mais elevadas.

Além de atender ao setor de geração de energia em usinas termelétricas e hidrelétricas, presta serviços para o setor nuclear e participa de análises periciais em materiais e equipamentos. Em parceria com universidades realiza investigações experimentais que apóiam dissertações de mestrado e teses de doutorado.

- **Laboratório de Refrigeração**

Equipado para avaliar o desempenho de refrigeradores, congeladores e condicionadores de ar, este laboratório atende ao Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). De seus ensaios resultam as informações sobre eficiência energética constantes do Selo do Procel e da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia afixados nos produtos submetidos ao Inmetro pelos fabricantes.

Selo e etiqueta ajudam os consumidores a identificar os aparelhos mais eficientes e incentivam as empresas a investir no aperfeiçoamento de seus produtos. O resultado é a significativa redução do consumo de energia elétrica de refrigeradores e condicionadores.

A experiência acumulada pelo laboratório com a prestação de serviços e o apoio à pesquisa credenciou-o para participar da elaboração de procedimentos e normas técnicas. Além disso, mantém um programa de comparação interlaboratorial com instituições nacionais e internacionais, funcionando como unidade de referência para outros laboratórios do setor.

- **Laboratório de Iluminação**

Este é o principal laboratório de apoio a órgãos do governo no esforço de conservação de energia e eficiência energética em componentes e sistemas de iluminação pública, residencial, comercial e industrial. Dispõe dos mais modernos equipamentos para realização de medições e ensaios em luminárias, lâmpadas, LEDs (diodos emissores de luz) e reatores magnéticos e eletrônicos.

Dentre os equipamentos disponíveis no laboratório destaca-se o goniofotômetro, aparelho que mapeia a distribuição de luz de luminárias em função do ângulo. Tais ensaios contribuem para o desenvolvimento de luminárias mais eficientes e bem ajustadas, evitando efeitos indesejáveis como luz invasora, ofuscamento, manchas de penumbra e

poluição luminosa – o que resulta em maior eficiência e menor consumo de energia elétrica.

Braço técnico da parceria firmada pela Eletrobrás, Inmetro e Cepel para execução dos programas do selo Procel e da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) relacionados a iluminação, o laboratório participa da elaboração de padrões técnicos, coordenando a adoção de índices de desempenho e de métodos de ensaio.

O laboratório realizou a avaliação de luminárias a LEDs (diodos emissores de luz) para iluminação pública visando verificar a eficiência dessa luminária em relação aos outros tipos existentes.

- **Laboratório de Propriedades Mecânicas**

O laboratório foi implantado em 1975 com o objetivo de dar suporte aos projetos de P&D relativos ao comportamento mecânico de materiais, equipamentos e estruturas utilizados no setor elétrico. Encontra-se equipado para realizar medições e ensaios sob condições de esforços mecânicos estáticos e dinâmicos.

A implantação de um vão para ensaio em cabos condutores permitiu que fosse pioneiro no Brasil em ensaios de fluência em condutores de alumínio com alma de aço e em ensaios mecânicos de cabos pára-raios com fibras ópticas. Os modelos computacionais desenvolvidos para previsão do efeito do vento em cabos condutores ou o desenvolvimento de técnicas de medição do amortecimento próprio dos cabos puderam ser validados com a utilização da infraestrutura experimental existente no laboratório.

Os estudos para avaliação do desempenho dinâmico de amortecedores, a simulação de condições mecânicas de operação de ferragens de linhas de transmissão e estudo do desempenho de condutores submetidos a fadiga também somente são possíveis com a utilização das facilidades experimentais presentes no laboratório.

A partir de ensaios conduzidos em laboratório, foram desenvolvidas técnicas de medições estáticas e dinâmicas, realizadas em campo, para solucionar problemas de vibração em comportas e turbinas de hidrelétricas.

Os projetos que resultaram no desenvolvimento de programas computacionais para monitoração e diagnóstico do comportamento mecânico de hidrogeradores tiveram origem nos trabalhos experimentais realizados no laboratório de propriedades mecânicas. Atualmente, os sistemas instalados em algumas empresas do setor elétrico permitem diagnósticos baseados não apenas no comportamento mecânico como também de outras grandezas físicas e elétricas.

2.4. Desempenho Operacional

ELETROBRÁS

Ao longo do ano de 2009, a Eletrobras, sob as orientações do seu Conselho de Administração, implantou junto a todas as empresas componentes do Sistema Eletrobras - geradoras, transmissoras e distribuidoras - um conjunto de indicadores que englobam desde aspectos econômicos financeiros a sócio-ambientais, passando pelos ambientais. Abaixo se podem visualizar alguns desses indicadores:

1. Rol de indicadores econômico-financeiros:

- a) Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros Dispêndios- PMSO/ Receita Operacional Líquida – ROL: objetivo é reduzir os gastos de PMSO em relação a ROL;
- b) Serviço da Dívida/EBITDA: manter o serviço da dívida em níveis adequados a capacidade de pagamento;

- c) Lucro Líquido/Patrimônio Líquido – PL: Aumentar a rentabilidade sobre o PL;
- d) Investimento Realizado/Investimento Aprovado : aumentar o nível histórico de realização dos investimentos.

2. Rol de indicadores Operacionais:

- a) Resultado Operacional/ROL: aumentar o nível da margem operacional;
- b) ROL/Nº de Empregados: aumentar os níveis de produtividade;
- c) índice que medirá a disponibilidade de geração do conjunto de usinas;
- d) índice que medirá a redução da parcela variável descontada da Receita das empresas de transmissão;
- e) índice que medirá o nível de satisfação dos colaboradores da empresa.

3. Rol de Indicadores Sócio-Ambientais:

- a) Montante de Investimentos Sociais/ROL: manter um nível mínimo de Investimentos Sociais em relação à ROL;
- b) Montante de Investimentos Ambientais/ROL: manter um nível mínimo de Investimentos Ambientais em relação à ROL.

Os valores alcançados por esse conjunto de indicadores, vis a vis as suas metas pactuadas, serão condição necessária para que essas empresas possam se candidatar, por exemplo, a novos aportes de recursos da Eletrobras não contratados, ou ao reinvestimento dos lucros auferidos pela empresa, tendo em vista que deverão, em regra, distribuir como dividendos a integralidade do lucro líquido, entre outras.

Toda essa filosofia na busca da eficiência, rentabilidade e economicidade foi condensada em instrumento contratual denominado Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, assinado por todas as empresas, onde constam os valores para cada um dos indicadores acima relacionados e um rol de obrigações das controladas e da controladora.

Seu acompanhamento, tanto na Eletrobras como nas empresas, está a cargo dos respectivos Conselhos de Administração. Para tal, será criado um processo de gestão envolvendo áreas operacionais, áreas estratégicas e avaliações da Diretoria Executiva das empresas.

Devido à complexidade da definição dos indicadores, bem como do estabelecimento de suas metas, seu acompanhamento se iniciará em 2010 e, a princípio, seu horizonte irá até 2014.

Por outro lado, apresentamos outros indicadores ao longo deste item como a lucratividade da Eletrobrás e das empresas do sistema, a geração de recursos do negócio (Ebtida) e os indicadores relacionados as concessionárias de distribuição, tais como Duração Equivalente (DEC) e Frequência Equivalente (FEC) na interrupção de fornecimento de energia entre outros.

O lucro foi de R\$ 170 milhões, o que equivale a R\$ 0,15 por ação. No mesmo período do exercício de 2008 a empresa registrou R\$ 6.136 milhões, equivalente a R\$ 5,42 por ação.

O reconhecimento dos resultados das empresas investidas pela Eletrobrás impactou positivamente o resultado em R\$ 2.728 milhões pela equivalência patrimonial, influenciado pela reversão de provisões para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no montante de R\$ 673 milhões decorrente da renovação da concessão da UHE Samuel e UTE Candiota e pelos efeitos da Lei 12.111/2009, que permitiu o reconhecimento de R\$ 311 milhões de direitos de ressarcimento da CCC-Isol.

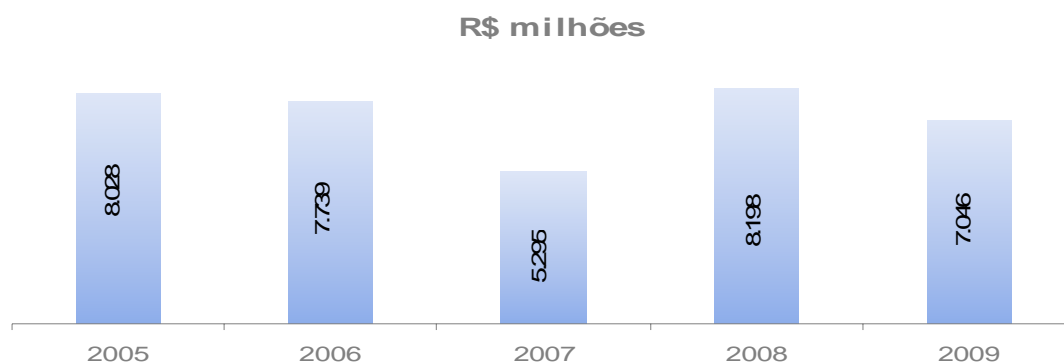
A receita financeira líquida, fundamentalmente decorrente dos financiamentos e empréstimos concedidos, gerou um ganho de R\$ 3.075 milhões, representando um aumento de 23% no nível das receitas dessa natureza. Esse aumento decorre do fato da Eletrobrás ter aumentado o volume de liberações de empréstimos e financiamentos.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar Norte-Americano e o fato de a Eletrobrás deter relevante parcela de seus recebíveis (líquidos de obrigações) – R\$ 23.615 milhões (US\$ 13, 563 milhões), indexados principalmente à moeda norte-americana criaram um cenário de perda para a Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2009. Nos 12 meses de 2009 a Eletrobrás registrou perda cambial de R\$ 4.618 milhões, contra um ganho de R\$ 4.297 milhões no exercício de 2008. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício de 2009 a Companhia verificou um ganho de R\$ 175 milhões, enquanto que em 2008, foi apurado um ganho de R\$ 998 milhões.

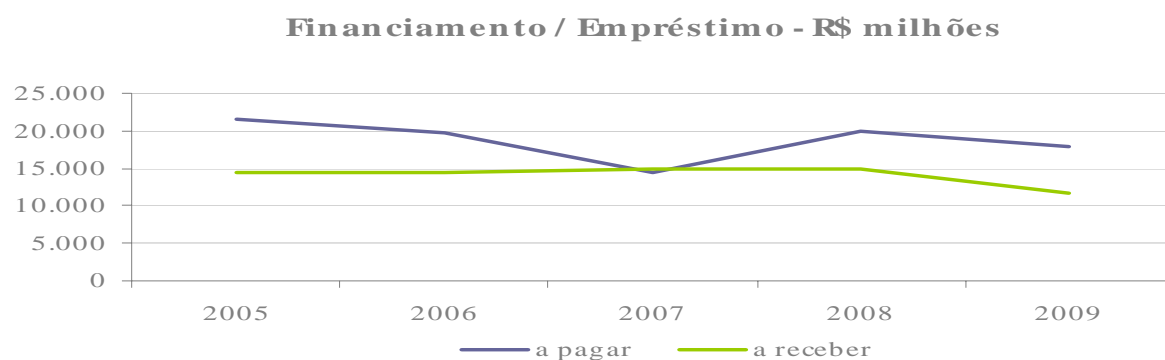
Lucro Líquido das Controladas

Empresas	2009/R\$ milhões	2008/R\$ milhões
CGTEE	-21	-292
Chesf	764	1.437
Eletronorte	304	-2.425
Eletronuclear	55	-282
Eletrosul	205	268
Furnas	-129	455
Itaipu	670	836
Eletropar	11	11

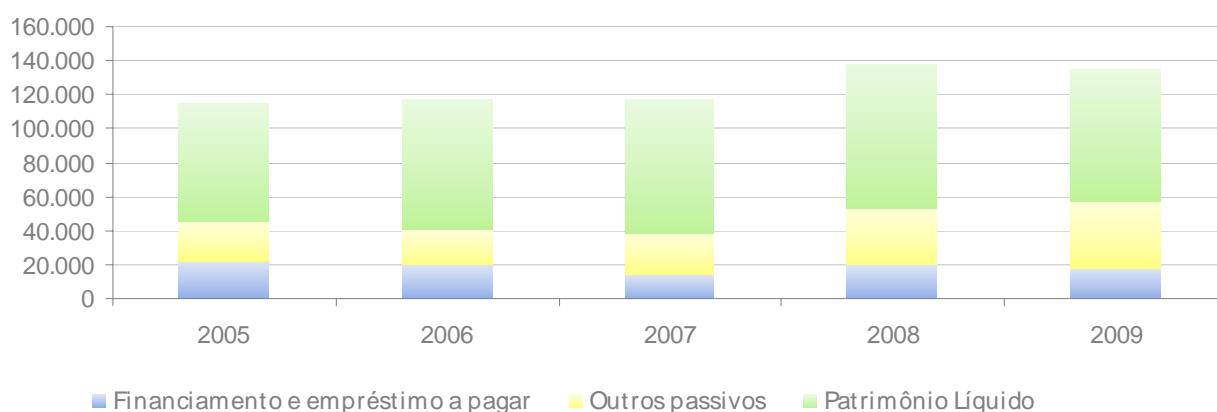
EBITDA CONSOLIDADO



Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado



Endividamento - R\$ milhões



Fluxo do Financiamento – R\$ milhões						
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015
Endividamento	1.351	1.271	1.179	1.068	987	19.322

Financiamentos e Empréstimos Concedidos:

Controladas	Saldo em 31/12/09 (R\$ milhões)	Saldo em 31/12/08 (R\$ milhões)
CGTEE	782	574
Chesf	254	2.988
Eletronorte	3.439	7.343
Eletronuclear	3.313	2.836
Eletrosul	670	514
Furnas	1.336	1.092
Itaipu	12.970	18.356

Resultado Primário

A Eletrobras, ao calcular a meta do Resultado Primário para 2009, considerou as receitas advindas do recebimento do serviço da dívida de Itaipu Binacional. A partir deste exercício, a receita de Itaipu, no montante de R\$ 1,695 milhão, passou a ser expurgada da composição da meta.

O Resultado Primário referente a 2009 é explicado, em parte, pelos pagamentos dos dividendos da Eletrobras no mês de maio, R\$ 1.744 milhão, e, em parte, pelo expurgo acima citado.

Período	Resultado	R\$ milhões
2009	Déficit	-1.007
2008	Superávit	2.572
2007	Superávit	2.783
2006	Superávit	2.137
2005	Superávit	2.865

2.4.1 - Programação Orçamentária

Apresentamos nesta seção, as informações relativas aos itens da programação orçamentária, porém sem correlação ao formato solicitado na Portaria 389/2009, de 21/12/2009, tendo em vista que tanto a Eletrobrás como ao Cepel não se aplica a LOA para aqueles itens. Entretanto, não deixamos de apresentar as informações, porém no formato do Programa de Dispêndios Globais – PDG dessas duas entidades, conforme aprovado pelo Departamento de Controle das Empresas Estatais – DEST, órgão do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG.

			Em R\$
REALIZADO	Dados Definitivos		Var. %
	2008	2009	09/08
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	6.570.567.501	5.030.692.653	-23
Investimento	31.293.505	51.997.891	66
Inversões Financeiras	264.915.187	627.967.512	137
Amortização de Principal	1.139.739.952	953.935.704	-16
<i>Operações Externas</i>	311.879.039	160.908.180	-48
<i>Outras Fontes</i>	827.860.913	793.027.524	-4
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	3.220.397.217	2.655.281.961	-18
Dividendos	1.914.221.640	741.509.585	-61
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.551.234.605	1.123.114.131	-28
Pessoal e Encargos Sociais	166.547.271	232.121.915	39
Juros e Outros	479.655.031	526.472.867	10
<i>Operações Externas</i>	87.175.400	167.642.902	92
<i>Outras Fontes</i>	392.479.631	358.829.965	-9
Outros Dispêndios Correntes	905.032.303	364.519.349	-60

EMPRESA: CEPEL

			Em R\$
REALIZADO	Dados Definitivos		Var. %
	2008	2009	09/08
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	28.927.482	17.920.526	(38)
Investimento	28.133.736	17.920.526	(36)
Amortização de Principal	793.746	-	-
DISPÊNDIOS CORRENTES	95.410.627	131.777.823	38
Pessoal e Encargos Sociais	82.176.273	118.506.738	44
Juros e Outros	1.084.144	1.059.680	(2)
Outros Dispêndios Correntes	12.150.210	12.211.405	1

2.4.2- Despesa por Modalidade de Contratação

Apesar da Eletrobrás e do Cepel não se enquadrarem a este item no que tange a quesitos de despesa empenhada e despesa liquidada, apresentamos os valores contratados por modalidade em cada ano.

Eletrobrás

Modalidade de Contratação	Eletrobrás	
	2008 (em R\$)	2009 (em R\$)
Licitação		
Convite	220.994,40	234.200,00
Tomada de Preços	482.112,16	479.400,00
Concorrência	4.719.046,24	37.150.605,80
Pregão	11.589.388,05	27.177.100,28
Concurso	-	-
Consulta	-	-
Contratações Diretas		
Dispensa	11.536.243,00	30.836.256,58
Inexigibilidade	34.447.769,07	2.030.475,76

2.4.3- Evolução dos Gastos Gerais

Eletrobrás

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007 (em R\$)	2008 (em R\$)	2009 (em R\$)
1. PASSAGENS	4.434.445,83	8.107.072,11	9.459.074,91
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.413.783,01	2.169.381,62	3.162.060,14
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	8.431.872,73	34.226.256,05	34.298.271,63
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	3.544.050,08	3.873.893,86	5.110.296,30
3.3. Tecnologia da informação	947.245,14	1.175.574,47	1.594.873,09
3.4. Outras Terceirizações (*)	3.729.162,75	3.716.276,72	-
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	1.289,83	-
TOTAL	22.500.559,54	53.269.744,66	53.624.576,07

CEPEL

Cada um dos projetos institucionais teve seu planejamento de atividades para 2009 acertado entre o Cepel e as empresas do sistema Eletrobrás. Os resultados obtidos durante o ano foram acompanhados pelos gerentes de cada projeto através da Internet, com uso de senhas individualizadas. O desempenho global da carteira institucional foi acompanhado pelos coordenadores da carteira nas empresas, também via Internet.

Seguem alguns resultados e produtos de pesquisas realizadas no Cepel.

1 - SAGE - Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia (Sage)

O Sage é um sistema computacional de grande porte, do tipo Scada/EMS (Supervisory Control and Data Acquisition/Energy Management System), desenvolvido para a missão crítica de supervisão, controle e gestão de sistemas elétricos em tempo real.

Hoje, a maioria das grandes concessionárias de transmissão e distribuição do País, incluindo as do Sistema Eletrobrás, confia a operação de seu sistema elétrico ao Sage, algumas de forma exclusiva.

Estes são alguns exemplos: em Furnas, o Sage foi padronizado como o sistema de supervisão e controle de seus centros locais; na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), foi escolhido para o Centro de Operação do Sistema, os centros regionais e os novos centros

locais; na Eletrosul, foi adotado para gerenciar todo o seu sistema elétrico, por meio do Centro de Operação da Transmissão e centros de telecontrole; na Eletronorte, equipa o Centro de Operação do Sistema e Centros Regionais. Recentemente, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) confiou ao Sage a operação integral do sistema de transmissão do Estado de São Paulo, o mais denso do Brasil.

Com isso, o Sage já detém a responsabilidade pelo gerenciamento da grande maioria da malha de transmissão em alta tensão do País, com ação direta ou indireta, em mais de 200 das 320 subestações do Sistema Interligado Nacional.

Escolhido como solução tecnológica do Centro Nacional de Operação do Sistema (CNOS), centro de maior hierarquia do sistema de supervisão e controle da malha brasileira de geração e transmissão em alta tensão, o Sage tem alargado, continuamente, seu escopo de aplicação por meio de novos desenvolvimentos, como a função estratégica do Controle Automático de Geração (CAG), do Centro de Operação do Sistema Regional Sudeste (COSR-SE), para o estabelecimento, em tempo real, da energia gerada em cada grande usina da região.

Em outro exemplo importante, o Sage foi recentemente escolhido como a plataforma de desenvolvimento das novas tecnologias previstas no Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético – Estal (MME/ONS), em particular aquelas associadas à exploração dos dados do futuro Sistema de Medição Fasorial do Sistema Interligado Nacional. No extremo oposto do espectro de aplicações, o sistema foi pioneiro na adoção do novo padrão de automação local de instalações IEC-61850, viabilizando a disseminação dessa tecnologia revolucionária, no Brasil, em ritmo muito mais acelerado do que no resto do mundo, com instalações já operacionais na Chesf, em Furnas, na Eletrosul e na Elektro, garantindo ganhos relevantes de eficiência na implantação dos projetos e recursos inovadores para a operação.

2 - Ensaio de Luminárias – Goniofotômetro

O Cepel tem instalado, no seu Laboratório de Iluminação, um goniofotômetro de grande porte, capaz de avaliar luminárias de até 50 quilos. Com esse equipamento, o Centro ampliou a sua participação na concessão do Selo Procel, além de contribuir com o Programa Brasileiro de Etiquetagem, do Inmetro, e com o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), da Eletrobrás.

O goniofotômetro faz o mapeamento, ângulo a ângulo, da distribuição de luz no ambiente. Os ensaios contribuem para o desenvolvimento de luminárias mais eficientes, o que possibilita uma significativa redução do consumo de energia elétrica nos sistemas de iluminação pública, residencial, comercial e industrial. Os gastos com iluminação correspondem a 27% do total de energia consumida no Brasil.

Houve investimento de US\$ 1,3 milhão na aquisição do goniofotômetro e de um conjunto de equipamentos complementares. Oriundos do Global Environment Facility (GEF), os recursos foram repassados pelo Banco Mundial ao Projeto de Capacitação Laboratorial da Eletrobrás/Procel.

3 - Cadeia de Modelos Computacionais para o Planejamento da Expansão e Operação do Sistema de Geração Brasileiro

Em um sistema com as características do sistema brasileiro, é indubitável o ganho obtido pela coordenação e otimização do planejamento da expansão e da operação do parque gerador. No entanto, essa coordenação é bastante complexa do ponto de vista técnico. Por isso, foi necessário o desenvolvimento, com tecnologia nacional, de modelos matemáticos e programas computacionais para dar suporte às decisões.

Esses desenvolvimentos vêm sendo realizados há mais de 30 anos pelo Cepel, com participação técnica e suporte financeiro do Sistema Eletrobrás e apoio das demais empresas do setor.

No planejamento da expansão, um dos desafios é definir planos e estratégias de investimentos para construção de novas usinas e de novos troncos de interconexão que assegurem um

suprimento confiável e de menor custo para a demanda futura de eletricidade. O planejamento do setor energético é de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia (MME), com o auxílio de estudos realizados pela Empresa de Pesquisa Energética.

O Cepel tem contribuído para essa atividade, por meio do desenvolvimento de uma cadeia de metodologias e programas computacionais, cujos principais modelos são o Melp e o Newave. Aspectos importantes, como os socioambientais e de uso múltiplo da água, passam a ser considerados de forma mais completa na elaboração de inventários de bacias hidrográficas. Da mesma forma, a avaliação ambiental integrada passa a ser considerada desde as fases iniciais do processo de planejamento.

Por outro lado, também é necessário definir uma estratégia ótima para a operação do sistema elétrico brasileiro. O planejamento, a programação e o despacho centralizados dos recursos de geração são realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico. Para esse fim, o Centro desenvolveu uma cadeia de metodologias e programas computacionais, cujos principais modelos são o Newave, o Decomp e o Dessem. Em uma primeira etapa, definem-se as metas ótimas de geração hidrelétrica e termelétrica para as diversas regiões do País, bem como os intercâmbios energéticos entre elas (Newave). Em uma segunda etapa, são definidas as metas ótimas semanais de geração para cada usina hidrelétrica, considerando-se restrições locais (Decomp). Posteriormente, essas metas de geração são refinadas na programação da operação do dia seguinte, levando-se em consideração a cronologia da curva de carga, restrições operativas no nível de unidades geradoras e a modelagem linear da rede elétrica (Dessem). Os custos marginais fornecidos pelos diversos modelos são utilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, para formar a base do preço do mercado de curto prazo.

Compõem também essa cadeia modelos para previsão e geração de cenários sintéticos de vazões aos diversos aproveitamentos hidrelétricos, estudos de prevenção de cheias, análise de investimentos em projetos de geração de energia e metodologias para a incorporação da dimensão ambiental nas diversas etapas do processo de planejamento dos empreendimentos do setor elétrico, além da avaliação do potencial energético de sistemas isolados.

No Laboratório de Computação Intensiva (Labcin), são estudadas aplicações de técnicas de processamento distribuído a programas computacionais, como o Newave, o Suishi e o Decomp, com o objetivo de reduzir significativamente o seu tempo de processamento.

4 - Desenvolvimento de Tecnologias de Alta Capacidade para Transmissão de Energia Elétrica a Longas Distâncias

O Cepel, com a participação das empresas do Sistema Eletrobrás, vem desenvolvendo novas concepções de linhas de transmissão de alta capacidade, visando a transmissão de grandes blocos de energia da região Norte, notadamente dos futuros empreendimentos de geração do rio Madeira e da UHE Belo Monte, para as regiões Sudeste e Nordeste, tanto em corrente alternada como em corrente contínua.

Essas atividades buscam contribuir para o projeto e a implantação de empreendimentos de transmissão mais econômicos que os tradicionais, garantindo, assim, a confiabilidade do sistema elétrico.

A experiência tem mostrado que a introdução de inovações tecnológicas em obras de transmissão de grande porte requer o desenvolvimento de estudos, a construção de protótipos, a realização de ensaios e a implantação de linhas-piloto.

Em função das características desses empreendimentos, o Cepel, com recursos provenientes da Eletrobrás e da Finep (R\$ 21 milhões e R\$ 15 milhões, respectivamente), vem investindo na capacitação dos seguintes laboratórios:

Laboratório de Alta Tensão Externo – para a realização de ensaios de isolamento entre fases e entre fase e partes aterradas, manutenção de linha viva, corona e radiointerferência, para configurações até 1.000 kV em corrente alternada e \pm 800 kV em corrente contínua.

Laboratório de Alta Tensão Interno – para ensaios de isolamento entre fase e partes aterradas, manutenção de linha viva, corona e radiointerferência, para configurações até 765 kV.

Laboratório de Alta Tensão Gaiola de Testes – para ensaios de perda corona e de determinação das funções de excitação de condutores, visando a obtenção dos níveis de campos elétricos e magnéticos.

Laboratório de Alta e Média Potência – para avaliar o desempenho de equipamentos e ferragens a falhas do sistema elétrico (arco de potência).

Prevê-se que esses laboratórios estejam em operação até 2010.

5 - Metodologias e ferramentas computacionais para avaliação de integridade estrutural

O Cepel possui relevante atuação na geração de conhecimento para atender ao parque termelétrico brasileiro. Com a conclusão do projeto Diatérmica, que consistiu no desenvolvimento de um software de medição e diagnóstico da condição operacional de equipamentos de geração termelétrica, integrados a metodologias de avaliação de integridade estrutural, o Centro partiu, em 2007, para dois novos desafios: os projetos Monitermo e Turbodiag.

O Monitermo consiste em um aprimoramento do projeto Diatérmica e busca monitorar em campo não apenas temperatura, pressão e parâmetros de processo nas tubulações, mas também a taxa de deformação. A partir da taxa, é possível obter resultados muito mais precisos a respeito da vida residual de equipamentos. A medição de taxas de deformação em altas temperaturas é um grande desafio tecnológico, que vem sendo enfrentado por centros de excelência de renome internacional, como o Epri e a Nasa. O Cepel é o único centro de pesquisa no Brasil com resultados consistentes nessa linha.

O Turbodiag visa ao desenvolvimento de uma nova ferramenta computacional voltada para monitoração e diagnóstico de turbinas de geração termelétrica. Esse projeto une os conhecimentos adquiridos pelo Centro, ao longo de 15 anos, nas áreas de avaliação de integridade estrutural em usinas térmicas e de monitoração e diagnóstico em geradores de usinas hidráulicas. As turbinas de geração termelétricas são equipamentos com um elevado grau de complexidade, por associar solicitações térmicas e dinâmicas.

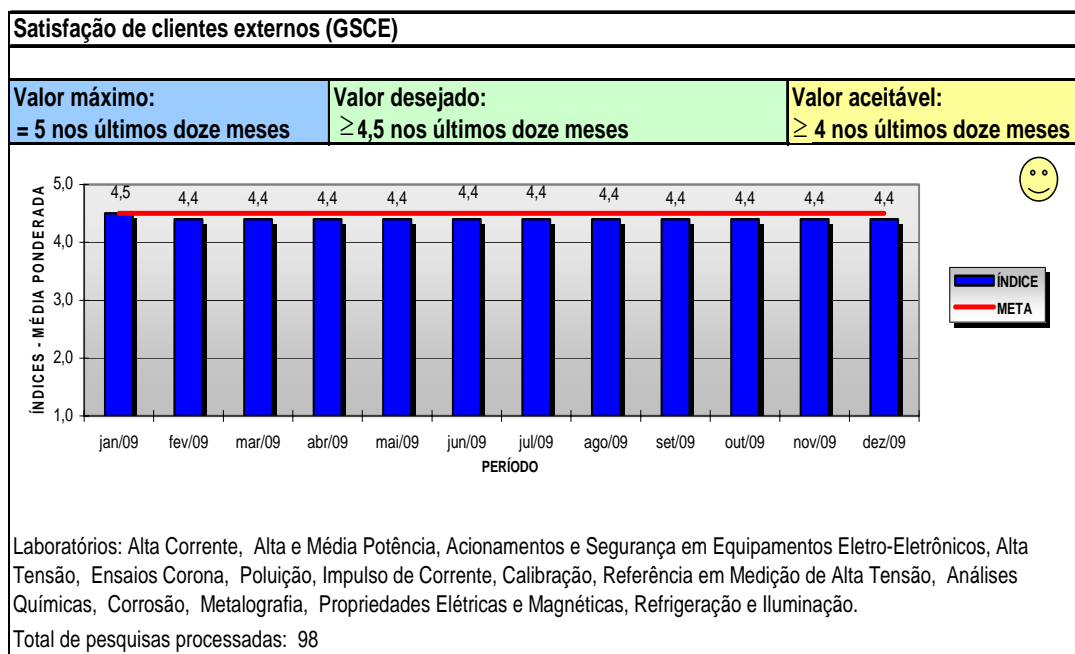
Esses projetos estão sendo executados por meio de uma parceria entre as seguintes empresas: Eletrobrás, Chesf, Eletronorte, Furnas, CGTEE e Tractebel. As instalações dos sistemas de monitoração da taxa de deformação referentes ao projeto Monitermo serão realizadas, nessa etapa experimental, na Usina Presidente Médici, pertencente à CGTEE, ao passo que o sistema-piloto de monitoração de turbinas, gerado no escopo do projeto Turbodiag, será instalado na Usina de Jorge Lacerda, pertencente à Tractebel.

Os projetos devem trazer considerável redução dos custos de manutenção, em virtude do aumento do espaçamento entre as paradas para manutenção preditiva, pois esta apresenta caráter extremamente conservador, dado o desconhecimento dos estágios pontuais da degradação dos materiais envolvidos. Outro benefício dos projetos é a redução do número de paradas não-programadas das usinas de geração termelétrica, uma vez que a manutenção corretiva se torna muito menos freqüente pela monitoração e pela previsão acurada da degradação de cada componente.

Outros Destaques

Índice de Satisfação dos Clientes Externos

Os serviços prestados pelos laboratórios de ensaio e de calibração são avaliados por meio de uma pesquisa de satisfação de clientes externos, que tem como objetivo avaliar a satisfação de clientes e obter sugestões e críticas que permitam a constante melhoria dos serviços prestados. Nos últimos doze meses, o Cepel manteve esse índice no valor igual ou superior ao valor aceitável (≥ 4).



Este resultado é significativo, considerando que essa avaliação inclui os seguintes itens: atendimento quando nos procurou, agilidade na emissão da proposta, período marcado pelo laboratório para a realização do serviço, qualidade do serviço técnico realizado (mão-de-obra, equipamentos, procedimentos), qualidade da apresentação do relatório de ensaio/certificado de calibração, conteúdo do relatório de ensaio/certificado de calibração e prazo de entrega do relatório de ensaio/certificado de calibração.

Plano de Metas para 2009

Anualmente o Cepel estabelece com a Eletrobrás e com o DEST do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão metas globais na área de pesquisa, desenvolvimento e laboratórios que são auditadas, analisando seus resultados alcançados, e apresentadas ao Conselho Deliberativo para sua aprovação.

O Plano de Metas do exercício de 2009 foi constituído das seguintes metas corporativas:

MC 1: Desenvolvimento da metodologia para a função de Localização de Faltas em Linhas de Transmissão utilizando oscilografias dos dois terminais da linha e implementação da solução no SINAPE.NET na Eletrosul.

Conceito: O Sistema de Análise Automática de Oscilografia (SINAPE.NET) está implementado em várias empresas do sistema Eletrobrás e do setor elétrico brasileiro, realizando os processos de gerenciamento e análise automáticos de arquivos de oscilografia e tornando mais segura e ágil a análise pós-evento de perturbações em sistemas de potência. O desenvolvimento da função de localização de faltas permitirá sua utilização na operação do sistema, fornecendo rapidamente uma excelente estimativa da posição da falta e facilitando o trabalho das equipes de manutenção de linhas. Esta função envolve tecnologia avançada para aprimorar a qualidade na localização das faltas, acompanhando o estado da arte no mundo.

Indicador: Desenvolvimento da metodologia para localização de faltas em linhas utilizando oscilografias dos dois terminais e implantação da função no SINAPE.NET na Eletrosul. A função será integrada ao processo de operação do sistema de transmissão da Eletrosul.

Resultados: A meta foi integralmente implementada. Foi entregue à Eletrosul, onde se encontra implantada, a versão do Sistema de Análise Automática de Oscilogramas Digitais incluindo a análise de faltas por dois terminais das linhas de transmissão, conforme detalhado em Relatório Técnico do Cepel.

<p>MC 2: Nova versão do modelo DECOMP, adaptada para um ambiente de processamento paralelo</p>

Conceito: O modelo DECOMP busca obter as condições que minimizam o custo total de operação, respeitando as diversas restrições físicas e operativas do sistema e atendendo à demanda requerida em cada intervalo de tempo. O modelo é utilizado pelo ONS na elaboração do programa mensal de operação, e pela CCEE para a formação do preço de liquidação no mercado de curto prazo. A função objetivo e as restrições são representadas de maneira linear, o que caracteriza a otimização como um Problema de Programação Linear. A estratégia de resolução consiste em desagregação em subproblemas para cada estágio e cenário, e na utilização da metodologia de Programação Dinâmica Dual Estocástica (PDDE). Uma análise preliminar da implementação do DECOMP aponta possíveis ganhos significativos de desempenho computacional ao usar estratégias de paralelização, uma vez que estes problemas podem ser resolvidos simultaneamente.

Indicador: Nova versão do modelo DECOMP, adaptada para ambiente de processamento paralelo.

Resultados: A meta foi integralmente implementada. A versão do DECOMP para processamento paralelo já foi disponibilizada para as empresas do sistema Eletrobrás e para as que assinaram contrato de licenciamento do programa, e se encontra em processo de validação no ONS. Todas as novas versões do DECOMP, a partir da v15, já permitem sua execução em ambiente de processamento paralelo.

<p>MC 3: Estudo e Definição de Indicadores Essenciais para a Gestão da Sustentabilidade Socioambiental das Empresas do Sistema Eletrobrás</p>
--

Conceito: Estudo e definição de um conjunto de indicadores que apóie o processo de Gestão de Sustentabilidade Empresarial do sistema Eletrobrás, para subsidiar a avaliação e comunicação da melhoria do desempenho socioambiental das suas empresas. Esta iniciativa, além de influir na política do sistema Eletrobrás voltada ao desempenho socioambiental, dá suporte a uma melhor avaliação do sistema junto à ANEEL e às bolsas de valores no Brasil e no exterior. Este projeto faz parte da Carteira de Projetos Institucionais do Cepel.

Indicador: Relatório Técnico consolidando: referencial teórico sobre indicadores (levantamento, detalhamento e análise comparativa dos diferentes relatórios e questionários de avaliação da sustentabilidade empresarial existentes); resultados obtidos para referência do mapeamento das atividades; stakeholders relacionados ao desempenho socioambiental do Sistema Eletrobrás; e estabelecimento de conjunto de indicadores mais adequado para a melhoria da gestão da sustentabilidade socioambiental das empresas.

Resultados: A meta foi integralmente implementada. Foi emitido Relatório Técnico abrangendo o referencial teórico sobre indicadores, os resultados obtidos para referência do mapeamento das atividades, os stakeholders relacionados ao desempenho socioambiental do Sistema Eletrobrás; e o estabelecimento do conjunto de indicadores mais adequado para a melhoria da gestão da sustentabilidade socioambiental das empresas. Também foi apresentado o detalhamento dos protocolos com definição de conceitos, métodos de cálculo, fontes de obtenção dos dados e referência dos indicadores.

MC 4: Finalização e Instalação do Sistema de Monitoramento e Análise de Descargas Parciais – IMA-DP na Eletronorte.

Conceito: Em 2004, foi instalado em caráter experimental o primeiro protótipo do Sistema IMA-DP (Instrumentação para o Monitoramento e Análise de Descargas Parciais) nas máquinas 1 e 2 da UHE Tucuruí da Eletronorte. O sistema desenvolvido teve o pedido de patente depositado em 2008. Para este ano, está prevista a finalização do sistema, inclusive com a incorporação de novas funcionalidades, como o registro dos dados do sistema supervisor da usina em que a máquina monitorada esteja ligada e a possibilidade de integração dos dados de DP à rede corporativa da empresa.

Indicador: Instalação da 1ª versão de produto do IMA-DP em unidades geradoras das UHEs Tucuruí e Coaracy Nunes, da Eletronorte.

Resultados: A meta foi integralmente implementada. O sistema de monitoramento de análise de descargas parciais com as funcionalidades previstas foi instalado em unidades geradoras da UHE Tucuruí e da UHE Coaracy Nunes, com instalações concluídas em 25/09/09 e 04/12/09 respectivamente.

MC 5: Desenvolvimento de protótipo de sistema de medição de qualidade de energia para aerogeradores

Conceito: Desenvolvimento de um sistema de medição da qualidade da energia de aerogeradores, que possui requisitos específicos, definidos na norma IEC 61400-21, não atendidos por medidores comerciais disponíveis atualmente. Com a crescente participação de usinas eólicas na matriz energética brasileira, foi criado o Projeto Institucional QUALIVENTO, visando capacitar o Cepel a realizar estas medições e buscando atender uma necessidade das empresas do Sistema Eletrobrás.

Indicador: Desenvolvimento, implementação e testes no laboratório do Cepel de um protótipo para medição de potência ativa e reativa fornecidas por aerogeradores, como primeiro requisito para atendimento da norma IEC 61400-21.

Resultados: A meta foi integralmente implementada. O protótipo do sistema de medição de qualidade de energia para aerogeradores se encontra em operação no Laboratório de Qualidade de Energia do Cepel, e está detalhado em Relatório Técnico do Centro.

MC 6: Desenvolvimento de nova versão dos programas para Otimização e Simulação de Sistemas Isolados.

Conceito: Os programas computacionais OTSI (Otimização de Sistemas Isolados) e SSI (Simulação de Sistemas Isolados) vêm sendo desenvolvidos desde 2003 após apresentação da proposta de trabalho na 30ª Reunião Ordinária do GTON, em 2002. Estes programas consistem em ferramentas para análise das condições operacionais das usinas térmicas com geradores diesel, em comparação a dimensionamento e operação ideais e fornecem subsídios para redução do consumo específico de combustível nos sistemas isolados. A nova versão a ser desenvolvida (2.0) permitirá a representação detalhada de características dos geradores, além de modelos típicos. Assim, o consumo específico será calculado de forma muito mais próxima da realidade. Incluirá também uma nova interface gráfica que facilitará ao usuário a entrada e saída de dados e atenderá uma sugestão da Eletrobrás de considerar o atendimento das curvas de demanda com uma reserva de potência girante ou sem folga.

Indicador: Nova versão dos programas OTSI e SSI e disponibilização à Eletrobrás.

Resultados: A meta foi integralmente implementada. A versão 2.0 dos programas OTSI e SSI com as características previstas foi concluída e entregue à Eletrobrás em junho de 2009.

Realização dos Investimentos

REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS		REALIZAÇÃO FÍSICA (%)
Valor aprovado	R\$ 19.850.000,00	100
Realização	R\$ 17.920.526,98	90,3

O orçamento de investimento do Cepel para o exercício de 2009 foi aprovado pela Lei 11.768 de 14/08/2008 e pelo Decreto 7.035 de 16/12/2008, no valor global de R\$ 19.850.000,00 (dezenove milhões oitocentos e cinquenta mil reais), tendo como fontes de financiamento recursos operacionais do Centro e da Eletrobrás. Os recursos provenientes da Eletrobrás são vinculados ao Projeto LONGDIST – projeto de pesquisa para tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longa distância.

No final do exercício, a realização econômica do orçamento de investimento totalizou R\$ 17.920.525,98 (dezessete milhões novecentos e vinte mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos), ou seja, 90,3%% do valor aprovado.

Evolução de Gastos Gerais

	2007	2008	2009
PASSAGENS / HOSPEDAGENS	1.008.265	1.134.592	1.158.225
DIÁRIAS	378.210	477.153	687.292
SERVIÇOS DE TERCEIROS	18.168.353	18.303.396	19.801.013
Publicidade	312.379	396.264	346.263
Vigilância	1.705.922	1.663.721	1.417.964
Conservação e Limpeza	1.136.142	1.263.365	1.311.357
Tecnologia da Informação	694.701	870.780	518.693
Outras Terceirizações	14.319.209	14.109.266	16.206.736
Suprimentos de Fundos	0	0	

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa	
	2008	2009
Licitação		
Convite	144.017,10	242.259,44
Tomada de Preços	560.173,38	857.949,43
Concorrência	-	1.750.359,62
Pregão	7.740.044,83	13.821.050,22
Concurso	-	-
Consulta	-	-
Contratações Diretas		
Dispensa	2.220.431,96	6.709.515,83
Inexigibilidade	7.053.268,45	2.528.856,08

Obs: A informação tem como base a emissão da Requisição de Compras - RCP, ou seja, a consolidação do valor é efetuada pelo ano da emissão da RCP e não pelo ano do desembolso.

2.5. Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica (EDE's)

2.5.1. Introdução

A Lei 9.619/98 autorizou a ELETROBRÁS a adquirir o controle das concessionárias estaduais de distribuição de energia elétrica: CEAL, CEPISA, CERON e ELETROACRE, incluindo-as no PND – Programa Nacional de Desestatização. Mais tarde, em 2000, pela Medida Provisória 1985-25/2000 (transformada na MP 2181-45, em tramitação), a ELETROBRÁS foi também autorizada a adquirir o controle da CEAM e a incluí-la no PND.

Em um processo paralelo, cindiu-se a ELETRONORTE, formando com os ativos de distribuição das cidades de Manaus e Boa Vista, respectivamente, a Manaus Energia e a Boa Vista Energia, subsidiárias integrais da ELETRONORTE, que formam com as anteriormente citadas o conjunto das chamadas Empresas Distribuidoras da ELETROBRÁS – EDE's.

À ELETROBRÁS coube a tarefa de promover o saneamento econômico-financeiro dessas companhias, enquanto o BNDES cuidaria das providências para vendê-las. Por conta desse marco e dessa tarefa inicial, os investimentos realizados pela ELETROBRÁS foram considerados como temporários. Por razões diversas, o Programa de Desestatização dessas empresas não foi concluído.

No momento de aquisição das EDE's houve o desembolso de recursos da própria ELETROBRÁS e da RGR. Da época da federalização até os dias de hoje, essas empresas têm requerido investimentos, tanto para o financiamento da expansão e da própria operação e manutenção, como para cobertura de déficits operacionais. Além disso, para reverter o patrimônio líquido negativo, parte dos financiamentos já foi transformada em capital ou está registrado como adiantamento, para futuro aumento de capital.

Em abril de 2008, foi efetuada a incorporação da CEAM pela Manaus Energia, passando o Estado do Amazonas – AM a contar com apenas uma distribuidora de energia. Após este ato, o grupo das EDE's passou a ser composto pelas seis empresas: CEAL, CEPISA, CERON, ELETROACRE, Manaus Energia e Boa Vista Energia.

Após alguns anos de controle federal, pode-se dizer que as condições de atendimento às populações locais apresentaram melhora significativa, contudo não foi revertido o quadro financeiro negativo dessas empresas. *Em dezembro de 2007, o patrimônio líquido de todas as EDE's somadas era negativo no valor de R\$ 33,49 milhões e seu balanço registrava uma dívida total de cerca de R\$ 2,07 bilhões com a ELETROBRÁS.*

Diante dessa situação, a ELETROBRÁS identificou como solução a reorganização da governança e centralização da gestão das EDE's, estruturando-se para todas uma Diretoria comum composta por um Diretor Presidente e seis Diretores e um Conselho de Administração composto por seis membros com um núcleo comum, mantendo-se Conselhos Fiscais específicos para cada empresa. Essas medidas foram acompanhadas pela criação de uma Diretoria especializada na ELETROBRÁS – a Diretoria de Distribuição, cujo Diretor assumiu concomitantemente a Presidência das EDE's. Essas mudanças direcionam no sentido de alcançar a reversão da atual situação de desequilíbrio econômico-financeiro destas empresas para, em curto prazo, passar a obter resultados positivos, visando a melhoria de qualidade de atendimento ao público, a capacidade de execução de programas de investimentos para a expansão e conservação dos seus ativos, bem como a modernização dos seus instrumentos de apoio tecnológico e de capital humano.

Por sua própria dispersão geográfica, o mercado de energia elétrica das EDE's já é naturalmente heterogêneo, pois, enquanto Ceal e Cepisa são as únicas EDE's que fazem parte do Sistema Interligado Nacional (SIN), as demais (Manaus Energia, Boa Vista Energia, Ceron e Eletroacre) ainda compõem os Sistemas Isolados e representam 63% do mercado total de energia das referidas EDE's.

2.5.2. Comercialização de Energia Elétrica

De forma geral, a quantidade fornecida de energia elétrica em 2009 aumentou em 3,2% em relação a 2008 sendo o maior aumento na classe residencial (7,4%), que representou 35% do total comercializado em 2009. Já a classe industrial, que representa 21,2% do total, foi observado um decréscimo de 7,0% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à redução dos níveis de atividade econômica regional, nacional e internacional sobre os setores produtivos.

Destacam-se entre as empresas com maior participação na comercialização de energia elétrica a AMAZONAS ENERGIA (37,9%) e a CEAL (19,9%). A primeira, ao contrário das demais, tem uma forte participação do consumo de energia na Classe Industrial, dada a importância do Pólo Industrial de Manaus, com 33,9% do total comercializado por essa distribuidora em 2009. Já na CEAL a classe residencial respondeu por 37,2% do total fornecido pela distribuidora.

As distribuidoras que obtiveram maior crescimento no fornecimento de energia elétrica no último ano foram a BOA VISTA ENERGIA (10,3%), CERON (9,4%) e ELETROACRE (6,6%) todas impulsionadas pelo maior crescimento da Classe Residencial. Cabe ressaltar que a BOA VISTA ENERGIA concentra 63% da população do estado na sua área de concessão e que o desempenho da CERON está atrelado ao grande contingente populacional atraído pelas obras do complexo hidrelétrico do rio Madeira (usinas de Jirau e Santo Antônio). Já a AMAZONAS ENERGIA, CEAL e CEPISA obtiveram crescimentos mais modestos de 0,1%, 2,0% e 3,6%, respectivamente. Na AMAZONAS ENERGIA, esse baixo crescimento decorreu dos impactos da desaceleração do ritmo da produção industrial.

É importante salientar que houve revisões dos valores divulgados no relatório de 2008.

Fornecimento Consolidado de Energia Elétrica - (GWh)					
Classe	2005	2006	2007	2008	2009
Residencial	3.069	3.146	3.331	3.753	4.030
Comercial	1.847	1.895	2.009	2.226	2.378
Industrial	2.358	2.384	2.465	2.628	2.443
Rural	380	414	400	490	508
Outras Classes	1.561	1.718	1.561	2.061	2.159
Total	9.215	9.557	9.766	11.158	11.518

Fornecimento por Classe de Consumo por Empresa

BOA VISTA ENERGIA		CEAL	
Classe de Consumo	Em MWh por Classe	Classe de Consumo	Em MWh por Classe
Residencial	214.999	Residencial	853.067
Comercial	99.344	Comercial	487.051
Industrial	13.421	Industrial	353.865
Rural	7.035	Rural	167.200
Outros	109.018	Outros	429.157
TOTAL	443.817	TOTAL	2.290.340

CEPISA		CERON	
Classe de Consumo	Em MWh por Classe	Classe de Consumo	Em MWh por Classe
Residencial	807.695	Residencial	685.006
Comercial	388.716	Comercial	417.322
Industrial	231.367	Industrial	330.150
Rural	79.862	Rural	188.779
Outros	388.987	Outros	285.594
TOTAL	1.896.627	TOTAL	1.906.851

ELETROACRE		AMAZONAS ENERGIA	
Classe de Consumo	Em MWh por Classe	Classe de Consumo	Em MWh por Classe
Residencial	272.038	Residencial	1.197.666
Comercial	130.740	Comercial	854.978
Industrial	33.013	Industrial	1.480.762
Rural	30.211	Rural	35.342
Outros	152.984	Outros	793.111
TOTAL	618.986	TOTAL	4.361.859

2.5.3. Revisão Tarifária

A atuação integrada para assuntos regulatórios (PRETEDE) mobilizou mais de uma centena de profissionais das Empresas de Distribuição e foram elaborados 92 documentos formais protocolados na ANEEL.

Como resultado, foi assegurado cerca de R\$ 442 milhões de receitas anuais adicionais às propostas iniciais da Agência, entre custos operacionais da Empresa de Referência, projeções de mercado, sobras de energia e componentes financeiros.

Como produtos correlatos, houve algum maior desenvolvimento de conhecimento e formação profissional, além de importante detecção de questões processuais que precisam ser aprimoradas, a exemplo do controle patrimonial e da contabilização de CVA e componentes financeiros.

Receitas Adicionais Anuais

Empresas	Empresa de Referência	Mercado	Sobras	Componentes Financeiros	(R\$ milhões)	
					Total	
CEAL	18,9	16,1	-18,5	27,0	43,5	
CEPISA	20,8	10,7	-15,0	23,0	39,5	
AMAZONAS	9,6	27,1	104,2	115,2	256,1	
BOA VISTA	1,3	1,9	0	0,5	3,7	
CERON	20,2	30,8	1,4	30,6	83,0	
ELETROACRE	3,4	4,0	3,5	5,6	16,5	
SOMATÓRIO	74,2	90,6	75,6	201,9	442,3	

Ainda assim, o resultado foi insatisfatório, razão pela qual as empresas recorreram administrativamente junto à ANEEL e deverão, em caso de insucesso, recorrer às vias judiciais para obter o atendimento aos seus pleitos.

2.5.4. Controle de Perdas Comerciais

A CEPISA e a CERON apresentaram, em 2009, redução dos seus níveis de perdas de energia elétrica quando comparados aos níveis registrados em 2008. As reduções foram de 0,68 e 1,96 pontos percentuais, respectivamente. Essa queda nos índices foi consequência da retomada das inspeções em unidades consumidoras e, especialmente no caso da CEPISA, da expressiva regularização de consumidores taxados, passando de 103.000 em dez/2008 para 19.000 em dez/2009.

As duas empresas com os menores índices de perdas entre as EDE, ELETROACRE e BOA VISTA ENERGIA, permaneceram com nível de perdas estável durante o ano de 2009. Ambas, assim como a CERON, registraram índices de perdas abaixo dos níveis regulatórios ao final do último ciclo de revisão tarifária periódica.

Por sua vez a CEAL e a AMAZONAS ENERGIA registraram aumento em seus níveis de perdas. Destaca-se como um dos fatores causadores para esta elevação a realização de um menor volume de inspeções ao longo do ano, motivada pela descontinuidade nos contratos de prestação destes serviços.

Embora ainda não tenha apresentado resultados positivos, a AMAZONAS ENERGIA implementou, ao longo de 2009, um conjunto de providências visando a implantação de telemedição em todas as suas unidades consumidoras de média tensão, bem como do centro de medição e monitoramento destas unidades. Esta ação, que será concluída em 2010, contempla a aquisição de um sistema de gestão da medição e sua integração com o sistema de faturamento da empresa. Em 2010 está previsto também estender o monitoramento para os clientes da baixa tensão com expressivo consumo de energia, para o que serão utilizados os recursos do financiamento que será celebrado com o Banco Mundial.

Ressalta-se que houve sutis alterações nos índices de perdas totais de 2008 quando comparados com os valores divulgados no Relatório anterior. Este fato, que afetou somente a AMAZONAS ENERGIA e a BOA VISTA ENERGIA, ocorreu em consequência de ajustes realizados nos balanços energéticos dessas empresas.

Empresas	Perdas Técnicas sobre Energia Injetada (%)		Perdas Não Técnicas sobre Energia Injetada (%)		Perdas Totais sobre Energia Injetada (%)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Amazonas	8,50	7,71	29,67	34,97	38,17	42,68
Boa Vista	8,51	7,62	8,08	9,47	16,59	17,09
CEAL	12,75	12,03	17,25	19,31	30,00	31,34
CEPISA	14,17	13,71	21,97	21,75	36,14	35,46
CERON	10,00	10,00	23,56	21,60	33,56	31,60
Eletroacre	12,71	11,70	13,48	14,50	26,19	26,20

2.5.5. DEC/FEC

No ano de 2009 foi verificada queda dos índices globais de DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor na CEPISA, CERON e BOA VISTA ENERGIA quando comparados com os valores de 2008. Já a CEAL, ELETROACRE e AMAZONAS ENERGIA registraram crescimento no mesmo período.

Considerando as metas por conjuntos de consumidores (mensais, trimestrais e anuais) definidas pela ANEEL, somente a BOA VISTA ENERGIA não apresentou violações nas suas metas de 2009, mantendo o mesmo resultado já apresentado em 2008 para o DEC e reduzindo o número de conjuntos violados no FEC

A ELETROACRE e a AMAZONAS ENERGIA apresentaram aumento do número de conjuntos violados no DEC em comparação com o ano anterior, variando de 1 para 2 e de 33 para 39, respectivamente. Em relação ao FEC, o número de conjuntos violados passou de 1 para 10 na ELETROACRE e de 17 para 20 na AMAZONAS ENERGIA, no mesmo período. Ressalta-se ainda que a AMAZONAS ENERGIA (capital) violou os seus índices de DEC em 100% dos conjuntos.

Ainda em comparação a 2008, a CEPISA e a CERON apresentaram uma redução do número de conjuntos violados, passando respectivamente de 81 para 73 e de 21 para 11. Em relação ao FEC o número de conjuntos violados passou de 70 para 63 na CEPISA e de 22 para 10 na CERON. A CEAL apresentou uma queda dos conjuntos violados no DEC, de 4 para 3, e um aumento nos violados no FEC, de 0 para 2.

Para as empresas que apresentaram aumento na violação dos conjuntos, observa-se que o fator preponderante que contribuiu para este fato foi a grande quantidade de chuvas ocorrida no início do ano, acima da média histórica. Na AMAZONAS ENERGIA foi determinante, também, a sobrecarga do sistema de geração e distribuição.

É importante destacar que reduções significativas destes índices requerem grandes investimentos na expansão do sistema elétrico e aquisição de sistemas de gerenciamento de rede, bem como melhoria contínua no processo de manutenção preventiva. Neste sentido, a aplicação dos projetos que serão financiados pelo Banco Mundial a partir de 2010 e destinados à melhoria de subestações e redes de distribuição, certamente contribuirão para o estabelecimento e manutenção dos níveis de DEC e FEC dentro dos valores estabelecidos pelo agente regulador

Interrupções de Fornecimento por Consumidor (DEC) – Hora/Ano							
	BOA VISTA ENERGIA	CEAL	CEPISA	CERON	ELETROACRE	AMAZONAS CAPITAL	AMAZONAS INTERIOR
2008	15	20	52	37	15	54	87
2009	9	21	44	34	47	52	104

Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC) – Nº. Interrupções/Ano							
	BOA VISTA ENERGIA	CEAL	CEPISA	CERON	ELETROACRE	AMAZONAS CAPITAL	AMAZONAS INTERIOR
2008	39	15	36	46	20	29	93
2009	21	16	33	42	42	31	107

2.5.6. Inadimplência

Em 2009 houve um decréscimo de 2,4% no estoque nominal dos débitos em atraso, passando para R\$ 1,072 bilhão contra R\$ 1,099 bilhão em 2008.

As empresas que mais contribuíram para essa redução foram a CEAL, BOA VISTA ENERGIA e CEPISA que, isoladamente, representaram uma queda de 18,3% no total dos débitos em

atraso. A primeira obteve uma redução no montante de R\$ 63,0 milhões em função, principalmente, da baixa de títulos incobráveis do Poder Público, representando um decréscimo de 24,4% no total da inadimplência. Na BOA VISTA ENERGIA verificou-se uma redução de 36,9% na inadimplência como resultado das negociações com a Companhia de Águas e Esgoto de Roraima – CAER e a Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA, nos montantes de R\$ 38,8 e R\$ 13,4 milhões, respectivamente. Na CEPISA a redução foi de 6,2%, o que representou R\$ 18,0 milhões de recuperação no total dos débitos em atraso.

Todas as Empresas de Distribuição da ELETROBRÁS estão adotando práticas intensivas para reduzir a inadimplência. Neste contexto, está sendo implementada uma série de ações, visando à recuperação dos débitos em atraso. Estas ações estão centradas, principalmente, nas campanhas através da imprensa local (jornais, rádios e televisões e internet); negativação no CADIN, SPC e SERASA; cobranças personalizadas para os principais clientes, Poderes Públicos e Serviços Públicos; terceirização de serviços de corte e religação por produtividade; campanhas de parcelamento para contas vencidas e incremento das ações judiciais para recuperação de créditos.

É importante salientar que houve uma mudança de metodologia e revisões dos valores divulgados no relatório de 2008. A classe comercial passou a desconsiderar suprimento e a industrial o consumidor livre, afetando os valores da CEAL, CEPISA e ELETROACRE. Já a BOA VISTA ENERGIA sofreu pequenas revisões. Dessa forma o total da inadimplência em 2008 reduziu de R\$ 1,107 bilhão no relatório de 2008 para 1,099 bilhão neste relatório.

Inadimplência Consolidada das Distribuidoras – R\$ mil					
Classe	2005	2006	2007	2008	2009
Residencial	196.969	213.461	264.616	245.998	268.310
Comercial	100.064	101.092	117.130	119.962	127.401
Industrial	93.100	112.289	150.014	171.965	203.013
Rural	33.757	34.107	40.824	46.462	53.365
Poder Público	112.707	123.822	135.479	143.700	162.930
Serviço Público	215.355	291.974	372.062	306.566	203.979
Iluminação Pública	28.682	30.075	35.269	65.199	53.922
Total	780.634	906.820	1.115.394	1.099.852	1.072.920

Inadimplência por Distribuidora

BOA VISTA ENERGIA		CEAL	
Classe de Consumo	Em R\$ mil	Classe de Consumo	Em R\$ mil
Residencial	9.233	Residencial	27.672
Comercial	3.240	Comercial	24.529
Industrial	570	Industrial	70.090
Rural	653	Rural	31.109
Poder Público	55.024	Poder Público	23.641
Serviço Público	21	Serviço Público	3.911
Iluminação Pública	1.473	Iluminação Pública	14.283
TOTAL	70.214	TOTAL	195.235

CEPISA		CERON	
Classe de Consumo	Em R\$ mil	Classe de Consumo	Em R\$ mil
Residencial	44.979	Residencial	27.047
Comercial	33.403	Comercial	11.884
Industrial	39.874	Industrial	11.991
Rural	12.790	Rural	4.611
Poder Público	24.124	Poder Público	11.631
Serviço Público	101.998	Serviço Público	62.546
Iluminação Pública	17.136	Iluminação Pública	14.426
TOTAL	274.304	TOTAL	144.136

ELETROACRE		AMAZONAS ENERGIA	
Classe de Consumo	Em R\$ mil	Classe de Consumo	Em R\$ mil
Residencial	16.004	Residencial	143.374
Comercial	6.650	Comercial	47.696
Industrial	1.579	Industrial	78.908
Rural	2.391	Rural	1.811
Poder Público	8.636	Poder Público	39.873
Serviço Público	18.351	Serviço Público	17.153
Iluminação Pública	4.439	Iluminação Pública	2.165

2.5.7. Atendimento aos Clientes

No ano de 2009, no tocante ao macroprocesso Atendimento ao Cliente, as seis empresas de Distribuição de Energia do Grupo Eletrobras alcançaram as seguintes marcas:

DESCRIÇÃO	ANO DE 2009
Total de Consumidores (dezembro 2009)	3.124.017
Total de Municípios Atendidos	464
Quantidade de Agências de Atendimento	210
Quantidade de Postos de Atendimento	138
Total de atendimentos Realizados (Agências e Postos)	2.388.486
Quantidade de Postos de Atendimento – PA (CTA's) ¹	131
Total de Ligações Atendidas (CTA's)	4.141.506

Em praticamente todas as empresas foram realizadas melhorias no atendimento físico, Lojas e Postos de Atendimento, e remoto, Centrais de Teleatendimento - CTA, como exemplo podemos citar:

1. Acre

- Ampliação da CTA em de 7 Postos de Atendimentos – PA's;
- Criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line;

2. Alagoas:

- Criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line;
- Ampliação e reforma da CTA, com aumento do número dos atendentes e treinamentos dos mesmos.

3. Amazonas:

- Inauguração de postos de atendimento, inclusive um "mini-posto" nas dependências do PROCON – AM;
- Criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line;
- Aumento do número de atendentes a fim de proporcionar maior eficiência no processo de atendimento e o conseqüente aumento na satisfação dos clientes;
- Realização de cursos com foco no aperfeiçoamento contínuo dos atendentes comerciais;
- Implantação de Chat de comunicação entre a Amazonas Energia e os clientes portadores de deficiência auditiva ou de fala;

4. Piauí:

- Reforma e melhoria na agência principal da Capital;
- Reabertura da agência do "espaço cidadão" com ampla reforma, em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social;
- Disponibilização de uma agência volante objetivando melhor atender bairros específicos de Teresina;
- Criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line;
- Ampliação e reforma da CTA, com aumento do número dos atendentes e treinamentos dos mesmos.

5. Rondônia

- Criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line;
- Implementação do Terminal de Auto Serviço - TAS, que disponibiliza a emissão de 2ª via de conta, tendo média diária de 270 segundas vias emitidas;
- Foi desenvolvido o módulo de atendimento via Web service, onde é possível a emissão da segunda via de conta e pagamento na agência do Correio;

6. Roraima

- Criação de Agência Virtual, com a disponibilização de serviços on-line como: segunda via, danos elétricos, podagem de árvores, religação entre outros;
- Manutenção da Certificação ISO 9001/2000 nos Processos de Atendimento Comercial e Atendimento Emergencial.

2.5.8. Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ milhões)						
	BOA VISTA ENERGIA	CEAL	CEPISA	CERON	ELETROACRE	AMAZONAS ENERGIA
2008	51,3	89,4	89,7	82,2	52,1	231,9
2009	10,2	133,0	144,2	148,6	176,6	311,3

2.5.9. Ebitda

EBITDA (R\$ milhões)						
	BOA VISTA ENERGIA	CEAL	CEPISA	CERON	ELETROACRE	AMAZONAS ENERGIA
2008	-38,2	133,4	67,1	27,8	22,9	505,9
2009	-6,5	38,7	43,0	59,2	13,6	169,0

2.5.10. Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)						
	BOA VISTA ENERGIA	CEAL	CEPISA	CERON	ELETROACRE	AMAZONAS ENERGIA
2008	113,2	637,3	548,8	494,8	154,4	991,5
2009	137,0	625,6	598,6	600,5	198,4	1.589,8

2.5.11. Evolução do Lucro Líquido / Prejuízo Líquido

Evolução do Lucro Líquido / Prejuízo (R\$ milhões)						
	BOA VISTA ENERGIA	CEAL	CEPISA	CERON	ELETROACRE	AMAZONAS ENERGIA
2008	-36,6	39,5	-98,7	-50,2	0,2	198,8
2009	3,7	-2,2	-67,0	6,3	-10,1	-60,2

2.6. Gestão de Fundos Setoriais

2.6.1. Reserva Global de Reversão – RGR

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, conforme legislação em vigor, a Eletrobras aplicou, no exercício financeiro de 2009, o montante de R\$ 893 milhões. A movimentação referente aos ingressos e às aplicações desses recursos, ocorrida durante o ano de 2009, está apresentada no quadro a seguir:

Ingressos e aplicações em 2009

Movimentação		Em R\$ milhões
Ingressos:		2.899
Arrecadação de quotas		1.610
Outros		1.289
Aplicações:		1.774
Financiamentos		893
Outras		881
Região	Financiamento Liberado - R\$ milhões	%
Norte	114	12,8
Nordeste	262	29,3
Centro-Oeste	87	9,7
Sul	170	19
Sudeste	260	29,2
TOTAL	893	100

Linhas de crédito

Programa	Liberações – R\$ milhões	%
Luz Para Todos	309	34,6
Reluz/Conservação	28	3,1
Geração	162	18,1
Transmissão	357	40
Distribuição	36	4
Revitalização de Parques Térmicos	0	0
Outros	1	0,1
TOTAL	893	100

2.6.2. Utilização do Bem Público – UBP

De acordo com a lei nº 9648, de 27.05.1998, em caso de alteração do regime de gerador hídrico de energia elétrica, de serviço público para produção independente, a nova concessão será outorgada a título oneroso, devendo o concessionário pagar pelo uso de bem público, pelo prazo de cinco anos, a contar da assinatura do respectivo contrato de concessão, valor correspondente até 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual que auferir.

A ANEEL calcula e divulga, com relação a cada produtor independente de que trata este artigo, o valor anual pelo uso de bem público.

Até 31 de dezembro de 2002, os recursos arrecadados a título de pagamento pelo uso de bem público, de que trata este artigo, serão destinados de forma idêntica à prevista na legislação para os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, de que trata o art. 4º da Lei no 5.655, de 20 de maio de 1971, com a redação dada pelo art. 9º da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993. A Eletrobras destinará os recursos da conta UBP conforme previsto no § 2º, devendo, ainda, proceder a sua correção periódica, de acordo com os índices de correção que forem indicados pela ANEEL e creditar a essa conta juros de 5% (cinco por cento) ao ano sobre o montante corrigido dos recursos. Os rendimentos dos recursos não utilizados reverterão, também, à conta UBP.

A partir de janeiro de 2003 os recolhimentos mensais a título de Uso de Bem Público (UPB) passaram a ingressar na conta corrente Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, criada pela lei nº 10.438, de 26/04/2002.

A partir de 29.04.2002, os valores creditados na referida conta corrente UBP foram transferidos para a conta corrente CDE.

A conta corrente em nome da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras – UBP encontra-se sem movimentação sendo este o motivo do saldo estar zerado, por outro lado a conta aplicação apresentar um saldo de R\$ 281.868.257,93, em 31/12/2009.

2.6.3. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE, criada pela Lei 10.438, 26/4/2002, com o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, movimentará recursos provenientes de: (i) pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público - UBP; (ii) - pagamentos de multas aplicadas pela Aneel; e (iii) - pagamentos de quotas anuais por parte de todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final.

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, foi criada a subvenção econômica, a princípio com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), e depois, em 2004, da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em 2009 foi liberado, a título dessa fonte de recursos, R\$ 3.012 milhões, sendo R\$ 1.991 milhão para Baixa Renda, atendendo a diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica e R\$ 1,021 milhão para o Programa Luz para Todos, conforme movimentação apresentada a seguir:

Ingressos e Aplicações em 2009

Movimentação	Em R\$ milhões
Ingressos: CDE+UBP+Multas Aneel:	3.892
Arrecadação de quotas	2.917
Outros	975
Aplicações:	3.766
Subvenção Luz Para Todos	1.021
Subvenção Baixa Renda	1.991
Outras	754

2.6.4. Conta de Consumo de Combustível – CCC - Sistemas Isolados

Os Sistemas Isolados localizam-se dispersos, principalmente nos estados da Região Norte do país, bem como no estado do Mato Grosso e em Fernando de Noronha. Estão presentes tanto nas capitais Manaus, Macapá e Boa Vista como no interior dos referidos estados e são responsáveis pelo atendimento a uma área de 45% do território e a cerca de 3% do mercado de energia nacional. A Eletrobras, por meio de suas empresas de distribuição, bem como por meio de sua subsidiária Eletronorte, realiza o atendimento a diversos Sistemas Isolados localizados na Região Norte.

No início de 2009 operavam ao todo 250 Sistemas Isolados, dos quais 116 atendidos por empresas do Sistema Eletrobras. No decorrer do ano, 16 novos sistemas entraram em operação e 8 foram interligados, totalizando, ao final de 2009, 258 Sistemas Isolados no país.

Dois fatos importantes merecem destaque no âmbito dos Sistemas Isolados: a interligação do sistema Porto Velho – Rio Branco ao Sistema Interligado Nacional – SIN e a promulgação da Lei 12.111, de 9/12/2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.

A interligação dos estados de Rondônia e Acre ao SIN trará melhorias na qualidade do suprimento de energia elétrica, maior confiabilidade ao sistema, bem como a diminuição da emissão de poluentes na atmosfera, por substituição na geração térmica.

As mudanças determinadas pela Lei 12.111/2009 serão essenciais para a recuperação do equilíbrio econômico-financeiro das empresas de distribuição que atuam nos Sistemas Isolados, dentre elas diversas empresas do Sistema Eletrobras.

Além disso, cabe destaque também a implantação da rede de distribuição de gás natural para atendimento às usinas termoelétricas em Manaus, onde, a Eletrobras, por meio de um convênio firmado com a Cigás (empresa distribuidora de gás), Eletronorte e Amazonas Energia, promove a mudança da matriz energética com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis derivados de petróleo.

Ainda no âmbito dos Sistemas Isolados, merece destaque a participação da Eletrobras na comitiva composta por técnicos do Ministério de Minas e Energia – MME, da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel para visita ao *Instituto de Planificación y Promoción de Soluciones Energéticas para las Zonas Non Interconectadas* – IPSE, em Bogotá – Colômbia. O evento ocorreu em setembro de 2009 e teve como objetivo conhecer o modelo colombiano de Sistemas Isolados, com foco no aspecto de monitoramento de dados de energia elétrica e consumo de combustível destes Sistemas, com intuito de agregar melhorias para o Sistema Isolado Brasileiro.

Para 2009 o Plano Anual de Combustíveis previu despesas da ordem de R\$ 4,2 bilhões, sendo R\$ 3,7 bilhões para cobertura com combustíveis, R\$ 95 milhões para os empreendimentos sub-rogados à Conta e, ainda, R\$ 395 milhões para recomposição de saldo do ano anterior.

A geração indica pelo GTON para ser atendida em 2009 foi da ordem de 8.725.332 MWh, com o consumo de 761 mil toneladas de Óleo Combustível, 181 mil toneladas de Óleo PGE, 832 milhões de litros de Óleo Diesel e 531 milhões de Óleo OCTE.

3. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos

ELETROBRÁS

a) Composição dos Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Σ
Próprios	-	-	-
Requisitados	7	-	-
Celetistas	1272	1206	1206
Próprios	1072		
Requisitados	200		
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	Σ
Estatutários	-	-	-
Não Estatutários	23	24	24
Terceirizados*	621	-	-
Total			

* Serviços terceirizados de contínuos e secretaria.

Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	934	55.594.742,20	-	6.504.417,68	696.949,98	33.972,82		
2008	1002	63.719.131,16	-	7.519.383,91	1.225.958,33	186.049,54		
2009	1072	76.324.863,79	-	8.656.956,77	1.652.319,32	349.073,80		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	10	1.798.297,20	-	-	-	-		
2008	17	2.694.346,68	-	-	32.853,72	-		
2009	23	3.593.403,80	-	-	42.015,76	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	128	20.904.721,50	-	1.569.834,32	965.890,74	-		
2008	158	25.156.165,31	-	2.299.233,54	919.994,25	-		
2009	200	36.926.573,86	-	4.158.903,27	4.762.817,80	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
QUADRO TERCEIRIZADO*								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	213	3.123.009,04	304	5.210.356,67			271	2.090.866,00
2008	225	3.308.401,83	350	5.304.943,08			246	1.748.307,00
2009	284	5.073.988,19	337	7.064.903,80			265	2.357.094,57

b) Contratos de Terceirização de área-fim

Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área-fim no Exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
Observação:									

Não se aplica a Eletrobrás que terceiriza apenas atividades administrativas (meio).

c) Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Anos		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Desligados	Turnover
Rotatividade (Turnover)	Concurso 2002 (118 admitidos) Entre 06/2002 e 06/2003.	6	21	13	5	9	3	1	2	0	60	50,85%
	Concurso 2003 (227 admitidos) Entre 06/2003 e 06/2003	-	4	9	17	36	11	9	4	0	90	39,65%
	Concurso 2005 (227 admitidos) Entre 7/2006 e 12/2009	-	-	-	-	19	20	28	12	0	79	34,80%
	Concurso 2007 (269 admitidos) Entre 02/2008 e 12/2009	-	-	-	-	-	-	18	23	0	41	15,24%
	Total (841 admitidos)	6	25	22	22	64	34	56	41	0	270	32,10%

Obs1: No Concurso 2002, dois candidatos (William Barreto e Cyro Berndt) foram admitidos por força de decisão judicial.

Obs2: Nestes cálculos não são considerados os desligamentos de empregados antigos (inclusive PDVE) - somente empregados oriundos dos Concursos 2002/2003/2005/2007.

Formação Acadêmica	Especialização (Pós/ Mestrado/ Doutorado)	38%
	Ensino Superior	47%
	Ensino Médio	14%
	Ensino Fundamental	1%

Perfil Etário	Média de idade de 41 anos
---------------	---------------------------

Acidentes de Trabalho	Número de Acidentes sem Vítimas	0
	Número de Acidentes com Vítimas com Afastamento Inferior a 15 dias	1
	Número de Acidentes com Vítimas com Afastamento Superior a 15 dias	0
	Número de Acidentes com Vítimas sem Afastamentos	1

Doenças Ocupacionais	0
----------------------	---

Número de Demandas Trabalhistas	Complementação de aposentadoria	3
	Adicional de periculosidade	4
	Complementação de FGTS	3
	Reenquadramento funcional	2
	Equiparação salarial	7
	Horas extras	6
	Complementação de benefícios	3
	Vínculo Empregatício	1
	Verbas Rescisórias	5
	Concurso público	3
	Desconto indevido	1
	Diferença salarial	1
	Participação nos lucros	2

Educação Continuada	Valor Total de Treinamento	7.747.330,52
	Hora Total Treinada	249.049

d) Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão de recursos humanos no presente e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UJ.

- Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional;

O Quadro de Pessoal está limitado ao quantitativo estabelecido pelo DEST.

- Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim;

O Quadro de Pessoal está adequado.

- Desempenho funcional dos servidores e funcionários;

A Eletrobras está implantando o Sistema de Gestão de Desempenho SGD para todos seus empregados.

- Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado;

A empresa está implantando projeto para a identificação do quadro qualiquantitativo em 2010 e após os resultados identificaremos a adequação do quadro de profissionais.

- Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo.

A empresa está implantando projeto para a identificação do quadro qualiquantitativo em 2010 e após os resultados identificaremos a adequação do quadro de profissionais.

- Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos;

A Eletrobras está implantando a UNISE para toda a organização.

- Efeitos dos Planos demissionais, quando existentes;

A Eletrobras terminou seu plano de demissão voluntária com a saída de empregados que estão sendo repostos pelo quadro de reserva dos últimos concursos realizados.

- Impactos da terceirização na produtividade da UJ;

A Eletrobras contrata apenas serviços terceirizados para suas atividades administrativas (meio).

- Política remuneratória da UJ;

A Eletrobras está implantando na Organização o Plano de Cargos e Remuneração – PCR, aprovado pelo DEST.

- Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ;

Primeiramente, cumpre esclarecer como se dá a repartição do patrocínio das ações trabalhistas promovidas em face da ELETROBRÁS.

Departamento Jurídico – PGJ:

- Divisão de Assessoramento Jurídico – PGJT – ações em curso no estado do Rio de Janeiro e nos demais estados da federação, exceto Distrito Federal.
- Divisão de Brasília – PGJB – ações em curso no Distrito Federal e recursos oriundos dos demais estados da federação em trâmite no TST e no STF.

- Processos Trabalhistas – RJ:

Os processos trabalhistas em trâmite no Rio de Janeiro, por questões de mérito administrativo, sempre foram patrocinados por escritórios terceirizados. Devido a isso, nos processos mais antigos, tem-se uma sucessão de patrocínios, porquanto, cada escritório permaneceu certo lapso temporal a cargo do labor.

Em dezembro de 2008, findou-se o contrato de patrocínio terceirizado dos processos em trâmite no estado do Rio de Janeiro, tendo os advogados da PGJT assumido o patrocínio das ações até que se terminasse a licitação então em curso para a contratação de novo escritório terceirizado.

O patrocínio interno seguiu, dessa forma, até final de julho de 2009, quando o escritório vencedor da licitação assumiu a tarefa.

Durante os meses de dezembro/2008 a julho/2009, diante da observância de algumas situações ocorridas nos processos, várias rotinas foram implementadas, dentre elas:

- Criação de roteiro de procedimentos internos e externos;
- Criação e atualização modelos de cartas e de memorandos;
- Ajuste do sistema de cadastro e acompanhamento processual;
- Padronização de peças processuais;
- Maior interação com o Departamento de Gestão de Pessoas – DAG; e
- Ajuste do provisionamento contábil das ações.

Referidas rotinas otimizaram o trabalho desenvolvido e culminaram em sensíveis modificações na postura da Justiça Laboral em relação às ações propostas em face da ELETROBRÁS.

Das rotinas elencadas acima, se destaca que o ajuste do sistema de cadastro (PROJURID) resultou na retirada do sistema de muitos processos que se encontravam em andamento, mas que, na verdade, já estavam arquivados judicialmente. A maior interação com o DAG proporcionou a obtenção, mais rapidamente, de informações para o subsídio da defesa da empresa, bem como viabilizou a eficiente orientação dos prepostos que representam a ELETROBRÁS nas audiências.

No que tange ao provisionamento contábil das ações, esclarece-se que esse procedimento sempre foi desempenhado pelo DAG, porquanto, detém pessoal qualificado para tanto, assim como os dados necessários ao cálculo. Em início de 2009, o DAG terceirizou o serviço de elaboração desses cálculos, pois havia um número expressivo de ações em curso ainda não provisionadas.

Assim, foi contratada empresa por pregão eletrônico com o fim de regularizar o provisionamento tanto das ações propostas até janeiro/2009 – reputadas “antigas” – quanto das ações posteriores a esse marco – reputadas “novas”. Até este momento, referida empresa vem desempenhando dita função, aproximando-se do provisionamento total das ações antigas.

Com a contratação do escritório terceirizado vencedor da licitação, as rotinas lhes foram repassadas. Essas rotinas, aliadas à expertise dos advogados terceirizados, têm incrementado o êxito em favor da ELETROBRÁS em várias ações em curso.

A fiscalização do escritório está a cargo da PGJT, que analisa o seu desempenho diariamente através de e-mails, relatórios, cartas e peças protocolizadas. A sintonia entre os advogados terceirizados e o DAG também faz parte da inspeção, porquanto, os prepostos que representam a empresa trabalham no Departamento de Gestão de Pessoas.

- Processos Trabalhistas – Extra/RJ:

Os processos em trâmite fora do estado do Rio de Janeiro (exceto Distrito Federal) são patrocinados pelos advogados integrantes da PGJT, porquanto, devido ao seu número reduzido, não se justifica a terceirização do patrocínio. A eles se aplicam as mesmas diretrizes dos processos em trâmite no RJ.

- Processos Trabalhistas – Distrito Federal:

O Departamento Jurídico da ELETROBRÁS dispõe de uma divisão na cidade de Brasília que tem por atribuição patrocinar as ações distribuídas no Distrito Federal em face da empresa, em qualquer esfera judicial, bem como, os recursos em trâmite nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal – STF.

São processados no TST e no STF os recursos oriundos de todos os Tribunais Regionais do Trabalho do país. Desse modo, quando um processo proveniente do Rio de Janeiro, por exemplo, é remetido ao TST para julgamento, o patrocínio da ação se dá pela PGJB. Ao retornar a sua cidade de origem, restitui-se o patrocínio principal.

Não há terceirização de patrocínio pela PGJB, aplicando-se aos processos sob seus cuidados as mesmas diretrizes dos processos em trâmite no RJ.

- Quantitativos:

Cumpra esclarecer que o quantitativo de processos oscila com o passar do ano, porquanto, da mesma forma que processos são remetidos ao arquivo judicial, outros novos são distribuídos.

Segue o panorama dos processos nos anos de 2008/2010.

- 2008
 - em andamento durante o ano: 575 processos
 - arquivados durante ao ano: 169 processos
 - ativos ao final do ano: 406 processos
 - valores estimados: +/- R\$ 134.000.000,00
- 2009
 - em andamento durante o ano: 448 processos
 - arquivados durante o ano: 91 processos
 - ativos ao final do ano: 357 processos
 - valores estimados: R\$ 130.000.000,00
- 2010
 - em andamento durante o ano: 312

- Conclusões:

O passivo trabalhista da ELETROBRÁS está sendo paulatinamente assentado, inclusive através de medidas administrativas preventivas, dentre elas, a criação de uma comissão interna de análise dos pleitos administrativos em atenção ao acordo coletivo 2009/2010 e a alteração de normas internas.

- Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública, quando houver.

Como já mencionado nos quadros anteriores, a Eletrobrás não terceiriza postos de trabalhos nem das áreas meio e nem fim da empresa. Portanto, este item não se aplica a esta.

CEPEL

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	02	02	
Próprios	NA		
Requisitados	02	02	
Celetistas (507 + 2 Requisitados)	509	570(PRÓPRIO)	
Cargos de livre provimento	05	05	
Estatutários	NA	NA	
Não Estatutários	05	05	
Terceirizados (Estagiários)	127	145	
Total	643	720	

Quadro Próprio – Valores em R\$ mil						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e Vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	511	25.492	NA	NA	10.089	NA
2008	512	27.161	NA	NA	10.885	NA
2009	507	31.864	NA	NA	7.401	NA
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	05	688	NA	NA	9,	NA
2008	05	619	NA	NA	25	NA
2009	05	810	NA	NA	34	NA
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	06	433	NA	42	135	NA
2008	03	370	NA	22	111	NA
2009	04	394	NA	NA	86	NA
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Quadro Terceirizado								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	141	2.867.778,64	30	1.121.672,52			125	878
2008	125	2.865.584,49	24	692.725,01			129	1.035
2009	129	2.555.301,34	33	864.325,66			127	1.018

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Este item não se aplica nem à Eletrobrás e nem ao Cepel.

5. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Este item não se aplica nem à Eletrobrás e nem ao Cepel.

6. Informações sobre transferências mediante convênio, acordo ou outros instrumentos

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	ECV 002/04	00.662.270/0001-68	784,00	196,00	392,00	0,00	30/4/2004	29/4/2009	5
Convênio	ECV 074/05	05.055.128/0001-76	717,46	273,10	444,37	0,00	1/11/2005	31/10/2009	0
Convênio	ECV 075/05	24.098.477/0001-10	922,54	228,19	681,95	0,00	16/11/2005	15/11/2009	0
Convênio	ECV 159/06	13.941.232/0001-96	3.364,22	838,50	1.794,65	0,00	10/4/2006	9/4/2010	0
Convênio	ECV 174/06	34.621.748/0001-23	4.156,94	1.119,84	2.376,95	660,15	12/6/2006	11/6/2010	0
Convênio	ECV 184/06	17.178.195/0001-67	1.072,28	160,00	912,28	0,00	9/10/2006	8/10/2009	0
Convênio	ECV 193/06	88.630.413/0002-81	1.242,06	248,41	967,65	0,00	15/8/2006	14/8/2010	0
Convênio	ECV 199/06	00.357.038/0001-16	1.615,73	468,17	986,31	0,00	18/10/2006	17/10/2009	0
Convênio	ECV 201/06	00.357.038/0001-16	831,45	191,50	639,95	0,00	17/10/2006	16/4/2009	5
Convênio	ECV 229/06	03.571.563/0001-28	1.826,33	913,16	711,71	0,00	18/1/2007	17/1/2009	2
Convênio	ECV 240/07	88.630.413/0002-81	506,57	284,20	125,87	96,50	25/9/2007	24/9/2012	0
Convênio	ECV 241/07	08.055.552/0001-09	440,23	82,92	357,31	0,00	21/11/2007	21/1/2009	0
Convênio	ECV 254/07	09.261.843/0001-16	1.717,13	489,16	403,53	270,94	26/12/2007	25/12/2010	0

Quadro de Detalhamento de Transferências

Concedente(s)									
UG / CNPJ		CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS							
00001180/0002-07									
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	ECV 274/08	04.025.536/0001-12	910,71	200,00	360,85	214,89	11/9/2008	10/9/2011	0
Convênio	ECV 275/08	21.040.001/0001-30	875,95	146,40	400,46	252,86	11/9/2008	10/9/2011	0
Convênio	ECV 276/08	21.040.001/0001-30	1.861,38	199,30	498,85	530,27	11/9/2008	10/9/2012	0
Convênio	ECV 291/09	48.031.918/0003-96	5.207,14	1.947,45	0,00	241,32	16/7/2009	15/7/2014	0
Convênio	ECV 069B/08	07.264.385/0001-43	660	165	377	105	08/07/05	07/07/09	0
Convênio	ECV 183A/08	00.073.957/0001-68 83.899.526/0001-82	530	132	398	118	04/02/06	03/06/09	0
Convênio	ECV 192A/08	15.244.114/0001-54	894	10	503	94	27/07/08	26/07/08	0
Convênio	ECV 224/06	21.195.755/0001-69 00.703.697/0001-67	1.316	119	1.196	126	29/12/06	28/12/09	0
Convênio	ECV 231A/09	33.665.126/0001-34	2.667	714	1.380	361	28/02/09	28/02/09	0
Convênio	ECV 271/08	83.899.526/0001-82 82.895.327/0001-33	1.309	550	1.309	625	20/08/08	19/08/10	0
Convênio	ECV 273/08	00357038/0001-16	31	0	31	31	01/12/08	30/11/09	0
Convênio	ECV 279/09	92.953.983/0001-07	1.038	261	138	138	30/12/08	29/12/11	0
Convênio	ECV 280/08	28.523.215/0001-06 03.438.229/0001-09	1.675	2.258	938	720	02/12/08	01/12/11	0
Convênio	ECV 283/08	76.659.820/0001-51	1.396	292	368	368	05/01/09	04/01/12	0
Convênio	ECV 294/09	33.645.482/0001-96	606	111	208	208	05/08/09	04/08/11	0

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS							
00001180/0002-07									
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	ECV 302/09	00.357.038/001-16	662	166	148	148	02/12/09	01/12/12	0
Convênio	ECV 306/09	07.427.132/0001-43	1.996	362	471	471	03/12/09	02/12/12	0
Convênio	ECV 308/09	68.314.830/0001-27	2.362	876	1.188	1.188	18/12/09	17/12/11	0
Convênio	ECV 311/09	28.019.214/0001-29	653	424	79	79	30/12/09	29/12/11	0
Convênio	ECV 312/09	00.703.697/0001-67	1.162	424	737	737	28/12/09	27/12/12	0
Convênio	ECV-065/05	07.060.718/0001-12	1.739,17	190,10	2.057,83	616,71	07/07/2005	06/07/2009	5
Convênio	ECV-196/06	07.778.137/0001-10	630,24	432,76	177,83	-	11/07/2006	10/07/2009	5
Convênio	ECV-211/06	82.895.327/0001-33	288,00	208,02	79,98	-	19/07/2006	18/12/2009	5
Convênio	ECV 218/06	05.572.870/0001-59 (FADESP) 02.519.717/0001-70 (FRF)	5.845,78	909.532	3.787,84	852.347	28/12/2006	27/06/2010	0
Convênio	ECV-220/06	00.662.065/0001-00	2.759,96	2.059,96	700,00	-	29/12/2006	28/12/2011	0
Convênio	ECV- 246/07	42.772.319/0001-85	907,78	600,38	307,40	153,70	16/10/2007	15/02/2011	0
Convênio	ECV- 247/07	04.202.329/0001-96	579,76	580,76	136,90	42,02	19/11/2007	18/11/2010	0
Convênio	ECV- 248/07	05.572.870/0001-59 (FADESP) 02.519.717/0001-70 (FRF)	9.342,20	718,91	6.165,16	2.524,43	13/12/2007	12/12/2010	0
Convênio	ECV- 251/07	08.846.230/0001-88	801,27	536,64	264,63	154,79	12/02/2008	11/02/2010	0

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS							
00001180/0002-07									
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	ECV-253/07	82.895.327/0001-33	1.679,85	1.513,11	104,77	-	12/06/2008	11/06/2010	0
Convênio	ECV- 257/07	02.475.386/0001-13	2.637,01	2.447,76	144,88	83,92	05/03/2008	04/03/2011	0
Convênio	ECV- 258/07	03.018.444/0001-42	684,57	454,27	125,00	62,10	22/02/2008	24/02/2010	0
Convênio	ECV-285/09	33.402.892/0001-42	627,30	586,80	30,00	30,00	04/05/2009	03/05/2012	0
Convênio	ECV- 298/09	08.846.230/0001-88	2.524,44	178,02	1.392,78	1.392,78	01/10/2009	30/09/2012	0
Convênio	ECV-300/09	33.402.892/0001-42	2.844,00	2.664,00	60,00	60,00	18/12/2009	17/12/2012	0
Convênio	ECV-301/09	33.402.892/0001-42	612,00	576,00	-	-	03/11/2009	02/11/2012	0
Convênio	ECV 245/07	00.357.038/0001-16	246,70	33,00	0,00	0,00	08/10/2007	07/10/2011	0
Convênio	ECV 073/05	34.268.789/0001-88	3.510,00	65,00	3.380,00	780,00	06/09/2005	06/02/2010	5
Convênio	ECV 249/07	34.268.789/0001-88	41.764,80	421,00	28.190,21	13.094,75	01/11/2007	31/10/2010	0
Convênio	ECV 297/09	33.663.683/0001-16 42.429.480/0001-50	1.665,06	247,80	690,00	690,00	01/10/2009	01/10/2010	0
Convênio	ECV 165/2006	00.394.494/0005-60	13.000,00	10.000,00	10.000,00	-	18/04/06	18/04/11	0
Convênio	ECV 205/2006 e ECV 205A/2008	00.624.964/0001-00 00.357.038/0001-16 02.341.467/0001-20	92.665,68	67.830,09	26.678,68	36.637,96	11/12/06	11/06/10	0
Convênio	ECV- 250/2007	00.357.038/0001-16	13.502,82	11.201,22	5.493,75	5.707,47	19/12/07	18/12/10	0

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ									
00001180/0002-07		CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	ECV- 277/2008	IGJ: 1.346, código argentino	27.604,50	13.802,25	-	591,33	01/09/09	31/05/12	0
Convênio	ECV 303/2009	IGJ: 1.346, código argentino	25.208,00	12.604,00	-	-	11/10/09	22/04/12	0
Acordo de Cooperação Internacional	BRA/IICA/09/001	00.640.11/0001-18	9.534,03	9.534,03	-	880,07	18/03/09	18/03/12	0

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ									
00001180/0001-26		CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	ECV - 235/2007	72.060.999/0001-75	352,80	120,40	264,60	88,20	06.02.07	05.02.11	0
Convênio	ECV-262/2008	01.615.882/0001-62	190,29	16,45	126,86	0,00	03.03.08	02.03.09	2
Convênio	ECV-263/2008 e ECV-263A/2008	12.917.233/0001-32	91,78	63,65	87,19	13,77	04.03.08	03.03.09	5
Convênio	ECV-268/2008	06.248.775/0001-67	280,00	41,20	266,00	126,00	26.06.08	25.12.09	5
Convênio	ECV-269/2008	39.259.098/0001-31	279,95	103,20	279,95	64,05	16.06.08	15.06.09	5
Convênio	ECV-282/2008	06.085.782/0001-95	238,64	212,41	238,64	119,32	23.10.08	22.01.09	5
Convênio	ECV-272/2008	15.180.961/0001-00	150,95	24,75	143,40	41,35	07.08.08	06.06.09	5

Quadro de Detalhamento de Transferências

Concedente(s)									
UG / CNPJ		CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS							
00001180/0001-26									
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	ECV -278/2008 e ECV-278A/2009	88.630.413/0007-96	956,20	24.750,00	908,40	211,20	26.09.08	25.05.10	0
Convênio	ECV-259/2008	42.181.172/0001-59	206,69	36,80	206,69	10,34	15.02.08	14.02.09	5
Convênio	ECV-264/2008 e ECV-264A/2009	05.555.408/0001-43	237,17	36,41	226,02	60,00	24.04.08	23.09.09	5
Convênio	ECV-265/2008 e ECV-265A/2009	70.097.910/0001-10	78,53	17,90	74,61	68,47	10.06.08	09.03.09	5
Convênio	ECV-270/2008	00.348.003/0137-94	200,00	180,00	200,00	0,00	05.08.08	04.08.09	5
Convênio	ECV-287/2009	04131232/0001-28	249,00	28,32	236,55	236,55	17.02.09	16.05.2010	0
Convênio	ECV-284/08	27.219.757/0001-27	89,89	91,57	85,40	85,40	26.01.08	25.03.10	0
Convênio	ECV-286/2009 e ECV-286A/2010	07.651.228/0001-90	31,21	7,50	0,00	0,00	04.05.09	03.09.10	0
Convênio	ECV- 288/2009	08.458.084/0001-13	573,00	75,00	273,10	273,10	03.03.09	02.08.10	0
Convênio	ECV-289/09	05.048.173/0001-01	249,98	247,22	234,75	234,75	16.03.09	15.06.10	0
Convênio	ECV- 295/2009	31.168.644/0001-17	600,00	120,00	570,00	570,00	02.07.09	01.05.10	0
Convênio	ECV 293/2009	33.638.388/0001-00	298,07	54,56	165,03	165,03	09.06.09	08.06.10	0
Convênio	ECV-299/2009	42.181.172/0001-59	338,39	46,72	188,16	188,16	25.09.09	24.06.10	0
Convênio	ECV 290/2009	08.783.132/0001-49	238,00	41,37	166,60	166,60	05.06.09	04.06.10	0

Quadro de Detalhamento de Transferências

Concedente(s)									
UG / CNPJ		CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS							
00001180/0001-26									
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	ECV- 305/2009	05.420.357/0001-42	200,00	39,38	133,46	133,46	27.10.09	26.10.10	0
Convênio	ECV-292/2009	04.189.038/0001-05	336,09	55,67	231,77	231,77	06.07.09	05.09.10	0

Quadros de Detalhamento de Transferências – CEPEL

Concedente(s) :									
CNPJ		MME - MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIAS							
37.115.383/0001-53									
Tipo	Identificação da Transferência	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Fim	
Convênio	037/05-MME	42.288.886/0001-60	935,00	85,00	850,00	0,00	23/12/2005	26/12/2007	Em andamento
1º Aditivo	037/05-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	26/12/2007	26/12/2009	Em andamento
2º Aditivo	037/05-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	26/12/2009	28/12/2010	Em andamento
Convênio	018/04-MME	42.288.886/0001-60	5.309,70	1.152,00	4.157,70	470,00	22/12/2004	22/12/2007	Em andamento
1º Aditivo	018/04-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	22/12/2004	22/12/2007	Em andamento
2º Aditivo	018/04-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	22/12/2007	30/12/2008	Em andamento
3º Aditivo	018/04-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	22/12/2007	30/12/2008	Em andamento

Concedente(s) :									
CNPJ									
37.115.383/0001-53		MME - MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIAS							
Tipo	Identificação da Transferência	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Fim	
4º Aditivo	018/04-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	30/12/2008	30/12/2009	Em andamento
5º Aditivo	018/04-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	30/12/2009	30/12/2010	Em andamento
Convênio	004/07-MME	42.288.886/0001-60	892,00	92,00	350,00	0,00	24/12/2007	31/12/2009	Em andamento
1º Aditivo	004/07-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	Em andamento
Convênio	028/04-MME	42.288.886/0001-60	798,60	72,60	774,00	0,00	24/12/2007	21/12/2005	Encerrado
1º Aditivo	028/04-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	21/12/2005	31/3/2007	Encerrado
2º Aditivo	028/04-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	31/3/2007	31/3/2008	Encerrado
3º Aditivo	028/04-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	31/3/2008	31/3/2009	Encerrado
4º Aditivo	028/04-MME	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	31/3/2009	31/12/2009	Encerrado
Convênio	721906/2009 - MME	42.288.886/0001-60	1.300,00	768,00	0,00	0,00	14/12/2009	14/12/2011	Em andamento
Convênio	706321/2009-MME	42.288.886/0001-60	1.200,00	570,00	0,00	0,00	28/12/2009	28/12/2010	Em andamento

Concedente(s) :									
CNPJ									
33.749.086/0001-09		FINEP - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS							
Tipo	Identificação da Transferência	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Fim	
Convênio	01.06.0962.00 - FINEP	CNPJ/MF 42.288.886/0001-60	15.000,00	26.753,73	15.000,00	4.000,00	16/12/2006	15/12/2009	Em andamento
1º Aditivo	01.06.0962.00 - FINEP	42.288.886/0001-60	0,00	0,00	0,00	0,00	15/12/2009	16/12/2010	Em andamento
Convênio	01.09.0539.00 - FINEP	CNPJ/MF 42.288.886/0001-60	899,10	959,90	0,00	0,00	19/11/2009	19/5/2012	Em andamento

Concedente(s) :									
CNPJ									
00.001.180/0002-07		ELETROBRAS - PROCEL							
Tipo	Identificação da Transferência	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Fim	
Convênio	ECV-256/07 - PROCEL	42.288.886/0001-60	816,00	414,00	402,00	0,00	28/12/2007	28/12/2010	Em andamento

7. Previdência Complementar Patrocinada

a) **Nome:** Eletros

b) **Razão Social:** Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS

c) **CNPJ:** 34.268.789/0001-88

d) Demonstrativo Anual

I. Valor Total da Folha de Pagamento dos Empregados Participantes

Patrocinadora	Eletrobrás		Total
	Plano BD	Plano CD	
jan/09			
Salário de Participação	2.683.896,29	6.082.914,69	8.766.810,98
fev/09			
Salário de Participação	2.427.751,10	5.612.941,69	8.040.692,79
mar/09			
Salário de Participação	2.508.042,89	5.621.573,72	8.129.616,61
abr/09			
Salário de Participação	2.261.670,10	5.423.536,10	7.685.206,20
mai/09			
Salário de Participação	1.815.628,72	5.670.731,16	7.486.359,88
jun/09			
Salário de Participação	1.820.791,66	6.397.149,36	8.217.941,02
jul/09			
Salário de Participação	1.945.546,76	7.688.207,85	9.633.754,61
ago/09			
Salário de Participação	1.855.241,72	6.666.382,89	8.521.624,61
set/09			
Salário de Participação	1.819.974,39	6.829.068,80	8.649.043,19
out/09			
SRC/ Nº Participantes	1.901.691,28	7.262.738,49	9.164.429,77
nov/09			
Salário de Participação	1.797.111,37	6.831.765,16	8.628.876,53
dez/09			
Salário de Participação	1.792.227,69	6.005.857,45	7.798.085,14
13º Sal./2009			
Salário de Participação	1.753.373,97	5.849.680,61	7.603.054,58

II e III) Valor Total das Contribuições pagas pelos Empregados Participantes/Patrocinadora - 2009 (BD)

	Contribuição	Contribuição	Sobrecarga	Sobrecarga	Jóia	
Mês	Patrocinadora	Participantes	Patrocinadora	Participantes		Total
	31.11.01.02/02	31.12.01.01.01/02	31.11.01.03/04	31.12.01.01.03/04	31.12.01.01.05	
Jan	396.894,33	397.195,09	11.906,83	11.914,47	1.458,33	819.369,05
Fev	336.350,81	338.084,18	10.090,52	10.142,52	933,36	695.601,39
Mar	361.477,09	362.918,02	10.844,32	10.887,55	668,62	746.795,60
Abr	310.123,43	301.153,55	9.303,70	9.034,61	644,29	630.259,58
Mai	311.155,20	252.323,63	9.334,66	7.569,70	830,20	581.213,39
Jun	253.662,87	255.248,28	7.609,89	7.657,44	650,93	524.829,41
Jul	313.669,19	315.972,12	9.410,07	9.479,16	650,93	649.181,47
Ago	286.836,37	262.516,14	8.604,83	7.875,48	829,50	566.662,32
Set	254.582,93	255.516,82	7.637,49	4.665,51	715,10	523.117,85
Out	282.148,52	267.193,92	8.464,45	8.015,81	949,73	566.772,43
Nov	249.546,43	257.319,28	7.486,40	10.719,59	901,20	525.972,90
Dez e 13º sal	189.276,91	210.855,87	6.088,83	6.718,73	1.386,23	414.326,57
Total	3.545.724,08	3.476.296,90	106.781,99	104.680,57	10.618,42	7.244.101,96

II e III) Valor Total das Contribuições pagas pelos Empregados Participantes/Patrocinadora – 2009 (CD)

	Contribuição	Contribuição	Sobrecarga	Sobrecarga	Contrib. Adicional	Sobrec. Adicional	Jóia	
Mês	Patrocinadora	Participantes	Patrocinadora	Participantes	Participantes	Participantes		Total
	31.11.01.02/02	31.12.01.01.01/02	31.11.01.03/04	31.12.01.01.03/04	31.12.01.01.29/37	31.12.01.01.30/38	31.12.01.01.05	
Jan	725.523,07	733.021,72	21.765,69	21.981,64	6.637,37	199,12	40.564,06	1.549.692,67
Fev	651.763,06	656.327,07	19.552,89	19.650,67	5.699,93	170,99	0,00	1.353.164,61
Mar	647.965,89	653.983,33	19.439,13	19.619,64	4.641,53	139,24	0,00	1.345.788,76
Abr	618.896,68	638.626,48	18.566,90	19.158,81	4.279,89	128,40	0,00	1.299.657,16
Mai	637.050,84	705.818,21	19.111,53	21.174,54	4.270,52	128,12	0,00	1.387.553,76
Jun	722.532,38	806.510,54	21.675,97	24.195,31	5.176,70	155,30	0,00	1.580.246,20
Jul	901.882,82	941.410,02	27.056,48	28.245,40	5.010,70	150,32	0,00	1.903.755,74
Ago	755.654,89	763.699,54	22.669,65	22.910,99	4.341,78	130,25	0,00	1.569.407,10
Set	881.942,49	780.435,60	26.458,26	23.413,06	4.544,23	136,33	82.376,63	1.799.306,60
Out	776.777,15	786.071,31	23.303,31	23.582,12	5.254,72	157,65	0,00	1.615.146,26
Nov	769.485,01	771.446,09	23.084,55	23.143,38	4.325,51	129,76	0,00	1.591.614,30
Dez e 13ºsal	687.173,77	687.055,55	21.821,59	21.817,57	3.988,61	127,22	0,00	1.421.984,31
Total	8.776.648,05	8.924.405,46	264.505,95	268.893,13	58.171,49	1.752,70	122.940,69	18.417.317,47

IV) Valor Total de Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora – 2009

Demonstrativo dos Repasses Eletrobrás - 2009					
Mês	Convênio c/INSS	Convênio c/Eletros Saúde	Renda Mínima Global	Fatura Encontro de Contas	Total
	ECV-073/05	ECV-249-A/08	RES.DEE-879/89	RES.DEE-737/88 e 409/93	
Jan	65.000,00	141.550,86	219.111,17	28.357,90	454.019,93
Fev	65.000,00	141.550,86	154.649,54	33.137,46	394.337,86
Mar	65.000,00	141.550,86	149.758,01	31.442,09	387.750,96
Abr	65.000,00	141.550,86	153.120,81	31.886,48	391.558,15
Mai	65.000,00	141.550,86	169.933,32	31.669,74	408.153,92
Jun	65.000,00	141.550,86	173.207,29	31.733,83	411.491,98
Jul	65.000,00	141.550,86	178.007,88	31.926,99	416.485,73
Ago	65.000,00	141.550,86	181.297,08	33.221,79	421.069,73
Set	65.000,00	141.550,86	187.571,35	32.933,07	427.055,28
Out	65.000,00	141.550,86	188.828,31	33.684,16	429.063,33
Nov	65.000,00	147.467,69	191.955,53	33.690,03	438.113,25
Dez e 13º sal	65.000,00	147.467,69	390.486,66	104.229,95	707.184,30
Total	780.000,00	1.710.443,98	2.337.926,95	457.913,49	5.286.284,42

V) Discriminação da Razão ou Motivo do Repasse de Recursos que não sejam Contribuições

Na Tabela anterior:

- Convênio c/INSS-073/05 – A Eletros, na qualidade de interveniente executora, relativo ao processamento de benefícios previdenciários e acidentários concedidos aos seus empregados e aos seus respectivos dependentes beneficiários;
- Convênio com Eletros-Saúde ECV-249-A/08 – A Eletros visando a administração e supervisão de serviços relativos à assistência saúde prestada pela Eletrobrás aos seus empregados e dependentes;
- Renda Mínima Global – Resolução DEE – Eletrobrás 879/89, de 07/11/89 e Memo PRG-146/91 de 19/12/91.
- Fatura de Encontro de Contas – Resolução DEE – Eletrobrás 737/88 de 20/12/88 e Resolução 409/93 de 05/11/93.

CEPEL

Demonstrativo Anual: 2009	
I. Valor total da Folha de pagamento dos empregados participantes:	57.365.003,65
II. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:	5.801.020,98
III. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora:	5.775.533,50
IV. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:	346.531,99
V. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições:	- Convênio com INSS-CV036/02 - Convênio com Eletros-Saúde CV054/09 - Renda Mínima Global – Resolução 879/1989 da Eletrobrás e Parecer JURI 232/2004 - Taxa de Administração

Os itens VI, VII, VIII, "e", "f" e "g" relacionados abaixo referem-se ao desempenho da Fundação Eletros sendo, portanto, comuns à Eletrobrás e ao Cepel.

VI) Valor Total por Tipo de Aplicação e Respectiva Fundamentação Legal

Conforme Relatórios de Composição dos Investimentos – Patrocinadora Eletrobrás (**arquivo Carteira_Imobiliária_Dezembro_2009.pdf**), Relatório de Enquadramento de Investimentos – Patrocinadora Eletrobrás (**arquivo Enquadramento_Dezembro_2009.pdf**), Composição da Renda Fixa e Renda Variável – Consolidado (**arquivo Carteira_Diária_31122009.pdf**) e Relatório de Enquadramento de Investimentos – Consolidado (**arquivo Relatório de Enquadramento 3792_Eletros Dez09.pdf**) são demonstrados os Recursos Garantidores que compunham a carteira da Eletros em 31.12.2009, bem como o enquadramento legal dos mesmos, de acordo com o previsto no art. 9º, parágrafo 1º da Lei Complementar 109/01, regulamentado através da Resolução CMN 3.792/2009 que revogou as Resoluções 3.456/2007, 3.558/2008 e 3.652/2008. Esta Resolução dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e estabelece limites máximos de aplicação em cada segmento e vedações.

VII) Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Informamos, para os devidos fins, que as Demonstrações Contábeis consolidadas do exercício, juntamente com os pareceres de envio obrigatório, já foram submetidas aos Órgãos da Administração e Fiscalização da Fundação ELETROS e foram encaminhadas, no prazo legal, à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgão criado em substituição à Secretaria de Previdência Complementar – SPC. Entretanto, informamos que a manifestação desse órgão sobre as Demonstrações Contábeis não é mais uma prática adotada por aquela instância, visto que não consta da legislação vigente sobre a matéria.

VIII) Política de Investimentos da Entidade Fechada de Previdência Complementar, evidenciando o retorno das aplicações, conforme disposto no inciso V do artigo 22 da Resolução 3506/2007 do Conselho Monetário Nacional

Informamos que a Resolução CMN 3506/2007 não se aplica à ELETROS, entidade fechada de previdência fechada complementar, de caráter privado, uma vez que a Resolução CMN 3790/2009, que revogou a citada resolução, dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Até porque no caso da ELETROS a Resolução CMN que disciplina a aplicação de seus recursos garantidores e reservas matemáticas é, em virtude das Leis Complementares 108 e 109, tão-somente a Resolução 3792/2009.

Sendo assim, no que é aplicável à ELETROS, anexamos as rentabilidades e a Política de Investimentos consolidada para o exercício de 2009, aprovada pelo Conselho Deliberativo da fundação, consoante com a Resolução 3792/2009.

e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme arquivo **Dem Contábeis de 31-12-2009.pdf** são apresentadas as Demonstrações Contábeis da Eletros referentes ao exercício de 2009, devidamente auditadas. O parecer em meio físico segue anexo ao processo de Prestação Anual de Contas.

f) Conclusões do Último Estudo Atuarial

Conforme arquivos **DRAACD-Eletobras.pdf** e **DRAABD-Eletobras.pdf** são apresentados os Demonstrativos dos Resultados da Avaliação Atuarial da Eletros referentes ao exercício de 2009, devidamente auditadas. O parecer em meio físico segue anexo ao processo de Prestação Anual de Contas.

g) Informações sobre ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

Exercido através de Auditorias Internas periódicas promovidas pela Patrocinadora Instituidora, através do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, com base numa avaliação de risco calculada pela própria Patrocinadora Instituidora. Durante o exercício de 2009 foram executados os seguintes trabalhos:

1. Folha de Benefícios – Relatório de Auditoria Eletrobrás nº 08/2009, de 09/07/2009;
2. Benefícios Assistenciais – Reembolsos; Auxílio Creche e Alimentação – Relatório de Auditoria Eletrobrás nº 11/2009, de 02/09/2009 e
3. Migração do Plano BD-Eletrobrás para o Plano CD-Eletrobrás – Relatório de Auditoria Eletrobrás nº 17/2009, de 01/12/2009.

8. Demonstração do Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

Atualmente a Eletrobrás possui com a CGTEE e a Eletrosul contratos de repasse de recursos externos conforme abaixo demonstrado:

Empresa	Empreendimento	Valor Liberado em 2009 (em R\$ milhões)	Valor Liberado até 2009 (em R\$ milhões)
Eletrobras CGTEE	UTE Candiota 2, Fase C	315,6	737,4
Eletrobras Eletrosul	PCH's do Complexo São Bernardo	3,7	3,7

Este item não se aplica ao Cepel.

9. Renúncia Tributária e Declaração sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia

Este item não se aplica nem à Eletrobrás e nem ao Cepel.

10. Operações de Fundos

Este item não se aplica nem à Eletrobrás, ao Cepel e nem aos Fundos Federal de Eletrificação Rural (em extinção), do Fundo de Reserva Global de Reversão, Fundo de Utilização de Bem Público, Conta de Consumo de Combustível – CCC e Conta de Desenvolvimento Energético – CDE..

11. Recomendações do Órgão ou Entidade de Controle Interno e Determinações e Recomendações do TCU

11.a Recomendações do Órgão ou Entidade de Controle Interno

ELETROBRÁS

OFICIO Nº 3.301/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 9/2/2009

- Determinação: Fornecer relatórios das inspeções físicas realizadas e planilhas detalhadas sobre a execução do Programa Luz para Todos e, ainda, encaminhar semestralmente, até o 5º dia útil de cada semestre, sua atualização. Tais planilhas devem conter informações referentes a projetos executados, para cada tranche de cada agente executor, e resumo dos contratos da Eletrobrás.
- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Planejamento e Engenharia.
- Providências:

A Auditoria Interna da Eletrobrás enviou à CGU a carta PRA-023/2009, de 23/3/2009, anexando o memorando DE-27/2009, de 20/3/2009, e a carta PRA-029/2009, de 3/4/2009, com o memorando DE-29/2009, de 1/4/2009, e um CD, com as informações requeridas no ofício.

Em 9/7/2009 a Auditoria Interna da Eletrobrás enviou à CGU a carta PRA-070/2009, encaminhando o memorando EPS-060/2009, de 8/7/2009, e um CD com as informações atualizadas até 30/6/2009.

- Status da implementação: Realizada até parte referente ao 1º semestre de 2009. Será acompanhada semestralmente.

OFICIO Nº 9.430/2009/CGU-PR, de 2/04/2009

- Determinação: Justificar e tomar providências com relação a:

“1. Os 34 servidores elencados no item 1 do Anexo a este Ofício admitidos após findo o prazo de validade dos respectivos concursos;”

“2. No item 2 do mesmo Anexo relacionamos 409 servidores, cujos formulários SISAC de admissão estão com os campos não preenchidos, referentes aos dados sobre concursos que prestaram e/ou sua remuneração. Estes dados foram devolvidos, via SISAC, para a Unidade, para providenciar a inclusão de tais informações e o posterior encaminhamento, pelo mesmo Sistema, para esta Controladoria;”

“3. Providenciar as correções discriminadas para os atos SISAC dos servidores listados no item 3 do Anexo.”

- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Administração
- Providências relativas ao item 1:

Foi enviada à CGU a carta PRA-033/2009, de 13/4/2009, anexando o memorando GDA-38/2009, de 8/4/2009, informando que :

“Os empregados relacionados no Anexo I com data de validade do concurso até 13/3/2008: empregados oriundos do concurso público realizado em 2005 cuja homologação do resultado e consequente início do prazo de validade ocorreu em 13/3/2006. No D.O.U. do dia 13/7/2007 (cópia enviada em anexo) foi publicada a prorrogação da vigência do concurso por mais dois anos, estendendo-se até 13/3/2010.

Empregados relacionados no Anexo I com data de validade do concurso até 27/3/2004: empregados oriundos do concurso público realizado em 2003 cuja homologação do resultado e consequente início do prazo de validade ocorreu em 28/3/2003. No D.O.U. do dia 25/2/2004 (cópia enviada em anexo), foi publicada a prorrogação da vigência do concurso por mais um ano, estendendo-se até 28/3/2005. Os empregados admitidos após 28/3/2005 foram convocados para início do processo de contratação ainda dentro da nova vigência do concurso.

Empregado Cyro Berndt de Souza Mello: empregado oriundo do concurso público realizado em 2002 e admitido por força de determinação judicial.”

- Providências relativas aos itens 2 e 3:

Em 14/4/2009 o Sr. Chefe de Gabinete de Diretoria de Administração encaminhou à PRA o memorando GDA-040/2009, de 14/4/2009, informando que ainda não foi possível atender ao disposto nos itens 2 e 3 do Ofício, pelos seguintes motivos:

“Item 2 – Segundo informações do SISAC (em e-mail) a base de dados da Eletrobrás está indisponível para procedermos quaisquer alterações pois encontra-se no Controle Interno,

aguardando liberação da CGU. No referido e-mail o SISAC sugere que solicitemos à CGU a devolução do acesso à Eletrobrás;

Item 3 – Estamos aguardando a liberação de nova senha por parte do SISAC, conforme e-mail daquele órgão, datado de 8/4/2009.”

Em 29/5/2009 a Auditoria Interna foi informada, por e-mail da área responsável, que estão sendo providenciados os acertos solicitados pela CGU, relativos ao SISAC.

Em 22/7/2009, conforme memorando GDA-080/2009, a Auditoria Interna foi informada que continuam os acertos nos arquivos do SISAC e que a CGU tinha dado prazo até outubro para a regularização.

- Status da implementação: Item 1, concluída. Itens 2 e 3, em andamento.

OFICIO Nº 12.886/2009/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 4/05/2009

- Determinação: Esclarecer e/ou sanear as ocorrências apontadas no Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 221958, de mesmo teor que o Ofício Nº 9.430/2009/CGU-PR, detalhado no item anterior.
- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Administração
- Providências:

A Auditoria Interna enviou à Diretoria de Administração o memorando PRA-91/2009, de 7/5/2009, com cópia do Ofício 12.886/2009/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, para conhecimento e providências.

Em 29/5/2009 a Auditoria Interna foi informada, por e-mail da área responsável, que estão sendo providenciados os acertos solicitados pela CGU, relativos ao SISAC.

Em 23/7/2009, conforme e-mail encaminhado pela área responsável, a Auditoria Interna foi informada que continuam os acertos nos arquivos do SISAC e que a CGU tinha dado prazo até outubro para a regularização.

- Status da implementação: Concluída, no que tange à demonstração de que não há empregados admitidos após o prazo de validade dos concursos. Em andamento, no que se refere aos acertos relativos ao SISAC.

NOTA DE AUDITORIA Nº 222320/002-2009, de 26/03/2009

- Constatação: Não atendimento ao disposto no Decreto nº 5.504, que trata da obrigatoriedade da utilização da modalidade licitatória pregão na contratação de bens e serviços pelos convenientes.
- Recomendação: Formalizar termo Aditivo ao convênio ECV-234/2007, com objetivo de atender o disposto no art. 1º do Decreto nº 5.504.
- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Tecnologia
- Providências:

A Diretoria Executiva da Eletrobrás emitiu a Resolução de Diretoria nº 424/2009, de 13/5/2009, autorizando a celebração de Termo do Aditivo ao Convênio ECV-234/2007.

O Termo Aditivo foi assinado em 30/7/2009.

- Status da implementação: Concluída.

OFÍCIO - CIRCULAR Nº 168/2009/CGU-RJ, de 4/06/2009

- Determinação: Encaminhar trimestralmente expediente contendo cópia das publicações, no Diário Oficial da União, das Portarias autorizadoras, dos Editais de Abertura e Homologação dos Concursos Públicos, porventura realizados no período, em meio magnético, no formato PDF, e o número de atos admissionais cadastrados no Sistema SISAC, por mês, originados dos citados Concursos.
- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Administração
- Providências:

Em 15/6/2009 a Auditoria Interna encaminhou o memorando PRA-139/2009 à Diretoria de Administração solicitando o atendimento da determinação até o 5º dia útil posterior a cada trimestre.

Em 14/7/2009 foi enviada à CGU a carta PRA-073/2009, encaminhando o memorando DAG-518/2009, de 8/7/2009, com as informações pertinentes aos atos admissionais e cadastramentos no Sistema SISAC ocorridos no 1º semestre de 2009, e CD com a documentação relativa aos concursos de 2005 e 2007.

- Status da implementação: Em andamento.

OFÍCIO Nº 19310/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 23/06/2009

- Solicitação: Fazendo referência ao Ofício CGU Nº 36901/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 17/11/2008, onde, embasado no Acórdão TCU Nº 2.573/2008, 2ª câmara, e na Nota Técnica CGU Nº 2.134/2008-DI/DIENE/SFC/CGU-PR, de 14/11/2008, o Secretário Federal de Controle Interno recomendou a instauração de Tomada de Contas Especial - TCE na Companhia Energética de Roraima - CER, referente ao Contrato de Financiamento Eletrobrás ECF Nº 1.692/98, de 23/3/1998, relativo à implantação do Projeto de Interiorização da Energia de Guri, solicita informar, no prazo de 10 dias, se houve a instauração da TCE na Empresa CER. Em caso positivo, encaminhar os resultados, com a respectiva apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano ao erário, e as providências saneadoras por parte da Eletrobrás. Caso a TCE não tenha sido implementada, justificar os motivos do não atendimento da recomendação do Secretário Federal de Controle.
- Setores responsáveis pela implementação: Presidência / Diretoria Financeira e de Relação com Investidores.
- Providências:

Em 29/6/2009 a Auditoria Interna encaminhou o memorando PRA-146/2009 ao Departamento Jurídico, solicitando manifestação sobre a pertinência de vir a Eletrobrás instaurar Tomada de Contas Especial - TCE na Empresa CER.

Em 3/7/2009 a Auditoria Interna encaminhou à CGU a carta PRA-066/2009, solicitando prorrogação do prazo de resposta por mais 10 dias, passando a findar em 13/7/2009.

Em 16/7/2009 a Auditoria Interna enviou à CGU a carta PRA-075/2009, encaminhando a Nota Técnica PRA-3/2009 e expondo o entendimento de que não compete à Eletrobrás a instauração de Tomada de Contas Especial - TCE na CER, referente ao Contrato de Financiamento ECF-1692/98, por não estar caracterizado dano ao erário e a Eletrobrás estar adotando todas as medidas administrativas cabíveis.

Na citada Nota Técnica e anexos estão demonstradas todas as ações adotadas pela Eletrobrás, como a inclusão da CER no CADIN, em 3/7/2007, nos termos do artigo 2º da

Lei nº 10522, e notificação extrajudicial, em 20/2/2008. Demonstra ainda, o interesse da CER em regularizar a situação, mediante renegociação da dívida vencida e a vencer, conforme manifestado pelo seu Diretor-Presidente, em 28/5/2009, por meio da CER-PR nº 543/2009 (anexo IV) endereçada ao Presidente da Eletrobrás e encaminhada a Diretoria Financeira para análise.

Em atendimento ao Ofício nº 24.357/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 4/8/2009, que trata do mesmo assunto, a Auditoria Interna enviou à Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura da CGU a carta CTA-PRA 092/2009, de 1/9/2009, informando ter encaminhado, pela carta CTA-PRA 090/2009, de 1/9/2009, endereçada ao Secretário de Controle Externo - Roraima, toda a documentação correspondente ao citado contrato, como proposto no item 10 da Nota Técnica nele citada.

Em 3/9/2009, enviou a carta CTA-PRA 093/2009, endereçada ao Presidente do Tribunal de Contas de Roraima, encaminhando a mesma documentação acima citada.

- Status da implementação: Concluída.

OFÍCIO Nº 20114/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 29/06/2009

- Solicitação: Em complemento aos trabalhos de auditoria e fiscalização realizados no intuito de analisar os atos e fatos praticados pela Companhia Energética de Roraima - CER, no contexto de sua atuação como Agente Executor do Programa Luz para Todos no Estado de Roraima, encaminhou a Nota Técnica 1.430/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, com informações sobre a continuidade do Programa naquele estado, e solicitou que a CGU seja mantida permanentemente atualizada sobre as medidas implementadas pela Eletrobrás para sanar as impropriedades constatadas, em conformidade com a carta Eletrobrás PRA-046/2009, de 13/5/2009, que informou:

a) Está em processo de cobrança junto à CER, visando ao ressarcimento da quantia liberada a título de adiantamento do contrato ECFS-066/2004, acrescido de multa e correção, perfazendo o valor atualizado de 11 milhões de reais;

b) a CER apresentou uma proposta de quitação do débito, que se encontra em análise na Eletrobrás;

c) o MME está desenvolvendo alternativas econômicas e técnicas de modo a permitir que a população do Estado de Roraima não permaneça excluída dos benefícios e compromissos do Programa;

d) medidas estruturantes adotadas pelo MME, Eletrobrás e Eletronorte estão em curso na CER visando garantir a continuidade do Programa e os meios adequados para ressarcimento dos débitos apurados e em fase de negociação.

- Setores responsáveis pela implementação: Diretoria de Planejamento e Engenharia e Diretoria Financeira e de Relação com Investidores.
- Providências:

A Auditoria Interna enviou à Diretoria de Planejamento e Engenharia o memorando PRA-165/2009, de 9/7/2009, e à Diretoria Financeira e de Relação com Investidores o memorando PRA-182/2009, de 24/7/2009, dando conhecimento do Ofício Nº 20114/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR e solicitando providências de atendimento.

A Auditoria Interna, pela Carta PRA-05/2010, de 5/1/2010, informou à Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura da CGU que, em 30/12/2009, a Companhia Energética de Roraima - CER efetuou depósito no valor de R\$ 12.214.362,45 na conta nº 6079-8, agência 1755-8, Banco do Brasil, referente ao valor de R\$ 7.101.225,45, acrescido de juros e correção (IGPM) glosado do Contrato ECFS-0066/2004, vinculado ao Programa Luz para Todos.

- Status da implementação: Concluída.

RELATÓRIO Nº 224592 - RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS - PLANO DE PROVIDÊNCIAS

ITEM Nº II.4.2.a

- Constatação: A Eletrobrás não possui indicadores para avaliação da gestão.
- Recomendação: A Eletrobrás deve implementar indicadores que permitam a avaliação da gestão quanto à eficácia, à eficiência, à efetividade e à economicidade, dotados das características consideradas necessárias pelo TCU, conforme consubstanciado nos normativos em vigor.
- Setor responsável pela implementação: Presidência.

Providências (definidas em 7/8/2009):

a) Desenvolver e disponibilizar a 1ª versão do Relatório de Informações Gerenciais do Sistema Eletrobrás. (Prazo: 30/8/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Concluída.

b) Desenvolver e disponibilizar a 1ª versão do Resumo Executivo para o Conselho de Administração do Sistema Eletrobrás. (Prazo: 30/8/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Concluída.

c) Organizar um processo de trabalho (pessoas, tarefas e dados) provedor das informações gerenciais. (Prazo: 30/10/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Concluída.

d) Estruturar um espaço corporativo no banco de dados da empresa para agrupar e estabelecer uma única "porta de entrada" de informações gerenciais recebidas das áreas. (Prazo: 30/10/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Em andamento.
(Novo prazo previsto: 30/6/2010)

e) Desenvolver e disponibilizar a 2ª versão do Relatório de Informações Gerenciais do Sistema Eletrobrás. (Prazo: 30/10/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Não iniciada.
(Novo prazo previsto: 30/7/2010)

f) Organizar e estabelecer a Sistemática de Análise Crítica do Desempenho. (Prazo: 30/11/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Não iniciada.
(Novo prazo previsto: 30/6/2010)

g) Prover solução de visualização das informações gerenciais, incluindo o painel de indicadores da diretoria executiva. (Prazo: 30/3/2010)

Status da implementação em 30/12/2009: Em andamento.
(Novo prazo previsto: 30/6/2010)

- Status da implementação: Em andamento.

ITEM Nº 2.1.2.2

- Constatação: Morosidade nas ações de cobrança às entidades cessionárias, por parte da Eletrobrás, dos pagamentos em atraso por mais de 90 dias de empregados cedidos.
- Recomendação 1: Adote medidas com vistas à regularização do ressarcimento dos débitos dos órgãos cessionários.
- Setor responsável pela implementação: Diretoria Financeira e de Relação com Investidores.
- Providências a serem implementadas (definidas em 7/8/2009):

a) ANTT – Caso a empresa não regularize a pendência em 15 dias, será incluída no CADIN. (Prazo: 30/8/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Concluída. A ANTT regularizou a pendência do pagamento da cobrança, no montante de R\$ 19.341,36, relacionada a débitos vinculados a cessão de pessoal da Eletrobrás àquela agência.

b) CBEE – Finalizar a negociação entre as partes objetivando a regularização da pendência. (Prazo: 31/8/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Em andamento. A Conversão da Dívida em Títulos Públicos já foi acordada entre a Eletrobrás e o Tesouro Nacional, estando a Eletrobrás no aguardo da operacionalização da conversão, conforme CTA DFG-8729/2009, de 24/8/2009, e-mail de 18/9/2009 e CTA DFG-10922/2009, de 19/10/2009, já estando esse processo sob a gestão da Área Financeira.

c) EPE – Com base no último parecer da Consultoria Jurídica do MME a Eletrobrás vai reiterar a cobrança e caso a pendência não seja regularizada após 10 dias úteis do recebimento da mesma, a EPE será incluída no CADIN. (Prazo: 30/8/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Concluída. A EPE regularizou as pendências relacionadas à cessão de empregados, no valor de R\$ 137.302,60, em 17/8/2009.

d) ANP – Com base no último parecer da Consultoria Jurídica do MME a Eletrobrás vai reiterar a cobrança e caso a pendência não seja regularizada após 10 dias úteis do recebimento da mesma, a ANP será incluída no CADIN. (Prazo: 30/8/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Concluída. Como a ANP não regularizou a situação da dívida, foi incluída no CADIN, em 21/8/2009. Entretanto, regularizou a pendência do pagamento da cobrança, no montante de R\$ 60.687,58, relacionada a débitos de PLRs de empregado cedido pela Eletrobrás àquela agência. Em decorrência, a Eletrobrás providenciou sua exclusão do CADIN.

e) CLDF – A Diretoria Financeira da Eletrobrás deverá concluir a análise da documentação, apresentada pela empresa, comprobatória dos pagamentos. (Prazo: 15/10/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Em andamento. O Procurador da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF demonstrou interesse em saldar a dívida existente, por intermédio de e-mail, de 4/9/2009. A Eletrobrás, então, encaminhou o Fax DFGC-1216/2009, de 08/9/2009, contendo os valores para a regularização da pendência. Em 10/9/2009, o Procurador confirmou o recebimento do Fax encaminhado, informando que o respectivo pagamento

seria providenciado, o que não ocorreu até a presente data. Desde então, esta DFGC tem tentado manter contato sem a obtenção de êxito.

f) BNDES – A Diretoria de Administração constatou que a pendência não é com o BNDES e sim com o empregado. Aguardamos orientação da Diretoria de Administração para regularização da pendência no Contas a Receber da Eletrobrás. (Prazo: 30/9/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Concluída. A pendência existente está sendo equacionada junto à empregada cedida Maria de Paula de Souza Martins, razão pela qual foi solicitada a baixa do débito em controvérsia, do BNDES com Eletrobrás.

g) MME – A definição da pendência em questão se dará após deliberação em processo pelo MME que solicitou um prazo maior para análise. (Prazo: 30/9/2009)

Status da implementação em 30/12/2009: Em andamento. A cessão do Sr. Antonio Carlos Gomes Lima foi encerrada no MME a partir de 10/8/2009. Os débitos em controvérsia com relação aquele órgão estão sob análise da Eletrobrás.

h) SINERGIA – Débito regularizado de acordo com os termos do acordo extrajudicial ECE-359/2008 e seu termo aditivo ECE-359-A/2009 assinado em 14/7/2009.

Status da implementação em 30/12/2009: Concluída. O SINERGIA assinou termo aditivo ao acordo extrajudicial em 14/7/2009.

i) ELETROPAR – Débito regularizado com a liquidação financeira, pela ELETROPAR, em 3/8/2009.

Status da implementação em 30/12/2009: Concluída. A Eletropar regularizou o débito, em 3/8/2009.

- Status da implementação: Em andamento.
- Recomendação 2: Abster-se de ceder qualquer servidor a órgão inadimplente.
- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Administração.
- Providências:
A Diretoria de Administração informou que acatou a recomendação.
- Status da implementação: Concluída.
- Recomendação 3: Solicitar o retorno de funcionários que permanecem cedidos cujos órgãos cessionários encontram-se inadimplentes, no caso da ANP, ANTT, Eletropar e EPE.
- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Administração.
- Providências:
A recomendação será acatada depois de adotadas todas as medidas administrativas cabíveis para solucionar a questão do adimplemento das obrigações de tais entidades.
- Status da implementação: Concluída, uma vez que as pendências foram regularizadas.

ITEM Nº: 2.2.1.1

- Constatação Descumprimento, de forma sistemática, do limite legal de duas horas suplementares fixado pelo art. 59 do Decreto-Lei n.º 5.452 - CLT.
- Recomendação 1: Implementar os mecanismos de gerenciamento e controle informados, com vistas à restrição das horas extras realizadas no âmbito da Eletrobrás.
- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Administração.
- Providências:
A Diretoria de Administração informou que acatou a recomendação.
- Status da implementação: Concluída.
- Recomendação 2: A excepcionalidade prevista pelo art. 61 do Decreto-Lei n.º 5.452 - CLT somente deve ser praticada quando, tal como previsto no texto legal, houver necessidade imperiosa, que deverá ser formalmente caracterizada e documentada.
- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Administração.
- Providências:
A Diretoria de Administração informou que acatou a recomendação.
- Status da implementação: Concluída.

OFÍCIO Nº 23.778/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 29/7/2009

- Solicitação: Em função de denúncia de utilização indevida de recursos do Programa Luz para Todos no município Alto do Rio Doce - MG, solicita à Eletrobrás realizar fiscalizações naquele Município para verificar se as obras realizadas guardam correlação com as informações inseridas no Sistema LpT e assim afastar ou confirmar a possibilidade de a iluminação do estádio de futebol Rio Docense ter sido efetuada com recursos do Programa, e informar à CGU sobre os resultados obtidos e medidas saneadoras adotadas.
- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Planejamento e Engenharia.
- Providências:
A Auditoria Interna enviou à Diretoria de Planejamento e Engenharia o memorando PRA-198/2009, de 6/8/2009, dando conhecimento do Ofício Nº 23.778/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR e solicitando providências de atendimento.

Em 25/8/2009 a Auditoria Interna encaminhou à Diretoria da Área de Infraestrutura, da CGU, a carta PRA-88/2009, com o Relatório de Fiscalização elaborado pela Eletrobrás, datado de 19/8/2009, o qual indica que as obras para iluminação do estádio de futebol Rio Docense não foram executadas com recursos do Programa Luz para Todos.
- Status da implementação: Concluída.

OFÍCIO Nº 24.357/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 4/8/2009

- Em 4/8/2009 a CGU encaminhou o Ofício 24.357/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, com a Nota Técnica 1.884/2009-DIENE/DI/SFC/CGU/PR, pertinente aos trabalhos de fiscalização realizados pela CGU envolvendo atos e fatos praticados pela CER, na execução do contrato de financiamento Eletrobrás ECF Nº 1.692/98, relativo à implantação do projeto de interiorização da energia de Guri, e solicitou informações acerca do encaminhamento do item 10 da referida Nota Técnica, que diz:

“às Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, para que encaminhe a documentação relativa ao contato de financiamento em comento, bem como os resultados das ações de controle empreendidas por esta CGU ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia para as providências de sua competência;”

(Este assunto também está tratado no Ofício Nº 19310/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 23/6/2009, citado no presente Relatório).

- Setor responsável pela implementação: Diretoria Financeira e de Relação com Investidores.

- Providências:

A Auditoria Interna enviou à Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura da CGU a carta CTA-PRA 092/2009, de 1/9/2009, informando ter encaminhado, pela carta CTA-PRA 090/2009, de 1/9/2009, endereçada ao Secretário de Controle Externo - Roraima, toda a documentação correspondente ao citado contrato, como proposto no item 10 da Nota Técnica.

Em 3/9/2009, enviou a carta CTA-PRA 093/2009, endereçada ao Presidente do Tribunal de Contas de Roraima, encaminhando a mesma documentação acima citada.

- Status da implementação: Concluída.

OFÍCIO Nº 26036/2009/CGU-REGIONAL/RJ/CGU-PR, de 18/8/2009

- Solicitação: Encaminha para conhecimento e providências cópia do Acórdão 2892/2009-TCU-1ª Câmara, mediante o qual foram considerados legais, para fins de registro, os atos de interesse dos servidores nele especificados.

- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Administração.

- Providências:

A Auditoria Interna enviou à Diretoria de Administração o memorando PRA-204/2009, de 24/8/2009, dando ciência dos termos do Acórdão.

- Status da implementação: Concluída.

OFÍCIO Nº 31116/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 28/9/2009

- Solicitação: Encaminhar à CGU manifestações e justificativas sobre as constatações constantes do Relatório de Fiscalização nº 205320, da CGU, pertinente a contratos da empresa Boa Vista Energia no âmbito do Programa Luz Para Todos.

- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Planejamento e Engenharia / Diretoria Financeira e de Relação com Investidores.

- Providências:

Em 14/10/2009 a Auditoria Interna enviou o citado Ofício à Diretoria de Planejamento e Engenharia e à Diretoria Financeira e de Relação com Investidores, pelo memorando PRA-250/2009, para conhecimento e providências.

Em 11/11/2009 a Auditoria Interna encaminhou à Diretoria da Área de Infraestrutura da CGU a carta CTA-PRA-146/2009, com as informações solicitadas, as quais já tinham sido

objeto da carta CTA-PGJ-6796/09 enviada à Procuradoria da República no Estado de Roraima - Ministério Público Federal em 9/7/2009.

- Status da implementação: Concluída.

OFÍCIO Nº 34419/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 27/10/2009

- Solicitação: Disponibilizar links no site da Eletrobrás para Relatório de Auditoria, Certificado e Parecer do Dirigente do Controle Interno, bem como para o Relatório de Gestão da Eletrobrás, relativos ao exercício de 2008.

- Setor responsável pela implementação: Auditoria Interna / Departamento de Tecnologia da Informação.

- Providências:

Em 23/11/2009, pelo memorando PRA-283/2009, a Auditoria Interna enviou cópia do citado Ofício ao Departamento de Tecnologia da Informação, para providências.

Em 24/11/2009 os links foram disponibilizados no site da Eletrobrás.

- Status da implementação: Concluída.

OFÍCIO Nº 36378/2009/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 11/11/2009

- Solicitação: Disponibilizar em meio magnético a relação de preços dos materiais, constantes da base da Eletrobrás, relativos aos estados do Piauí e Maranhão no mês de outubro de 2008.

- Setor responsável pela implementação: Diretoria de Planejamento e Engenharia.

- Providências:

Em 23/11/2009, pelo memorando PRA-281/2009, a Auditoria Interna enviou cópia do citado Ofício à Diretoria de Planejamento e Engenharia, para providências.

Em 7/12/2009 a Auditoria Interna enviou a carta PRA-155/2009, ao diretor de Auditoria de Infraestrutura da CGU, encaminhando Informação Técnica de novembro/2009, com as informações solicitadas.

- Status da implementação: Concluída.

CEPEL

Relatório nº: 224592

Exercício: 2008

Nº OS: 224588 Nº Constatação: 005

Recomendação:

Atualizar periodicamente o laudo que identifica as atividades consideradas perigosas a empregados que comprovadamente desempenham tais funções com habitualidade.

Setor responsável pela implementação:

Departamento de Gestão de Pessoas-DGP

Providências adotadas:

O Cepel contratará Consultoria Técnica para atualização do Laudo de Periculosidade com a periodicidade de 4 em 4 anos. Durante o prazo estabelecido, poderão ser contratadas revisões caso haja necessidade.

Prazo para Atendimento da Recomendação: 12/2012

Nº OS: 224588 Nº Constatação: 015

Recomendação:

Em futuras contratações, documentar a fonte e forma de consulta realizada que ampara a estimativa dos preços.

Setor responsável pela implementação:

Departamento de Logística e Operações-DLO

Providências Adotadas:

Em 21/07/09, o responsável pelo Departamento de Logística e Operações encaminhou Correspondência Interna ao responsável pela Divisão de Suprimentos do Cepel com a seguinte orientação: CI-DLO 24606/09:

*"As requisições de compras devem **indicar obrigatoriamente a fonte e a forma da consulta para o estabelecimento do PREÇO ESTIMADO**, preferencialmente através de proposta comercial anexa."*

Nº OS: 224588 Nº Constatação: 014

Recomendação:

Abster-se de inserir cláusulas que estabeleçam exigência excessiva de requisitos para qualificação técnica em editais, tal como a exigência de cadastro no Octanorm Service Partner International e no Sindicato das Empresas de Promoção, Organização e Montagem de Feiras dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Setor responsável pela implementação:

Departamento de Logística e Operações-DLO

Providências Adotadas:

Em 21/07/09, o responsável pelo Departamento de Logística e Operações encaminhou Correspondência Interna ao responsável pela Divisão de Suprimentos do Cepel com a seguinte orientação: CI-DLO 24606/09:

*"Os editais, termos de referência e especificações técnicas **não devem estabelecer exigências excessivas de requisitos para a qualificação técnica dos licitantes e que possam restringir à competitividade da licitação**. Havendo a necessidade imperiosa de requisitos de qualificação técnica específicos, estes devem ser explicitados em Justificativa Técnica para análise e parecer jurídico."*

Nº OS: 224588 Nº Constatação: 017

Recomendação 1:

O Cepel deverá implementar controles que evitem a celebração de contratos sem a previsão de quantidade e de custos detalhados por atividade para a execução de sua despesa, em observância às determinações contidas no art. 7º, § 2º e 4º, e art. 8º da Lei 8.666/93.

Setor responsável pela implementação:

Departamento de Logística e Operações-DLO

Providências Adotadas:

Em 21/07/09, o responsável pelo Departamento de Logística e Operações encaminhou Correspondência Interna ao responsável pela área de Fiscalização de Contratos do Cepel com a seguinte orientação: CI-DLO 24607/09: "

"A execução de despesas de contratos não deve incluir a prestação de serviços sem a previsão de quantidades e custos detalhados por atividade nos respectivos procedimentos licitatórios."

Recomendação 2:

Definir o objeto de contratos, de modo a não possibilitar a prestação de vários tipos de serviços e não restringir a competição do instrumento convocatório, de acordo com os princípios constitucionais e administrativos previstos no art. 3º da Lei 8.666/93.

Setor responsável pela implementação:

Departamento de Logística e Operações-DLO

Providências Adotadas:

Em 21/07/09, o responsável pelo Departamento de Logística e Operações encaminhou Correspondência Interna ao responsável pela Divisão de Suprimentos do Cepel com a seguinte orientação: CI-DLO 24606/09:

“Definir o objeto de contratos de forma a não possibilitar a prestação de serviços sem a previsão de quantidade e custos detalhados por atividade, e sem que sua precificação tenha sido considerada nos respectivos procedimentos licitatórios.”

Recomendação 3:

O Cepel deverá detalhar os valores pagos com impostos na realização dos eventos, que totalizam 16,85 % do valor total de cada evento.

Setor responsável pela implementação:

Departamento de Logística e Operações-DLO

Providências adotadas

Através da Carta AUDI-227005/2009, de 05/08/09 o Cepel encaminhou as seguintes informações:

Os valores pagos com os impostos referem-se aos estabelecidos na Partilha do Simples Nacional, Lei Complementar nº 123/2006, Anexo III – Serviços e Locação de Bens Móveis , considerando-se uma Receita Bruta de R\$ 1.800.000,00 a R\$ 1.920.000,00

Alíquot a	IRPJ	CSLL	COFIN S	PIS/PASE P	INSS	ISS
16,85%	0,78	0,76	2,34	0,56	7,41	5,00

NOTA DE AUDITORIA Nº: 222319/001

NA nº 222319/01 N° Constatação: 001

Recomendação:

Recomendamos que o departamento de compras do Cepel faça consultas junto aos demais departamentos na ocasião em que forem feitas importações de equipamentos, e que procure concentrar as importações em datas predeterminadas visando reduzir tempo gasto com aprovação, análise do setor jurídico, elaboração de processos bem como, possivelmente, com despesas de importação, como frete, armazenagem e despesas alfandegárias.

Setor responsável pela implementação:

Departamento de Logística e Operações-DLO

Providências Adotadas:

Em 15/06/09, através da Carta DG-19.975/2009, o Cepel encaminhou à CGU, as informações/documentações referentes a este ponto.

“A recomendação já é adotada considerando um interregno de 30 dias entre RCP´s de mesmo objeto.

A adoção desta recomendação por período superior aos 30 dias acarretaria um aumento no tempo de processamento das requisições, impactando no cronograma de desenvolvimento dos projetos. A diferença nas despesas de importação, no período apurado, seria referente, somente, ao valor pago ao despachante aduaneiro, R\$ 189,00 por processo.”.

NA nº 222319/01 N° Constatação: 002**Recomendação:**

Recomendamos que seja comprovada a notória especialização da empresa contratada e que seja apresentado parecer jurídico que justifique o aumento no valor do pagamento.

Setor responsável pela implementação:

Departamento de Logística e Operações-DLO

Providências Adotadas:

Em 15/06/09, através da Carta DG-19.975/2009, o Cepel encaminhou à CGU, as informações/documentações referentes a este ponto, bem como os anexos que fazem referência.

NA nº 222319/01 N° Constatação: 003**Recomendação:**

Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente atuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento, conforme previsto nos seguintes instrumentos legais: art. 38, caput, e 60 da Lei nº 8.666, de 1993; art. 22 da Lei 9.784, de 1999; Portarias Normativas SLTI/MP nº 05, de 2002 e 03, de 2003; Orientações Básicas sobre Processo Administrativo do NAJ/PR; Decisão TCU 955/2002-Plenário e Acórdãos TCU 1300/2003-Primeira Câmara, 216/2007-Plenário, 338/2008-Plenário.

Setor responsável pela implementação:

Departamento de Logística e Operações-DLO

Providências Adotadas:

Em 21/07/09, o responsável pelo Departamento de Logística e Operações encaminhou Correspondência Interna ao responsável pela Divisão de Suprimentos do Cepel com a seguinte orientação: *CI-DLO 24606/09: "Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente atuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento, conforme previsto nos seguintes instrumentos legais: artigo 38, caput, e artigo 60 da Lei 8.666/1993; artigo 22 da Lei 9.784/1999; Portarias Normativas SLTI/MP nº 05/2002 e nº 03/2003; Orientações Básicas sobre Processo Administrativo do NAJ/PR; Decisão TCU 955/2002-Plenário e Acórdãos TCU 1300/2003-Primeira Câmara, 216/2007-Plenário, 338/2008-Plenário."*

11.b Determinações e Recomendações do TCU

ELETOBRÁS

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETOBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.828/2007-7	120-02/2009-2	1.6	DE	Of. nº 169/2009/TCU/SEC EX-RJ-DT2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETOBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
"1.6. Determinações à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás: 1.6.1. encaminhar o resultado dos trabalhos a serem conduzidos em Furnas Centrais Elétricas S.A., por força da recomendação expedida pelo Ministério das Minas e Energia - MME (Ofício nº 1712/2008/GM-MME, de 28/8/08), à Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Rio de Janeiro - SECEX/RJ, tão logo seja concluída a apuração, para análise em conjunto e confronto com a presente Representação."					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência Comissão PAD					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobrás designou, em dezembro de 2008, cinco Comissões de Procedimento Administrativo Disciplinar para realizar a apuração. Posteriormente, designou mais cinco. Os trabalhos estão em andamento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Até 30/12/2009 tinham sido concluídos 8 Relatórios, estando 2 em elaboração.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Necessidade de estrita observância à Lei 8.112/90, o que impacta os prazos de execução dos trabalhos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	007.658/2008-0	1068-07/2009-2	9.2	DE	Of. nº 111/2009/TCU/SE CEX-1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.2 determinar às Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás que:</p> <p>9.2.1 previamente à celebração de pactuações semelhantes ao Acordo de Cooperação Técnica nº 120/2005, proceda à audiência ou chamamento público, de forma a possibilitar a ampliação do número de empresas potencialmente interessadas em associações da espécie, em privilégio aos princípios da publicidade e isonomia;”</p> <p>9.2.2. ultime providências com vistas à assinatura, por todos os acordantes, do Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 120/2005, objetivando suprimir as Cláusulas relacionadas à confidencialidade do instrumento, nos termos da Resolução nº 340/Eletrobrás, de 29/4/2008;”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Planejamento e Engenharia Departamento Jurídico					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobrás apresentou ao TCU Pedido de Reexame Parcial, em 13/04/2009, com referência à determinação contida no subitem 9.2.1 do Acórdão. Aguarda decisão do TCU. O Termo Aditivo ECE-120-A/2008 foi assinado em 15/4/2008. O TCU foi informado sobre o atendimento à determinação em 13/4/2009, quando da apresentação do citado Pedido de Reexame Parcial.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação do subitem 9.2.2.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências relativas ao atendimento do item 9.2.2.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	019.182/2007-3	1914-12/2009-2	1.5.1.4	DE	Of. nº 226/2009/TCU/S ECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“1.5.1.4. determinar às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás que:</p> <p>1.5.1.4.1. nas contratações de consultorias, seja no âmbito de convênio ou não:</p> <p>1.5.1.4.1.1. a fim de dar pleno cumprimento ao art. 37, II da Constituição Federal e ao art. 1º e seu parágrafo primeiro do Decreto n 2.271/97, instrua as contratações com justificativas aptas a comprovar que as tarefas a serem executadas não são abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, nem se constituem em atividade principal da área de competência legal do órgão ou entidade;</p> <p>1.5.1.4.1.2. com fundamento nos artigos 54, §1º e 55 da Lei nº 8.666/93, inclua nos contratos cláusulas que estabeleçam com clareza e precisão as condições para sua execução, com a definição dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam;</p> <p>1.5.1.4.2. na celebração de convênios, contratos ou projetos com recursos de organismos internacionais:</p> <p>1.5.1.4.2.1. a fim de ar cumprimento aos arts. 7º, 14 e 55, I, da Lei nº 8.666/93, elabore especificações completas do bem a ser produzido ou adquirido e, no caso de serviços, o projeto básico, entendido como tal o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar, de modo preciso, sua viabilidade técnica, custos, fases, ou etapas, e prazos de execução, devendo conter os elementos discriminados no inciso IX, do art. 6º, da Lei nº 8.666/93;</p> <p>1.5.1.4.2.2. estabeleça critérios e valores para a concessão de diárias e passagens e para o pagamento de bolsas, aplicáveis a todos os instrumentos firmados, bem como vede a prática de ressarcimento de despesas de viagens;</p> <p>1.5.1.4.2.3. defina os itens financiáveis, necessários ao cumprimento dos objetivos avançados, e não financiáveis, observando as vedações e limites para pagamentos de despesas contidas na IN STN nº 01/97 e dispositivos legais aplicáveis, notadamente aquelas referentes aos pagamentos de despesas administrativas e operacionais;</p> <p>1.5.1.4.2.4. abstenha-se de celebrar convênios, contratos e projetos com recursos de organismos internacionais que não detalhem, em suas cláusulas ou em seu plano de trabalho, as despesas com bolsas, diárias, hospedagens, alimentação e transporte necessários ao cumprimento dos objetivos avançados;</p> <p>1.5.1.4.2.5. com fundamento nos artigos 2º, § 1º e XII.c, 15 e 22 da IN STN nº 01/97, desenvolva e adote critérios e procedimentos com a finalidade de exigir e comprovar a observância, pelos agentes financeiros e convenientes, das disposições da Lei nº 8.666/93, no que couber, a fim de dar cumprimento ao art. 27 da IN STN nº 01/97;</p> <p>1.5.1.4.2.6. abstenha-se de aprovar prestações de contas parciais ou finais de seus convênios sem observar o conteúdo mínimo disposto nos artigos 32 ou 28, respectivamente, da IN STN nº 01/97.</p> <p>1.5.1.4.3. para a celebração de convênios, com fundamento nos artigos 2º, § 1º e XII.c, 15 e 22 da IN STN nº 01/97:</p> <p>1.5.1.4.3.1. exija planilha contendo relação completa da equipe executora (registrando, no mínimo, a titulação obtida, instituição, ano de formação e função no projeto) e especificando, para cada mês de execução do projeto, para cada membro da equipe, a quantidade de horas alocadas para cada meta em que atuar e a remuneração correspondente acrescida dos encargos legais e trabalhistas incidentes;</p> <p>1.5.1.4.3.2. quaisquer alterações no convênio ou no plano de trabalho, inclusive na composição e na quantidade de horas trabalhadas das equipes executoras, sejam previamente formalizadas e justificadas pelos convenientes e aprovadas pelo concedente;</p> <p>1.5.1.4.3.3. identifique, nos convênios vigentes, desde o seu início, pagamento de pessoal não previsto nos planos de trabalho, bem como de pessoal que, embora previsto inicialmente nos planos de trabalho, não tenha sido efetivamente disponibilizado para as atividades do convênio, e promova a glosa dos valores pagos impropriamente, devidamente atualizados, notadamente para o caso tratado no item 4.2.2.2 do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU nº 190.264.”</p>					

Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Administração Diretoria de Distribuição Diretoria de Planejamento e Engenharia Diretoria Financeira e de Relação com Investidores Diretoria de Transmissão Departamento Jurídico	
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Em 19/5/2009 a Auditoria Interna enviou o memorando PRA-102 ao Departamento Jurídico, os memorandos PRA- 105, 106, 107, 108 e 109 às Diretorias, e o memorando PRA-110 ao Superintendente da Coordenação Geral da Presidência, para conhecimento e observância às determinações nele contidas. Todas as áreas foram instruídas para considerarem as determinações nos trabalhos subsequentes. Com relação ao subitem 1.5.1.4.3.3, a Diretoria de Tecnologia informou que a identificação foi iniciada e está em processo de finalização, e que até então não tinham sido detectados pagamentos indevidos. No que concerne ao Convênio 933/2003, foi iniciado o processo de ressarcimento, conforme consta da carta CTA- DTP-3922/2010, encaminhada à Universidade Federal de Juiz de Fora.	
Síntese dos resultados obtidos	
A efetividade dos resultados será verificada nos próximos trabalhos de auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	026.395/2008-0	2368-15/2009-1	1.5	DE	Of. nº 11057/2009/TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
Disponibilizar no Sistema SISAC a admissão da empregada Viviane Gomes Almeida					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 2/7/2009 foi encaminhada ao TCU a carta CTA-PRA-65/2009, pertinente à disponibilização no Sistema Sisac da admissão da ex-funcionária Viviane Gomes Almeida, como determinado no Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação do item 1.5 do Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	015.350/2006-4	2752-17/2009-2	1.7	DE	Of. nº 1383/2009/TCU/SECEX-RJ-DT2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“1.7. Determinar às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, na condição de Controladora da Lightpar que:</p> <p>“1.7.1. adote providências por parte da Lightpar quanto ao atendimento da determinação do TCU constante do item 1.2 do Acórdão TCU nº 1.567/2003, proferido pela 2ª Câmara, em Sessão de 11/9/2003;</p> <p>1.7.2. observe fielmente por parte da Lightpar quanto ao disposto na IN-TCU nº 57/2008, fazendo constar do Relatório de Gestão todas as informações ali requeridas, tendo em vista o contido no item 1.3 do Acórdão TCU nº 1.567/2003 - 2ª C.”</p> <p>Os itens 1.2 e 1.3 do Acórdão TCU nº 1.567/2003 - 2ª Câmara determinam à Lightpar que:</p> <p>“1.2 - elabore o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de forma simplificada (R.A. da SFCI subitens 4.2.2 e desdobramentos) - item 5.9 da instrução;</p> <p>1.3 - observe fielmente o disposto no artigo 17, alíneas "a" e "c", inciso II da IN/TCU/12/1996, fazendo constar no Relatório de Gestão todas as informações ali requeridas, apresentando inclusive indicadores que permitam avaliar a eficiência, a eficácia e a economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pela Lightpar.”</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
ELETROPAR (antiga LIGHTPAR)					95750
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Em 9/7/2009 a Eletropar encaminhou à Eletrobrás a carta Eletropar/181/2009, informando que em 9/7/2008 foi incorporada ao organograma da empresa a função de auditor interno e, em consequência, foi elaborado o PAINT-2009, nos termos da IN Nº 1, de 3/1/2007, da Secretaria Federal de Controle interno, como informado à CGU/RJ. Informou, também, que mesmo desobrigada de apresentar Relatório de Gestão do exercício de 2008 à CGU, foi implementada a adoção de indicadores objetivando atender as solicitações de mercado e da CGU. Complementou, com relação ao item 1.6.2 do citado Acórdão 2752 - Justificativa de preço em processos licitatório de dispensa ou inexigibilidade, informando que no último relatório de gestão realizado pela CGU (nº 190.236, exercício de 2006) foram analisados todos os processos vigentes e seus respectivos processos licitatórios, ficando evidenciada a inexistência de impropriedade.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação do item 1.7 do Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	021.460/2008-8	3327-21/2009-2	1.5.1.	DE	Of. nº 424/2009/TCU/S ECEX-1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“1.5.1. à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás que:</p> <p>“1.5.1.1. nas próximas contas, faça constar do Relatório de Gestão demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, de forma que seja atendido o disposto no item 7 do Anexo II, parte A, da Decisão Normativa TCU nº 94/08;”</p> <p>“1.5.1.2. adote providências a fim de restringir a concessão de horas extras a seus funcionários, tendo em vista que a referida concessão é medida excepcional, observando o disposto nos arts. 59 e 61 do Decreto-Lei nº 5.542-CLT.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência Diretoria de Administração					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Em 15/7/2009 a Auditoria Interna encaminhou o memorando PRA-174/2009 para o Superintendente da Coordenação Geral da Presidência, dando ciência do Acórdão 3327 e solicitando providências quando da elaboração dos próximos Relatórios de Gestão.</p> <p>Em 15/7/2009 a Auditoria Interna encaminhou o memorando PRA-170/2009 para a Diretoria de Administração, dando ciência do Acórdão 3327 e solicitando providências com relação ao subitem 1.5.1.2., e os memorandos PRA-169, 171, 172 e 173, para conhecimento das demais Diretorias. Todas as áreas estão orientadas para cumprimento da determinação pertinente à restrição de concessão de horas extras.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados serão observados nos próximos Relatórios de Gestão. (subitem 1.5.1.1) e nos próximos trabalhos de auditoria (subitem 1.5.1.2).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	009.982/2009	2304-40/2009-PL	9.1	DE	Of. nº 1839/2009/TCU/SECEX-PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>Item 9.1. determinar ao Diretor-Presidente das Empresas de Distribuição da Eletrobrás que:</p> <p>9.1.1. encaminhe a este Tribunal, tão logo conhecido, o resultado de julgamento das propostas de preços da Concorrência n.º 2/2009, coordenada pela Companhia Energética de Rondônia (Ceron);</p> <p>9.1.2. em relação ao Lote II da Concorrência 2/2009, para o qual não acorreram interessados, promova, previamente à realização de nova licitação, os estudos necessários a um maior parcelamento das obras, de forma a ampliar a competitividade do certame e atender ao disposto nos arts. 3º, § 1º, inciso I, e 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/93;</p> <p>9.1.3. evite a prática ou a reincidência das seguintes ocorrências, identificadas na fiscalização realizada nestes autos:</p> <p>9.1.3.1. restrição do caráter competitivo do certame, em inobservância ao disposto no arts. 3º, § 1º, inciso I, e 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, tendo em vista a presença de lotes com elevados valores e contemplando obras em grandes extensões geográficas, sem a admissão da participação de consórcios;</p> <p>9.1.3.2. exigência, sem amparo legal, da oferta, pelos licitantes, de um desconto linear aplicável a todos os itens do orçamento-base do certame (conforme entendimento do TCU constante do Acórdão n.º 1.700/2007-Plenário);</p> <p>9.1.3.3. fixação de preço mínimo no critério de aceitabilidade dos preços unitários, em inobservância ao disposto no art. 40, inciso X, da Lei n.º 8.666/93;</p> <p>9.1.3.4. falta de exigência, nas propostas dos licitantes, de um percentual de BDI diferenciado para o fornecimento de materiais e equipamentos, em desacordo com o entendimento do TCU consignado no item 9.1.4, parte final, do Acórdão n.º 325/2007-Plenário;</p> <p>9.1.3.5. excessividade do índice contratual de atualização financeira para atrasos no pagamento, em detrimento do princípio da economicidade, de forma que, nos contratos decorrentes das Concorrências n.ºs 02/2009 e 11/2009 deve-se zelar pelo cumprimento dos prazos de pagamento contratuais, de forma a não incorrer em despesas com atualização financeira;</p> <p>9.1.3.6. falta de ART de autoria do projeto básico (cf. art. 1º da Lei n.º 6.496/1977);"</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIOrg
Diretoria de Distribuição					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Em 19/10/2009 a Auditoria Interna da Eletrobrás, pelo Memo PRA-255/2009, encaminhou à Diretoria de Distribuição, para conhecimento e providências, o Ofício nº 1839/2009/Secex-PI que solicita o cumprimento das determinações contidas nos itens 9.1 a 9.1.3.6 do citado Acórdão.</p> <p>Subitem 9.1.1: A documentação relativa ao resultado de julgamento da Concorrência n.º 2/2009, coordenada pela Companhia Energética de Rondônia (Ceron), foi encaminhada ao TCU (Secretaria de Controle Externo do Piauí, pela carta CEPISA CT/CAA-24/2009, de 19/11/2009.</p> <p>Subitem 9.1.2: Os lotes I e II da Concorrência foram desmembrados em novos lotes, os quais foram objeto das Concorrências nº 005/2009 e nº 006/2009.</p> <p>Subitem 9.1.3.: As áreas envolvidas da CERON foram alertadas para que observassem as determinações contidas nos subitens 9.1.3.1 a 9.1.3.6.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Estão atendidos os subitens 9.1.1 e 9.1.2.</p> <p>Os resultados referentes ao item 9.1.3 serão verificados nos próximos trabalhos de auditoria</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	009.235/2007-5	2198-38/2009-PL	9.4	DE	Of. nº 127/2010/TCU/S ECEX-MT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.4. determinar à Eletrobrás e suas subsidiárias, com fulcro no art. 250, inc. II, do RI/TCU, que:</p> <p>9.4.1. observe, nos procedimentos licitatórios, o art. 15, inc. V c/c o art. 43, inc. IV da Lei nº 8.666/93, de modo que, em suas aquisições, seja verificada a conformidade das propostas com os preços correntes do mercado, bem como com aqueles praticados no âmbito de outros órgãos e entidades da Administração Pública, apresentando justificativas, caso não seja possível a adoção desse procedimento;</p> <p>9.4.2. quando da execução de obras e serviços com recursos do orçamento da União, observe as orientações contidas no art. 112, "caput" e seus parágrafos, da Lei nº 12.017, de 12/8/2009 (LDO 2010), mormente no que se refere à adoção de custos unitários de insumos ou serviços previstos no SINAPI, ou diante de sua inexistência, daqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, bem como encaminhe à Caixa Econômica Federal a tabela de custos unitários que eventualmente tenha sido aprovada.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIOrg
Diretoria de Administração Diretoria de Planejamento e Engenharia Diretoria de Distribuição Diretoria de Tecnologia					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 10/11/2009 a Auditoria Interna encaminhou às Diretorias acima citadas o memorando 273/2009, para conhecimento e providências nas futuras licitações.					
Síntese dos resultados obtidos					
A efetividade dos resultados será verificada nos próximos trabalhos de auditoria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	009.235/2007-5	2198-38/2009-PL	9.6	RE	Of. nº 127/2010/TCU/S ECEX-MT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
"9.6 recomendar à Eletrobrás e suas subsidiárias que adote, sempre que possível, o Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto nº 3.931/2001, de modo a contribuir para a implementação de parâmetros de preços, especialmente no que atine à aquisição dos equipamentos utilizados no setor elétrico, facilitando a aferição dos preços praticados no mercado."					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIOrg
Diretoria de Administração Diretoria de Planejamento e Engenharia Diretoria de Distribuição Diretoria de Tecnologia					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 10/11/2009 a Auditoria Interna encaminhou às Diretorias acima citadas o memorando 273/2009, para conhecimento e providências nas futuras licitações.					
Síntese dos resultados obtidos					
A efetividade dos resultados será verificada nos próximos trabalhos de auditoria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	021.818/2003-5	2298-40/2009-PL	9.2	DE	Of. nº 917/2009/TCU /SECEX-RR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>"9.2. Nos termos do art. 38 da IN STN nº 1/1997 e do art. 8º da Lei nº 8.443/1992, determinar aos órgãos e entidades abaixo relacionados que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência desta deliberação, adotem as seguintes providências:</p> <p>9.2.1. analisem conclusivamente as prestações de contas e/ou tomadas de contas especiais referentes aos ajustes abaixo mencionados, firmados com a Prefeitura Municipal de Boa Vista / RR:</p> <p>9.2.1.3. Eletrobrás - Centrais Elétricas S.A., caso não tenha obtido êxito na tentativa de regularizar a situação da Prestação de contas do contrato ECF-2.078/2001, firmado com a empresa Boa Vista Energia S.A."</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Financeira e de Relação com Investidores					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Auditoria Interna, pela Carta PRA-03/2010, de 4/1/2010, encaminhou ao Secretário de Controle Externo de Roraima - TCU - o memorando DFI-909/2009, de 17/12/2009, do Departamento de Administração de Investimentos da Eletrobrás, com o "de acordo" do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, contemplando as informações solicitadas por aquela Secretaria, em cumprimento ao determinado no item 9.2.1.3, do Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação do Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	033.435/2008-8	2336-41/2009-PL	1.5.1	DE	Of. nº 926/2009/TCU/S ECEX-RR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“1.5.1. Determinar à Eletrobrás que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência:</p> <p>1.5.1.1. conclua as medidas administrativas cabíveis no sentido de obter a restituição dos valores federais glosados no âmbito do Contrato ECFS-066/2004, instaurando, se necessário, tomada de contas especial;</p> <p>1.5.1.2. encaminhe ao Tribunal informações sobre as providências adotadas para dar cumprimento ai item 1.5.1.1 deste Acórdão.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIOrg
Diretoria Financeira e de Relação com Investidores					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Auditoria Interna, pela Carta PRA-01/2010, de 4/1/2010, informou à Secretaria de Controle Externo - TCU - de Roraima que, em 30/12/2009, a Companhia Energética de Roraima - CER efetuou depósito no valor de R\$ 12.214.362,45 na conta nº 6079-8, agência 1755-8, Banco do Brasil, referente ao valor de R\$ 7.101.225,45, acrescido de juros e correção (IGPM) glosado do Contrato ECFS-0066/2004, vinculado ao Programa Luz para Todos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação contida no Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	030.942/2008-6	2591-47/2009-PL	9.2	DE	Of. nº 737/2009/TCU /SECEX-1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
"9.2. Determinar à (ao) pregoeira (o) da Eletrobrás que observe fielmente os procedimentos previstos no art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002 e art. 11, incisos XV, XVI e XIX, do Decreto nº 3.555/2000, relativamente ao momento oportuno para verificação da conformidade das propostas dos participantes, negociação direta com o licitante e aproveitamento dos atos e das propostas vantajosas para a Administração."					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 17/11/2009 a Auditoria Interna encaminhou, pelo memorando PRA-279/2009, à Diretoria de Administração, para conhecimento e providências nos próximos pregões, cópia do Acórdão nº 2591/2009-TCU – Plenário.					
Síntese dos resultados obtidos					
A efetividade dos resultados será verificada nos próximos trabalhos de auditoria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	030.942/2008-6	2591-47/2009-PL	9.3	DE	Of. nº 737/2009/TCU/S ECEX-1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIOrg
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
"9.3. Determinar à Eletrobrás que informe em seu processo de prestação de contas dos anos de 2009 e 2010, os valores glosados, nos respectivos exercícios, nas faturas relativas ao Contrato ECE nº 411/2008."					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIOrg
Diretoria de Administração					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobrás efetuou as seguintes glosas, no ano de 2009: agosto/09 (Nota Fiscal 3586): R\$ 8.050,00 setembro/09 (Nota Fiscal 3656): R\$ 8.050,00 outubro/09 (Nota Fiscal 3726): R\$ 8.050,00 novembro/09 (Nota Fiscal 3787): R\$ 8.050,00 dezembro/09 (Nota Fiscal 3886): R\$ 8.050,00					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação do Acórdão com glosa no valor total de R\$ 40.250,00, no exercício de 2009.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes.					

CEPEL

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL					60381
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	026.396/2008-6	186-02/2009-1	1.5.2	DE	Of. nº 174/2009/TCU/Sefip, 13/02/09
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel					60381
Descrição da Deliberação:					
"1.5.2. [...] Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – Cepel e [...] para notificá-los da necessidade de disponibilizarem no Sistema SISAC as admissões de [...] e Daniel Cardoso Seiceira (092.341.977-20) para exame nesta Corte."					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas - DGP					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi excluída da Base de dados do SISAC a entrada duplicada referente ao ato de admissão do empregado Daniel Cardoso Seiceira (092.341.977-20). Uma se encontrava já processada no órgão de Controle Interno, e a outra (o mesmo ato) se encontrava no órgão de gestor de pessoas do Cepel.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação do item 1.5.2 do Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL					60381
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	033.191/2008-0	1225-09/2009-2	1.5.1	DE	Of. nº 154/2009/TCU/SECEX-1, 03/04/09
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel					60381
Descrição da Deliberação:					
"1.5.1. ao Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – Cepel que: 1.5.1.1. Em futuros procedimentos licitatórios, se abstenha de adquirir produtos cuja especificação não atenda as exigências editalícias, como no caso do Pregão Eletrônico nº 068/2008, por contrariar os arts 3º, 41 e 43, inciso V, da Lei nº 8.666/93."					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Logística e Operações - DLO					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
O Acórdão foi encaminhado à área responsável para conhecimento e providências nas futuras licitações.					
Síntese dos resultados obtidos					
A efetividade dos resultados será verificada nos próximos trabalhos de auditoria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL					60381
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	018.356/2008-8	2911-18/2009-2	1.5	DE / RE	Of. nº 385/2009/TCU/SECEX-1, 17/06/09
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel					60381
Descrição da Deliberação:					
"1.5. Determinações/Recomendações/Orientações ao Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – Cepel que: 1.5.1. nas próximas contas, elabore o Relatório de Administração tempestivamente, de forma que seja atendido o disposto no item 3, do Anexo III, parte A, da Decisão Normativa TCU nº 94/08;."					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
As áreas responsáveis pela elaboração do Relatório de Administração foram orientadas para dar cumprimento a essa recomendação nos próximos exercícios.					
Síntese dos resultados obtidos					
A efetividade dos resultados será verificada nos próximos exercícios.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL					60381
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	018.356/2008-8	2911-18/2009-2	1.5	DE / RE	Of. nº 385/2009/TCU/SECEX-1, 17/06/09
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel					60381
Descrição da Deliberação:					
"1.5. Determinações/Recomendações/Orientações ao Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – Cepel que: 1.5.2. observe às recomendações feitas pela SFC nos subitens 1.2.1.1 e 1.2.2.1 do Relatório de Auditoria nº 208225;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Item 1.2.1.1, conforme Ata da Reunião de Acompanhamento do PPA do Sistema Eletrobrás nos dias 18 e 19/11/2009, com representantes do MME, MPOG, ELETROBRAS e empresas do Sistema ELETROBRAS foi orientado que fosse encaminhado Ofício ao MME esclarecendo que o Cepel se enquadra em Atividade, ou seja, desenvolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente. Com isso, será esclarecido aos órgãos de controle que os percentuais do acompanhamento físico e financeiro, para o Cepel, são idênticos no âmbito da sua Ação Orçamentária nº 2745 - Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos. Em 01/12/09, através da Carta DI-44.215 este processo foi iniciado junto ao MME.</p> <p>Item 1.2.2.1, No Relatório de Auditoria de Gestão da CGU nº 224588, referente ao exercício de 2008, foi constatado que o Centro possui indicadores para o acompanhamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento dos projetos que compõem a Carteira Institucional para o Sistema ELETROBRAS, além do indicador de qualidade "Pesquisa de Satisfação dos Clientes Externos", que atende aos critérios de qualidade e confiabilidade. Entretanto, como todas as Empresas do Sistema ELETROBRAS estão passando por um processo de Planejamento Estratégico, o Cepel está reavaliando seus indicadores para que os mesmos estejam alinhados às novas diretrizes do Sistema ELETROBRAS.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
A efetividade dos resultados será verificada nos próximos exercícios.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL					60381
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	018.356/2008-8	2911-18/2009-2	1.5	DE / RE	Of. nº 385/2009/TCU/SECEX-1, 17/06/09
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel					60381
Descrição da Deliberação:					
<p>"1.5. Determinações/Recomendações/Orientações ao Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – Cepel que:</p> <p>1.5.3. faça constar do processo de aquisição de produtos por Registros de Preços a justificativa técnica juntamente com a pesquisa de preços, de modo a identificar se o preço registrado continua compatível com o vigente no mercado, dando cumprimento ao disposto no art. 8º do Decreto 3.931/2001 (subitem 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 208225);</p> <p>1.5.4. dê cumprimento à recomendação 002 feita pela SFC no subitem 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 208225"</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Logística e Operações - DLO					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>O Acórdão foi encaminhado à área responsável para conhecimento e providências nas futuras licitações.</p> <p>O DLO orientou a área de compras para que nas próximas aquisições por Registro de Preços observe a citada recomendação do TCU. Reforçou-se os controles internos realizados pela área para dar atendimento à recomendação.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
A efetividade dos resultados será verificada nos próximos trabalhos de auditoria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL					60381
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	018.356/2008-8	2911-18/2009-2	1.5	DE / RE	Of. nº 385/2009/TCU/SECE X-1, 17/06/09
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel					60381
Descrição da Deliberação:					
<p>"1.5. Determinações/Recomendações/Orientações ao Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – Cepel que:</p> <p>1.5.5. observe rigorosamente a caracterização da situação de inexigibilidade a que alude o art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, atentando-se a seus requisitos essenciais: inviabilidade de competição e fornecedor exclusivo para o produto, bem como que adote as providências necessárias para assegurar a veracidade dos atestados de exclusividade fornecidos por órgãos e entidades emitentes;</p> <p>1.5.6. quando da realização de procedimento licitatório em que houver mais de uma possibilidade de atendimento das necessidades que motivaram a aquisição, demonstre, nos autos, a vantagem econômica da opção escolhida, tal como no caso evidenciado no subitem 5.2.1.1 do Relatório de Auditoria nº 208225 da SFC, no qual deveria ter sido demonstrada a vantagem da aquisição dos módulos habitacionais, frente à possibilidade de construção de unidades provisórias em alvenaria.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Logística e Operações - DLO					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>O Acórdão foi encaminhado à área responsável para conhecimento e providências nas futuras licitações.</p> <p>O DLO orientou a área de compras para que nas próximas aquisições por Registro de Preços observe a citada recomendação do TCU. Reforçou-se os controles internos realizados pela área para dar atendimento à recomendação.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
A efetividade dos resultados será verificada nos próximos trabalhos de auditoria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes.					

12. Informações relativas aos atos de Admissão, Desligamento, Aposentadoria, Reforma e Pensão

ELETROBRÁS

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão (*)	182	182
Desligamento (**)	181	181
Aposentadoria (***)	-	-
Pensão (***)	-	-

Observações:

- (*) Empregados admitidos por meio de concurso público;
- (**) Foram considerados os vínculos Empregado e Empregado Cedido;
- (***) A Eletrobrás não concede aposentadoria nem pensão aos seus empregados. A empresa apenas desliga o empregado.

CEPEL

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	0	0
Desligamento	05	05
Aposentadoria		
Pensão		

13. Declaração da Área Responsável sobre Contratos e Convênios – SIASG/SICONV

Com relação à Eletrobrás, a referida declaração no que tange a SIASG encontra-se anexa e não se aplica com relação do SINCOV. Entretanto, este item não se aplica ao Cepel em seu inteiro teor.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Este item não se aplica nem à Eletrobrás e nem ao Cepel.

15. Relação de arquivos anexos

- 1) Carteira_Imobiliaria_Dezembro_2009;
- 2) Enquadramento_Dezembro_2009;
- 3) Carteira_Diária_31122009;
- 4) Relatório de Enquadramento 3792_Eletros Dez09;
- 5) Dem Contábeis de 31-12-2009;
- 6) DRAACD-Eletobras;
- 7) DRAABD-Eletobras.

II. Informações contábeis

1. Demonstrações Contábeis previstas pela Lei 6.404/76, incluindo notas explicativas da Eletrobrás e do Cepel (anexas).

2. Composição acionária do Capital Social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação.

ELETOBRÁS

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2009				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Texto				
Ações Ordinárias - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional	54,00	54,00	52,00
	Outras Entidades Governamentais	24,24	24,24	26,22
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Capital Estrangeiro	15,48	14,68	14,81
	Pessoas Físicas	1,26	1,47	1,72
	Pessoas Jurídicas	5,02	5,61	5,34
		-	-	-
Total		100	100	100
Ações Preferenciais do Tipo "A" e "B" - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional	15,48	15,48	0
	Outras Entidades Governamentais	-	-	14,64
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	0,02
Não Governamental	Capital Estrangeiro	47,74	46,86	47,81
	Pessoas Físicas	7,30	12,10	12,41
	Pessoas Jurídicas	29,48	25,56	25,12
		-	-	-
Total		100	100	100

CEPEL

Informamos que este item não se aplica ao CEPEL, pois se trata de uma Associação Civil sem Fins Lucrativos, não possuindo a composição acionária de Capital Social.

3. Posição da Eletrobrás como detidora de Investimento permanente em outras sociedades (Investidora).

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES			
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2009			
Denominação completa:			
Texto			
Ações Ordinárias - %			
Investida	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
CDSA	0,36	0,36	0,36
CEA	0,03	0,03	0,03
CEAL	74,84	74,84	74,84
CEAM	97,96	-	-
MANAUS	-	100	100
CELB	0,49	0,38	0,38
CEPISA	99,98	99,98	99,98
CERON	99,96	99,96	99,96
CGTE	99,94	99,94	99,94
CHESF	100	100	100
EEB	0,13	0,13	0,13
ELETROACRE	95,34	95,34	95,34
ELETRONORTE	98,66	99,03	99,03
ELETRONUCLEAR	99,93	99,93	99,93
ELETROSUL	99,71	99,71	99,71
FURNAS	99,82	99,82	99,82
GUASCOR LTDA	6,34	6,34	6,34
SAELPA	0,02	0,02	0,02
AES TIETE	0,08	0,08	0,08
CEEE-D	32,23	32,23	32,23
CEEE-GT	32,23	32,23	32,23
CELESC	0,03	0,03	0,03
CELG	0,07	-	-
CELGPAR	-	0,07	0,07
CELPA	34,79	34,79	34,79
CELPE	-	0,03	0,03
CEMAR	33,67	33,50	33,50
CEMAT	5,14	5,14	5,14
CESP	0,03	0,03	0,03
COPEL	1,06	1,06	1,06
CTEEP	9,85	9,85	9,85
LIGHTPAR	81,61	-	-
ELETROPAR	-	81,61	81,61

Ações Preferenciais - %			
Investida	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
CEAL	94,02	94,02	94,02
CEB LAJEADO	100	100	-
CELB	0,96	0,78	0,78
CEPISA	68,33	68,33	68,33
CER	100	100	100
CHESF	81,35	81,35	81,35
EATE	75,28	66,29	66,29
EDP LAJEADO	100	100	100
ELEJOR	100	100	100
ELETROACRE	87,86	87,86	87,86
ELETRONUCLEAR	99,41	99,41	99,41
ETEP	68,08	59,38	59,38
FURNAS	98,56	98,56	98,56
ITTIQUIRA	44,17	-	-
PAULISTA LAJEADO	100	100	100
REDE LAJEADO	100	100	-
LAJEADO ENERGIA	-	-	100
SAELPA	86,07	33,15	33,15
TANGARÁ	66,44	66,44	66,44
AES TIETE	16,38	16,38	16,38
CEB	6,56	6,56	6,56
CEEE-D	53,43	53,43	53,43
CEEE-GT	53,43	53,43	53,43
CELESC	17,98	17,98	17,98
CELPA	26,86	26,86	26,86
CELPE	0,01	13,79	13,79
CEMAR	37,28	37,29	37,29
CEMAT	59,78	59,78	59,78
CESP	3,05	3,05	3,05
CGEEP	0,97	0,74	0,74
COELCE	18,46	18,46	18,46
CTEEP	53,64	53,64	53,64
EMAE	64,82	64,82	64,82

Informamos que este item não se aplica ao CEPEL.

III. Informações sobre a Gestão – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

1. Despesas com ações de Publicidade e Propaganda

No exercício de 2009 a Eletrobrás foi atendida somente pela agência de publicidade Agência 3, através do contrato nº 338-B/2008, no valor de R\$ 28.000.000.

Os gastos no exercício totalizaram R\$ 27.999.800,20, assim distribuídos:

Produto	Total (em R\$)
Revista Galera	10.000,00
Revista Grande Belém do Grão Pará	100.000,00
Programa Aristóteles Drumond (Rede Vida)	261.210,00
Revista Amazônia	78.500,00
Revista Brasil Travel News	207.360,00
Manual de Transferência Tecnológica Brasil-Alemanha	26.500,00
Revista Cidadania & Meio Ambiente	129.400,00
Revista Cidadania & Meio Ambiente - especial Energias	79.200,00
Pacote revista Ventura	245.000,00
Rádios e sites de Mato Grosso do Sul (fevereiro)	250.041,24
Pacote jornal ADESG	32.054,40
Revista Rio, Samba e Carnaval	46.800,00
Pacote revista Energia Alternativa	87.500,00
Revista Eco 21	60.000,00
Pacote revista ViverCidades	60.937,50
Revista Guia Cultural	89.600,00
Pacote revista Carta Capital	109.620,00
Revista Isto É (especial Meio Ambiente)	48.105,00
Revista Brasil em Foco	29.200,00
Programa Deles & Delas - TV Bandeirantes	100.000,00
Suplemento JB Energia (Jornal do Brasil)	314.580,00
Anuário Análise - Energia	400.000,00
Revista Classe Mundial	12.000,00
Revista Maranhão Turismo	30.051,00
Revista IBDE	8.750,00
Suplemento especial Energia (Gazeta Mercantil)	51.754,56
Projetos Jornal DCI	262.500,00
Revista Nossa Imprensa	63.000,00
Revista Negócios da Comunicação	44.850,00
Revista Imprensa	14.737,80
Revista Lume	8.019,00
Site Gilberto Amaral	12.500,00
Revista Engenharia	10.080,00
Revista Idéia Socioambiental	22.500,00
Revista Neo Mondo	10.000,00
Jornal Tribuna do Norte	120.000,00
Revista ABEE	11.250,00
Jornal Folha do Meio Ambiente	6.073,25
Revista Conjuntura Econômica	39.936,00
Produto	Total (em R\$)
Programa de rádio EcoDebate (Câmara de Cultura)	48.180,00
Site Instituto Social Íris	24.000,00
Site Acionistas.com	5.250,00
Jornal do Meio Ambiente	3.890,00

Projeto Círio de Nazaré	347.123,89
Campanha Luz Para Todos	8.606.329,55
Campanha Dia do Meio Ambiente	1.771.287,79
Campanha Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia	196.694,90
Institucional - Projeto TV Record – Vídeos	250.000,00
Institucional - Fórum Exame Energia	600.000,00
ESPN – Projeto Copa do Brasil	205.484,77
Sportv – Projeto Novo Basquete Brasileiro	527.258,00
Sportv – Projeto Copa do Mundo (parcial)	2.375.000,00
Pacote mídia avulsa Globo News + GNT	248.814,00
Campanha Aniversário do Vasco da Gama	73.854,31
Campanha Conquista do Basquete Brasileiro	51.211,44
Campanha Parabéns ao Rio de Janeiro - Cidade Olímpica 2016	307.070,60
TV Globo - Projeto Novo Basquete Brasileiro (parcial)	1.075.000,00
Vídeo institucional do Sistema Eletrobrás	700.000,00
Projeto Superinteressante	600.088,00
Campanha Audiências Belo Monte	184.653,07
Campanha Sustentabilidade	2.285.280,12
Campanha Vasco da Gama – Primeira divisão	195.143,01
Pôster Vasco da Gama – Campeão da Série B	63.763,20
Informe em jornais sobre o apagão de novembro de 2009	294.378,13
Anuário Análise – Gestão Ambiental	270.000,00
Campanha Retrospectiva (revistas)	248.148,00
Produção de spot para campanha Sustentabilidade	20.000,00
Produção de campanha Sustentabilidade	280.000,00
Produção de folders para evento em Nova Iorque	20.000,00
Produção de cartilhas para campanha interna (PCR)	25.000,00
Produção de anúncio internacional	43.019,36
Produção de foto Eletronorte	15.000,00
Divulgação Institucional	1.036.304,32
Produção Branding	663.140,00
Projeto Financial Times	189.382,76
Projeto Invest in Brazil	261.250,00
Projeto Investing in Brazil	237.500,00
Projeto The Guardian	26.866,23
Projeto Coleção Energia	42.750,00
Revista Setor Elétrico	8.075,00
Produção de campanha para o Edital de Cultura	80.000,00
Total geral	27.999.800,20

2. Despesas com ações de Patrocínios

Projetos Incentivados

Nº Contrato	Nº PRONAC / SALIC	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0002/2009	0711837	Patativa do Assaré - 100 anos de Cariri e Cultura	Conhecer Serv. Cons.e Eventos Ltda.	6159410900	249.788,50	249.788,50	0,00
0003/2009	077453	Histórias de Um Garrafeiro	Fernando Benévolo de Andrade Filho	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0004/2009	075912	Mulheres Alteradas	Eduardo Tadeu Figueiredo	6159410800	240.000,00	240.000,00	0,00
0005/2009	087124	Mostra de Cinema de Tiradentes (XII)	Universo Produção Ltda.	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0007/2009	084852	Ópera do Vinho	Fundação Parque de Eventos e de Desenv. de Bento Gonçalves - FUNDAPARQUE	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0008/2009	0710114	Moinho da Estação Cultural	AME - Associação Moinho da Estação	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0009/2009	0710911	Cyrano de Bergerac	Oddone Produções e Shows Ltda.	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0010/2009	042825	História da Caricatura Brasileira	Gala Edições de Arte Ltda.	6159410800	150.000,00	150.000,00	0,00
0011/2009	083435	Muriçocas do Miramar - 2009	Muriçocas Eventos Culturais Ltda.	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0012/2009	070267	O Amante do Girassol	Lobo & Mayerhofer Ltda-ME	6159410800	250.000,00	250.000,00	0,00
0013/2009	075046	CD Ana Martel	Ana Lúcia Martel Nobre	6159410900	58.465,40	58.465,40	0,00
0016/2009	080417	Esta é a nossa Canção	Estamos Aqui Produções Artísticas Ltda.	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0017/2009	076084	Museu da Justiça Eleitoral – Antiga Sede do Tribunal Regional Eleitoral	Instituto Herbert Levy	6159410800	400.000,00	400.000,00	0,00
0018/2009	081205	Cantores de Ébano - Turnê Nacional	Domingos de Araújo Santos	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0020/2009	079779	CD – Rom 100 Anos do Dia da Bandeira Brasileira	Frahia Produções de Eventos e Editora Ltda.	6159410800	100.000,00	100.000,00	0,00
0021/2009	040288	Tainá 3 - Na Selva da Cidade	Sincrocine Produções Cinematográficas Ltda.	6159410800	400.000,00	400.000,00	0,00
0025/2009	067169	Catullo da Paixão – Vida e Obra	NED Comunicação Ltda.	6159410800	300.000,00	300.000,00	0,00

Nº Contrato	Nº PRONAC / SALIC	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0026/2009	087503	Um Estranho Casal	Fieschi Dalla Vecchia Produções Artísticas Ltda.	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0028/2009	083545	Carnaval Multicultural do Recife - 2009	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco - FADE	6159410900	250.000,00	250.000,00	0,00
0032/2009	08710	25º Reponte da Canção	Mauro de Vargas Morales ME	6159410900	100.000,00	100.000,00	0,00
0033/2009	064175	Foto Arte Brasília - V	Arte 21 – Artes e Eventos Culturais Ltda. EPP	6159410800	135.000,00	135.000,00	0,00
0034/2009	073525	Usufruto	Canela Produções Artísticas Ltda.	6159410800	248.000,00	248.000,00	0,00
0036/2009	08757	Turnê Grupo F - Ano da França no Brasil	Zadig Promoções de Eventos Culturais Ltda.	6159410800	400.000,00	400.000,00	0,00
0037/2009	074957	Deus é Química	Trígonos Produções Culturais Ltda	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0042/2009	084416	Cine PE - Festival do Audiovisual 2009	BPE - Bertini Produções e Eventos Culturais e Esportivos Ltda.	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0043/2009	011926	Algo de Novo (Muita Calma Nessa Hora)	Idéias Ideais Design & Produções Ltda.	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0044/2009	069833	Juventude Que dá Samba - Ano II	Casa da Cultura de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense	6159410900	80.000,00	80.000,00	0,00
0047/2009	070289	Meninos de Kichute	Amberg Filmes Ltda.	6159410800	300.000,00	300.000,00	0,00
0049/2009	080078	O Gerente	Mapa Filmes do Brasil	6159410800	50.000,00	50.000,00	0,00
0051/2009	0611375	Até que a Barriga nos Separa (Alguém entre nós)	Voglia Produções Artísticas S/C Ltda.	6159410800	100.000,00	100.000,00	0,00
0054/2009	085451	Excursão Maria Stuart	Menescal Produções Artística Ltda.	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0055/2009	064834	Sivuca Maestro da Sanfona Brasileira	CEBELA - Centro Brasileiro de Estudos Latino Americano	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0056/2009	073038	Eu te amo mesmo assim	Jô Abdu Produções Artísticas Ltda	6159410800	300.000,00	300.000,00	0,00
0057/2009	085838	O dia que durou 21 anos	Pequi Filmes Ltda	6159410800	250.000,00	250.000,00	0,00
0062/2009	050150	O Corpo do Rio	Jaguar Produções Artísticas Ltda	6159410800	130.000,00	130.000,00	0,00
0063/2009	011995	Garibaldi In América	LAZ Audiovisual Ltda.	6159410800	100.000,00	100.000,00	0,00

Nº Contrato	Nº PRONAC / SALIC	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0068/2009	053470	Edição do Livro - Um Brasileiro Chamado Brizola	Extensão Comunicação e Marketing Cultural	6159410800	100.000,00	100.000,00	0,00
0070/2009	081670	Vaga-Lume	Grupo Folclórico Babaçu	6159410800	93.989,00	93.989,00	0,00
0073/2009	0810225	A Geração Trianon	Sete Sóis Produções Artísticas Ltda.	6159410800	205.161,00	205.161,00	0,00
0074/2009	0810596	Corte Seco	Axis Produções Artísticas Ltda.	6159410800	300.000,00	300.000,00	0,00
0075/2009	087361	O Bem Do Mar	Lúdico Produções Artísticas Ltda.	6159410800	928.200,00	928.200,00	0,00
0078/2009	073767	Acorda Zé a Comadre ta de Pé	Grupo Teatral Moitará	6159410800	548.886,00	548.886,00	0,00
0080/2009	077002	Ciclopes - Itinerância no Brasil	Cooperativa Paulista de Teatro	6159410800	468.384,80	468.384,80	0,00
0082/2009	0810464	A Farsa da Boa Preguiça	Renata Maria Gonçalves Mora	6159410800	211.203,00	211.203,00	0,00
0083/2009	088574	BLITZ	Janaina de Avila Anau	6159410800	151.580,00	151.580,00	0,00
0084/2009	0910212	Macbeth	Próspero Produções Ltda.	6159410800	800.000,00	800.000,00	0,00
0091/2009	088705	Do Fundo do Lago Escuro	Teatro Ilustre Produções Artísticas Ltda.	6159410800	223.400,00	223.400,00	0,00
0092/2009	080776	Sonho de Outono	Clan Design Programação Visual e Desenho Industrial Ltda	6159410800	249.807,48	249.807,48	0,00
0093/2009	089110	Linha Reta & Linha Curva	Zucca Produções Artísticas Culturais e Publicidade Ltda.	6159410800	228.477,78	228.477,78	0,00
0095/2009	087789	O Pelicano de Strindberg	Flávio Barollo Sforcin	6159410800	247.482,74	247.482,74	0,00
0096/2009	0810694	Colapso	Gog Magog Produções Artísticas Ltda.	6159410800	250.000,00	250.000,00	0,00
0097/2009	0711991	Cartografias do Sertão	Cristiano Peixoto Gonçalves	6159410800	250.000,00	250.000,00	0,00
0098/2009	0810385	Ecos da Inquisição	Mioriam Halfim	6159410800	162.635,00	162.635,00	0,00
0099/2009	076729	Seria Cômico se não Fosse Sério	PROA Prod. Artísticas do ABC Ltda.	6159410800	89.726,80	89.726,80	0,00
0100/2009	090361	4ª CineOP - Mostra de Cinema de Ouro Preto	Universo Produção Ltda	6159410800	100.000,00	100.000,00	0,00
0101/2009	0810093	Era no Tempo do Rei	Tema Eventos Culturais Ltda	6159410800	1.490.500,00	1.490.500,00	0,00
0106/2009	0810522	O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli	Automática Produção Contemporânea Ltda. ME	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00

Nº Contrato	Nº PRONAC / SALIC	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0107/2009	088923	Os Altruístas	Maxi Produções Ltda.	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0109/2009	085146	Moradias Transitórias - Novos Espaços de Contemporaneidade	Grupo AG Arquitetura e Projetos Especiais	6159410800	158.620,00	158.620,00	0,00
0110/2009	087956	5ª Bienal Latino Americana de Artes Visuais	Instituto Paranaense de Artes	6159410800	400.000,00	400.000,00	0,00
0111/2009	084659	Mo Muro, Ópera Hip Hop	Marcus Santos Mota	6159410800	90.000,00	90.000,00	0,00
0113/2009	0810514	Açai e Dedos	Carla Four de Oliveira Rocha	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0118/2009	070157	Perdão, Mister Fiel	JCV Produção Editorial	6159410800	400.000,00	400.000,00	0,00
0122/2009	088580	Coleção Os Franceses no Brasil	Fundação Darcy Ribeiro	6159410800	177.401,95	177.401,95	0,00
0123/2009	072133	Moenda da Canção 23ª Edição	Moenda Assoc. de Cultura e Arte Nativa	6159410900	50.000,00	50.000,00	0,00
0125/2009	083839	Orquestra Sinfônica Brasileira	Fund. Orquestra Sinfônica Brasileira	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0126/2009	087684	Theatro Municipal do Rio de Janeiro	Ass. Dos Amigos do Theatro Municipal do RJ	6159410800	2.059.769,81	2.059.769,81	0,00
0127/2009	087004	Guerra dos Emboabas - 300 Anos Depois	Via Social Projetos Culturais Sociais Ltda	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0128/2009	088556	Dorival para Sempre Caymmi	Clube do Choro de Brasília	6159410800	100.000,00	100.000,00	0,00
0131/2009	072029	Quintas Musicais	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - Fundação COPPETEC	6159410900	100.000,00	100.000,00	0,00
0132/2009	083842	Festival Nacional da Canção - 39º	FENAC Promoções e Eventos Ltda	6159410900	150.000,00	150.000,00	0,00
0134/2009	0510180	Tomo Suas Mãos nas Minhas	CONEXÃO CINEMA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	6159410800	172.250,00	172.250,00	0,00
0135/2009	089526	Festival Ibero Americano de Cinema Cine Ceará 19ª	CORTE SECO FILMES LTDA.	6159410800	100.000,00	100.000,00	0,00
0136/2009	084711	1ª Mostra Independente de Música e 1ª Feira de Música do Sul	GB Produtora	6159410900	150.000,00	150.000,00	0,00
0137/2009	080245	Lixo Extraordinário	O² CINEMA LTDA & ALMEGA	6159410800	400.000,00	400.000,00	0,00
0139/2009	0810760	V Seminário Internacional de Cine Audiovisual	VPC CINEMA VÍDEO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	6159410900	200.000,00	200.000,00	0,00
0141/2009	089707	Amadeus	Frederico e Osório Produções Culturais Ltda	6159410800	395.450,00	395.450,00	0,00

Nº Contrato	Nº PRONAC / SALIC	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0142/2009	070162	Ecos de Um Futuro País	Guapuruvu Filmes Ltda	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0143/2009	0810771	Obraname II - Uma Breve Antologia da Poesia Virtual	Ave Promoção e Produção Cultural Ltda	6159410800	150.000,00	150.000,00	0,00
0144/2009	084442	Transparências Culturais, Imagens e Atitudes	Instituto Movimento Pró-Projetos de Santa Catarina	6159410800	229.005,00	229.005,00	0,00
0144-A/09	083267	Exposição - Gianguido Bonfanti	Instituto Movimento Pró-Projetos de Santa Catarina	6159410800	20.420,00	20.420,00	0,00
0146/2009	086391	13ª Jornada Nacional de Literatura	Universidade de Passo Fundo	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0150/2009	093124	III Festival Cine Música - Conservatória 2009	Associação Casa da Cultura de Conservatória	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0154/2009	091957	Festa Nacional da Música	VF Promoções e Publicidade Ltda	6159410900	200.000,00	200.000,00	0,00
0159/2009	091290	42º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro	Instituto Centro Brasileiro de Cultura	6159410800	100.000,00	100.000,00	0,00
0161/2009	093132	Festival Porão do Rock - 2009	Organização Não Governamental Porão do Rock	6159410900	200.000,00	200.000,00	0,00
0165/2009	050340	Hamartia - Ventos do Destino	Khine Produções Ltda	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0167/2009	084171	XIV Bienal Internacional do Livro do RJ	FAGGA PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA.	6159410800	300.000,00	300.000,00	0,00
0171/2009	0710900	Fase III - Restauração da Cobertura de Cobre do TMRJ - Rotunda da Av. Treze de Maio	Associação de Amigos do Teatro Municipal	6159410800	692.809,74	692.809,74	0,00
0173/2009	087684	Fase III - TMRJ - Rest Interna - Sala de Espetáculos e Adjacências - Sistema de Ar Condicionado, Ventilação e Exaustão e Serviço de Caixa Cênica	Associação dos Amigos do Teatro Municipal	6159410800	3.722.151,54	3.722.151,54	0,00
173-A/2009	084572	Projeto as meninas	Maitê Proença Produções Artísticas Ltda	6159410800	156.915,00	156.915,00	0,00
0175/2009	084860	Ava Marandu - Os Guaranis	Associação Cultural Oficina de Criação Teatral	6159410900	500.000,00	500.000,00	0,00
0176/2009	087971	Exposição Saint Etienne, Cidade do Design	Grupo AG Arquitetura e Projetos Culturais S/S Ltda.	6159410800	158.620,00	158.620,00	0,00
0179/2009	091805	XI Festival Internacional de Brasília - FICBRASÍLIA	Videografia Criação e Produção e Ltda	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0184/2009	090548	XII Festival Recife do Teatro Nacional	FADE-UFPE	6159410800	100.000,00	100.000,00	0,00
0187/2009	030174	Cordel Virtual	Focus Films Ltda.	6159410800	250.000,00	250.000,00	0,00

Nº Contrato	Nº PRONAC / SALIC	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0191/2009	040172	Jardim das Folhas Sagradas	Studio Brasil Produção e Distrib. De Filmes Ltda	6159410800	200.000,00	0,00	200.000,00
0193/2009	090605	16º Vitoria Cine Video - 13ª Amostra Competitiva Nacional	Galpão Produções Artísticas e Culturais Ltda.	6159410800	100.000,00	0,00	100.000,00
0197/2009	081292	Clássicos no Musicanto - 23º Musicanto Sul Americano de Nativismo	GB Produtora	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0201/2009	085755	Festicine Amazônia Itinerante 2009	Associação Mapinguari	6159410800	249.856,00	249.856,00	0,00
0205/2009	082779	III Fasai Cine Vídeo	Etnia Produções Cinematográficas Ltda	6159410800	200.000,00	0,00	200.000,00
0206/2009	080928	Teatro Jovem	Estamos Aqui Produções Artísticas Ltda.	6159410800	200.000,00	0,00	0,00
TOTAL					29.893.981,04	29.193.981,04	500.000,00

Projetos Esportivos

Nº CONTRATO	RESOLUÇÃO	PROJETO	CONTRATADO	CONTA ORÇAMENTÁRIA	VALOR PATROCÍNIO (R\$)	LIBERADO (R\$)	A LIBERAR	OBSERVAÇÕES
0037/2008	347/2008	IV Campeonato da Liga Bras. de Basquete de Rua - LIBBRA	CUFA – Central Única das Favelas do RJ	615.94.1.11.00 Patrocínios Esportivos	200.000,00	200.000,00	-	Projeto Encerrado (Prestação de Contas Finalizada pela PRRE)
0165/2008	1190/2008	I Desafio de Basquete de Rua em Barueri - Reis da Rua	Central Única das Favelas - CUFA	615.94.1.11.00 Patrocínios Esportivos	240.000,00	240.000,00	-	Projeto Encerrado (Prestação de Contas Finalizada pela PRRE).
0032/2007	359/2007	Patrocínio as Seleções Brasileira Masculina de Basquete	Confederação Brasileira de Basquete – CBB	615.94.1.07.00	5.560.000,00	5.560.000,00	-	Projeto encerrado em 2008, mas a prestação de contas constatou uso indevido da verba. Está em processo de devolução (pela CBB) a quantia de R\$ 364.862,47.

Nº CONTRATO	RESOLUÇÃO	PROJETO	CONTRATADO	CONTA ORÇAMENTÁRIA	VALOR PATROCÍNIO (R\$)	LIBERADO (R\$)	A LIBERAR	OBSERVAÇÕES
0154/2007	794/2007	Patrocínio as Seleções Brasileira Feminina de Basquete	Confederação Brasileira de Basquete - CBB	615.94.1.07.00	5.000.000,00	5.000.000,00	-	Projeto encerrado em 2008, mas a prestação de contas constatou uso indevido da verba. Está em processo de devolução (pela CBB) a quantia de R\$ 96.636,34.
0149/2009	827/2009	5º Chesf Open International de Tênis	STC EVENTOS LTDA	615.94.1.07.00 - Doações e Contribuições Diversas 10.052 - PRE.	20.000,00	-	20.000,00	Devido a troca de conta bancária, está sendo feito aditivo ao contrato (pendente PGJ).
0105/2009	594/2009	Campeonatos Regionais de Basquetebol em Cadeira de Rodas - 2009	Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas - CBBC	615.94.1.11.00 Patrocínio Esportivo 10.052 - PRE.	379.983,62	379.983,62		Período de 24/07 a 31/12/2009. Projeto Encerrado, sendo que a prestação de contas final, é realizada junto ao Ministério dos Esportes.
0001/2009	1239/2008	patrocínio, com exclusividade, das Seleções Brasileiras de Basquete Masculino e Feminino, nas categorias: Adulto, Sub20, Juvenil (17, 18 e 19 anos), e Cadete (15, 16 e 17 anos), bem como a manutenção de "Centros de Basquete Integrados - CBI's", a realização de Clínicas Técnicas e Capacitação de Treinadores de Basquete para Categorias de Base, Clínicas de Capacitação para Árbitros e Campeonatos Brasileiros de Base, Cadete e Juvenil	Confederação Brasileira de Basketball - CBB	615.94.1.07.00 Doações e Contribuições Diversas - do Centro Financeiro 10.033, da Divisão PRRE	44.000.000,00	14.850.000,00	29.150.000,00	Período do Projeto (Ciclo Olímpico: 2009/2012) de 05/01/09 a 31/12/2012.
0087/2009	556/2009	Projeto de Inclusão Social e Cidadania Através do Esporte - IV Edição da Liga Brasileira de Basquete de Rua (LIBBRA)	CUFA - Central Única das Favelas do RJ	615.94.1.11.00 Patrocínio Esportivo 10.052 - PRE	308.186,75	308.186,75	-	Período de 15/07 a 31/12/09. Projeto Encerrado, sendo que a prestação de contas final, é realizada junto ao Ministério dos Esportes.

Nº CONTRATO	RESOLUÇÃO	PROJETO	CONTRATADO	CONTA ORÇAMENTÁRIA	VALOR PATROCÍNIO (R\$)	LIBERADO (R\$)	A LIBERAR	OBSERVAÇÕES
0072/2009	537/2009	10º Campeonato Mundial de Basquete Máster – Praga/República Tcheca	Federação Brasileira de Basquetebol Máster - FBBM	615.94.1.07.00 - Doações e Contribuições Diversas 10.052 - PRE.	120.000,00	120.000,00	-	Período de 01/06 a 31/12/09. Projeto Encerrado (Prestação de Contas Finalizada pela PRE)
0138/2009	704/2009	Revitalização da Fonte Luminosa de Brasília	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP	615.94.1.07.00 Contribuições Diversas, do Centro de Custos 10.052 da - PRE	8.834.307,28	-	8.834.307,28	Período de 28/08/09 a 31/12/2014 (As contrapartidas serão devidas pela BENEFICIÁRIA até 05(cinco) anos da data de assinatura deste contrato).
0088/2009	557/2009	Circuito Fitness Triathlon 2009	Federação de Triathlon do Estado do Rio de Janeiro - FTERJ	615.94.1.07.00 - Doações e Contribuições Diversas - do Centro Financeiro 10.052 - PRE	119.440,00	90.000,00	29.440,00	Período do Projeto de 12/07 a 31/12/09. Por problemas institucionais (Eletrobrás/PRE), não foi finalizado o pagamento no ano de 2009, conforme constava no contrato
0061/2009	503/2009	Campeonato Brasileiro de Basquetebol Masculino Adulto, temporada 2009/2010	Liga Nacional de Basquete - LNB	615.94.1.07.00 - Doações e Contribuições Diversas - do Centro Financeiro 10.052 - PRE	1.200.000,00	600.000,00	600.000,00	Período do Projeto: de 15/06 a 31/12/2010. O contrato, deveria ser pago o valor de R\$ 1.000.000,00 (1ª Parcela de 600.000,00 na assinatura e 2ª Parcela de R\$ 400.000,00 em agosto) no ano de 2009 e a 3ª Parcela de R\$ 200.000,00, em 2010. porém, devido a problemas institucionais (Eletrobrás/PRE), só foi liberada a 1ª Parcela.
0086 /2009	538/2009	Pedro Campello -Ginástica de Trampolim	Pedro Campello Camarinha	615.94.1.07.00 - Doações e Contribuições Diversas - do Centro Financeiro 10.052 - PRE	25.000,00	3.574,08	-	Período de 21/06 a 31/12/09. Foi liberada a 1ª Parcela do projeto, no valor de R\$ 15.000,00 no ato da assinatura, porém, devido a problemas de saúde, o que impediu o atleta de participar de outras etapas da competição, não foi liberada a 2ª Parcela, no valor de R\$ 10.000,00, além do ressarcimento à ELETROBRÁS de R\$ 11.425,92, não utilizados da 1ª Parcela.

Nº CONTRATO	RESOLUÇÃO	PROJETO	CONTRATADO	CONTA ORÇAMENTÁRIA	VALOR PATROCÍNIO (R\$)	LIBERADO (R\$)	A LIBERAR	OBSERVAÇÕES
0048/2009	582/2009	Patrocínio ao Club de Regatas Vasco da Gama nas seguintes modalidades esportivas (Masculina e Feminina) e de Responsabilidade Social: Futebol Profissional e Amador; Remo; Modalidades esportivas Olímpicas e não-Olímpicas; Esportes Paraolímpicos; Projetos de Responsabilidade Social: Projeto Mão na Massa; Projeto de Iniciação Esportiva.	Club de Regatas Vasco da Gama	615.94.1.07.00 Contribuições Diversas, do Centro de Custos 10.052 da - PRE	56.000.000,00	7.000.000,00	49.000.000,00	Período do projeto: de 14/07/09 a 31/12/2013.
0121/2009	699/2009	16º Campeonato Mundial Juvenil da Classe Laser 4.7	Búzios Vela Clube	615.94.1.07.00 Contribuições Diversas, do Centro de Custos 10.052 da - PRE	50.000,00	50.000,00	-	Período de 24/07 a 31/12/09. Projeto Encerrado. Prestação de Contas Finalizada pelo técnico da PRE, porém, devido a problemas Institucionais, a mesma ainda não foi assinada.
0169/2009	980/2009	X Jogos dos Povos Indígenas	Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena - ITC	6159411100	599.029,50	599.029,50	-	

Projetos Não Incentivados

Nº Contrato	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0006/2009	Ver de Perto - Oficinas de Artesanato de Mata de S.João	Instituto Calçado da Fama - ICF	6159410700	123.332,00	123.332,00	0,00
0014/2009	Joãosinho Trinta	Axis Produções e Comunicações Ltda.	6159410700	115.336,37	100.000,00	15.336,37
0015/2009	23º Congresso Internacional de Grandes Barragens	Comitê Brasileiro de Barragens	6159410700	300.000,00	300.000,00	0,00
0019/2009	Eletrobrás Carnaval Rio 2009	Comitê Brasileiro de Barragens	6159410700	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
0022/2009	XI SEPOPE	CIGRE	6159410700	80.000,00	80.000,00	0,00

Nº Contrato	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0023/2009	CD Ronald Pinheiro	Grupo Som do Mará	6159410700	64.592,00	64.592,00	0,00
0024/2009	Djalma Chaves em Quinze Anos	Djalma Gomes Chaves Filho	6159410700	87.440,00	87.440,00	0,00
0027/2009	Praça Vitalidade	Instituto Alexandre Gomes	6159410700	98.029,00	70.000,00	28.029,96
0029/2009	Livro Brasil-Caminhos e Destinos	NJR da Cunha Projetos Especiais ME	6159410700	60.000,00	45.000,00	15.000,00
0030/2009	Festival Indie Rock	Conexão Marketing Comunicação & Negócios Empresariais Ltda	6159410700	120.000,00	90.000,00	30.000,00
0031/2009	Corrida da Música	Conexão Marketing Comunicação & Negócios Empresariais Ltda	6159410700	120.000,00	90.000,00	30.000,00
0035/2009	Campeonato Estadual de Velocross 2009	Federação de Motociclismo do Estado de Rondônia	6159410700	100.000,00	100.000,00	0,00
0038/2009	Seminário Cinco Anos do Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro: 2004-2009	Fundação Universitária José Bonifácio	6159410700	37.500,00	37.500,00	0,00
0039/2009	39ª Assembléia Nacional da ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais	6159410700	70.000,00	70.000,00	0,00
0040/2009	6º SENSE – Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Setor Elétrico	Fundação Comitê de Gestão Empresarial – Fundação COGE	6159410700	30.000,00	30.000,00	0,00
0041/2009	Atleta Hugo Luiz Maurício Pessanha	Hugo Luiz Maurício Pessanha	6159410700	84.440,00	60.000,00	24.440,00
0045/2009	Seminário de Direito Ambiental	Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE	6159410700	200.000,00	200.000,00	0,00
0046/2009	FIMC - Festival de Integração Multicultural Catarinense	Instituto Sustentar	6159410700	300.000,00	300.000,00	0,00
0050/2009	Agenda Setorial 2009 – Regulação	Centro de Treinamento e Estudos em Energia Ltda.	6159410700	14.300,00	14.300,00	0,00
0052/2009	Conferência Internacional de Empresas e Responsabilidade Social	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	6159410700	500.000,00	449.556,21	0,00
0053/2009	Direito Francês e Brasileiro: Perspectivas Nacionais e Comparada.	Instituto de Direito Comparado Brasil - França	6159410700	60.000,00	60.000,00	0,00
0058/2009	Concurso Bras. de Monografias s/ Energias Renováveis e Eficiência Energética Ecológicas – 2009	Instituto para o Desenv. de Energias Alternativas na América Latina	6159410700	176.000,00	176.000,00	0,00

Nº Contrato	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0059/2009	Boa Vista Junina	Fundação Educação Turismo Esporte Cultura de Boa Vista - FETEC	6159410700	100.000,00	100.000,00	0,00
0060/2009	ABINEE TEC 2009	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica	6159410800	200.000,00	100.000,00	100.000,00
0064/2009	10º Salão de Artesanato da Paraíba	Rere Paraíba Design	6159410700	50.000,00	50.000,00	0,00
0065/2009	17ª Fenadoce - Desfile e Decoração Temática	Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas	6159410700	150.000,00	150.000,00	0,00
0066/2009	Seminário para Investidores em Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica	Associação Politécnica de Consultoria - POLICONSULT	6159410700	30.000,00	30.000,00	0,00
0067/2009	8º Seminário Internacional de Metrologia Elétrica	Sociedade Brasileira de Metrologia	6159410700	25.000,00	25.000,00	0,00
0069/2009	IX SINCONEE E V GEDOC	MG Brasil, Comunicação, Marketing e Eventos Ltda.	6159410700	150.000,00	150.000,00	0,00
0071/2009	São João de Campina Grande 2009	ABPA Marketing e Prod. de Ev. LTDA	6159410700	150.000,00	0,00	150.000,00
0076/2009	Maceió Ama Forró	Fundação Mun. de Ação e Formação Cultural Cidade de Maceió - FMAC	6159410700	199.975,00	199.975,00	0,00
0077/2009	13º Conarem - Congresso Nacional de Remuneração	Grupisa Rio Grupo de Permuta de Informações Salariais do RJ	6159410700	15.000,00	15.000,00	0,00
0081/2009	IX Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica	Associação nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras - ANPEI	6159410700	30.000,00	30.000,00	0,00
0089/2009	Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo	Associação Nacional dos Atingidos por Barragens	6159410700	90.761,48	79.967,95	0,00
0090/2009	3º Seminário Nacional de Auditoria Interna das Empresas do Setor Elétrico 2009 - III AUDITE	Fundação Comitê de Gestão Empresarial - Fundação COGE	6159410700	30.000,00	30.000,00	0,00
0094/2009	Belo Monte - Uma Usina de Conhecimento	INSIGHT Engenharia de Comunicação & Marketing	6159410700	346.660,00	346.660,00	0,00
0102/2009	II CONAPIR	Premier Eventos Ltda	6159410700	300.000,00	180.000,00	120.000,00
0103/2009	Edição, Prensagem e Lançamento do DVD V Encontro Int. de Chamameceros	Vania de Moraes Guedes & Cia	6159410700	38.200,00	22.920,00	15.280,00
0104/2009	Diálogos Cariocas	Paluana Comunicação Ltda	6159410700	205.112,50	205.112,50	0,00

0108/2009	Seminários em Geração, Gestão e Qualidade de Energia Elétrica	Escola de Engenharia da UFMG	6159410700	47.166,16	47.166,16	0,00
Nº Contrato	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0112/2009	2º Seminário Negociações com Crédito de Carbono	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro	6159410700	25.000,00	25.000,00	0,00
0114/2009	6º Congresso Brasileiro sobre Eficiência Energética e Expociência	ABESCO – Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia	6159410700	25.000,00	25.000,00	0,00
0115/2009	61ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC	Sociedade para o Progresso da Ciência - SBPC	6159410700	200.000,00	100.000,00	100.000,00
0116/2009	Exposição Itinerante - A Epopéia de Brasília	Air Power Turismo e Produções Ltda.	6159410700	180.000,00	180.000,00	0,00
0117/2009	24º Expoagro de Rolim de Moura	ASROLIM	6159410700	80.000,00	80.000,00	0,00
0119/2009	X Encontro Americano de Líderes	Confederação Latino – Americana do Comércio Lojista	6159410700	100.000,00	100.000,00	0,00
0120/2009	Viva a Arte 2009	Centro Integrado de Cultura e Meio Ambiente – Caburé	6159410700	150.000,00	150.000,00	0,00
0129/2009	Panorama Cinema Francês no Brasil	Cine Academia Produções Ltda	6159410700	100.000,00	100.000,00	0,00
0130/2009	XIII Mostra PUC - Rio	Faculdades Católicas PUC/Rio	6159410700	33.000,00	33.000,00	0,00
0140/2009	Temporada Praia da Arara 2009 - Temporada Ecológica - 12ª Edição	Elcio Mendes da Silva - ME	6159410700	50.000,00	50.000,00	0,00
0145/2009	Seminário DCI - ELETRONUCLEAR	Panorama Diário Comercial e Publicidade LTDA	6159410700	100.000,00	94.644,75	
0147/2009	2º Congresso Brasileiro de Produção de Peixes Nativos de Água Doce	AquaMat - Associação dos Aquicultores do Estado de Mato Grosso	6159410700	182.510,00	65.000,00	0,00
0148/2009	III Congresso Brasileiro de Eficiência Energética - CBEE	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ABEE	6159410700	30.000,00	0,00	30.000,00
0151/2009	20ª PRODUSUL e 6ª FEINCOS	Centro de Exposições e Convenções de Tubarão - CECONTU	6159410700	50.000,00	50.000,00	0,00
0152/2009	XV Simpósio Jurídico da ABCE	Ass. Bras. de Concessionárias de Energia Elétrica - ABCE	6159410700	18.000,00	0,00	18.000,00
0155/2009	25º Cong. Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental	Abes- Assoc. Bras. de Eng. San. e Ambiental	6159410700	100.000,00	100.000,00	0,00
0156/2009	IX Encontro Verde das Américas	Paliber Organ. Pacifista e Ecológica	6159410700	198.000,00	198.000,00	0,00
0157/2009	ENCAC 2009	Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura	6159410700	24.900,00	24.900,00	0,00

0158/2009	FONAI 2009	VJ Marketing Ltda - ME	6159410700	150.000,00	150.000,00	0,00
Nº Contrato	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0160/2009	Fórum Especial 2009	Instituto Nacional de Altos Estudos, INAE	6159410700	23.915,00	23.915,00	0,00
0162/2009	Profissão Professor o Resgate da Pedagogia – (Numeração Cancelada) (Homologação)	Instituto Alfa e Beta	6159410700	50.000,00	0,00	50.000,00
0163/2009	Circuito das Estações - Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF	Esfera BR Mídia Editora LTDA	6159410700	160.000,00	160.000,00	0,00
0164/2009	XXXI Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – Fundação COPPETEC	6159410700	72.474,00	72.474,00	0,00
0166/2009	XV SEPEF	Funcoge	6159410700	60.000,00	24.494,06	0,00
0168/2009	Exponorma 2009 - Congresso e Exposição	ABNT - Ass. Bras. de Normas Técnicas	6159410700	50.000,00	0,00	50.000,00
0170/2009	Senhora das Candeias	Alexandra Nicolas de Jesus Amate Ribeiro Messier	6159410700	50.000,00	0,00	50.000,00
0172/2009	FEISMA - Multifeira de Santa Maria	Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Santa Maria	6159410700	50.000,00	0,00	50.000,00
0174/2009	Seminário Renovação de Concessões do Setor Público de Energia Elétrica	Associação dos Engenheiros da CEEE	6159410700	30.000,00	30.000,00	0,00
0177/2009	IV Bienal Internacional do Livro de Alagoas	FUNDAÇÃO UNIV. DE DESENV. DE EXTENSÃO E PESQUISA - FUNDEPES	6159410800	30.000,00	30.000,00	0,00
0178/2009	XX Congresso Brasileiro de Magistrados	Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB	6159410700	100.000,00	100.000,00	0,00
0180/2009	VII Seminário Internacional de Sustentabilidade	H.J.JORNAIS E REVISTAS DE TURISMO LTDA	6159410700	20.000,00	0,00	17.500,00
0181/2009	XXVI Encontro Nac.dos Juizes Federais do Brasil	Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE	6159410700	100.000,00	0,00	100.000,00
0182/2009	VI Feira Nac. da Agric.Familiar e Reforma Agrária-Brasil Rural Contemporâneo 2009	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	6159410800	200.000,00	200.000,00	0,00
0183/2009	X CONPAF - Congresso Nacional de Procuradores Federais	ANPAF - Associação Nacional de Procuradores Federais	6159410700	100.000,00	100.000,00	0,00
0185/2009	Natal da Transformação	MACA - Movimento Ação por Canoas	6159410700	200.000,00	0,00	200.000,00
0186/2009	Seminário Internacional de Interconexões e Negócios de Geração e Transmissão	C&M Congresses and Meeting Eventos Ltda	6159410700	150.000,00	150.000,00	0,00
0188/2009	XXV ENCONSEL - 2009	ABRACONEE	6159410700	120.000,00	0,00	120.000,00

0189/2009	Nossa Casa	Tempo Projetos e Sinalizações Ltda.	6159910600 6159410800	400.000,00	393.721,22	0,00
Nº Contrato	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
0190/2009	XX Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica SNPTEE	CIGRE - Brasil	6159410700	190.000,00	0,00	190.000,00
0192/2009	XVIII Congresso Nacional do Ministério Público	Associação Catarinense do Ministério Público	6159410700	180.000,00	0,00	177.250,00
0194/2009	VI Encontro Cultivando Água Boa	Celebra Administração de Eventos LTDA	6159410700	400.000,00	400.000,00	0,00
0195/2009	6º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico - ENASE 2009 (Homologação)	CTEE-Centro de Treinamento e Estudos em Energia Ltda.	6159410700	42.225,00	42.225,00	0,00
0196/2009	Choro e Jazz Festival	Capucho Produções Ltda	6159410700	150.000,00	150.000,00	0,00
0198/2009	XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	Associação Brasileira de Recursos Hídricos	6159410700	50.000,00	0,00	50.000,00
0199/2009	XXXVII Encontro Nacional de Economia	Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC	6159410700	79.200,00	0,00	79.200,00
0200/2009	I Congresso das Cidades Amazônicas	Federação das Associações do Município do Pará	6159410700	94.990,26	0,00	94.990,26
0202/2009	V Semana da Valoriz.da Pessoa c Deficiência	Atual - Consultoria Ltda	6159410700	200.000,00	0,00	200.000,00
0203/2009	Prêmio Diogo de Figueiredo Moreira Neto de Advocacia Federal de Estado	União dos Advogados Públicos Federais do Brasil - UNAFE	6159410700	5.032,00	5.032,00	0,00
0204/2009	Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres 2009	Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento	6159410700	200.000,00	200.000,00	0,00
s/nº/2009	4º Festival da Natureza de Murici (Homologação)	Instituto Murici de Desenvolvimento Integrado	6159410700	100.000,00	100.000,00	0,00
TOTAL				13.273.090,77	10.936.927,85	2.105.026,59

3. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Demonstrativo da Eletrobrás anexo.

Conforme declaração anexa, informamos que os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, arrolados no Rol de Responsáveis, não são remunerados pelo CEPEL.

4. Declaração de que as Atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo

Declaração anexa.

José Antonio Muniz Lopes
Presidente da Eletrobrás



Eletrobras

ANEXOS

Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 02			
Denominação completa: Fundo de Reserva Global de Reversão			
Denominação abreviada:			
Código SIORG: Sem relação	Código na LOA: Sem relação	Código SIAFI: sem relação	
Situação: Em extinção			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: sem relação		Código CNAE: sem relação	
Telefones/Fax de contato:	-----	-----	-----
Endereço eletrônico: -----			
Página da Internet: -----			
Endereço Postal: -----			
Número de Ordem: 03			
Denominação completa: Fundo de Utilização de Bem Público			
Denominação abreviada: -----			
Código SIORG: Sem relação	Código na LOA: Sem relação	Código SIAFI: sem relação	
Situação: Em extinção			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: sem relação		Código CNAE: sem relação	
Telefones/Fax de contato:	-----	-----	-----
Endereço eletrônico: -----			
Página da Internet: -----			
Endereço Postal: -----			
Número de Ordem: 04			
Denominação completa: Conta de Consumo de Combustíveis			
Denominação abreviada: CCC			
Código SIORG: Sem relação	Código na LOA: Sem relação	Código SIAFI: sem relação	
Situação: Em extinção			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: sem relação		Código CNAE: sem relação	
Telefones/Fax de contato:	-----	-----	-----
Endereço eletrônico: -----			
Página da Internet: -----			
Endereço Postal: -----			
Número de Ordem: 05			
Denominação completa: Conta de Desenvolvimento Energético			
Denominação abreviada: CDE			
Código SIORG: Sem relação	Código na LOA: Sem relação	Código SIAFI: sem relação	
Situação: Em extinção			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: sem relação		Código CNAE: sem relação	
Telefones/Fax de contato:	-----	-----	-----
Endereço eletrônico: -----			
Página da Internet: -----			
Endereço Postal: -----			

Demonstrações Contábeis

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás

*31 de dezembro de 2009 e de 2008
com parecer dos Auditores Independentes*

*Diretoria Financeira - DF
Departamento de Contabilidade - DFC*

Empresa associada à



INDICE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DEZEMBRO 2009

NOTA 1 -	CONTEXTO OPERACIONAL	9
NOTA 2 -	CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	10
NOTA 3 -	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
NOTA 4 -	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	14
NOTA 5 -	PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	24
NOTA 6 -	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO.....	29
NOTA 7 -	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	29
NOTA 8 -	CONSUMIDORES E REVENDEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA	31
NOTA 9 -	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	33
NOTA 10 -	CRÉDITOS RENEGOCIADOS	35
NOTA 11 -	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	36
NOTA 12 -	ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E IMPOSTOS A RECUPERAR	37
NOTA 13 -	DIREITO DE RESSARCIMENTO - ATIVO REGULATÓRIO.....	40
NOTA 14 -	ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR	42
NOTA 15 -	ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	43
NOTA 16 -	INVESTIMENTOS	44
NOTA 17 -	IMOBILIZADO	56
NOTA 18 -	INTANGÍVEL.....	58
NOTA 19 -	FORNECEDORES	58
NOTA 20 -	ADIANTAMENTO DE CLIENTES.....	58
NOTA 21 -	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	60
NOTA 22 -	EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	61
NOTA 23 -	RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO.....	62
NOTA 24 -	CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC.....	63
NOTA 25 -	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	63
NOTA 26 -	TAXAS REGULAMENTARES.....	65
NOTA 27 -	REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	65
NOTA 28 -	CRÉDITOS DO TESOUREIRO NACIONAL	68
NOTA 29 -	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	68
NOTA 30 -	PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS	74
NOTA 31 -	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	74
NOTA 32 -	OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	87
NOTA 33 -	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87
NOTA 34 -	OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA	90
NOTA 35 -	DEDUÇÕES ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA	91
NOTA 36 -	RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	91
NOTA 37 -	PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS	92
NOTA 38 -	ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	92
NOTA 39 -	PROVISÕES OPERACIONAIS	92
NOTA 40 -	RESULTADO FINANCEIRO	94
NOTA 41 -	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA COMPANHIA	94
NOTA 42 -	PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	95
NOTA 43 -	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	96
NOTA 44 -	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	103
NOTA 45 -	EVENTOS SUBSEQUENTES	113

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	6	12.495.718	9.370.041	15.398.093	12.832.000
Caixa restrito	6	1.341.720	734.386	1.341.719	734.386
Consumidores e revendedores	8	1.611.189	1.709.569	4.260.617	4.341.459
Financiamentos e empréstimos	9	3.539.436	2.697.114	1.922.866	1.493.271
Conta de Consumo de Combustível - CCC	24	375.558	573.993	375.558	554.748
Remuneração dos investimentos	11	1.483.062	1.212.966	340.607	261.093
Créditos renegociados	10	51.786	84.371	421.922	619.871
Ativos fiscais difendidos	12	701.025	1.418.353	1.120.239	2.081.850
Direito de ressarcimento	13	278.239	516.766	946.212	516.766
Devedores diversos		382.315	171.165	582.749	377.879
Almoxarifado		1.960	1.879	859.285	759.963
Despesas pagas antecipadamente		-	-	88.176	76.874
Outros		141.943	87.306	536.922	947.497
		<u>22.403.951</u>	<u>18.577.909</u>	<u>28.194.965</u>	<u>25.597.657</u>
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Financiamentos e empréstimos	9	25.177.898	39.537.157	9.836.412	13.467.643
Créditos renegociados	10	104.337	199.646	1.523.630	2.070.302
Títulos e valores mobiliários	7	682.624	613.374	687.291	617.889
Estoque de combustível nuclear	14	-	-	755.434	725.142
Ativos fiscais difendidos	12	2.493.243	1.348.168	4.581.036	2.786.948
Conta de Consumo de Combustível - CCC		1.074.402	572.279	1.074.402	572.279
Direito de ressarcimento	13	1.803.348	4.312.809	1.842.309	4.312.809
Outros		141.992	73.547	712.452	1.363.886
		<u>31.477.844</u>	<u>46.656.980</u>	<u>21.012.966</u>	<u>25.916.898</u>
Adiantamentos para participação societária	15	9.926.015	730.281	4.000	4.027
		<u>41.403.859</u>	<u>47.387.261</u>	<u>21.016.966</u>	<u>25.920.925</u>
INVESTIMENTOS	16	44.024.992	43.682.716	6.816.146	5.896.865
IMOBILIZADO	17	30.899	25.494	77.261.818	80.262.674
INTANGÍVEL	18	51.855	53.706	526.764	375.811
		<u>85.511.605</u>	<u>91.149.179</u>	<u>105.621.694</u>	<u>112.456.275</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>107.915.556</u>	<u>109.727.088</u>	<u>133.816.659</u>	<u>138.053.932</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	230.045	192.181	998.626	1.714.611
Empréstimo compulsório	22	12.941	85.205	12.941	85.205
Fornecedores	19	1.509.907	1.676.071	3.471.735	2.594.567
Adiantamento de clientes	20	24.108	15.381	63.400	53.159
Tributos e contribuições sociais	25	236.560	1.363.854	1.144.100	2.075.726
Conta de Consumo de Combustível - CCC	24	923.535	649.341	923.535	670.482
Remuneração aos acionistas	27	3.526.522	1.914.222	3.553.545	1.948.109
Créditos do Tesouro Nacional		76.036	72.236	76.036	72.236
Obrigações estimadas		9.448	67.835	832.535	550.573
Obrigações de ressarcimento		1.264.046	923.344	1.264.046	923.344
Previdência complementar	29	37.448	-	423.087	502.699
Provisões para contingências	31	-	-	121.526	1.481.709
Taxas regulamentares	26	-	-	596.468	708.285
Outros		45.130	78.910	681.843	906.311
		<u>7.895.726</u>	<u>7.038.580</u>	<u>14.163.423</u>	<u>14.287.016</u>
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	4.871.949	3.965.930	16.791.118	18.297.562
Créditos do Tesouro Nacional		1.344.571	2.854.201	1.344.571	2.854.201
Reserva Global de Reversão - RGR	23	7.656.946	7.193.770	7.656.946	7.193.770
Empréstimo compulsório		127.358	129.866	127.358	129.866
Tributos e contribuições sociais	25	-	943.882	1.155.410	2.713.664
Remuneração aos Acionistas	27	7.697.579	-	7.697.579	-
Obrigações para desmobilização de ativos		-	-	215.306	266.168
Adiantamento de clientes		-	-	978.980	1.018.488
Conta de Consumo de Combustível - CCC		908.832	572.279	908.832	1.432.982
Provisões para contingências	31	827.685	1.009.514	2.302.017	1.695.556
Previdência complementar	29	101.472	-	2.000.398	1.567.002
Provisão para passivo a descoberto em controladas	30	53.660	353.921	-	-
Outros		337.993	46.784	2.177.792	746.628
		<u>23.928.045</u>	<u>17.070.147</u>	<u>43.356.307</u>	<u>37.915.887</u>
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	205.144	232.668
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33				
Capital social		26.156.567	26.156.567	26.156.567	26.156.567
Reservas de capital		26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342
Reservas de reavaliação		179.427	196.906	179.427	196.906
Reservas de lucros		19.009.667	28.900.908	19.009.667	28.900.908
Ajustes de avaliação patrimonial		(15.043)	28.285	(15.043)	28.285
		<u>71.378.960</u>	<u>81.331.008</u>	<u>71.378.960</u>	<u>81.331.008</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital		4.712.825	4.287.353	4.712.825	4.287.353
		<u>76.091.785</u>	<u>85.618.361</u>	<u>76.091.785</u>	<u>85.618.361</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>107.915.556</u>	<u>109.727.088</u>	<u>133.816.659</u>	<u>138.053.932</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008	2009	2008
RECEITAS OPERACIONAIS					
Operações com energia elétrica	34	6.710.772	10.927.053	27.099.094	31.450.764
(-) Encargos setoriais		-	-	(1.292.859)	(1.191.673)
(-) ICMS		-	-	(1.047.356)	(984.608)
Participações societárias	36	2.727.955	382.799	1.594.739	665.533
Outras receitas		-	-	1.298.895	448.616
		<u>9.438.727</u>	<u>11.309.852</u>	<u>27.652.513</u>	<u>30.388.632</u>
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal, Material e Serviços	37	434.499	278.453	6.453.314	5.439.642
Energia comprada para revenda	38	7.298.919	9.572.208	6.122.533	8.832.314
Combustível para produção de energia elétrica		-	-	742.372	1.158.856
PASEP e COFINS		43.159	160.551	1.504.665	1.464.809
Uso da rede elétrica		-	-	1.270.463	1.101.220
Remuneração e ressarcimento		-	-	1.184.482	1.100.777
Depreciação e amortização		6.075	6.864	2.397.874	2.339.904
Provisões operacionais	39	1.109.291	303.994	1.516.796	1.544.091
Resultado a compensar de Itaipu		-	-	669.675	835.885
Doações e contribuições		183.045	153.650	237.872	217.913
Outras		65.342	150.159	904.351	495.320
		<u>9.140.330</u>	<u>10.625.879</u>	<u>23.004.397</u>	<u>24.530.731</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	40	<u>298.397</u>	<u>683.973</u>	<u>4.648.116</u>	<u>5.857.901</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(1.367.425)</u>	<u>7.797.423</u>	<u>(5.273.903)</u>	<u>3.383.768</u>
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(97.697)</u>	<u>(32.258)</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>(1.069.028)</u>	<u>8.481.396</u>	<u>(723.484)</u>	<u>9.209.411</u>
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA		<u>(1.069.028)</u>	<u>8.481.396</u>	<u>(723.484)</u>	<u>9.209.411</u>
Imposto de renda		932.493	(1.700.759)	887.304	(2.019.608)
Contribuição social sobre o lucro líquido		334.061	(621.140)	309.115	(863.656)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		<u>197.526</u>	<u>6.159.497</u>	<u>472.935</u>	<u>6.326.147</u>
Participação nos lucros		(27.000)	(23.000)	(207.482)	(176.817)
Participação minoritária		-	-	(94.927)	(12.833)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>170.526</u>	<u>6.136.497</u>	<u>170.526</u>	<u>6.136.497</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		<u>R\$0,15</u>	<u>R\$5,42</u>	<u>R\$0,15</u>	<u>R\$5,42</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são parte integrante das Demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008 Reclassificado	31/12/2009	31/12/2008 Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.096.029)	8.458.395	(723.484)	9.742.311
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	6.075	6.864	2.397.874	2.334.542
Variações monetárias/cambiais líquidas	4.442.707	(3.963.453)	(2.825.479)	(7.410.438)
Encargos financeiros	(1.927.925)	(3.412.645)	1.372.349	(2.018.629)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.727.955)	(462.789)	(1.596.278)	(314.267)
Provisão para passivo a descoberto	(300.261)	(521.856)	-	(521.856)
Provisão para impostos diferidos	-	-	-	(44.650)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.246.741	(88.369)	2.068.093	338.318
Provisão para contingências	(99.242)	-	(121.923)	309.953
Provisão para previdência complementar	68.623	-	281.955	61.130
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	(673.231)	770.293
Encargos da Reserva Global de Reversão	310.998	287.640	542.516	504.606
Ajuste a valor presente	-	-	68.285	(108.222)
Ativo/Passivo Regulatório	786.624	(1.319.927)	784.895	(1.338.020)
Participação minoritária no resultado	-	-	(94.927)	(12.833)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.422.984	1.511.755	2.495.110	3.011.670
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	669.675	835.885
Perda/Ganho na alienação de ativos	-	-	290.988	86.187
Quotas do passivo para descomissionamento	-	-	-	-
Outras	(90.628)	(79.358)	1.070.367	124.262
	<u>3.138.741</u>	<u>(8.042.138)</u>	<u>6.730.269</u>	<u>(3.392.069)</u>
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Caixa restrito	(607.333)	100.348	(607.333)	100.348
Consumidores e revendedores	98.382	(360.309)	80.842	(159.135)
Conta de consumo de combustível - CCC	198.434	(236.717)	179.190	(189.382)
Ativos fiscais diferidos	215.205	(354.862)	832.477	399.149
Direito de ressarcimento	238.528	(337.306)	238.528	(337.306)
Devedores diversos	(211.150)	119.675	(204.870)	54.660
Almoxarifado	-	639	(99.240)	(118.123)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(11.302)	13.893
Outros	(54.718)	(13.281)	410.493	(265.588)
	<u>(122.652)</u>	<u>(1.081.813)</u>	<u>818.784</u>	<u>(501.485)</u>
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Empréstimo compulsório	(72.264)	(11.503)	(72.264)	(11.504)
Fornecedores	(166.164)	406.707	918.742	118.123
Adiantamento de clientes	8.728	(186.869)	10.241	(184.282)
Tributos e contribuições sociais	-	-	(2.489.880)	119.932
Conta de Consumo de Combustível - CCC	274.194	133.923	253.053	151.960
Obrigações estimadas	(58.387)	(10.439)	281.961	82.426
Obrigações de ressarcimento	340.701	479.119	340.702	479.119
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-
Taxas regulamentares	-	-	(111.816)	166.317
Outros	46.847	45.260	(224.468)	(304.353)
	<u>373.653</u>	<u>856.198</u>	<u>(1.093.729)</u>	<u>617.739</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	2.293.713	190.641	5.731.840	6.466.496
Pagamento de Encargos Financeiros	(78.062)	(79.904)	(1.058.099)	(1.586.282)
Pagamento de encargos da Reserva Global de Reversão	(741.256)	-	(945.791)	(202.838)
Recebimento de Encargos Financeiros	542.569	-	574.508	69.666
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(450.649)	(147.797)	(907.258)	(710.252)
Depósitos Judiciais	(1.232)	-	(431.924)	(23.453)
Caixa líquido das atividades operacionais	1.565.082	(37.060)	2.963.275	4.013.337
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessão de empréstimos e financiamentos	(2.721.094)	(2.776.170)	(561.732)	(1.062.135)
Recebimento de empréstimos e financios. concedidos	1.846.586	6.381.708	1.256.263	5.902.297
Créditos de energia renegociados recebidos	-	-	562.266	366.426
Aquisição de ativo imobilizado	(83.320)	(1.406)	(4.998.588)	(4.107.586)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(176.532)	(15.091)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	(523.681)	(168.050)	(1.161.036)	(740.928)
Recib. de remuneração de investos. em part. societárias	1.459.495	789.113	1.359.579	744.213
Outros	(29)	(22.006)	5.994	(93.827)
Caixa líquido das atividades de investimento	(22.044)	4.203.189	(3.713.786)	993.369
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	3.125.678	4.407.065	2.566.093	5.278.946
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.370.041	4.962.976	12.832.000	7.553.055
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>12.495.719</u>	<u>9.370.041</u>	<u>15.398.093</u>	<u>12.832.000</u>
	<u>3.125.678</u>	<u>4.407.065</u>	<u>2.566.093</u>	<u>5.278.946</u>

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS	DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	RETENÇÃO DE LUCROS				
Em 31 de dezembro de 2007	24.235.829	25.907.304	208.109	1.731.038	15.699.751	8.300.832	68.748			3.811.625	79.963.236
Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007											-
Controladora								(767.186)			(767.186)
Empresas avaliadas pelo MEP								258.654			258.654
Incorporação de reservas de lucros	1.859.401				(1.790.653)		(68.748)				-
Conversão de Empréstimo Compulsório	61.337	141.038									202.375
Ajustes acumulados de conversão								28.285			28.285
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98						1.036.026				475.728	1.511.754
Realização de reservas de reavaliação			(11.203)					11.203			-
Lucro líquido do exercício								6.136.497			6.136.497
Destinação do resultado:											-
Constituição de reservas				306.824	3.129.614		487.476	(3.923.914)			-
Remuneração aos acionistas								(1.715.254)			(1.715.254)
Em 31 de dezembro de 2008	26.156.567	26.048.342	196.906	2.037.862	17.038.712	9.336.858	487.476	28.285	-	4.287.353	85.618.361
Ações em tesouraria					(879)						(879)
Ajustes acumulados de conversão - Itaipu								(29.790)			(29.790)
Ajustes de avaliação patrimonial - Hedge investidas								(13.538)			(13.538)
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98						926.581				425.472	1.352.053
Reversão para pagamento						(10.263.439)					(10.263.439)
Realização de reservas de reavaliação			(17.479)					17.479			-
Reversão de reservas					(161.523)		(487.476)	648.999			-
Lucro líquido do exercício								170.526			170.526
Destinação do resultado:											-
Constituição de reservas				8.527	86.968			(95.495)			-
Remuneração aos acionistas								(741.509)			(741.509)
Em 31 de dezembro de 2009	26.156.567	26.048.342	179.427	2.046.389	16.963.278	-	-	(15.043)	-	4.712.825	76.091.785

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2009 E 2008
 (em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008 Reclassificado	31/12/2009	31/12/2008 Reclassificado
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	6.710.772	10.927.054	27.350.633	30.914.772
Provisão para devedores duvidosos	-	-		
Não operacionais	-	-	(97.697)	(32.258)
	<u>6.710.772</u>	<u>10.927.054</u>	<u>27.252.936</u>	<u>30.882.514</u>
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(162.935)	(207.671)	(5.975.082)	(5.302.410)
Perdas em Ativos	-	-	-	-
Encargos setoriais	-	-	(1.292.859)	(1.191.673)
Energia comprada para revenda	(7.298.919)	(9.572.208)	(6.122.533)	(8.832.314)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(742.372)	(1.158.856)
	<u>(7.461.854)</u>	<u>(9.779.879)</u>	<u>(14.132.846)</u>	<u>(16.485.253)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(751.082)</u>	<u>1.147.175</u>	<u>13.120.090</u>	<u>14.397.261</u>
4 - RETENÇÕES				
Provisões operacionais	(1.109.291)	(303.994)	(1.516.796)	(1.544.091)
Depreciação, amortização e exaustão	(6.074)	(6.864)	(2.397.874)	(2.339.904)
	<u>(1.115.365)</u>	<u>(310.858)</u>	<u>(3.914.670)</u>	<u>(3.883.995)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(1.866.447)</u>	<u>836.317</u>	<u>9.205.420</u>	<u>10.513.266</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	2.727.955	382.799	1.594.739	665.533
Receitas financeiras	5.210.957	5.526.192	2.988.986	2.864.773
	<u>7.938.912</u>	<u>5.908.991</u>	<u>4.583.725</u>	<u>3.530.306</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>6.072.465</u>	<u>6.745.308</u>	<u>13.789.145</u>	<u>14.043.572</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
. Pessoal , encargos e honorários	277.482	200.973	4.197.665	3.532.370
. Participação de empregados nos lucros	27.000	23.000	207.482	176.817
. Plano de aposentadoria e pensão	59.425	19.968	309.539	138.064
	<u>363.907</u>	<u>243.941</u>	<u>4.714.686</u>	<u>3.847.251</u>
TRIBUTOS				
. Impostos, taxas e contribuições	(1.223.395)	2.482.450	308.246	4.348.073
TERCEIROS				
. Encargos financeiros e aluguéis	6.578.383	(2.271.230)	8.262.888	(518.995)
. Doações e contribuições	183.044	153.650	237.872	217.913
	<u>6.761.427</u>	<u>(2.117.580)</u>	<u>8.500.760</u>	<u>(301.082)</u>
ACIONISTAS				
. Dividendos e juros sobre capital próprio	741.509	1.715.254	741.509	1.715.254
. Participação de acionistas não controladores	-	-	94.927	12.833
. Lucros retidos	(570.983)	4.421.243	(570.983)	4.421.243
	<u>170.526</u>	<u>6.136.497</u>	<u>265.453</u>	<u>6.149.330</u>
	<u>6.072.465</u>	<u>6.745.308</u>	<u>13.789.145</u>	<u>14.043.572</u>

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.**Eletrobrás****(COMPANHIA ABERTA)****CNPJ 00.001.180/0001-26****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
(Em milhares de Reais)****NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL****I – Informações Gerais**

A Eletrobras é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission* – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) – Brasil, Madri (LATIBEX) – Espanha e Nova York (NYSE) – Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

II – Participação Societária

A Companhia exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em sete empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, Amazonas Energia - AME, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, Centrais Elétricas S.A - Eletrosul, Eletrobras



Termonuclear S.A. - Eletronuclear, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí - Cepisa.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai.

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia, controlada integral da Eletronorte, que atua na geração e distribuição de energia elétrica no Estado de Roraima.

III – Negócios no exterior

Em 7 de abril de 2008 foi publicada a Lei 11.651 que autoriza a Eletrobras, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica.

IV - Gestão de Recursos Setoriais

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível – CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir (vide Nota 17 e Anexo IV e IVa):

	RIO	CAPACIDADE E (em MW)(*)	VENCIMENTO
EM OPERAÇÃO			
UHE Furnas	Grande	1.216	07/2015
UHE Estreito	Grande	1.050	07/2015
UHE Marimbondo	Grande	1.440	03/2017
UHE Itumbiara	Paranaíba	2.082	02/2020
UHE Serra da Mesa	Tocantins	618	05/2011
UHE Luiz Gonzaga	São Francisco	1.479	10/2015
UHE Xingó	São Francisco	3.162	10/2015
UHE Sobradinho	São Francisco	1.050	02/2022
UHE Tucuruí	Tocantins	8.370	07/2024
UHE Complexo Paulo Afonso	São Francisco	3.880	10/2015
UTE Santa Cruz	-	932	07/2015
Outras concessões de geração	-	5.166	Até 2035
EM CONSTRUÇÃO			
UHE Simplício	Paraíba do Sul	334	08/2041
UHE Baguari	Doce	140	08/2041
UHE Batalha	São Marcos	53	08/2041
		30.972	

(*) Não auditado

A capacidade total instalada das usinas do Sistema Eletrobras, considerando Itaipu Binacional e Eletronuclear, é de cerca de 39.453 MW. A geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- a) existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorre maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- b) existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva, e
- c) disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado de transmissão de energia elétrica.

II - Transmissão de Energia Elétrica

A capacidade de transmissão do Sistema Eletrobras está demonstrada a seguir:

	<u>LINHAS (em Km)</u>	<u>SUBESTAÇÕES</u>	<u>VENCIMENTO</u>
Furnas	19.348	47	07/2015
Eletronorte	10.374	59	07/2015
Chesf	18.939	83	06/2037
Eletrosul	10.369	36	07/2015
Amazonas Energia	860	22	07/2015
	<u>59.890</u>	<u>247</u>	

(*) Não auditado

III – Distribuição de Energia Elétrica

<u>Companhia</u>	<u>Região Geográfica</u>	<u>Municípios Atendidos (*)</u>	<u>Prazo Concessão</u>
Eletroacre	Estado do Acre	25	2015
Ceron	Estado de Rondônia	52	2015
Ceal	Estado de Alagoas	102	2015
Cepisa	Estado do Piauí	224	2015
Amazonas Energia	Estado de Manaus	62	2015
Boa Vista	Estado de Roraima	1	2015

(*) Não auditado

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, controladora e consolidado, são de responsabilidade da administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/1976 e alterações posteriores, observados os Pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC válidos para a presente data-base e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Conforme determinado pela Deliberação CVM 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 13, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia passou a adotar a Lei 11.638/2007 e Medida provisória 11.651/2009, convertida na Lei 11.941, de 27 de maio de 2009. A Companhia adotou como data de transição 1º de janeiro de 2008.

Nesse momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a aplicação prática da referida instrução técnica, a Companhia entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas Demonstrações Contábeis.

O comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a CVM aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos contábeis alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*. As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas

contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência às normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as demonstrações contábeis da Companhia. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

a) Pronunciamentos

- . CPC 15 - Combinação de negócios
- . CPC 16 - Estoques
- . CPC 17 - Contratos de construção
- . CPC 18 - Investimentos em coligadas
- . CPC 19 - Participação em empreendimento controlado em conjunto
- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 21 - Demonstração intermediária
- . CPC 22 - Informação por segmento
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 24 - Eventos subsequentes
- . CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 - Ativo imobilizado
- . CPC 30 - Receitas
- . CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
- . CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- . CPC 33 - Benefícios a empregados
- . CPC 35 - Demonstrações separadas
- . CPC 36 - Demonstrações consolidadas
- . CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- . CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- . CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- . CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação

(b) Interpretações

- . ICPC 01 - Contratos de concessão
- . ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
- . ICPC 07 - Distribuição de dividendos *in natura*
- . ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- . ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- . ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28
- . ICPC 11 - Recebimento em transferência de ativos de clientes
- . ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares

A interpretação técnica ICPC-01 estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo ao direito sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível, para os segmentos de Transmissão e de Distribuição.

Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas pela referida interpretação técnica, a Companhia está avaliando os seus reflexos nas suas Demonstrações Contábeis, ao tempo em que acompanha as discussões e debates sobre o tema, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos órgãos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para aplicação da referida instrução técnica.

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25 de março de 2010 e encaminhadas ao Conselho de Administração.

A Medida Provisória nº 11.651/2009 instituiu, também, o Regime Tributário de Transição – RTT estabelecendo o tratamento dos efeitos tributários sobre os efeitos decorrentes da introdução da nova legislação contábil brasileira.

A companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas foram adotadas as práticas contábeis descritas a seguir:

I - GERAIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes

de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor

justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa.

(O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 44).

c) Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

São reconhecidas pelo custo de aquisição e deduzidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos riscos de realização, em níveis considerados suficientes pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas (Vide Anexo I). O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

d) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a companhia.

e) Financiamentos e Empréstimos Concedidos

Os financiamentos e empréstimos concedidos (Vide Anexo II) e seus respectivos encargos apropriados até a data do Balanço são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial.

f) Investimentos em Participações Societárias

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligada são alteradas para garantir a consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta “Provisão para passivo a descoberto” (Nota 30).

g) Transações em moeda estrangeira

Os saldos dos itens monetários em moedas estrangeiras são apresentados pela taxa de câmbio na data do Balanço.

Para os itens não monetários avaliados pelo custo toma-se por base a taxa de câmbio vigente à data da transação e para os itens não monetários avaliados pelo valor justo, toma-se por base a taxa de câmbio da data da determinação do valor.

Os ganhos e as perdas decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais, de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício.

h) Intangível

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

i) Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional quando incorridos até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia e de suas controladas avalia anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade do valor contábil de seus ativos. Caso seja identificadas evidências de não recuperabilidade a administração da Companhia e de suas controladas estima o valor recuperável destes ativos. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A perda correspondente, à não recuperabilidade da unidade geradora de caixa é reconhecida no resultado do exercício.

Quando não for possível, ou quando impraticável, estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que reflete as condições de mercado, valor do dinheiro corrente no tempo e riscos específicos relacionados ao ativo.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa pode ser revisto e, caso aumente no futuro, a provisão para perdas na recuperabilidade de ativos reconhecida no passado é revertida, total ou em parte, com efeito no resultado do exercício em que a recuperação for verificada, ajustando a valor contábil do ativo ao seu novo e provável valor de recuperação, limitado ao seu valor contábil original.

O montante recuperável, identificado pela administração da Companhia e de suas controladas corresponde ao valor justo da unidade geradora de caixa.

k) Empréstimos e Financiamentos Obtidos

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço, vide Anexo V.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado nos termos da legislação aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias nas bases de cálculo do imposto e da contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e base negativa, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

m) Receitas e Despesas financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e obtidos e operações com instrumentos financeiros.

n) Benefícios pós emprego

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes

usando-se o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Para outras obrigações pós-aposentadoria, os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia e suas controladas reconhecem os benefícios de demissão quando estão demonstravelmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários, segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência por parte da companhia com a concessão de benefícios de demissão voluntária.

o) Provisões para Contingências

As provisões são reconhecidas quando um evento passado pode gerar uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das Demonstrações Contábeis, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas.

p) Estimativas Contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da administração da Companhia e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas a administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua

adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

I) Ativo Fiscal Diferido – o método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas empresas controladas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela administração a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo da concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Portanto, os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Contábeis podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas à época do julgamento efetuado.

q) **Juros sobre o Capital Próprio - JCP**

Para fins societários e contábeis estão apresentados como destinação do resultado do exercício diretamente no Patrimônio Líquido, observada a legislação tributária específica que determina que o JCP transite por contas de resultado.

O JCP imputado aos dividendos do exercício, é calculado tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio líquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

r) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data das Demonstrações Contábeis são considerados como não circulantes.

s) Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

Os incentivos fiscais de imposto de renda das controladas são registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07. A parcela do lucro decorrente destes incentivos fiscais foi totalmente destinada à Reserva de lucros denominada Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

t) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

u) Ajustes de avaliação patrimonial – A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são consideradas nesta rubrica os ganhos e perdas não realizadas em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados e referente ao efeito do *hedge* de investimento líquido (nota explicativa Nº 11).

II – PRÁTICAS DO SETOR ELÉTRICO

a) Depreciação do Imobilizado em Serviço

As taxas anuais de depreciação são calculadas de acordo com a Instrução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999. A depreciação é calculada pelo método linear. (vide nota 17 e anexos IV e IV.a.).

b) Imobilizado em Curso

De acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros, relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados como parte dos custos de construção.

Despesas administrativas gerais são alocadas ao imobilizado em andamento. A alocação de custos diretos com pessoal e serviços de terceiros é permitida com base em critérios estabelecidos pela Agência Reguladora (vide nota 17 e anexos IV e IVa);

c) Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável.

Os ativos são sujeitos à depreciação observada a sua vida útil econômica estimada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota 17. Terrenos não são depreciados.

Para os bens vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica a companhia seguirá a estimativa de vida útil econômica estipulada pela ANEEL.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício.

d) Obrigações Vinculadas a Concessão

São registradas obrigações em contrapartida de contribuições recebidas da União e de consumidores exclusivamente para o investimento na rede de distribuição de energia elétrica. A obrigação é registrada como redutora do ativo imobilizado, sendo, no término da concessão, compensada contra os ativos correspondentes, incluindo aqueles adquiridos com as contribuições recebidas da União e de consumidores. O prazo da concessão de serviço público são firmados pela ANEEL (vide nota 17 e anexos IV e IVa);

e) Almojarifado

Os materiais de almojarifado, classificados no ativo circulante, são registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados à construção do ativo imobilizado são classificados no ativo não circulante - imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização;

f) Valores Decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico

De acordo com o estabelecido pela Resolução 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, é apresentado na rubrica consumidores e revendedores o valor referente à Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, definida pela Resolução 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001 e pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 (vide nota 13);

g) Obrigações para Desmobilização de Ativos

Conforme previsto no Manual de Contabilidade da ANEEL, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas term nucleares, com o objetivo de alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício a valor presente, com base em quotas anuais fixadas em dólares norte americanos, a razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidos pela taxa de câmbio do final de cada período de competência. O passivo relativo ao descomissionamento é mantido atualizado pela variação do dólar norte americano (vide nota 31);

h) Estoque de Combustível Nuclear

O concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e na chamada piscina destinada a elementos utilizados – PCU, são registrados pelo custo de aquisição.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia (vide nota 14).

i) Paradas Programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas são apropriados ao resultado.

j) Conta de Consumo de Combustível – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários.

k) Reserva Global de Reversão - RGR

Os saques efetuados pela Eletrobras junto à RGR, destinados a concessão de empréstimos e financiamentos às concessionárias de energia elétrica, são registrados como exigibilidades. Sobre tais saques incidem juros de 5% ao ano.

l) Empréstimo Compulsório

É registrado pelo valor do principal, acrescido de atualização monetária, com base no IPCA-E e juros de 6% ao ano (vide nota 22).

III - PRÁTICAS CONTÁBEIS ESPECÍFICAS DE ITAIPU BINACIONAL

Itaipu Binacional segue as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e no Paraguai, observadas as disposições específicas estabelecidas no Tratado Internacional, firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, em 26 de abril de 1973, que rege a Controlada em Conjunto, sendo as principais disposições descritas abaixo:

- a) Não é registrada a depreciação de suas instalações, por ter sua receita calculada com base nos encargos do passivo e não se constituir um item do Custo do Serviço de Eletricidade, conforme definido no Anexo "C", do Tratado Internacional;
- b) os resultados acumulados não integram o Patrimônio Líquido e são alocados na rubrica Resultados a Compensar, transferidos para o ativo imobilizado; e
- c) a remuneração sobre capital próprio dos acionistas não leva em consideração a realização de lucros, sendo apresentada como despesa operacional no resultado.

NOTA 5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

I) As Demonstrações Contábeis Consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e das operações dos exercícios findos nestas datas, da controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado. As Demonstrações Contábeis elaboradas em moeda funcional distinta da controladora são convertidas para a moeda de apresentação no Brasil, para fins de equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações contábeis e incluem as seguintes empresas, além da Eletrobras:

	Participação da Eletrobras	
	2009	
	Direta	Indireta
Furnas	99,54%	-
Chesf	99,45%	-
Eletrosul	99,71%	-
Eletronorte	99,03%	-
Eletronuclear	99,81%	-
Itaipu Binacional (*)	50,00%	-
CGTEE	99,94%	-
Eletropar	81,61%	-
Ceron	99,96%	-
Ceal	75,16%	-
Cepisa	98,56%	-
Eletoacre	93,29%	-
Amazonas Energia (**)	100,00%	-
Boa Vista Energia (***)	-	100,00%
SC Energia(****)	-	100,00%
RS Energia(****)	-	100,00%
Consórcio Cruzeiro do Sul Energética(*****)	-	49,00%
FIDC Furnas I (*****)	-	100,00%
FIDC Furnas II (*****)	-	100,00%

(*) - Controlada em conjunto com a ANDE (Paraguai).

(**) - Antiga Manaus Energia

(***) - Participação indireta por meio da Eletronorte.

(****) - Participação indireta por meio da Eletrosul

(*****) - Participação indireta por meio da Eletrosul e Eletronorte

(*****) - Participação indireta por meio de Furnas.

II) Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 das empresas consolidadas estão demonstradas de forma resumida no anexo VI.

III) Principais práticas de consolidação:

- a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- b) eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;
- c) eliminação das receitas e despesas intercompanhias;
- d) destaque da participação dos demais acionistas minoritários no passivo não circulante e no resultado das empresas investidas consolidadas; e
- e) face à inexistência de resultados não realizados nas operações intercompanhias, o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora são iguais aos do consolidado.

IV) Procedimentos de consolidação da controlada em conjunto Itaipu Binacional

- a) As Demonstrações Contábeis da Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2009 - US\$ 1.00 - R\$ 1,7412, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2008 - US\$ 1.00 - R\$ 2,3370), e as contas de resultado, pela taxa média mensal;
- b) o resultado a compensar de Itaipu Binacional é apresentado no ativo imobilizado consolidado;
- c) a remuneração sobre o capital paga por Itaipu Binacional, registrada como receita na controladora é eliminada no consolidado; e
- d) todo o resultado gerado por Itaipu Binacional no consolidado é eliminado na consolidação pela rubrica Resultado a Compensar de Itaipu Binacional.

A seguir está apresentado, simplesmente para efeito de análise, o resumo do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do exercício, excluídos os efeitos da consolidação proporcional da Itaipu Binacional. A informação visa apresentar aos acionistas e analistas do mercado de capitais a influência das Demonstrações Contábeis da Itaipu Binacional nas Demonstrações Contábeis do Sistema Eletrobras, dada suas especificidades, não devendo o mesmo ser considerado, em nenhuma hipótese, como sendo as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Sistema Eletrobras.

Balço Patrimonial Consolidado
(de Carácter Meramente Informativo)
(em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2009	
CIRCULANTE	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
Consumidores e revendedores	4.208.567	4.260.617
Financiamentos e empréstimos	2.494.386	1.922.866
Outros	21.556.787	22.011.483
	<u>28.259.740</u>	<u>28.194.966</u>
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos e empréstimos	15.749.878	9.836.412
Outros	11.018.789	11.180.554
	<u>26.768.667</u>	<u>21.016.966</u>
INVESTIMENTOS	6.903.206	6.816.146
IMOBILIZADO, INTANGÍVEL	61.904.763	77.788.582
	<u>68.807.969</u>	<u>84.604.728</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>123.836.376</u>	<u>133.816.660</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2009	
CIRCULANTE	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
Financiamentos e empréstimos	488.887	835.560
Fornecedores	4.024.572	3.471.735
Outros	9.305.719	9.856.129
	<u>13.819.178</u>	<u>14.163.424</u>
NÃO CIRCULANTE		
Financiamentos e empréstimos	8.049.302	16.791.118
Outros	25.670.967	26.565.190
	<u>33.720.269</u>	<u>43.356.308</u>
Participações de Acionistas Não Controladores	205.144	205.144
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>76.091.785</u>	<u>76.091.785</u>
	<u>76.296.929</u>	<u>76.296.929</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>123.836.376</u>	<u>133.816.660</u>

Demonstração do Resultado do Exercício
(de Caráter Meramente Informativo)
(em milhares de Reais)

	31/12/2009	
	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
RECEITAS OPERACIONAIS		
Operações com energia elétrica	26.896.988	27.099.094
Deduções	(2.340.215)	(2.340.215)
Outros	1.298.895	1.298.895
	25.855.668	26.057.774
DESPESAS OPERACIONAIS		
Energia comprada para revenda	(9.299.967)	(6.122.533)
Depreciação e amortização	(2.397.874)	(2.397.874)
Resultado a compensar de Itaipu		(669.675)
Outras	(12.169.350)	(13.814.315)
	(23.867.191)	(23.004.398)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.988.477	3.053.377
RESULTADO FINANCEIRO	(4.206.183)	(5.273.903)
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	1.594.739	1.594.739
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	(100.517)	(97.697)
RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ	(723.484)	(723.484)
CSLL e IRPJ	1.196.419	1.196.419
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	472.935	472.935
Participação no lucro	(207.482)	(207.482)
Participação minoritária	(94.927)	(94.927)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	170.526	170.526
Lucro líquido por ação	R\$ 0,15	R\$ 0,15

NOTA 6 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
I - Caixa e Equivalente de Caixa				
Caixa e Bancos	27.119	8.548	275.695	169.244
Aplicações Financeiras	12.468.600	9.361.493	15.122.398	12.662.756
	<u>12.495.719</u>	<u>9.370.041</u>	<u>15.398.093</u>	<u>12.832.000</u>
II - Caixa Restrito				
CCC	475.565	156.354	475.565	156.354
Comercialização de EE de ITAIPU PROINFA	145.497	151.135	145.497	151.135
	<u>720.657</u>	<u>426.897</u>	<u>720.657</u>	<u>426.897</u>
	<u>1.341.719</u>	<u>734.386</u>	<u>1.341.719</u>	<u>734.386</u>
	<u><u>13.837.438</u></u>	<u><u>10.104.427</u></u>	<u><u>16.739.812</u></u>	<u><u>13.566.386</u></u>

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da SELIC.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Eletrobras e suas controladas classificam os títulos CFT-E1 e NTN-P como mantidos até o vencimento, com base nas estratégias da administração para esses ativos.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado.

Em relação as partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor justo.

Adicionalmente, os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais FINOR e FINAN, apresentados na linha de outros, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização, e portanto, apresentados líquidos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
NÃO CIRCULANTE				
CFT-E1	225.176	208.761	225.176	208.761
NTN-P	145.353	136.160	149.035	140.675
Rendimentos de Parcerias	149.818	165.442	149.818	165.442
Partes Beneficiárias	157.685	90.697	157.685	90.697
Outros	4.593	12.314	5.578	12.314
	<u>682.625</u>	<u>613.374</u>	<u>687.292</u>	<u>617.889</u>

a) CFT- E1 - Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada a partir de agosto de 2012. A controladora mantém provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 84.728 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 105.465), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais e apresentada como redutora do respectivo ativo.

b) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.

c) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias (vide Nota 16), correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
EATE	41.327	49.353
Tangará	73.320	64.620
Elejor	-	16.226
Outras	35.171	35.242
	<u>149.818</u>	<u>165.441</u>

e) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Eletrobras na INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Lajeado Energia	266.798	266.798
EDP Lajeado	189.577	184.577
CEB Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor justo	(494.890)	(561.878)
Valor justo	157.685	90.697

De acordo com a Lei 11.638/07, conforme descrito na nota explicativa 2, tais títulos passaram a ser avaliados a seu valor justo, em atendimento à deliberação CVM 564/2008, que aprovou o pronunciamento CPC-14.

e) OUTROS - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do FINOR/FINAM destinados a projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 291.412 (31 de dezembro de 2008- R\$ 283.690), e apresentada como redutora do respectivo ativo.

NOTA 8 - CONSUMIDORES E REVENDEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

I - Os valores a receber de consumidores e revendedores de energia elétrica, estão apresentados por seus valores prováveis de realização, e encontram-se detalhados no Anexo I destas Notas Explicativas e incluem o Ativo Regulatório descrito na Nota 10.

II - Comercialização de energia elétrica - Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Eletrobras a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no exercício de 2009 o equivalente a 83.848 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu, de US\$ 22,60/kW e a tarifa de repasse (venda), US\$ 25,03/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação (vide Nota 10):

a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

b) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

No exercício de 2009, a atividade foi superavitária em R\$ 40.418, sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica “Direito de Ressarcimento”.

III - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido positivo no exercício de 2009 de R\$ 377.133 (31 de Dezembro de 2008 - R\$ 35.643), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Eletrobras, sendo este valor incluído na rubrica “Obrigações de Ressarcimento”.

IV - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

As operações realizadas no exercício de 2009 geraram, para a Eletrobras e suas controladas, um crédito líquido de R\$ 51.056 .

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a Companhia mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

V - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Controladas constituem e mantêm provisões com observância das normas da ANEEL a partir de análise dos valores constantes do contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pelas administrações das Controladas como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 1.896.774 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 1.546.967), sendo composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
RTE (Energia Livre - Perda de Receita e Parcela A)	37.016	66.998
Consumidores e Revendedores		
Companhia Energética do Amapá	727.425	566.283
Outras	320.564	98.461
	1.047.989	664.744

Consumidores das Distribuidoras	518.209	521.665
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	<u>1.896.774</u>	<u>1.546.967</u>

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado ao Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Em consonância ao CPC 14 - Instrumentos Financeiros, os financiamentos e empréstimos concedidos estão classificados como ativos financeiros, mantidos até o vencimento. Esses financiamentos e empréstimos (vide Anexo II) e seus respectivos encargos estão apropriados até a data do Balanço e são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial.

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Eletrobras, além dos recursos setoriais, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,91% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 52% do total da carteira. Já os que prevêem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 19% do saldo da carteira.

I - Créditos junto à AES-Eletropaulo - Ação Judicial

Em 1989, a Eletrobras ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, objetivando receber créditos oriundos de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos, segundo critérios avençados nas cláusulas e condições estabelecidas.

Tramitado o feito, foi publicada sentença em abril de 1999, condenando a Eletropaulo ao pagamento da importância financiada e não adimplida. Posteriormente, foi confirmado o trânsito em julgado da sentença, significando dizer que a Eletropaulo não recorreu da decisão de primeiro grau. Consequentemente, foi proposta a execução por título judicial pela Eletrobras perante a Quinta Vara cível do Rio de Janeiro determinando o pagamento.

Contudo, em janeiro de 1998, ocorreu a cisão parcial de ativos da Eletropaulo, originando três empresas distintas - EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. e EBE - Empresa Brasileira de Energia S.A., sendo que a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., teve a sua razão social alterada para Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A..

A Eletropaulo questionou a ilegitimidade por conta do Protocolo da Cisão Parcial, sendo indeferido e determinado o prosseguimento da execução. Em dezembro de 2003 foi interposto Recurso de Agravo de Instrumento pela Eletropaulo, com requerimento de efeito suspensivo contra a decisão que determinara o prosseguimento da execução, o qual foi concedido entendendo que a Eletropaulo não seria legítima para suportar a demanda executiva e sim a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (antiga EPTE), por força do referenciado protocolo.

Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial pela Eletrobras discutindo o julgamento do Recurso da Eletropaulo, sendo provido no sentido de que a execução deveria prosseguir e que a defesa da Eletropaulo deveria ser atacada via embargos do devedor e não em exceção. Desta decisão a Eletropaulo manejou embargos de declaração, posteriormente Agravo Regimental e, finalmente, embargos de divergência cuja decisão final foi publicada em novembro de 2007 negando de toda sorte o citado Recurso da Eletropaulo. Após esgotar toda a possibilidade de êxito perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, a Eletropaulo apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF, sendo o mesmo negado seguimento de forma monocrática pelo Ministro, conforme decisão publicada no dia 28 de março de 2008.

Diante deste cenário, a Administração da Eletrobras dará continuidade ao processo de execução e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a realização do crédito como praticamente certa.

Tais créditos atingem, em 31 de dezembro de 2009, o montante de R\$ 394.326 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 385.171), consideradas as condições originais dos contratos com a Eletropaulo, registrados contabilmente, os quais, se atualizados pelos índices praticados pela justiça, atingem o montante de R\$ 1.183.515 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 1.061.329). A administração da Companhia, de forma prudente e conservadora, não registra a parcela de atualização com base em critérios distintos daqueles contratualmente pactuados, optando por aguardar o processo de execução.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 92.232 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 117.675) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de empresas em inadimplência. Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

NOTA 10 - CRÉDITOS RENEGOCIADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
CEB	-	8.450	-	40.807
CELG	43.448	63.617	64.139	88.076
AES-Sul	8.326	12.288	8.326	12.288
CEMAT	-	-	-	16.524
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	150.286	141.130
Tesouro Nacional	-	-	130.186	113.236
Casal	-	-	60.584	39.545
PCLD	-	-	(23.576)	(12.354)
Outros	12	16	31.977	180.619
	<u>51.786</u>	<u>84.371</u>	<u>421.922</u>	<u>619.871</u>
NÃO CIRCULANTE				
CELG	97.106	181.307	319.650	467.404
AES-Sul	7.220	17.852	7.220	17.852
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	490.718	586.157
Tesouro Nacional	-	-	406.684	458.379
Casal	-	-	99.974	97.542
Outros	10	487	199.383	442.968
	<u>104.337</u>	<u>199.646</u>	<u>1.523.629</u>	<u>2.070.302</u>
	<u>156.123</u>	<u>284.017</u>	<u>1.945.551</u>	<u>2.690.173</u>

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, prevêm juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque:

a) Oriundos de energia elétrica repassada à CELG

A Eletrobras renegociou, em 2003, os créditos decorrentes do repasse de energia da Itaipu Binacional à CELG, sub-rogados por Furnas à Eletrobras, no montante de R\$ 392.021. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses, contados a partir de janeiro de 2004, e é corrigido pela variação do dólar norte-americano. O saldo em 31 de dezembro de 2009 corresponde a

R\$ 140.554 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 244.924), sendo R\$ 97.106 registrada no ativo não circulante (31 de dezembro de 2008 - R\$ 181.307).

De forma semelhante, a controlada Furnas renegociou, em dezembro de 2003, o montante de R\$ 378.938, relativos a créditos de energia própria, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da CELG e está lastreado em garantia baseada em conta bancária vinculada, sendo o saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2009, correspondente a R\$ 243.235 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 310.557), sendo R\$ 222.554 registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2008 - R\$ 286.097). Parte do direito creditório, no montante de R\$ 258.000, está cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - Furnas II (Vide Nota 23).

b) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei 8.727/93, a controlada Furnas firmou contrato de cessão de crédito com a União, para refinanciamento de dívidas da CELG existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., e montam R\$ 641.004 em 31 de dezembro de 2009, (31 de dezembro de 2008 - R\$ 727.184).

A controlada Eletrosul, no âmbito do mesmo programa de saneamento financeiro, detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R\$ 641.004, em 31 de dezembro de 2009 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 676.230), sendo R\$ 490.718 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2008 - R\$ 547.831), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação regente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais 10 anos. Esta hipótese é possível de ocorrer, uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos Estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

NOTA 11 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, e decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobras.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Furnas	-	251.607	-	-
CHESF	588.428	541.878	-	-
Eletrosul	194.064	135.713	-	-
Eletronuclear	109.632	28.749	-	-
Eletronorte	285.943	-	-	-

Eletropar	552	8.268	-	-
Itaipu	435	14.022	-	-
CEMAR	20.815	48.340	20.815	48.340
CTEEP	195.885	102.156	195.885	102.156
Outros	87.309	82.233	123.908	110.597
	<u>1.483.063</u>	<u>1.212.966</u>	<u>340.608</u>	<u>261.093</u>

NOTA 12 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E IMPOSTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	231.073	749.478	450.655	818.616
Antecipações de IRPJ e CSLL	448.162	663.844	484.327	776.102
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	-	28.880
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	-	-	58.184	293.631
PASEP/COFINS compensáveis	21.790	5.031	89.024	74.308
ICMS a recuperar	-	-	11.616	72.169
Outros	-	-	26.433	18.144
	<u>701.025</u>	<u>1.418.353</u>	<u>1.120.239</u>	<u>2.081.850</u>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	601.235	-	601.235	-
ICMS a recuperar	-	-	862.253	781.341
PIS/COFINS a recuperar	-	102.077	477.596	564.384
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	-	-	242.234	173.062
Provisão para Contingências	552.915	481.718	715.568	481.718
PCLD	-	48.874	190.397	40.874
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	127.888	132.312	127.888	132.312
Ajuste da Lei 11.638/2007-	-	-	-	-

RTT	294.495		294.051	-
Outros	<u>916.711</u>	<u>583.187</u>	<u>1.069.814</u>	<u>613.257</u>
	<u>2.493.244</u>	<u>1.348.168</u>	<u>4.581.036</u>	<u>2.786.948</u>

I – Ativos Fiscais Diferidos

Os Ativos Fiscais Diferidos decorrentes das chamadas diferenças temporárias na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, tem seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem.

Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

Tendo em vista a natureza dos créditos tributários, a expectativa é de os montantes reconhecidos no Ativo não Circulante serão realizados ao longo de sete exercícios (2011 à 2017), quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores.

II – ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Objetivando ressarcir as empresas concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica que possuem geração térmica e que atue no Sistema Isolado, a Lei 10.833/2003, que altera a Lei 8.631/1993, estabeleceu que a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC assumisse esse ônus, na sua integralidade, no ano de 2004 e parcialmente durante os anos de 2005 a 2008.

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído a CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

O Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL regula entre outras questões inerentes ao encerramento das Demonstrações Contábeis de 2008 das concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, a devolução à Conta de Consumo de Combustível - CCC, dos valores equivalentes aos créditos de PIS/PASEP e COFINS tomados sobre o combustível adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 à 2008.

A administração da controlada Amazonas Energia entendia, até o exercício de 2007, que o combustível comprado para fins de geração de energia elétrica, subsidiado pela CCC, não dava direito a créditos na apuração do PIS/PASEP e da COFINS e assim procedia. Diante dos novos fatos, a administração da controlada, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou, em 2008, o crédito tributário das aquisições de óleo

efetuadas pela empresa no período determinado pela ANEEL, apurando um crédito tributário de R\$ 498.171, reconhecendo-o no Ativo não Circulante.

Para evitar eventuais riscos da prescrição de tais créditos reconhecidos sob a égide da Lei 10.637/2002 e 10.833/2003, a administração da controlada, orientada por seus consultores jurídicos, ingressou no judiciário com ação de Protesto Interruptivo de Prescrição junto à União Federal.

A utilização dos créditos fiscais reconhecidos é condicionada a operações futuras que originem débitos fato este que, na opinião da administração da controlada, ocorrerá mesmo na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica e a entrada de Manaus no Sistema Interligado Nacional – SIN. A Lei 12.111/09 estabelece mecanismos que vão possibilitar que a conta de impostos a recuperar decorrente de compra de combustível deixe de sofrer acréscimo e passe a ser realizado nas operações de distribuição em um prazo estimado de aproximadamente 4 anos. A referida Lei se encontra pendente de regulamentação, sendo que os eventuais efeitos decorrentes da determinação das características de regulação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, se houver, serão reconhecidos quando da finalização desse processo.

III – Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS: O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações contábeis, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Contábeis, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 13 – DIREITO DE RESSARCIMENTO – ATIVO REGULATÓRIO**I – Valores Decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico**

O setor elétrico brasileiro foi submetido ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, gerido pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, criada pelo Governo Federal para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar ações para o aumento da oferta de energia e implementar medidas de caráter emergencial durante o período do racionamento de energia elétrica, que vigorou de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

A Lei 10.438/2002 concretizou os instrumentos legais de implementação do Acordo Geral do Setor Elétrico decorrente do programa de racionamento e autorizou a ANEEL a proceder a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, que tem por propósito recuperar os impactos financeiros a que ficaram submetidas às empresas integrantes do Sistema Elétrico Interligado Nacional submetidas ao citado Programa.

Neste cenário, as empresas geradoras de energia elétrica reconheceram créditos relativos à energia livre, perda de receita e parcela A, realizáveis nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, via arrecadação da RTE feita junto aos consumidores finais, com prazo limite estipulado pela ANEEL, prazo esse variável para cada distribuidora.

Foram reconhecidas, no exercício de 2009, perdas decorrentes de energia livre não faturadas pelas distribuidoras, no valor de R\$ 48.195 apresentadas na rubrica Perdas na realização de ativos, do grupo Despesas Operacionais.

Os valores residuais líquidos registrados como ativos regulatórios decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico apresentam-se na conta de Consumidores e Revendedores (vide Anexo I) conforme apresentado abaixo:

	<u>CONSOLIDADO</u>
RTE - Parcela A, Energia Livre e Ressarcimento Gerador	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	97.877
(-) Perdas	(48.195)
(-) Realizado	(9.913)
Saldo a realizar em 31 de dezembro de 2009	<u>39.769</u>
PCLD	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(66.998)
(+) Reversão	52.693
(-) Constituição	(22.711)
Saldo a realizar em 31 de dezembro de 2009	<u>(37.016)</u>
	<u>2.753</u>

Em 12 de janeiro de 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 387/2009, 15 de dezembro de 2009, determinando que as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, realizassem os cálculos necessários à recomposição do valor final da Energia Livre e da Perda de Receita, utilizando a metodologia da referida Resolução, de forma a permitir a apuração dos saldos finais a serem repassados às geradoras.

Tais cálculos foram apresentados pelas distribuidoras à ANEEL em 28 de fevereiro de 2010, que homologará através de Despacho, no prazo de até 90 dias, definindo os valores que deverão ser pagos às geradoras em até 30 dias.

A Administração da Companhia espera que a homologação pela ANEEL resulte em valores a receber mas, contudo, não possui informações suficientes para mensurar e/ou estimar tais valores com razoabilidade, motivo pelo qual não registrou nenhum direito decorrente da edição da citada Resolução, o qual será reconhecido quando da homologação do valor final, pela ANEEL.

II - Valores Decorrente da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Eletrobras a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado, ainda, o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, com o objetivo de regulamentar a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um Ativo Regulatório referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2009, encontra-se incluído o montante equivalente a US\$ 214,989 mil, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo do Ativo Regulatório decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R\$ 1.803.348, equivalentes a US\$ 1,035,693 mil (31 de dezembro de 2008 – R\$ 4.312.809, equivalentes a US\$ 1,845,447 mil).

A metodologia de apuração do Ativo Regulatório foi regulamentada pela Portaria Interministerial MME/MF 313/2007, de 11 de dezembro de 2007.

III - Reembolso da CCC-Isol

Com o advento da Lei 12.111/2009 foi alterada a sistemática de subvenção dos sistemas isolados. A subvenção CCC que outrora subsidiava somente os custos com combustíveis agora passará a reembolsar o montante igual a diferença entre o custo total de energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos a:

I - à contratação de energia e de potência associada;

II - à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;

III - aos encargos e impostos; e

IV - aos investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

Os valores calculados e contabilizados pela Companhia, no exercício de 2009, totalizaram o montante de R\$ 435.385, registrados no Ativo Circulante, tendo como contrapartidas o valor de R\$ 225.611 no Passivo não Circulante e o restante no resultado do exercício.

NOTA 14 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas termonucleares Angra I e Angra II são constituídos de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica “Estoque de Combustível Nuclear”. Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante, na rubrica “Almoxarifado”. Em 31 de dezembro de 2009, o montante das contas de material de almoxarifado no ativo circulante e não circulante e não circulante totaliza R\$ 307.882 mil (R\$ 295.374 mil – 31 de dezembro de 2008)

O recolhimento mensal na despesa operacional é feito de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível, e periodicamente são realizados inventários e

avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

Abaixo, está apresentada a composição, em 31 de dezembro de 2009, do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
NÃO CIRCULANTE		
Estoque de Combustível Nuclear		
Concentrado de urânio	111.199	104.442
Elementos prontos	239.771	146.736
Material de almoxarifado	267.303	259.213
Em curso - combustível nuclear	137.161	214.751
	<u>755.434</u>	<u>725.142</u>

NOTA 15 - ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

I) O Conselho de Administração da Eletrobras aprovou, em outubro de 2009, a capitalização de empresas controladas, no montante de R\$ 11.770.400, correspondente aos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), então existentes, no montante de R\$ 2.945.835 e de parte dos financiamentos concedidos às empresas controladas, no montante de R\$ 9.043.089 .

Tanto a capitalização dos créditos da Eletrobras decorrentes do saldo devedor dos financiamentos concedidos com recursos ordinários, como a integralização dos AFACs, está condicionada ao parecer favorável do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, assim como à celebração do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE a ser firmado pelas empresas, com a Eletrobras, e alteração dos estatutos sociais das empresas controladas.

Após a deliberação acima descrita, a companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas, os quais serão capitalizados em 2010:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Controladas				
Furnas	31.154	31.154	-	-
CHESF	3.018.051	294.397	-	-
Eletrosul	430.144	94.576	-	-
Eletronorte	4.023.201	-	-	-
Eletropar	62.285	62.285	-	-
CGTEE	38.850	-	-	-
CEAL	525.485	235.833	-	-

Cepisa	779.224	494.369	-	-
CERON	1.117.860	718.688	-	-
Eletroacre	180.567	143.320	-	-
Amazonas	1.573.797	-	-	-
	<u>11.780.618</u>	<u>2.074.623</u>	-	-
Provisão para perdas	<u>(1.858.603)</u>	<u>(1.348.368)</u>	-	-
	<u>9.922.015</u>	<u>726.254</u>	-	-
Outros investimentos	<u>4.000</u>	<u>4.027</u>	<u>4.000</u>	<u>4.027</u>
	<u>9.926.015</u>	<u>730.281</u>	<u>4.000</u>	<u>4.027</u>

NOTA 16 – INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Equivalência Patrimonial				
a) Controladas (Anexo III)	39.838.297	39.935.810	-	-
b) Coligadas				
Celpa (b)	396.393	366.953	396.393	366.953
CEEE-GT (b)	494.046	127.368	494.046	127.368
CEMAT (b)	512.872	456.883	512.872	456.883
EMAE (b)	316.815	267.765	316.815	267.765
CTEEP (b)	1.478.447	1.447.818	1.478.447	1.447.818
CEMAR (b)	250.798	197.943	250.798	197.943
Rede Lajeado (b) (d)	380.189	219.806	380.189	219.806
CEB Lajeado (b)	63.291	78.173	63.291	78.173
EDP Lajeado (b) (d)	-	103.771	-	103.771
Paulista Lajeado (b)	23.381	23.380	23.381	23.380
CEEE-D (b)	408.338	9.499	408.338	9.499
Inambari (c)	6.789	-	13.792	-
Baguari(c)	-	-	79.225	61.925

Enerpeixe (b)	-	-	460.072	420.960
STN - Sistema de Transmissão Nordeste (b)	-	-	111.389	112.780
Transleste(c)	-	-	14.539	13.420
Transirapé(c)	-	-	7.262	6.029
Serra do Facão (a)	-	-	137.485	273.713
Retiro Baixo(b)	-	-	99.920	67.188
Transudeste	-	-	9.986	8.500
Centroeste de Minas(b)	-	-	16.060	6.514
Chapecoense (b)	-	-	259.545	270.855
Etau(b)	-	-	12.485	12.487
Artemis(b)	-	-	72.226	68.142
Uirapuru(b)	-	-	22.522	20.212
Energia Sustentável (b)	-	-	202.389	100.004
Estação Transmissora de Energia(a)	-	-	208.786	-
Intesa (a)	-	-	96.331	91.566
Energetica Águas da Pedra(b)	-	-	123.421	123.970
AETE(b)	-	-	28.143	25.200
Brasnorte(b)	-	-	89.009	39.600
Amapari (c)	-	-	39.558	41.423
Outros	-	-	342.246	178.716
	4.331.358	3.299.359	6.770.960	5.242.563
c) Custo de aquisição				
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300
EATE	12.509	16.960	12.509	16.960
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738

Elejor	-	9.829	-	9.829
CDSA	11.802	11.801	11.802	11.801
Celesc	28.242	28.241	28.242	28.241
CESP	269.680	268.679	269.680	268.679
Coelce	15.329	15.328	15.329	15.328
Saelpa	11.272	11.272	11.272	11.272
AES Tietê	23.046	23.046	23.046	23.046
Eletropaulo	-	-	31.728	31.728
Energias do Brasil	-	-	7.850	7.850
CPFL Energia	-	-	3.364	3.364
Outros	34.956	37.355	181.862	201.166
	431.874	447.549	621.722	654.302
	44.601.529	43.682.718	7.392.683	5.896.865
Provisão para perdas em investimentos	(576.536)	-	(576.536)	-
TOTAL	44.024.993	43.682.718	6.816.146	5.896.865

- (a) Demonstrações Contábeis auditadas pelos mesmos auditores independentes.
 (b) Demonstrações Contábeis auditadas por outros auditores
 (c) Parecer dos auditores independentes relativos às Demonstrações Contábeis não disponíveis até a data de encerramento (substancialmente empresas que se encontram pré-operacionais).
 (d) Rede Lajeado incorporou a EDP Lajeado

A Eletrobras tem diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré (vide Nota 27), nas quais foram oferecidos em garantia, para os recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,73 % do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

Investimentos	Valor do Investimento	Percentual de Bloqueio	Investimento Bloqueado
CTEEP	1.478.447	88,93%	1.314.783
EMAE	316.815	100,00%	316.815
CESP	269.680	95,82%	258.407

AES Tiete	23.046	89,22%	20.562
Coelce	15.328	100,00%	15.328
Duke	3.344	62,48%	2.089
Cemat	512.872	86,64%	444.352
CEB	3.528	50,00%	1.764
CELPA	396.393	5,31%	21.048
CELPE	4.689	70,32%	3.297
CELESC	28.241	15,24%	4.304
CEEE-GT	494.046	87,39%	431.747
Totais	<u>3.546.428</u>		<u>2.834.496</u>
Outros Investimentos	<u>40.478.564</u>		<u>-</u>
	<u>44.024.992</u>	6,73%	<u>2.834.496</u>

I – CEEE – CRC

A investida CEEE (atualmente denominada CEEE-D e CEEE-GT) ingressou em março de 1993 com Ação Ordinária contra a União Federal, pleiteando o reconhecimento na Conta de Resultados a Compensar – CRC, de determinados gastos decorrentes do custo do serviço de 1981 a 1993, cuja decisão favorável transitou em julgado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em 31 de março de 2009.

Na referida decisão foi reconhecido o direito da Concessionária registrar custos do serviço para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar – CRC e Reserva Nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR.

Conforme decisão judicial datada de Novembro de 2009, a apuração dos valores foi determinada na forma prevista na Lei 8.631/1993, com as alterações da Lei nº 8.724/1993. Com base na decisão transitada em julgado e, amparada em parecer jurídico independente e com valores quantificados através de cálculo pericial, a investida reconheceu contabilmente o ativo correspondente, a valor de face, em contrapartida ao resultado do exercício de 2009 tendo sua realização avaliada ao amparo do parágrafo nono, do artigo sétimo, da Lei 8.631/1993.

A administração da Eletrobras entende, contudo, que o citado crédito de CRC deveria ter sido reconhecido pelo seu valor presente, considerando para tal o prazo de vencimento das concessões da CEEE-D e CEEE-GT, ambas encerrando em 2015. Dessa forma, na determinação da avaliação pela equivalência patrimonial dessas investidas, na data-base de 31 de dezembro de 2009, a administração da Eletrobras ajustou o patrimônio líquido das investidas, no montante de R\$ 222.996 e R\$ 149.168, respectivamente, mediante adoção de ajuste a valor presente.

As informações referentes aos investimentos em parcerias estão descritas abaixo:

2009	ATIVO			(Empréstimos e Financiamentos)	PASSIVO			Resultado do período
	Imobilizado	Outros	Total		Outros	Patrimônio Líquido	Total	
Energética Águas da Pedra S.A.	625.233	94.598	719.831	459.362	9.711	250.758	719.831	(2.242)
Amapari Energia S.A.	73.216	49.649	122.865	41.435	(539)	81.430	122.326	(3.106)
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. - AETE	93.742	18.927	112.669	55.235	(1)	57.435	112.669	16.320
ARTEMIS	251.299	50.197	301.496	121.972	32.126	147.398	301.496	18.609
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	625.233	94.598	719.831	218.314	250.759	250.758	719.831	2.242
ENERPEIXE	1.750.295	148.591	1.898.886	695.691	53.014	1.150.181	1.898.886	121.026
ESBR PARTICIPAÇÕES	2.181.955	743.098	2.925.053	1.805.651	107.459	1.011.943	2.925.053	(10.169)
ESTAÇÃO	239.959	19.958	259.917	-	1.494	258.423	259.917	(981)
ETAU	106.176	13.965	120.141	54.443	20.280	45.418	120.141	16.929
Integração Transmissora de Energia S.A.	543.778	25.492	569.270	347.706	27.025	194.539	569.270	11.090
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	91.522	13.059	104.581	13	1.369	103.199	104.581	-
Manaus Construtora Ltda.	-	15.864	15.864	-	5.926	9.938	15.864	9.938
Manaus Transmissora de Energia S.A.	229.165	399.430	628.595	457.309	170.402	884	628.595	883
NORTE BRASIL	4.420	58.535	62.955	-	2.458	60.497	62.955	(1.502)
PORTO VELHO	61.196	3.951	65.147	-	767	64.380	65.147	(193)
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	475.500	41.698	517.198	252.979	36.893	227.326	517.198	50.253
TRANSIRAPE	66.404	5.907	72.311	36.869	5.801	29.641	72.311	6.597
TRANSLESTE	112.560	12.236	124.796	57.800	6.417	60.579	124.796	12.899
TRANSUDESTE	78.628	6.285	84.913	39.932	5.035	39.946	84.913	7.800
UIRAPURU	92.442	15.518	107.960	50.640	11.356	45.964	107.960	7.799

2008	ATIVO			PASSIVO			Resultado do período	
	Imobilizado	Outros	Total	(Empréstimos e Financiamentos)	Outros	Patrimônio Líquido		Total
Energética Águas da Pedra S.A.	446.480	108.360	554.840	286.806	15.034	253.000	554.840	
ARTEMIS	268.836	44.093	312.929	142.959	23.429	146.541	312.929	11.059
ENERPEIXE	1.777.059	151.981	1.929.040	809.079	67.561	1.052.400	1.929.040	130.668
ESBR PARTICIPAÇÕES	160.017	98.879	258.896	-	8.886	250.010	258.896	
ETAU	109.214	10.407	119.621	64.083	10.966	44.572	119.621	5.264
Integração Transmissora de Energia S.A. Manaus	558.275	20.832	579.107	362.982	30.521	185.604	579.107	2.016
Transmissora de Energia S.A. STN-Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	537.258	537.258	405.397	109.326	22.535	537.258	
TRANSIRAPE	485.874	47.270	533.144	266.275	36.704	230.165	533.144	44.918
TRANSIRAPE	67.026	5.536	72.562	43.051	4.900	24.611	72.562	1.087
TRANSLESTE	115.263	10.565	125.828	64.483	5.429	55.916	125.828	7.643
TRANSUDESTE	79.619	6.934	86.553	46.703	5.882	33.998	86.583	2.165
UIRAPURU	94.961	15.315	110.276	59.614	9.413	41.249	110.276	1.975

Ao longo dos últimos anos, a Eletrobras firmou investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista minoritário, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo - Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, em consonância com a intenção do Governo Federal em atrair novos capitais na forma estabelecida pela Lei 10.438/2002, as empresas controladas pela Eletrobras participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo - Investimentos, avaliados pelo Custo de Aquisição ou Equivalência Patrimonial, quando aplicável.

I. STN – Refere-se à Sociedade de Propósito Específico criada pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, para exploração da concessão de linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina (PI) - Sobral e Fortaleza (CE). O capital da empresa Sistema de Transmissão Nordeste é distribuído na seguinte proporção: Alusa 51% e Chesf 49%. O empreendimento foi concluído em dezembro de 2005 e a operação comercial iniciada em janeiro de 2006.

II. Manaus Construtora Ltda. – Sociedade de Propósito Específico, criada em 06 de abril de 2009, da qual a Companhia é sócia com 195 quotas, em conjunto com a Abengoa Holding, com 505 quotas, e a Eletronorte, com 300 quotas. Esta empresa tem como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri, subestação Itacoatiara 500/138 kV e SE 500/230 kV, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

III. Consórcio Nordeste de Transmissão de Energia – Sociedade de Propósito Específico, através do Consórcio Nordeste, que obteve a concessão do Lote C do Leilão nº 005/2009 ANEEL, para construção, montagem, operação e manutenção das instalações de transmissão, por um prazo de 30 anos, da linha de transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, localizada no estado do Maranhão; da subestação Pecém II, em 500 kV, localizada no estado do Ceará; e da subestação Aquiraz II, em 230 kV, localizada no estado do Ceará. Na composição acionária do consórcio a Chesf possui 49% e a ATP Engenharia Ltda 51%.

IV. Central Geradora Eólica Areia Branca – Sociedade de Propósito Específico que obteve a concessão de geração no leilão 03/2009, ANEEL, na modalidade de Energia de Reserva (LER) – Fonte Eólica, em consórcio formado pela Chesf, com 49%, e Martifer Renováveis Geração de Energia e Participações, com 51%, para a implantação da Central Geradora Eólica Areia Branca, tendo sido negociados 11 MW médios, com potência instalada de 27,3 MW, situada no Município de Areia Branca(RN). Contratos de compra e venda com vigência de 20 anos e com início de suprimento a partir de 1º de julho de 2012.

V. Central Geradora Eólica Mar e Terra - Sociedade de Propósito Específico, para a exploração de concessão no leilão 03/2009, ANEEL, na modalidade de Energia de Reserva (LER) – Fonte Eólica, em consórcio formado pela Chesf, com 49%, e, Martifer Renováveis Geração de Energia e Participações, com 51%, para a implantação da Central Geradora Eólica Mar e Terra, tendo sido negociados 8 MW médios, com potência instalada de 23,1 MW, situada no Município de Areia Branca(RN). Contratos de compra e venda com vigência de 20 anos e com início de suprimento a partir de 1º de julho de 2012.

VI. Artemis Transmissora de Energia - Sociedade cujo objetivo é a exploração de linhas de transmissão em 525 kV, ligando Salto Santiago - Ivaiporã e Ivaiporã - Cascavel D'Oeste, onde a controlada Eletrosul participa com 49% das ações do capital social, com início de suas operações em outubro de 2005.

VII. Uirapuru Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico, constituída em 2004, para a construção, operação e manutenção de 120 Km de linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR), com concessão por 30 anos. A Eletrosul possui 49% das ações representativas do capital social da Uirapuru, ficando a empresa Cymi Holding S.A. com 51%. A linha de transmissão entrou em operação em 2006.

VIII. ETAU - Empresa Transmissora do Alto Uruguai - Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, operação e manutenção de 187 Km de linha de Transmissão 230 kV, Campos Novos (SC) - Barra Grande (SC) - Lagoa Vermelha (RS)

- Santa Marta (RS), com concessão por 30 anos. A Eletrosul possui 27,4% das ações do capital social da ETAU, ficando as empresas Terna Participações S.A. com 52,6%, DME Energética Ltda com 10% e Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com 10%. A linha de transmissão entrou em operação em 2005.

IX. Energia Sustentável do Brasil - Sociedade de Propósito Específico que tem por objetivo a exploração da concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, (RO), com potência instalada mínima de 3.300 MW, e entrada em operação prevista para 2013. O Sistema Eletrobras possui participação de 40% do capital da empresa (Chesf - 20% e Eletrosul 20%) juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda. (50,1%) e Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. (9,9%). O prazo de concessão do empreendimento é de 35 anos.

X. Norte Brasil Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico, que tem por objetivo a construção, implantação e operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão coletora Porto Velho – Araraquara, trecho 02, em Corrente Contínua, em cerca de 600 KV, com concessão por 35 anos. O Sistema Eletrobras possui participação de 49% das ações do capital social (Eletrosul possui 24,5% e Eletronorte 24,5%), ficando a Andrade Gutierrez Participações 25,5% e Abengoa Concessões Brasil Holding S/A com 25,5%.

XI. Estação Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico, que tem por objetivo a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Estação Refitricadora nº 1 corrente alternada/corrente contínua, e Estação Inversora nº1 corrente contínua/corrente alternada, 600/500 KV – 2950 MW com concessão por 35 anos. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Eletrosul 24,5% e Eletronorte 24,5%), ficando a Andrade Gutierrez Participações com 25,5% e Abengoa Concessões Brasil Holding S/A com 25,5%.

XII. Porto Velho Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico, que tem por objetivo a implantação, operação e manutenção de Linha de Transmissão Coletora Porto Velho (RO), Subestação Coletora Porto Velho (RO), em 500/230 KV, e duas estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back, em 400 MW, bem como demais instalações, com concessão por 35 anos. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Eletrosul 24,5% e Eletronorte 24,5%), ficando a Andrade Gutierrez Participações com 25,5% e Abengoa Concessões Brasil Holding S/A com 25,5%.

XIII. Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, operação e manutenção de 2 linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó (MT) - Cuiabá (MT), com extensão de 25 km e Cuiabá (MT) - Rondonópolis (MT) com extensão de 168 km, tendo entrado em operação comercial em agosto de 2005. A Eletronorte participa com 49% do capital social da AETE.

XIV. Intesa - Integração Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, implantação, operação e manutenção de linha de Transmissão de Energia Elétrica em 500kV, no trecho Colinas - Serra da Mesa 2, 3º

circuito, com prazo de concessão de 30 anos. O capital da Intesa distribui-se em: o Sistema Eletrobras com 49% (Chesf - 12% e Eletronorte - 37%) e Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia - FIP, com 51%. O início da operação comercial da Intesa teve início em 2008.

XV. Energética Águas da Pedra - Sociedade de Propósito Específico que tem origem no Consórcio Aripuanã, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada, para implantação da UHE Dardanelos. O Sistema Eletrobras participa com 49% (Chesf - 24,50% e Eletronorte - 24,50%) juntamente com a Neoenergia S.A. que detem 51%. A Usina será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW, e energia assegurada total de 154,9 MW médios. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 à 2041, com prazo de concessão de 35 anos.

XVI. Amapari Energia – Sociedade de Propósito Específico constituída em 2007 em parceria entre a MPX Energia S.A. e Eletronorte, que tem por objeto estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), com capacidade instalada inicial de 23,33 MW. Trata-se de uma usina termelétrica (UTE) a óleo diesel, no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá. A participação da Eletronorte é de 49% e da MPX Energia é de 51%.

XVII. Brasnorte Transmissora de Energia - Sociedade de Propósito Específico criada em 2007, com o objetivo de explorar a concessão de Linha de Transmissão Juba – Jauru, 230 kV, com 129 Km de extensão; Linha de Transmissão Maggi – Nova Mutum, 230 kV, com 273 Km de extensão; Subestação Juba, 230/138 kV e Subestação Maggi, 230/138 kV. A participação da Eletronorte no capital social da referida Sociedade é de 49,71%, Terna Participações S/A 38,70% e Bimetal Ind. E Com. de Produtos Metalúrgicos LTDA é de 11,62%.

XVIII. Manaus Transmissora de Energia – Sociedade de Propósito Específico, criada em 2008 pelo Consórcio Amazônia, com participação de 30% da Eletronorte, Abengoa Concessões Brasil Holding com 50,50% e a Chesf com 19,50%, com a finalidade de construção, operação e manutenção das instalações das Linhas de Transmissão Oriximiná (PA)/Itacoatiara(AM), circuito duplo, 500KV, com extensão de 374 KM, LT Itacoatiara(AM)/Cariri(AM), circuito duplo 500KV, com extensão de 212 Km, Subestação Itacoatiara em 500/230 KV, 1.800MVA.

XIX. Enerpeixe - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico denominada Enerpeixe S.A., que tem como objetivo a construção e operação da UHE Peixe Angical, localizada no rio Tocantins, cuja capacidade de geração é de 452 MW, sendo a participação de Furnas de 40% do capital social da referida sociedade, tendo o início de operação ocorrido em maio de 2006.

XX. Transleste – Sociedade de Propósito Específico criada em 2003, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Montes Claros (MG) - Irapé (MG), na tensão de 345 kV, com 150 km de extensão. A participação da controlada Furnas na sociedade corresponde a 24% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2005.

XXI. Transudeste - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG), na tensão de 345 kV, com 140 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 25% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2007.

XXII. Transirapé - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de construção, operação e manutenção das instalações da linha de transmissão de energia elétrica Irapé (MG) - Araçuaí (MG), na tensão de 230 kV, com 65 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 24,5% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em maio de 2007.

XXIII. Chapecoense - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico denominada Chapecoense Geração S.A., que tem por objetivo construir e explorar a UHE Foz do Chapecó, localizada no rio Uruguai. A participação acionária de Furnas é de 49,9% do Capital Social da empresa que irá gerir a Usina, com potência de 855 MW, que será operada pelo consórcio Chapecoense composto pela CPFL (51%), Chapecoense, (40%), e CEEE-GT (9%), cabendo à Furnas o desempenho das atividades de engenharia do proprietário, na forma de serviço. A entrada em operação da primeira máquina está prevista para agosto de 2010.

XXIV. Serra do Facão – Sociedade de Propósito Específico constituída com a finalidade de construção e operação da UHE Serra do Facão, com potência instalada de 210 MW, localizada no rio São Marcos, no Estado de Goiás. A participação acionária de Furnas no consórcio, é de 100%. A entrada em operação comercial da primeira máquina está prevista para maio de 2010.

XXV. Retiro Baixo – Sociedade de Propósito Específico, denominada Retiro Baixo Energética S.A., criada com o objetivo de implantar e gerir a UHE Retiro Baixo, com potência instalada de 82 MW, localizada no Rio Paraopeba, nos municípios mineiros de Curvelo e Pompeu. A participação de FURNAS corresponde a 49% do capital social e as obras tiveram início em março de 2007, com entrada em operação comercial da primeira máquina em 2009.

XXVI. Baguari Energia – É uma Sociedade de Propósito Específico, constituída com o objetivo de implantar e explorar a UHE Baguari, localizada no rio Doce, no Estado de Minas Gerais, com capacidade de 140 MW e previsão de implantação para 2009. A participação de Furnas corresponde a 30,61% do capital social e o saldo do investimento em 31 de dezembro de 2009 está integralmente registrado como adiantamento para futuro aumento de capital.

XXVII. Centroeste de Minas - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Furnas (MG) - Pimenta (MG), na tensão de 345 kV, com 75 km de extensão. A participação de Furnas na sociedade corresponde a 49% do capital social.

XXVIII. Consórcio MESA – Sociedade de Propósito Específico constituída em 2007 com o objetivo de construir e operar o projeto de construção da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, (RO). O capital social do Consórcio MESA tem participação de Furnas

(39%), Odebrecht Investimentos (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), Cemig (10%), Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia (20%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%).

XXIX. IE Madeira – Sociedade de Propósito Específico criada com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional, LT Coletora Porto Velho – Araraquara, trecho 01, em CC, 600 KV, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 KV/+ 600 KV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA, 600 KV/5020KV – 2.950. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Furnas 24,5% e Chesf 24,5%) e a CTEEP 31%.

XXX. IGESA – Sociedade de Propósito Específico criada em 2008, que tem por objetivo os estudos de viabilidade técnico-econômica, ambiental e jurídico, implantação e exploração do aproveitamento hidroelétrico Inambari (Peru), no rio Inambari e do sistema de Transmissão de Uso Exclusivo, interligando o Peru ao Brasil, bem como a importação e exportação de bens e serviços. O Sistema Eletrobras possui 49% das ações do capital social (Furnas 19,6% e Eletrobras 29,4%) a empresa encontra-se em fase de pré-operacional.

XXXI. Transenergia – Sociedade de Propósito Específico criada com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção de linha de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional Lote C, do Leilão nº 008/2008-ANEEL. A participação de Furnas na Sociedade corresponde a 49% do Capital Social.

XXXII. Eletronet – as controladas Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul (empresas cedentes) identificaram a necessidade de associação com a iniciativa privada e, também, com uma empresa do Sistema Eletrobras – Eletropar, que intermediasse e, conseqüentemente, atuasse como preposta, em seus nomes e sob a orientação das mesmas, objetivando seus interesses negociais pelo uso de suas infra-estruturas de transmissão, perante o sócio privado.

A Eletropar participa minoritariamente com 49% do capital social da Eletronet S.A. - Eletronet e atua como preposta dos interesses das empresas cedentes de energia elétrica controladas pela Eletrobras junto à Eletronet, cabendo a ela repassar os rendimentos do negócio às referidas empresas cedentes, sendo remunerada a título de administração e ressarcimento de suas despesas por conta desse empreendimento.

A Eletropar, a partir de 20 de setembro de 2002, assumiu a administração da Eletronet, em razão do inadimplemento do acionista majoritário - AES Bandeirante Empreendimentos Ltda. em aportar à correção monetária da quarta parcela do capital social.

O Conselho de Administração da Eletronet, em 2003, decidiu pela confissão da falência da empresa, em razão de terem sido esgotadas todas as possibilidades de manutenção de sua continuidade, eis que nenhum posicionamento concreto indicava uma solução definitiva.

Na Assembléia Geral Extraordinária da Eletronet, em abril de 2003 foi aprovada a confissão de falência da Companhia com pedido liminar de continuação do negócio e autorizados os administradores a tomarem as medidas judiciais cabíveis.

Em maio de 2003, a Eletronet, requereu ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro a declaração de sua falência com pedido liminar de continuação de negócio, tendo a 5ª Vara Empresarial decretado a falência na forma requerida. Nesta condição, a Eletronet continuou com suas operações sob a administração do Poder Judiciário.

Em junho de 2006, a Eletropar e a Massa Falida receberam Notificação Extrajudicial das empresas cedentes, rescindindo unilateralmente o Contrato firmado com a Eletropar em 1999, e seus respectivos Termos Aditivos, que estabeleciam as condições que permitiam a esta transferir à Eletronet o direito de acesso e uso de cabos e infraestrutura, bem como de ser reembolsada de 50% dos custos incorridos na administração dessa estrutura. Ressalta-se, entretanto, que esta rescisão não compromete o recebimento dos créditos correspondentes aos reembolsos devidos e cobrados até 31 de dezembro de 2006.

As empresas cedentes, baseadas em previsões contratuais, pleitearam, dentre outras: a) a imissão na posse dos bens que compõem a infra-estrutura implantada para prestação de serviços de telecomunicações; b) o exercício do direito a reivindicar os cabos ópticos; e c) a determinação, para fins de manutenção de serviço essencial ao sistema integrado nacional de transmissão de energia elétrica, bem como a não-interrupção nos serviços prestados pelos empregados da Eletronet.

Na mesma data, as empresas cedentes protocolaram, perante a 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, petição requerendo decisão em caráter liminar sobre o assunto, a qual foi concedida, em 14 de janeiro de 2008, em caráter definitivo, pendente apenas, para sua efetivação, a disponibilização, na conta-corrente da Massa Falida, da quantia de R\$ 380.000 mil, apurada pericialmente. Em face desta decisão, ingressaram com recurso de agravo de instrumento as empresas cedentes, a LT Bandeirantes Empreendimentos Ltda. (sucessora da AES Bandeirantes Empreendimentos Ltda. e sócia da Eletropar na Eletronet) e a Massa Falida.

Releva salientar a existência de manifestação da 5ª Promotoria de Massas Falidas, datada de 09 de maio de 2007, a fl. 4.781 dos autos da falência, que declara não haver na falência deferida qualquer indício de crime falimentar, pelo que, além da prescrição da pretensão punitiva, ocorrida em 15 de maio de 2007, tornou-se desnecessária a instauração de inquérito judicial.

II) Avais Concedidos A Partes Relacionadas

O total dos avais concedidos pela Companhia em favor das sociedades controladas e exposto conforme abaixo:

		CONTROLADORA	
		31/12/2009	31/12/2008
Eletrosul/Chesf	UHE Jirau	7.273.395	-
Eletrosul	UHE Mauá	364.834	-
Eletrosul	UHE Passo de São	183.330	183.330

Furnas/Eletronorte	UHE Santo	6.638.593	-
Furnas	UHE Simplício	1.034.410	1.034.410
Eletronorte	Subestação	47.531	-
CGTEE	Operações CCEE	12.500	-
		<u>15.554.593</u>	<u>1.217.740</u>

III - O Conselho de administração da Eletrobras aprovou em outubro a participação da Companhia na Centrais Hidroelétricas de Centroamérica- CHC, com o objetivo de elaborar e desenvolver os estudos de viabilidade e projeto básico da UHE TUMARIN, na Nicarágua.

Tal operação está condicionada à conclusão de determinação do valor dos direitos e obrigações a serem utilizados pela Construtora Queiroz Galvão para a integralização de suas ações e à aceitação, pela Construtora Queiroz Galvão e pela CHC, do resultado do valor estabelecido. Na hipótese do valor aferido ser inferior àquele informado pela Construtora Queiroz Galvão, a diferença a ser aportada para integralização das ações por esta última deverá ser realizado em dinheiro.

A Eletrobras terá a participação de 50% no capital da CHC.

NOTA 17 – IMOBILIZADO

O valor do imobilizado, cujo detalhamento está demonstrado no Anexo IV e IV-A, é retificado pelas obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, que representam os valores recebidos da União, dos Estados, dos Municípios e de consumidores, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, sendo seu vencimento vinculado ao final da respectiva concessão, e são constituídos dos seguintes elementos:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Participação da União	933.628	744.613
Amortização	375.395	82.416
Contribuições de consumidores	65.607	62.672
Doações e subvenções - investimentos	213.519	291.079
Outras	180.562	168.469
	<u>1.768.711</u>	<u>1.349.249</u>

a) Participação da União - Refere-se aos recursos recebidos do Governo Federal para aplicação em obras prioritárias de geração e transmissão de energia elétrica.

b) Amortizações - Provenientes das Reservas para Amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/57, que foram aplicadas, até aquele ano, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

c) Contribuições de consumidores - Referem-se aos recursos recebidos para viabilizar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, não previstos no planejamento da expansão dos serviços.

d) Doações e subvenções - Doações, não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador, e subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica.

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

I) Prorrogação da concessão da Usina Hidrelétrica de Samuel – UHE Samuel

O Decreto nº 83.975, de 14 de setembro de 1979, outorgou a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte a concessão para aproveitamento da energia elétrica hidráulica de um trecho do Rio Jamari, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com prazo de 30 anos, cujo término ocorreu em setembro de 2009.

Em 18 de julho de 2006, a Eletronorte encaminhou à ANEEL pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Samuel e da conseqüente assinatura do contrato de concessão.

Em 11 de março de 2010 a concessão da UHE Samuel foi prorrogada por mais vinte anos. Tal prorrogação ainda depende de assinatura do contrato de concessão entre a Eletronorte e a ANEEL.

II) Valor recuperável de ativos de Longa Duração

A administração da Companhia e de suas controladas, avaliou em 31 de dezembro de 2009, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena, em consonância ao Pronunciamento CPC 01 - redução ao valor recuperável de ativos.

A administração da Companhia, amparada em opinião de consultor jurídico independente, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o valor contábil. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil do bem e não o prazo da concessão.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que reflete as condições de mercado, valor do dinheiro corrente no tempo e riscos específicos tomando por base os segmentos de negócio de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

No exercício de 2008 a companhia registrou montante de R\$ 770.231 como provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Este montante é representado,

substancialmente, pela provisão realizada na UHE Samuel em virtude da mesma estar com o prazo de concessão vencido. Conforme detalhado acima, a ANEEL prorrogou por mais 20 anos a concessão da UHE Samuel. A renovação criou condição para que a controlada Eletronorte revertesse em 2009 a provisão constituída no exercício anterior.

NOTA 18 – INTANGÍVEL

Estão registrados os gastos específicos com a formação ou aquisição de direitos, inclusive sobre softwares, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando cabível e amortizados pelo método linear.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Em serviço	61.114	61.114	518.137	357.822
(-) Reintegração	(9.260)	(7.408)	(132.830)	(78.388)
Em curso	-	-	141.457	96.377
	<u>51.854</u>	<u>53.706</u>	<u>526.764</u>	<u>375.811</u>

NOTA 19 - FORNECEDORES

Inclui, principalmente, a energia comprada de Itaipu Binacional (vide Nota 8, item II), e tem a seguinte composição:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	100.544	206.241	1.672.582	1.170.045
Energia Comprada para Revenda	1.409.363	1.445.709	1.778.466	1.379.546
CCEE - Energia de curto prazo	-	24.121	20.686	44.976
	<u>1.509.907</u>	<u>1.676.071</u>	<u>3.471.734</u>	<u>2.594.567</u>

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
ALBRÁS	-	-	39.292	37.778
PROINFA	24.108	15.381	24.108	15.381
	<u>24.108</u>	<u>15.381</u>	<u>63.400</u>	<u>53.159</u>
NÃO CIRCULANTE				
ALBRÁS	-	-	978.980	1.018.488
	<u>24.108</u>	<u>15.381</u>	<u>1.042.380</u>	<u>1.071.647</u>

I - ALBRÁS

A controlada Eletronorte venceu o leilão de compra de energia elétrica realizado pela ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço compatível com a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra.

Com base nestas condições, a ALBRÁS, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

A operação ocorreu da seguinte forma:

Adiantamentos Recebidos	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	250.000
2007	150.000	150.000
Total	1.200.000	1.200.000
Amortizações	(181.728)	(143.734)
Total do passivo	1.018.272	1.056.266

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base em novas fontes.

O Programa assegura à Eletrobras a compra da energia elétrica a ser produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, que será repassada às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Eletrobras o valor anual da quota de custeio correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

Adicionalmente, para fazer face às necessidades de pagamentos aos empreendedores de geração do PROINFA, no primeiro ano de funcionamento do Programa as concessionárias de distribuição e de transmissão, além das quotas relativas ao exercício corrente, anteciparam o pagamento de um duodécimo da quota anual, considerando a contratação plena de todos os empreendimentos inseridos no PROINFA.

NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos, incluindo encargos, cujos recursos são destinados ao programa de investimentos do Sistema Eletrobras, está apresentado no Anexo V (vide Nota 43).

I – Fundo de investimentos em direitos Creditórios – FIDC:

As Demonstrações Contábeis, nos termos da Instrução CVM 408/2004, dadas as características dos fundos, consideram o saldo de recebíveis como parte integrante do ativo, mantidos nas rubricas de origem, e o montante dos patrimônios dos FIDC's refletido como financiamentos e empréstimos a pagar de curto e longo prazo, cujo saldo total em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 71.671 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 311.907), vide Anexo V.

II - Contratos obtidos pela Eletrobras:

A Eletrobras possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, KFW e EXIMBANK, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo;

Nos contratos tipo A/B Loan, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Eletrobras possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais mencionamos: existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos;

A Eletrobras concluiu em 2009 uma operação de emissão de bônus, no valor de US\$ 1,000,000 no mercado internacional de capitais.

Os títulos foram emitidos com prazo de 10 anos, com vencimento em 30 de julho de 2019, com resgate total na data do vencimento e com cupom de juros semestrais à taxa de 6,875% a.a., possibilitando um “yield”, para os investidores que compraram os referidos bônus na data do lançamento, de 7,0% a.a. O preço de emissão foi de 99,112% do valor de face, cujo 60% das ofertas foram originadas dos Estados Unidos, 30% na Europa e 10% na Ásia.

Os recursos obtidos nesta operação junto ao mercado internacional compõem o fundo de financiamento às controladas, visando assegurar o cumprimento do programa de investimentos do Sistema Eletrobras.

Não há no passivo da Eletrobras contratos com cláusulas de índices financeiros.

Estão sendo desenvolvidas negociações com outras entidades multi-laterais, tais como Banco Europeu de Investimentos e Agência Francesa de Desenvolvimento, com vistas à obtenção de novas linhas de financiamento.

NOTA 22 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobras.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2009, a R\$ 140.299 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 215.071), dos quais R\$ 127.358 no não circulante (31 de dezembro de 2008 - R\$ 129.866).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a administração da Eletrobras esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobras. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962. A esses títulos, portanto, não se aplicam os dispositivos da Lei 6.404/1976 nem da Lei 6.385/1976.

A Comissão de Valores Mobiliários, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que “as obrigações emitidas pela Eletrobras em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários”.

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobras em suas Demonstrações Contábeis, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais (vide Nota 27) pleiteando o resgate desses títulos.

Além disso, a inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se os aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA	
	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	12.941	85.205
NÃO CIRCULANTE		
Créditos Arrecadados	127.358	129.866
	<u>140.299</u>	<u>215.071</u>

NOTA 23 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO

Fundo criado pelo Governo Federal para cobertura de gastos com indenizações de reversões de concessões do serviço público de energia elétrica. Os recursos, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam são aplicados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço daquelas entidades (vide Nota 4, item I.k).

As concessionárias recolhem suas quotas anuais de RGR, em duodécimos, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobras, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, não refletidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Eletrobras.

Contudo, a Eletrobras toma recursos junto à RGR para aplicação em projetos específicos de investimento, por ela financiados, em especial:

I - expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;

II - incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;

III - estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;

IV - implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

V - iluminação pública eficiente;

VI - conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;

VII - universalização de acesso à energia elétrica;

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR, com juros de 5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, utilizados em diversos investimentos totaliza R\$ 7.656.946 (31 de dezembro de 2008 – R\$ 7.193.770).

NOTA 24 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada de uso restrito, e às quotas não quitadas pelos concessionários.

NOTA 25 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Imposto de Renda				
Passivo circulante	160.845	928.955	343.945	1.041.225
Passivo não circulante	-	694.031	128.830	1.187.824
Contribuição Social	-	-	-	-
Passivo circulante	59.748	343.291	119.216	417.942
Passivo não circulante	-	249.851	46.379	428.870
PASEP e COFINS	-	-	-	-
Passivo circulante	801	69.366	104.957	186.139
Passivo não circulante	-	-	29.995	38.639
ICMS	-	-	-	-

Passivo circulante	-	-	83.570	93.940
Passivo não circulante	-	-	21.053	45.764
PAES	-	-	-	-
Passivo circulante	-	-	133.405	129.140
Passivo não circulante	-	-	883.458	958.697
OUTROS				
Passivo circulante	15.166	22.242	340.558	207.340
Passivo não circulante	-	-	45.695	53.870
Total	<u>236.560</u>	<u>2.307.736</u>	<u>2.281.062</u>	<u>4.789.390</u>
Passivo circulante	<u>236.560</u>	<u>1.363.854</u>	<u>1.125.652</u>	<u>2.075.726</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>943.882</u>	<u>1.155.410</u>	<u>2.713.664</u>

a) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infra-estrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A controlada Chesf obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido até o exercício de 2017.

Neste exercício, os incentivos fiscais acima mencionados totalizaram R\$ 163.153 (R\$ 343.251, em 31 de dezembro de 2008), com registro no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os montantes de IRPJ e CSLL apresentados nos exercício de 2009, e aqueles apurados com base nas alíquotas nominais, é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA			
	31/12/2009		31/12/2008	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(1.069.028)	(1.069.028)	8.481.396	8.481.396
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(267.257)	(96.213)	2.120.349	763.326
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(25.967)	(9.348)	(22.161)	(7.978)
Equivalência patrimonial	(551.488)	(218.229)	(57.028)	(20.530)

Provisão de JCP	(185.377)	(66.736)	(428.814)	(154.373)
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	264.162	95.098	71.985	25.915
Demais adições (exclusões)	(166.566)	(38.633)	16.428	14.780
Total da despesa de IRPJ e CSLL	<u>(932.493)</u>	<u>(334.061)</u>	<u>1.700.759</u>	<u>621.140</u>

Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Ceal optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES, em 31 de dezembro de 2009, está assim discriminado:

	CONSOLIDADO
Saldo PAES em 31 de dezembro de 2008	<u>1.087.837</u>
Atualização monetária	123.315
Redução de acréscimos moratórios - Lei 11.941/2009	(9.713)
Crédito Tributário-Utilização de prejuízo fiscal-Lei 11.941/2009	(10.003)
Pagamentos efetuados	<u>(174.573)</u>
Saldo PAES em 31 de março de 2009	<u>1.016.863</u>

NOTA 26 – TAXAS REGULAMENTARES

CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Reserva Global de Reversão - RGR	138.102	99.039
CCC/CDE	21.384	33.112
Compensação financeira - recursos hídricos	405.436	536.133
Taxa de fiscalização ANEEL	7.010	11.965
PROINFA	16.941	27.427
Outros	7.595	609
	<u>596.468</u>	<u>708.285</u>

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

I - O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado e o valor do dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembléia Geral Ordinária:

	CONTROLADORA	
	2009	2008
Lucro líquido do exercício	170.526	6.136.497
Reserva legal	(8.526)	(306.825)
Lucro líquido ajustado	<u>161.990</u>	<u>5.829.672</u>
 Dividendo mínimo obrigatório - 25%	 <u>40.500</u>	 <u>1.457.418</u>
 Remuneração proposta aos acionistas na forma de JCP		
Ações ordinárias	370.755	1.343.855
Ações preferenciais da classe A	319	319
Ações preferenciais da classe B	370.435	371.080
	<u>741.509</u>	<u>1.715.254</u>

Em 2009 a Eletrobras registrou como remuneração integral aos acionistas, juros sobre o capital próprio - JCP no valor de R\$ 741.509, imputados aos dividendos daquele exercício, de acordo com as disposições estatutárias, cuja remuneração por ação foi a que segue:

Remuneração por ação - expressa em Reais			
		31/12/2009	31/12/2008
Ações ordinárias	1,7735% do capital (2008 - 6,4283%)	0,41	1,48
Ações preferenciais "A"	9,4118% do capital (2008 - 9,4118%)	2,17	2,17
Ações preferenciais "B"	7,0588% do capital (2008 - 7,0588%)	1,63	1,63

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte - IRRF à alíquota de 15%.

A remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2009 correspondente a 457,72% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/1976 (2008 – 29,41%) será atualizada com base na taxa SELIC, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do Decreto 2.673, de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre o capital próprio.

A atualização incide a partir de 1º de janeiro de 2010 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data esta a ser deliberada pela Assembléia Geral Ordinária, que apreciará as presentes Demonstrações Contábeis e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa SELIC incide IRRF, nos termos da legislação vigente.

Em atendimento a Deliberação CVM 207/1996, a Eletrobras, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou esses juros em contrapartida de despesas financeiras, revertendo-os em conta específica, optando por não apresentá-los, entretanto, na Demonstração do Resultado do Exercício, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido, mas, tão somente, produzindo efeitos fiscais reconhecidos nas rubricas “Contribuição Social sobre o Lucro Líquido” e “Imposto de Renda”.

Em cumprimento ao deliberado na 49ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2009, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2008, na forma de JCP, teve início em 20 de maio de 2009, sendo efetuado conforme abaixo:

▪ Tipo/Classe	▪ Em Reais / por ações	
	▪ Valor bruto (Em 31/12/2008)	▪ Valor bruto atualizado (Em 20/05/2009)
▪ Ações Ordinárias	▪ 1,484883734	▪ 1,548692924
▪ Ações Preferenciais A	▪ 2,174044375	▪ 2,267468532
▪ Ações Preferenciais B	▪ 1,633372107	▪ 1,703562217

II - O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em janeiro de 2010, pelo pagamento do saldo da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010.

Com base nessa decisão e na posição de caixa apresentada em 2009, o montante de R\$ 10.263.438 relativo a dividendos não distribuídos nos exercícios de 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1989, 1996 e 1998 até então mantidos em patrimônio líquido, foi reclassificado para o exigível circulante, no montante de R\$2.565.859, para pagamento em 2010, e para o exigível não circulante, no montante de R\$ 7.697.579, relativo às parcelas a serem pagas de 2011 à 2013.

Farão jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integrarem o quadro de Acionistas da Eletrobras no dia 29 de janeiro de 2010.

Ainda, segundo o Estatuto da Eletrobras, os referidos créditos continuarão a ser remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre esta remuneração, retenção de Imposto de renda na fonte, nos termos da legislação vigente.

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R\$ 219.153 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 154.401) referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2006, 2007 e 2008. A remuneração relativa ao exercício de 2005, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 28 - CRÉDITOS DO TESOUREO NACIONAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	68.720	62.231	287.646	362.601
Obrigação de Ressarcimento	-	-	1.033.265	2.450.772
Outros	7.316	10.005	23.660	40.828
	<u>76.036</u>	<u>72.236</u>	<u>1.344.571</u>	<u>2.854.201</u>

NOTA 29 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS
1. Da Controladora
1.1 - Programa Previdenciário

A Companhia possui programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à Fundação Eletrobras de Seguridade Social - Eletros, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia entre outras, nos termos da legislação brasileira.

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM 371/2000, procedendo à avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente seguem os padrões recomendados pela CVM e pelo IBRACON e podem diferir daquelas adotadas pela administração do programa, as quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

As contribuições anuais e regulares são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, R\$ 59.425 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 19.968).

Em 31 de dezembro de 2009, o valor presente das obrigações da Companhia, segundo a Deliberação CVM 371/2000, para com o programa previdenciário era de R\$ 2.250.502. Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da Eletros, na mesma data, montavam R\$ 2.181.879, revelando pois, um déficit de cobertura de R\$ 68.623.

A Deliberação CVM 371/2000 permite à Companhia o reconhecimento apenas da parcela dos ganhos ou perdas atuariais que exceda a 10% do total da Obrigação Atuarial ou do total dos Ativos Garantidores (deles o maior). O excesso deve ser reconhecido em prazo dado pelo tempo médio de serviço que ainda resta a ser prestado à Companhia pelos beneficiários, até a aposentadoria, que em 31 de dezembro de 2008 é de 8,6 anos.

A companhia, no entanto, optou por não adotar o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuarias e, pelo método do corredor, por consequência, tem registrado como provisão para aposentadoria o montante de R\$ 68.623.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes ao programa previdenciário da Companhia, na forma das alíneas aplicáveis do item 81, da Deliberação CVM 371/2000, na data-base de 31 de dezembro de 2009:

DADOS DA POPULAÇÃO		31/12/2009		
DADOS CADASTRAIS	Plano BD	Plano CD	Total	
Participantes ativos				
Ativos quantidade	448	1.310	1.758	
Idade Média	50,8	43,6	45,4	
Serviço Creditado (total)	20,5	13,9	15,6	
Tempo para Aposentadoria (anos)	7,7	15,9	13,8	
Salário Médio - em R\$	7.043,08	8.772,21	8.331,57	
Participantes aposentados				
Participantes quantidade	1.307	89	1.396	
Idade Média	66,6	58,3	66,1	
Benefício Médio - em R\$	6.869,82	4.978,52	6.749,24	
Participantes pensionistas				
Pensionistas quantidade	317	5	322	
Idade Média	64,4	31,2	63,9	
Benefício Médio - em R\$	3.853,46	1.606,22	3.818,56	
População Total - quantidade	2.072	1.404	3.476	

DADOS DA POPULAÇÃO		31/12/2008		
DADOS CADASTRAIS	Plano BD	Plano CD	Total	
Participantes ativos				
Ativos quantidade	551	1.007	1.558	
Idade Média	49,0	43,3	45,3	
Serviço Creditado (total)	20,2	-	20,2	
Tempo para Aposentadoria (anos)	8,6	14,0	12,1	
Salário Médio - em R\$	6.963,54	8.092,15	7.693,01	
Participantes aposentados				
Participantes quantidade	1.315	44	1.359	
Idade Média	65,9	57,0	65,6	
Benefício Médio - em R\$	6.082,20	4.241,75	6.022,61	
Pensionistas				
Pensionistas quantidade	304	0	304	

Idade Média	63,0	-	
Benefício Médio - em R\$	3.319,13	-	
População Total quantidade	2.170	1.051	3.221

ESTADO DE EQUILÍBRIO POR PLANOS Exercício de 2009	Plano BD	Plano CD (*)	Total
--	----------	--------------	-------

OBRIGAÇÕES CONSOLIDADAS

No início do exercício	1.431.297	496.435	1.927.732
Custo de Serviço	7.104	18.452	25.556
Custo dos Juros	143.550	58.539	202.089
Benefícios Pagos	(206.205)	(8.444)	(214.649)
(Ganhos) e Perdas	165.502	144.273	309.774
No fim do exercício	1.541.247	709.255	2.250.502

ATIVOS GARANTIDORES

No início do exercício	1.549.387	496.435	2.045.822
Retorno esperado dos ativos	136.492	58.539	195.031
Contribuições e aportes	25.133	18.452	43.585
Benefícios Pagos	(206.205)	(8.444)	(214.649)
Ganhos e (Perdas)	30.366	81.724	112.090
No fim do exercício	1.535.172	646.707	2.181.879

ESTADO DE COBERTURA - No fim do Exercício	(6.074)	(62.548)	(68.623)
---	---------	----------	----------

(*) Inclui direitos de benefícios saldados transferidos nas migrações do Plano BD, assim como o custo do tempo do serviço anterior creditado e ainda não amortizado.

ESTADO DE EQUILÍBRIO POR PLANOS- (Exercício de 2008)	Plano BD	Plano CD	Total
OBRIGAÇÕES CONSOLIDADAS			
No início do exercício	1.401.106	92.267	1.493.373
Custo de Serviço	5.647		5.647
Custo dos Juros	122.600		122.600
Benefícios Pagos	(119.817)	(4.392)	(124.209)
(Ganhos) e Perdas:	21.760		21.760
Acréscimo/Transferência de quotas		408.560	408.560
No fim do exercício	1.431.297	496.435	1.927.732
ATIVOS GARANTIDORES			
No início do exercício	1.496.027	94.509	1.590.536
Retorno esperado dos ativos	160.972		160.972
Contribuições e aportes	8.487	13.322	21.809
Benefícios Pagos	(119.817)	(4.392)	(124.209)
Ganhos e (Perdas)	3.718		3.718.097
Acréscimo/Transferência de quotas		392.996	392.996
No fim do exercício	1.549.387	496.435	2.045.822

ESTADO DE COBERTURA - No fim do Exercício	118.090	-	118.090
---	---------	---	---------

CUSTO PERIÓDICO DO PLANO (projeção para o exercício de 2010)	Plano BD	Plano CD	Total
Custo do Serviço	7.252	11.727	18.979
Custo dos Juros	144.544	47.291	191.836
Retorno esperado nos ativos	(119.775)	(68.512)	(188.287)
Contribuições de Participantes	(9.573)	(370)	(9.943)
Amortizações	26.646	-	26.646
Total do Custo de Curto Prazo	49.094	(9.863)	39.231

1.2 - Outros Programas de Benefícios

Seguro de Vida em Grupo

A Companhia subsidia 80% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado, para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência inter geracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2009 a obrigação está avaliada em R\$ 26.712.

2 – CONSOLIDADO

2.1 – Programa Previdenciário

As empresas do Sistema Eletrobras são patrocinadoras de outras entidades específicas de previdência privada que tem, de igual forma, finalidade de complementar benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados, através de planos de benefícios e de contribuições, conforme abaixo:

Patrocinadora	Patrocinada
Furnas	Real Grandeza
Chesf	Fachesf
Eletrosul	Elos
Eletronorte, Amazonas Energia e Boa Vista	Previnorte
Eletronuclear	Nucleas E Real Grandeza
Itaipu	Fibra (Brasil) e Cajubi (Paraguai)
CGTEE	Eletroceee
Ceal	Faceal
Cepisa	Facepi

Foram utilizadas premissas atuariais mínimas observadas nas avaliações das empresas controladas. Aquelas controladas que já adotaram premissas mais avançadas não as alteraram, vide quadro abaixo:

	TIPOS DE PLANOS	TÁBUAS BIOMÉTRICAS			TAXA DE TURN OVER	TAXA DE JUROS ATUARIAL	TAXA DE DESCONTO	EVOLUÇÃO SALARIAL	FATOR DE CAPACIDADE
		MORTALIDADE GERAL	ENTRADA EM INVALIDEZ	MORTALIDADE INVÁLIDOS					
Eletrobras	BD e CD	AT 2000	Light Fraca	AT 83	nula	5,5% aa	10,25%	2,0% aa	98,00%
Amazonas Energia	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6% aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Boa Vista Energia	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6% aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Ceal	BD	AT 2000	Light Fraca	AT 83	nula	5% aa	9,73%	2,0% aa	98,00%
Cepisa	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6% aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
CGTEE	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6% aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Chesf	BD e CD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6% aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Eletronorte	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6% aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Eletronuclear	BD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6% aa	10,77%	2,0% aa	98,00%
Eletrosul	BD	AT 2000	Light Fraca	AT 83	nula	5% aa	9,73%	2,0% aa	98,00%
Furnas	BD e CD	AT 83	Light Fraca	AT 83	nula	6% aa	10,77%	2,0% aa	98,00%

DADOS POPULACIONAIS

	QUANT ATIVOS	QUANT INATIVOS	IDADE MÉDIA ATIVOS	IDADE MÉDIA INATIVOS	TEMPO MÉDIO P/ APOSENT	SALÁRIO MÉDIO (R\$)	BENEFÍCIO MÉDIO - APOS (R\$)	BENEFÍCIO MÉDIO - PENS (R\$)
Eletrobras	1.758	1.718	45,4	66,1	13,8	8.331,57	6.749,24	3.818,56
Amazonas Energia	41	19	51,1	53,2	7,3	6.182,14	1.650,13	740,46
Boa Vista Energia	13	4	46,2	58,0	12,8	6.304,63	1.412,01	-
Ceal	41	499	47,8	65,5	14,4	2.670,34	1.230,14	475,26
Cepisa	941	599	53,8	65,8	5,0	3.081,04	1.284,01	528,61
CGTEE	326	168	50,2	59,5	10,2	6.086,65	2.216,35	1.182,95
Chesf	8.027	7.302	50,2	66,2	8,6	6.327,82	2.591,97	1.028,14
Eletronorte	83	702	54,5	67,8	4,8	14.101,51	2.809,02	1.316,74
Eletronuclear	2.136	539	46,2	60,7	12,9	6.978,59	4.058,86	2.060,57
Eletrosul	1.430	502	43,5	57,8	17,2	7.230,98	4.334,96	1.923,34
Furnas	4.727	6.376	47,8	64,0	11,6	8.297,24	4.535,14	1.288,14

As contribuições anuais e regulares são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, R\$ 250.114 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 299.448).

Com base nos diversos regulamentos dos planos de benefício e em atendimento ao pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM 371/2000, as empresas avaliam atuarialmente suas obrigações relativas a benefícios complementares a empregados, cuja necessidade de cobertura apurada está refletida nas Demonstrações Contábeis, e atinge o montante de R\$ 2.423.485, estando apresentadas no passivo circulante a parcela de R\$ 423.087 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 502.699) e no passivo não circulante a parcela de R\$ 2.000.398 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 1.567.002), sob o título Previdência Complementar.

A companhia e suas controladas, determinam o passivo ou o ativo atuarial a ser contabilizado conforme demonstrado a seguir:

- i. Obter o valor justo dos ativos do plano na data do balanço;

- ii. deduzir o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço;
- iii. deduzir os ganhos ou adicionar as perdas atuariais ainda não contabilizados, conforme as regras previstas neste pronunciamento; e
- iv. adicionar a parcela do custo do serviço passado ainda não contabilizada, conforme as regras previstas neste pronunciamento.

Nos termos do parágrafo 49, caso o valor obtido seja um passivo, seu resultado deverá ser registrado integralmente. Contudo, Caso o valor resultante do cálculo previsto acima for um ativo, este somente será contabilizado na patrocinadora se for claramente evidenciado que aquele ativo poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Em 31 de dezembro de 2008, as controladas Furnas e Eletronuclear mantinham registrado o montante de R\$ 1.057.754, apresentado no ativo. Durante o exercício de 2009, foram efetuadas alterações na administração da Fundação Real Grandeza, conforme previsto em seu regulamento, visando estabelecer as ações necessárias para viabilizar uma nova gestão entre as patrocinadoras e o Fundo, pelo que foi estabelecido o Projeto de Sustentabilidade da Nova Gestão da Real Grandeza.

As ações seguem ao estabelecido pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar, por meio da Resolução CGPC nº 26/2008, no que se refere às formas de revisão dos planos de benefícios.

Adicionalmente consta, também, a dotação de recursos para o plano de saúde dos funcionários das patrocinadoras, visando manter o seu equilíbrio econômico-financeiro-atuarial.

Diante da incerteza sobre o resultado que possa advir das mudanças de cenário inseridas pelo “Projeto de Sustentabilidade da Nova Gestão da Real Grandeza”, As controladas Furnas e Eletronuclear decidiram reverter o montante provisionado à título de “Ativo Atuarial” até que os efeitos das futuras avaliações econômico-atuariais possam ser mensuráveis em suas demonstrações contábeis, o que ocorrerá quando encerrados todos os estudos previstos e alocados pelas administrações das patrocinadoras e da Real Grandeza.

A controlada Chesf possui passivo atuarial registrado nos termos da Deliberação CVM 371/2000, o qual encontra-se a menor em comparação ao contrato de confissão de dívida assinado com a Fachesf, em R\$ 174.887 (R\$ 428.000, em 31 de dezembro de 2008).

O contrato assinado entre as partes prevê cláusula de ajuste anual relacionada ao valor da dívida em consonância com os valores determinados por meio de cálculos atuariais, mediante aditamentos contratuais de modo a refletir a compatibilidade com os dados atuariais, pelo que a diferença apresentada entre o passivo atuarial e a confissão de dívida será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano, por intermédio de ajustes contratuais previstos, especificando o montante variável a ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fachesf.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita à alterações, quando da revisão atuarial realizada anualmente.

2.2 – Outros Programas de Benefícios - Seguro de Vida em Grupo

As controladas Chesf, Eletronorte, Eletronuclear e Furnas subsidiam parte dos prêmios decorrentes de apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e de inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e de inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela empresa. Esse montante é avaliado atuarialmente e por consequência, a companhia mantém registrado o montante de R\$ 316.124.

NOTA 30 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

De acordo com a Instrução CVM 247/1996, o reconhecimento de perdas em investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, que apresentem sinais de necessidade de apoio financeiro da investidora, ou possibilidade de paralisação de seus negócios, devem ser limitadas até o valor do investimento registrado na empresa controladora e, caso exista, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) absorvidos e reconhecidos pela investidora e registrados em conta específica de passivo em contrapartida da despesa do exercício.

A controlada Cepisa apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 65.829, e sinais de necessidade de apoio financeiro da Eletrobras, havendo intenção da investidora em manter o seu apoio financeiro à investida, pelo que, a controladora mantém provisão para cobertura desse passivo a descoberto no valor de R\$ 53.660 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 353.921).

NOTA 31 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta as seguintes provisões para passivos contingentes, por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	115.271	505.743
Tributárias	-	-	27.178	169.853
Cíveis	-	-	36.227	978.706

(-) Depósitos judiciais	-	-	(57.150)	(172.593)
	-	-	121.526	1.481.709
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	6.130	88.574	852.867	461.831
Tributárias	-	-	122.880	60.147
Cíveis	1.311.445	1.328.244	2.622.737	1.899.297
(-) Depósitos judiciais	(489.890)	(407.304)	(1.296.468)	(725.719)
	827.685	1.009.514	2.302.016	1.695.556

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. A administração da Companhia, de acordo com a Deliberação CVM 489/2005, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *provável*, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *possível*, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *remoto*, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima, líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	<u>CONTROLADORA</u>	<u>CONSOLIDADO</u>
Saldo em 31.12.2007	1.037.192	2.977.143
Constituição de provisões	71.502	682.870
Reversão de provisões	-	(311.265)
Pagamentos	-	(42.240)
Atualização monetária	-	24.592
Depósitos judiciais	(99.180)	(168.997)
Levantamento de depósitos judiciais	-	15.162
Saldo em 31.12.2008	1.009.514	3.177.265

Constituição de provisões	(82.444)	447.563
Reversão de provisões	(16.799)	(474.149)
Pagamentos	-	(240.189)
Atualização monetária	-	(55.023)
Depósitos judiciais	(82.586)	(531.418)
Levantamento de depósitos judiciais	-	99.494
Saldo em 31.12.2009	<u>827.685</u>	<u>2.423.543</u>

1 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas que se encontram registradas:

1.1 - Ações judiciais cíveis

1.1.1 – Na Controladora

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.311.445 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 1.328.244), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na Legislação específica.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

As demandas que foram objeto de provisão impugnam a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório, utilizada para a atualização dos créditos constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela Eletrobras por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72^a, 82^a e da 142^a Assembléias Gerais Extraordinárias da Eletrobras.

Existem atualmente cerca de 4.000 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre oito a dez anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos de conhecimento em curso.

Em julgamento ocorrido em 12 de agosto de 2009, no que diz respeito aos créditos do Empréstimo Compulsório, os recursos interpostos pela Eletrobras foram parcialmente providos pelo STJ, vez que foram considerados prescritos os créditos das 1^a e 2^a conversões. Também foi considerada não aplicável a taxa Selic sobre o principal, incidindo juros apenas a partir da data da citação. Foi confirmada a conversão dos referidos créditos pelo valor patrimonial da ação.

Em decorrência desse julgamento, as premissas de cálculo consideradas na determinação do valor da provisão foram revistas levando-se em consideração os impactos dos aspectos jurídicos e metodológicos, decorrentes da decisão judicial. Dessa

forma a administração da companhia reconhece uma provisão no montante de R\$ 1.311.445, correspondente a 100% do montante das perdas esperadas.

1.1.2 - Em empresas controladas

Na controlada Chesf:

a) A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 , em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco.

A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, havendo a Chesf interposto Embargos de Declaração para esclarecimento de determinados pontos de sua Apelação que foram omitidos na decisão da 2ª Câmara Cível. Esses embargos foram julgados e denegados pela 2ª Câmara Cível. Os patronos da Chesf interpuseram, em seguida, Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível na aludida apelação. Em 31 de março de 2004 os recursos especiais ajuizados pela Chesf haviam sido admitidos pelo TJPE e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os recursos extraordinários também interpostos pela Chesf não foram admitidos, razão pela qual esta Companhia apresentou, contra essa negativa, os competentes agravos de instrumento. Em 30 de junho de 2005 os referidos recursos se encontravam *sub judice* nos Tribunais Superiores. Após essa data e até 31 de março de 2006, os agravos de instrumento interpostos pela Chesf no STF foram denegados, enquanto que o Recurso Especial interposto pela Chesf e pela União Federal junto ao STJ recebeu parecer do Ministério Público Federal, o qual manifestou-se pela anulação do processo por incompetência absoluta da Justiça do Estado de Pernambuco para apreciar a ação e pelo reexame do mérito pelo juízo competente. Em 30 de setembro de 2006, os autos se encontravam conclusos para decisão.

Em novembro de 1998, as rés apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245.000, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24 de junho de 2002, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade da obtenção da tutela antecipada pelo Consórcio.

Posteriormente as rés apresentaram processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal. Em 30 de setembro de 2005, estavam em andamento os trabalhos de perícia, determinados pelo juiz que preside o feito, com a finalidade de apurar o real valor da condenação. Depois da apresentação do primeiro laudo pelo

perito, as partes solicitaram esclarecimentos ao laudo, e o processo encontra-se com o perito, para exame.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 387.901 , para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Em 31 de março de 2009, Recurso Especial e Agravos de Instrumento estavam aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente; os autos desses recursos se encontravam conclusos para o Ministro Relator, cabendo salientar que, na 12ª Vara da Comarca do Recife, permanecia em andamento a ação de liquidação da decisão na esfera estadual.

Julgando o processo de liquidação da sentença, o juiz reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, considerando a presença da União como parte interessada no feito. O Consórcio Xingó interpôs embargos de declaração contra essa decisão, havendo o juiz, em vista desse recurso, mantido a sua decisão e encaminhado os autos para a Justiça Federal. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento que, em 30 de setembro de 2008, encontrava-se *sub judice* no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se o julgamento do referido agravo o que, posteriormente, foi julgado para fixar a competência da justiça estadual para apreciar o feito. Juiz Substituto na 12ª Vara Cível da Comarca do Recife proferiu sentença fixando o valor da condenação em R\$ 842.469 havendo a Chesf interposto, contra essa decisão, os cabíveis embargos de declaração, considerando que a sentença deixou de se manifestar sobre diversas impugnações apresentadas pela Chesf em torno do laudo pericial oferecido pelo perito do juízo. Em 30 de setembro de 2009, esses embargos aguardavam julgamento.

Em 17 de dezembro de 2009, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu início ao julgamento dos Recursos Especiais interpostos pelas partes e pela União; iniciado o julgamento do primeiro RESP de iniciativa da União, considerado prejudicial com relação aos demais, o Ministro Hermann Benjamim pediu vista dos autos para melhor análise da matéria. Assim, em 31 de dezembro de 2009 o julgamento dos RESP pertinentes ao litígio “Fator K” se encontrava suspenso.

Na esfera estadual, o processo de liquidação da sentença foi julgado extinto pelo juiz titular da 12ª Vara da Comarca do Recife, por considerar que a matéria ainda se encontrava *sub judice* no STJ; contra essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça de Pernambuco; no TJP instalou-se um conflito negativo de competência entre dois desembargadores, cabendo agora ao colegiado dirimir a questão.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho da lide.

b) Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Santo Sé, na Bahia, pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a

Chesf no valor de R\$ 50.000, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31 de dezembro de 2008, a Chesf havia interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31 de março de 2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal por incompetência absoluta do Juiz. Significa dizer que todos os atos decisórios estão nulos, devendo ser iniciado novo processo, desta feita na Justiça Federal. Em 30 de setembro de 2009 a Chesf não tinha sido notificada sob redistribuição dos autos. Em 31 de dezembro de 2009, aguardava-se julgamento da Apelação

1.1.2.2 - Na Controlada CGTEE:

a) Contingências cíveis referentes principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores cuja perda é provável estimada pela assessoria jurídica da Companhia para a qual é provisão de R\$ 3.692, em 31 de dezembro de 2009 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 270).

b) A controlada foi acionada pela CEEE-D para cobrança de valores decorrentes a transferência da CGTEE para Eletrobras, efetuada em decorrência da cisão da CEEE. Este processo tem um valor de R\$ 3.650 e segundo análise da Assessoria Jurídica a probabilidade de perda pela Companhia foi considerada como provável a partir do terceiro trimestre de 2009, devido a mudanças no andamento do referido processo.

1.1.2.3 - Na Controlada Eletronorte:

Diversas demandas cíveis de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos a fornecedores e, por desapropriações de áreas inundadas por reservatórios de usinas hidrelétricas. O montante estimado de perda, cuja probabilidade é provável, é de R\$ 518.511.

1.2 - Ações judiciais trabalhistas

1.2.1 - Na Controladora:

A companhia mantém provisão no valor de R\$ 6.130 para fazer face a eventuais perdas em diversos processos trabalhistas, cuja probabilidade de risco é provável, na avaliação dos consultores jurídicos.

1.2.2 - Em empresas controladas

1.2.2.1 - Na controlada Furnas:

a) Data-base dos engenheiros

Ações trabalhistas movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação, cujo valor estimado e contabilizado é de R\$ 82.301.

b) Periculosidade

Diversas ações judiciais, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividades sujeitas ao risco elétrico. O montante estimado para cobertura de eventuais perdas julgadas prováveis pelo consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 82.110.

c) Complemento de aposentadoria

Montante de R\$ 61.905 referente à complementação de aposentadoria decorrentes de processos de paridade com os empregados ativos.

d) Diversas ações

Diversas ações trabalhistas, movidas contra a Empresa, para as quais são mantidas, em 31 de dezembro de 2009, provisões no montante de R\$ 162.759 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 149.776) relativa aos processos em andamento, julgados como de perda provável.

1.2.2.2 - Na controlada Chesf:

a) Ação em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Bahia, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, requerendo o pagamento aos empregados da Gerência Regional de Paulo Afonso, de diferença de salário consequente da incidência do Adicional do Decreto-Lei nº 1971 – ADL e do Anuênio sobre o Adicional de Periculosidade, no valor estimado de R\$ 7.500. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, que foi improvido. O processo transitou em julgado, sendo a Chesf condenada. Foi iniciada a fase de execução, tendo sido pagos R\$ 3.700 a uma significativa parte dos empregados, restando uma expectativa de pagamento de R\$ 3.800. Em 31 de março de 2009 foi iniciada a execução, cujo crédito foi parcialmente embargado. Em 30 de setembro de 2009, o processo estava com o calculista da Vara para posterior julgamento dos embargos à execução visando ao ajuste do débito. Em 31 de dezembro de 2009 os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, tendo a Chesf interposto Agravo de Petição ao TRT da 5ª Região.

b) Ação proposta na 8ª Vara Trabalhista de Fortaleza – CE, pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará – Sindeletrô, que pretende o ressarcimento de perdas sofridas pelos empregados da Gerência Regional Norte, decorrente da retirada do transporte coletivo, com valor estimado de R\$ 6.000. O requerimento de restabelecimento do serviço de transporte foi deferido em execução parcial, que a Companhia vem atendendo. O Sindicato Autor requereu a complementação do transporte e a condenação da Companhia em multa diária, tendo a Chesf contestado a alegação. A Juíza do Trabalho, após audiência realizada em 23 de agosto de 2005 para a ouvida dos substituídos e apresentação de razões finais pela Chesf, em audiência, modificou o entendimento anterior, determinando o restabelecimento dos serviços de transporte apenas nos limites em que eram prestados anteriormente. Ainda na mesma decisão foram definidos os parâmetros para a liquidação da sentença, de forma que o crédito trabalhista fosse reduzido para R\$ 1.300. A execução está sendo processada no Juízo Trabalhista de Primeira Instância na cidade de Fortaleza – CE, tendo a sentença transitado em julgado. Após a realização do depósito do valor principal, em 31 de

dezembro de 2009 estavam sendo liberados para os Reclamantes os valores e recolhimento dos encargos legais.

c) Ação proposta na 4ª Vara Trabalhista do Recife – PE, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco – Urbanitários em substituição a 460 funcionários lotados no Recife – PE, requerendo a incidência do adicional de periculosidade sobre todas as verbas de natureza salarial, no valor de R\$ 4.000. A Juíza de Primeira Instância excluiu da lide, por litispendência ou por coisa julgada, aproximadamente, 300 dos substituídos, bem como julgou a ação improcedente no mérito. O sindicato apresentou Recurso Ordinário, no TRT da 6ª Região, que foi provido. O processo encontra-se em fase de liquidação através de perícia concluída, tendo sido apurado o valor de R\$ 3.300. Pelos cálculos dos consultores jurídicos da Companhia este débito é de R\$ 2.900, cuja diferença foi objeto de impugnação em embargos de execução. Em 31 de dezembro de 2009, aguardava-se julgamento dos Embargos à Execução opostos pela Chesf, visando ao ajuste do débito.

1.2.2.3 - Na Controlada Eletronorte:

Diversos processos judiciais trabalhistas, na sua grande parte, decorrentes de ações relativas a adicional de periculosidade, Plano Bresser, horas extras, cálculo de multa de FGTS e alinhamento de curva salarial. O montante estimado de perda provável é de R\$ 154.601.

1.2.2.4 - Na controlada CGTEE:

Os depósitos judiciais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamatórios ajuizados por empregados da antiga Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 11.479 em 31 de dezembro de 2009 (em 31 de dezembro de 2008 – R\$ 11.491) para cobrir as perdas prováveis nas quais a Companhia poderá ter participação financeira, para os quais a Companhia realizou depósitos judiciais no valor de R\$ 2.011 em 31 de dezembro de 2009 (em 31 de dezembro de 2008 - R\$ 1.778).

Eventuais passivos decorrentes de reclamatórios trabalhistas ajuizados por empregados da CEEE, transferidos à Companhia, interpostas até 11 de agosto de 1997, data em que ocorreu a reestruturação societária da CEEE, e que tenham decisão final desfavorável, culminando com a obrigação no pagamento dos valores resultantes de condenação, serão integralmente suportadas pela CEEE-D ou CEEE-GT.

Além disso, a Companhia ofereceu para garantia em processos de execução de reclamatória trabalhistas, 18 veículos de sua frota, representando o valor contábil de R\$ 318.

1.3 - Ações judiciais tributárias

1.3.1 - Em empresas controladas

1.3.1.1 - Na controlada Furnas:

Autos de infração - FINSOCIAL, COFINS e PASEP

a) Em 03 de maio de 2001, a Empresa recebeu autos de infração relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante atualizado de R\$ 1.098.900 (R\$ 791.796 históricos), em decorrência de exclusões nas relativas bases de cálculo, de receitas relativas ao repasse e transporte de energia de ITAIPU, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepuseram-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089, que haviam sido objeto de adesão ao Refis, em 01 de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Paes.

Em 12 de junho de 2008, com a emissão pelo STF, da Súmula Vinculante nº 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para 5 (cinco) anos, passando o montante atualizado de R\$ 1.098.900 para R\$ 241.441 não provisionados face a avaliação do risco ser possível.

b) A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R\$ 89.318, relativas ao Pasep/Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da RGR dos períodos de outubro de 1995 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R\$ 195.187 referente a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para Furnas, segundo o entendimento de sua área jurídica.

1.3.1.2 - Na controlada Eletronorte:

a) A controlada possui algumas questões envolvendo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e mantém provisão no valor de R\$ 17.811 para cobrir eventuais perdas nesses processos, julgadas como prováveis.

1.3.1.3 - Na controlada Chesf:

a) A controlada, possui questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de ressarcimento de créditos (PIS/PASEP - COFINS) e outros tributos singulares. A companhia mantém provisão no valor de R\$ 10.279 (em 31 de dezembro de 2008 - R\$ 8.770).

2 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda possível:

2.1 - Ações judiciais cíveis

2.1.1 - Em empresas controladas

2.1.1.1 - Na controlada Chesf:

a) 2 ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó. Uma, impetrada em 08 de junho de 1999, para as faturas emitidas a partir de 30 de abril de 1990 e outra, impetrada

em 31 de maio de 2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Companhia contestou as ações e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa dos processos a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. O Consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União nos feitos.

Após a apresentação da perícia e os esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17 de outubro de 2005. Atualmente, os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para a prolatação da sentença. Em 31 de dezembro de 2009, os autos do processo permaneciam conclusos para decisão.

b) Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R\$ 100.000, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, tem por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó e provocados pela construção dessa Usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27 de junho de 2002, e contestada no prazo legal. Após uma sequência de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa determinou, em 31 de agosto de 2005, a inclusão do IBAMA, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e ADEMA-SE no polo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em 30 de setembro de 2005 aguardava-se o cumprimento dos mandados de citação. Em 30 de setembro de 2006, os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada da procuração dos novos patronos da Chesf. Em 31 de dezembro de 2006, o processo se encontrava suspenso por despacho do Juiz, aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto pelo autor perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Ainda não julgado. Os litisconsortes da Chesf (União Federal, IBAMA, IMA-AL, CRA-BA e ADEMA-SE) já haviam sido citados. Em 12 de setembro de 2007, o juiz proferiu despacho no seguinte teor: “Aguardar a informação do trânsito em julgado da decisão do agravo, devendo a Chesf comunicar”. Considerando que o agravo de instrumento interposto pela Chesf foi denegado, esta Companhia interpôs embargos declaratórios contra essa decisão, os quais se encontravam pendentes de julgamento em 31 de março de 2008.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, havia também uma ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 100.000 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada, encontrando-se esse feito abandonado pela parte autora desde fevereiro de 2005. O último movimento processual ocorreu em novembro de 2007, quando o juiz determinou a intimação do Ministério Público a se pronunciar sobre a ação. Em 31 de março de 2008, o processo permanecia parado e ainda sem manifestação do Ministério Público. Em 30 de junho de 2008, o juiz da Comarca de Brejo Grande havia proferido decisão reconhecendo a incompetência da justiça estadual para apreciar o feito, determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal. Em 30 de

setembro de 2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se a devolução dos autos pelo IBAMA. Em 19 de fevereiro de 2009 essa ação, que havia sido remetida, por competência, para a Justiça Federal, foi considerada processualmente conexa com outra ação de caráter semelhante que ali já era apreciada – transcrita no início -, passando ambas a tramitar conjuntamente a partir daquela data.

Em 13 de junho de 2008 foi publicado despacho do juiz determinando a citação da União e do IBAMA, bem como a intimação da parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação. Em 30 de setembro de 2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se a realização de audiência de conciliação, prevista para 19 de fevereiro de 2009. Não tendo ocorrido conciliação na audiência de 19 de fevereiro de 2009, o juiz determinou novas providências para o andamento do processo. Nessa audiência, o juiz tomou conhecimento da existência de ação judicial com objetivo semelhante, que corria perante a Vara Cível da Comarca de Brejo Grande/SE e que havia sido remetida, por competência, para a Justiça Federal, sendo distribuída para sua jurisdição. Em vista disso, o juiz decidiu reconhecer a conexão processual entre as duas demandas, passando ambas, a partir daquela data, a tramitar conjuntamente. Foi, então, fixada a data de 14 de maio de 2009 para realização de nova audiência com a finalidade de se decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia. Nesta audiência, o juiz estabeleceu o prazo de 3 meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Foi fixada a data de 15/09/2009 para a realização de audiência para delimitação do objeto da perícia, devendo a Chesf apresentar, com essa finalidade, minuta de Termo de Referência. Esse documento vem sendo elaborado por técnicos da Companhia, em conjunto com seus advogados terceirizados. Em 30 de setembro de 2009 o juiz que preside o feito havia adiado a audiência prevista para o dia 15 setembro de 2009 para o dia 22 de outubro de 2009. Nessa audiência, o juiz fixou uma nova para o dia 02 de março de 2010, com a finalidade de nomeação do perito do juízo e determinação do prazo para a realização da perícia.

Suportada por avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto aos valores dos pedidos.

2.1.1.2 - Na controlada Ceal:

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, visando o recebimento de supostas diferenças salariais ocorridas em virtude da implantação do denominado “Plano Bresser”.

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, transitando em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução.

A avaliação de risco de perda é possível, dado o julgamento da limitação à data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução, uma vez que, conforme a OJ/TST (SDI I) nº 262, não ofende “à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos”.

A União ingressou com objeção de pré-executividade nos autos da execução requerendo o reconhecimento da nulidade da sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió, o que faz com que seja reconhecida como inválida a sentença proferida desfavoravelmente à Ceal.

3 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda remota:

3.1 - Ações judiciais cíveis

3.1.1 - Na Controladora:

a) A Eletrobras figura como ré em uma ação movida pela Associação Brasileira dos Consumidores de Água e Energia Elétrica - ASSOBRAEE, que tramita na 17ª Vara da Justiça Federal - DF, cujo objeto é a busca da utilização do valor de mercado da ação da Eletrobras como preço de emissão das ações emitidas para pagamento dos créditos do Empréstimo Compulsório, as quais são realizadas utilizando-se o valor patrimonial da ação. A tal causa foi atribuído, pelo autor, o valor de R\$ 2.397.003, sendo que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda dessa demanda é remoto.

b) A Eletrobras também é parte em diversas outras ações judiciais cujo objeto é o resgate de Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia em decorrência do empréstimo compulsório arrecadado nos exercícios de 1964 à 1976. Ditas Obrigações são inexigíveis, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932.

A administração da Companhia, então, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, conclui que a possibilidade de perda da Eletrobras nas ações que têm esse objeto é remota, pois a jurisprudência tem confirmado a prescrição do direito à postulação do resgate das obrigações emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório e a consequente inexigibilidade desses títulos (vide Nota 22).

3.1.2 - Em empresas controladas

3.1.2.1 - Na controlada Chesf:

Apesar de ser considerada pelos administradores, suportados pelos consultores jurídicos da Companhia, como de *risco de perda remoto*, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo – seria de aproximadamente R\$ 7.000.000, valor não atualizado desde agosto de 1996.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior, e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “*não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica*”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf, que incluiu criterioso exame das demonstrações financeiras da Mendes Júnior. Com base nesses resultados, a Chesf pediu a improcedência total da ação.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo. E, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, através de sentença publicada em 8 de março de 2008.

Contra a sentença, a Mendes Júnior apresentou embargos de declaração, em que pediu que fosse acatado o laudo elaborado pelo Perito Oficial, em sua integralidade. O Ministério Público Federal apresentou embargos de declaração pedindo que a ação fosse julgada inteiramente improcedente. Os embargos da Mendes Júnior e do Ministério Público Federal foram rejeitados pela MM. Juíza da 12ª Vara Federal.

A Chesf e a União Federal apresentaram embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza, por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença, relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior. Sendo esclarecida a sentença no ponto em que determina que, na apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior, devem ser abatidos todos e quaisquer pagamentos do principal, e todas e quaisquer compensações financeiras pagas pela Chesf, em cumprimento do contrato.

Contra essa sentença a Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando especialmente que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer *ius* a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de

Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. Em 31 de dezembro de 2008, a União Federal, a Chesf e a empreiteira Mendes Júnior, já haviam interposto apelação, estando em curso o prazo para o Ministério Público se manifestar sobre a sentença. O Ministério Público emitiu parecer favorável ao acolhimento da apelação da Chesf.

As apelações foram colocadas em pauta para julgamento, no dia 07 de maio de 2009, pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal, mas por falta do *quorum* necessário, esse julgamento foi adiado para o dia 14 de maio de 2009. Havendo o Desembargador Revisor pedido vista dos autos, o processo foi retirado de pauta, situação em que se encontrava em 31 de dezembro de 2009.

Em 25 de fevereiro de 2010 a 1ª Turma do TRF 5ª Região deu provimento às apelações da Chesf, da União e do Ministério Público, e negou provimento ao apelo da Mendes Júnior, havendo o correspondente acórdão sido publicado em 8 de março de 2010.

Considerando elementos já constantes do processo, se vê que a Mendes Júnior não tomou qualquer empréstimo, especificamente para financiar a ação de Itaparica (ou não os tomou nos montantes expressos), e considerando ainda que, segundo a sentença, devem ser compensados todos os benefícios concedidos à Mendes Júnior, durante a execução do contrato; e considerando, por fim, os cálculos já efetuados preliminarmente pela Chesf, a Consultoria Jurídica da Chesf corrobora a posição dos patronos da Companhia, no sentido de que, presentemente, os riscos de perda são *remotos*.

NOTA 32 - OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas às características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 215.306 (31 de dezembro de 2008 – R\$ 266.168).

NOTA 33 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 26.156.567 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 26.156.567) e suas ações não têm valor nominal. As ações

preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.132.357.090 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

ACIONIST	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDA	%	Série A	Série B	%	QUANTIDA	%
União	470.656.241	52,00	-	712	0,00	470.656.953	41,56
BNDESPA	190.757.950	21,08	-	18.691.102	8,23	209.449.052	18,50
FND	45.621.589	5,04	-	-	-	45.621.589	4,03
FGHAB(**)	1.000.000	0,11	-	-	-	1.000.000	0,09
FGI(***)	-	-	-	8.750.000	3,85	8.750.000	0,77
FGO(****)	-	-	-	5.849.700	2,57	5.849.700	0,52
Ações em Tesouraria	-	-	-	36.023	0,02	36.023	0,00
OUTROS	196.987.747	21,77	146.920	193.859.10	85,35	390.993.773	34,53
	<u>905.023.527</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>227.186.64</u>	<u>100,0</u>	<u>1.132.357.09</u>	<u>100,00</u>

(*) Transferência de 17.691.002 ações PNB da União para o BNDESPAR.

(**) Transferência de 1.000.000 ações ordinárias da União para o Fundo Garantidor de Habitação – FGHAB.

(***) Transferência de 8.750.000 ações PNB da União para o Fundo Garantidor para Investimentos – FGI.

(****) Transferência de 8.750.000 ações PNB da União para o Fundo Garantidor para Operações – FGO.

Do total das 390.993.773 ações em poder dos minoritários, 242.707.277 ações, ou seja, 62,06% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 134.007.983 ações ordinárias, 27 ações preferenciais da classe "A" e 108.699.267 ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 66.350.114 ações ordinárias e 32.665.745 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts* - ADR's. Em 31 de dezembro de 2009, o valor patrimonial da ação é de R\$ 67,20 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 75,61).

I - Ações em Tesouraria

Tendo em vista o modelo de restituição dos créditos do Empréstimo Compulsório adotado, ou seja, pagamento em ações da Eletrobras, algumas empresas Controladas passaram a deter ações da Controladora. O Artº 244, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, veda a participação recíproca entre a Companhia, e suas Controladas, pelo que procedeu-se a aquisição dessas ações, no total de 36.023 ações preferenciais B mantidas

em tesouraria para posterior alienação, conforme preconiza o Art. 13 do Capítulo III e no inciso X do Art. 25 do Capítulo V, do Estatuto Social da Eletrobras.

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>26.048.342</u>	<u>26.048.342</u>

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social, respectivamente:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Legal (art.193 - Lei 6.404/1976)	2.046.389	2.037.863
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/1976):		
Estudos e projetos	63.070	61.365
Investimentos	16.900.208	16.977.346
Retenção de lucros (art. 196 - Lei 6.404/1976)	-	487.476
Especial (art. 202 - Lei 6.404/1976):	-	-
Dividendos não Distribuídos	-	9.336.858
	<u>19.009.667</u>	<u>28.900.908</u>

IV - Reservas de Reavaliação

Refere-se à reserva reflexa, decorrente da reavaliação do ativo imobilizado, das ligadas Celpa e Cemat, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

V - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São atualizados pela taxa SELIC, de acordo com o decreto 2.673/98:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Aquisição de participação acionária na CEEE	2.154.197	1.959.715
Aquisição da participação acionária na CGTEE	2.069.716	1.882.864
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	71.305	64.868
Usina Hidrelétrica de Xingó	200.344	182.257
Linhas de transmissão no Estado da Bahia	31.361	28.530
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	185.902	169.119
	<u>4.712.825</u>	<u>4.287.353</u>

VI - Ajustes de avaliação Patrimonial:

Contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado, classificada como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência (§ 5o do art. 177, inciso I do caput do art. 183 e § 3o do art. 226 da Lei 6.404/76).

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Ajustes acumulados de conversão - Itaipu	(1.505)	28.285
Ajuste de avaliação Patrimonial – Hedge em investidas	(13.538)	-
	<u>(15.043)</u>	<u>28.285</u>

NOTA 34 - OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Fornecimento	-	-	5.872.478	5.695.688
Suprimento	-	-	9.347.866	9.372.059
Transmissão	-	-	4.784.697	4.334.236
Comercialização CCEE	1.847.673	1.482.052	2.240.087	2.603.780
Repasse de Energia de ITAIPU	6.446.513	5.777.524	6.446.513	5.777.524
Ativo Regulatório – Comercialização da energia de ITAIPU	(1.586.388)	3.666.637	(1.586.388)	3.666.637
Outros				

2.974	840	(6.160)	840
<u>6.710.772</u>	<u>10.927.053</u>	<u>27.099.094</u>	<u>31.450.764</u>

NOTA 35 - DEDUÇÕES ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008
Reserva Global de Reversão - RGR	519.672	536.711
Conta de Consumo de Combustível - CCC	277.793	332.979
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	62.165	66.304
Pesquisa e Desenvolvimento	236.715	165.883
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de EE - PROINFA	129.941	73.936
OUTROS	67.043	15.860
	<u>1.293.379</u>	<u>1.191.673</u>
ICMS	1.047.356	984.608
	<u>2.340.215</u>	<u>2.176.281</u>

NOTA 36 - RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.171.256	(236.157)	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	47.838	36.157	47.838	36.157
	<u>1.219.094</u>	<u>(200.000)</u>	<u>47.838</u>	<u>36.157</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	1.253.512	464.267	1.253.512	464.267
Juros sobre o capital próprio	124.282	96.341	124.282	96.341
	<u>1.377.794</u>	<u>560.608</u>	<u>1.377.794</u>	<u>560.608</u>
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	13.592	14.171	13.592	14.171
Dividendos	103.868	88.643	103.868	88.643
Remuneração dos investimentos em parcerias	13.607	(80.623)	51.647	(34.046)
	<u>131.067</u>	<u>(80.623)</u>	<u>169.107</u>	<u>(34.046)</u>

	22.191		68.768
	2.727.955	382.799	1.594.740
			665.533

NOTA 37 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Pessoal	336.907	220.941	4.507.203	3.670.434
Material	4.376	2.899	277.874	260.854
Serviços	93.216	54.613	1.668.237	1.508.354
	434.499	278.453	6.453.314	5.439.642

NOTA 38 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Fornecimento	-	-	1.247.686	1.259.493
Suprimento	7.475.215	6.499.620	465.383	4.277.369
Uso da Rede	-	-	1.270.463	1.101.220
Comercialização CCEE - energia de curto prazo	693.250	961.571	731.809	1.212.066
Repasse de Energia de ITAIPU	(912.937)	2.047.016	3.553.634	2.047.016
Outros	43.391	64.001	124.022	36.370
	7.298.919	9.572.208	7.392.996	9.933.534

NOTA 39 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Contingências	(99.242)	71.501	121.936	345.273
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	355.707	40.345
PCLD - RTE	-	-	(39.294)	(242.734)
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	74.556	37.045	74.556	37.045
PCLD - Créditos de ICMS	-	-	177.320	468.405

PCLD - Títulos e Valores Mobiliários	(13.015)	12.981	(13.015)	12.981
Ajuste a Valor Presente - Desmobilização de Ativos	-	-	36.475	33.599
Provisão para valor recuperável de ativos - Impairment	-	-	(673.232)	770.231
Perdas na realização de AFAC's	510.235	(7.535)	-	-
Passivo a descoberto em Controladas	(300.261)	135.652	-	-
Perdas em participações societárias	842.830	81.565	842.830	81.565
Outras	94.188	(27.215)	633.514	(2.619)
	<u>1.109.291</u>	<u>303.994</u>	<u>1.516.797</u>	<u>1.544.091</u>

Objetivando ressarcir as empresas concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica que possuem geração térmica e que atue no Sistema Isolado, a Lei 10.833/2003, que altera a Lei 8.631/1993, estabeleceu que a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC assumisse esse ônus, na sua integralidade, no ano de 2004 e parcialmente durante os anos de 2005 à 2008.

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído a CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

A ANEEL através do Despacho 4.722/2009 SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item 29, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do passivo a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2007.

A administração da controlada Amazonas Energia, amparada por seus consultores jurídicos requereu judicialmente a suspensão dos efeitos da referida resolução do órgão regulador, valendo dizer as Resoluções ANEEL 432/2007 e ANEEL 303/2008 e o Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL, que se encontra com seus efeitos suspensos.

Por força da sentença exarada pela 17ª vara de Brasília, na qual informa que a Amazonas Energia está desobrigada de lançar em seu passivo o débito correspondente ao valor do ICMS, no montante de R\$ 576.537, que lhe fora reembolsado pela CCC ISOL nos anos de 2004 à 2008, a controlada reverteu do seu Passivo esta obrigação, tendo como contrapartida receita operacional.

Entretanto, face ao estágio da ação judicial, em que pese a admissibilidade do mérito correspondente, há incerteza sobre o desfecho da ação, pelo que, a controladora reconhece provisão para a cobertura de eventuais perdas relacionadas aos supostos

débitos com a CCC relativos ao ICMS, no montante correspondente ao passivo baixado ao amparo da decisão judicial (vide nota 12, II).

NOTA 40 - RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Receitas (Despesas) Financeiras				
Receita de juros, comissão e taxas	3.884.310	3.568.780	1.037.626	1.199.439
Encargos de dívidas	(643.592)	(479.655)	(1.686.761)	(1.442.159)
Encargos sobre recursos de acionistas	(1.422.982)	(1.576.023)	(1.467.632)	(1.599.504)
Receita de aplicações financeiras	1.147.357	959.344	1.416.513	1.160.571
Outras receitas (despesas)	110.189	30.068	(929.009)	113.007
	<u>3.075.282</u>	<u>2.502.514</u>	<u>(1.629.263)</u>	<u>(568.646)</u>
Atualizações Monetárias e Cambiais				
Atualizações monetárias líquidas	175.509	997.786	334.699	320.223
Atualizações cambiais líquidas	(4.618.216)	4.297.123	(3.979.338)	3.632.191
	<u>(4.442.707)</u>	<u>5.294.909</u>	<u>(3.644.639)</u>	<u>3.952.414</u>
	<u>(1.367.425)</u>	<u>7.797.423</u>	<u>(5.273.903)</u>	<u>3.383.768</u>

NOTA 41 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA COMPANHIA

A Eletrobras e suas controladas adotam um programa de participação dos empregados nos lucros e resultados da Companhia, que tem como objetivo incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da empresa, aplicáveis a todos os empregados.

A participação dos empregados nos lucros e resultados ocorre com base em acordos coletivos de trabalho firmados com os empregados e entidades sindicais, nos termos da legislação federal em vigor, através da pactuação de metas e compromissos.

Dessa forma, no exercício de 2009, a Eletrobras provisionou o montante de R\$ 27.000 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 23.000) sendo, no consolidado, R\$ 201.777 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 176.817), correspondente à participação dos empregados e administradores nos lucros e resultados - PLR, observada a Resolução 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

O pagamento da PLR será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas que apreciará as presentes Demonstrações Contábeis.

NOTA 42 - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

I – Controladora

A Eletrobras implantou em 2007 um programa de desligamento voluntário de empregados, destinado ao redimensionamento do seu quadro de empregados e aberto a todos aqueles que estiverem enquadrados nas seguintes condições:

- a) Participantes do Plano de Benefício Definido da Fundação Eletrobras de Seguridade Social - Eletros - estejam aposentados pelo INSS e em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto a Eletros, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão;
- b) Participantes do Plano de Contribuição Definida da Fundação Eletrobras de Seguridade Social - Eletros - estejam em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto a Eletros, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão; e
- c) Não Participantes da Fundação Eletrobras de Seguridade Social - Eletros - estejam aposentados pelo INSS, ou em condições de se aposentar, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão, ainda que de forma proporcional, pelo Regime Geral da Previdência Social.

Após o término da relação de emprego com a Eletrobras, a Companhia não será responsável por qualquer contribuição à Previdência Pública ou Privada.

O incentivo ao empregado no âmbito do programa se deu pelo pagamento de uma indenização complementar, por ano trabalhado, acrescidas das verbas rescisórias devidas em uma dispensa imotivada, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Cinquenta por cento de uma remuneração mensal por ano completo trabalhado, limitado a vinte e quatro anos e ao correspondente a doze vezes o maior salário da Companhia;
- b) Assistência à saúde por doze meses a partir da data de desligamento.

O Programa de Demissão Voluntária se encerrou em 31 de dezembro de 2009.

II – Chesf

A Chesf aprovou um programa de desligamento voluntário de empregados que se encontram em condições de aposentadoria, com prazo de desligamento até 28 de fevereiro de 2011, verificando 1.806 adesões, com 70 desligamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As despesas com o programa incluem incentivos financeiros, multa do FGTS, aviso prévio e a manutenção do Plano de Assistência Patronal – PAP, pelo período máximo de 12 meses, a partir da data de seu desligamento, entre outros.

Para fazer face a tais gastos a Companhia reconheceu neste exercício provisão de R\$ 274.118, julgadas suficientes para cobertura dos gastos previstos.

III – Eletrosul

A Eletrosul implantou em 2006, um programa de desligamento voluntário de empregados. A fim de manter a expertise necessária à gestão dos negócios, o empregado que aderiu ao plano, terá de repassá-la àquele que o substituirá nas suas atividades. A cronologia dos desligamentos, definida pela Eletrosul é conjugada com um Programa de Repasse de Conhecimentos – PRC e permitirá, após cumprido pelo empregado que pretende se desligar, que este faça jus a dois outros programas: o Programa de Preparação para a Aposentadoria – PPA e o Programa de Bônus por Cumprimento de Metas – PCM, que o habilitará para o seu desligamento voluntário. O empregado fará jus ao incentivo definido no programa de bônus para o desligamento voluntário por cumprimento de metas, se cumprido os compromissos/metastas e o período (de 90 dias a 5 anos), previamente acordados. Por essa razão, o valor do bônus a que fará jus depois de cumprido o período pré estabelecido e que será pago em 18 parcelas mensais após o desligamento do empregado, será reconhecido contabilmente como provisão durante o período de cumprimento do prazo, ou seja, se acordado que o empregado se desligará da Companhia em 2 anos, o valor de seu bônus será reconhecido mensalmente, a partir da assinatura do termo de adesão, a razão de 1/24 avos ao mês.

Considerando que a adesão foi de 398 empregados e, ainda, o critério de contabilização acima definido, foi reconhecido contabilmente, no exercício de 2006, o valor de R\$ 23.600, no exercício de 2007 o valor de R\$ 22.668, no exercício de 2008 o valor de R\$ 23.532 e no ano de 2009 R\$ 16.345. Nos demais exercícios estão previstos os seguintes valores: 2010 - R\$ 6.260; 2011 - R\$ 1.739, que segundo cálculo da Eletrosul, pela economia propiciada, serão recuperados, em média, em 18 meses contados da demissão do empregado.

NOTA 43 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

I - Gestão de Recursos

Nas aplicações de recursos financeiros da Eletrobras destacam-se, fundamentalmente, os empréstimos e financiamentos de longo prazo e os investimentos em participações acionárias em empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, detalhados nas Notas 9 e 16 e nos anexos II e III.

II - Instrumentos Financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009, de 19 de novembro de 2009, e à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

1- Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2009, não havia instrumentos financeiros derivativos em carteira. De igual maneira, não houve operações com derivativos no período findo em 31 de dezembro de 2009.

2 – Instrumentos Financeiros Derivativos embutidos

A Controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
			750 MW - até 31/12/2006
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773.21/ton e US\$ 1,450/ton, respectivamente.

A Companhia não atua com outras modalidades de operações de derivativos com exceção às mencionadas nesta nota explicativa. Outras informações a respeito desta operação estão apresentadas na Nota 19.

3 – Instrumentos Financeiros Não-Derivativos

a) Caixa e equivalentes de caixa: os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis.

b) Títulos e valores mobiliários: classificados como mantidos até o vencimento e registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

c) Consumidores e revendedores: os valores a receber de consumidores e revendedores são classificados como mantidos até o vencimento e estão apresentados por seus valores prováveis de realização.

d) Créditos renegociados: são classificados como mantidos até o vencimento e estão apresentados por seus valores prováveis de realização.

e) Financiamentos e empréstimos concedidos: os empréstimos e financiamentos concedidos estão associados à função de financiamento do setor elétrico nacional, sendo remunerados em média a 6,91% a.a. (31 de dezembro de 2008 - 9,73% a.a.).

Os financiamentos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é por ela definida, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a Companhia mantinha 809 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos, totalizando R\$ 28.717.335 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 42.234.271), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$	%	R\$
Dólar Norte-Americano	8,224,463	49,87	14.320.436
IGP-M	3,087,772	18,72	5.376.429
Real	4,862,394	29,48	8.466.400
Yen	233,048	1,41	405.783
EURO	85,163	0,52	148.285
Total	16,492,840	100,00	28.717.333

f) Empréstimos e financiamentos obtidos:

No Passivo, destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos Fundos Setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão - RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto às agências multilaterais internacionais - BID, BIRD, CAF, não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas internacionais, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Eletrobras finalizou o exercício de 2009 com 12 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 5.101.994 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 4.158.111), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ (equivalentes)	%	R\$
Dólar Norte-Americano	2,641,947	90,16%	4.600.158
EURO	85,713	2,93%	149.243
Yen	202,500	6,91%	352.593
Total	2,930,160	100,00	5.101.994

g) O Empréstimo Compulsório, extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente a ELETROBRAS gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido. Os valores de mercado desses empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

III – Riscos

1 - Risco Regulatório

A Companhia, por meio de suas controladas, detém concessões de serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica cujos vencimentos, nos termos da legislação vigente. Caso aquelas concessões não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

2 - Risco Cambial

A companhia apresenta relevante descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com a controlada Itaipu Binacional, o que provoca exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros *Libor*, relativas a contratos de captação externa. Além dos riscos já mencionados, existem outros de menor relevância provenientes de contratos concedidos e obtidos.

3 - Risco de Crédito

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica, amparada em contratos firmados em ambiente regulado. Nos contratos bilaterais firmados com distribuidoras de energia elétrica, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes.

Nas transações com clientes industriais denominados consumidores livres, o risco de crédito é minimizado através de análises prévias das condições do negócio.

4 - Risco de Preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

5 - Risco de Mercado

Parte substancial da energia elétrica gerada pelas empresas controladas pela Eletrobras é comercializada por meio de contratos de comercialização de energia, em ambiente regulado - CCEARs, celebrados em decorrência da participação de suas empresas controladas em leilão de energia existente, promovido pela ANEEL.

IV - Política de *Hedge* Financeiro:

Em 2009, foi revista a Política de *Hedge* Cambial aprovada em 2007, a qual teve seu escopo ampliado, abrangendo, além dos descasamentos de moeda, quaisquer riscos financeiros que fossem identificados.

Neste contexto foi aprovada a Política de *Hedge* Financeiro da Eletrobras. O objetivo da atual política é perseguir a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis dessas variáveis nas demonstrações contábeis. Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *Hedge* Financeiro, no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Eletrobras.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades, privilegiando soluções estruturais. As operações com derivativos financeiros apenas serão realizadas de forma complementar e com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Não houve operação de *hedge* no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

1 - Objetivos e Estratégias:

Em 2008, no âmbito da antiga Política de *Hedge* Cambial, foram realizadas operações com derivativos com o intuito de se mitigar uma pequena parte dos descasamentos ativos em moeda estrangeira. A Companhia utilizou vendas a termo de dólares norte-americanos (*Non-Deliverable Forwards* - NDFs), no valor de US\$ 280,000 , casando os vencimentos dos contratos com as datas de recebimento do serviço da dívida da controlada em conjunto Itaipu Binacional.

Já no âmbito da atual política, a empresa vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de *Hedge* Financeiro, a realização de operações de *swap* de taxa de juros, com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à *Libor*. A previsão é que estas operações sejam realizadas ao longo do ano de 2010.

Além da operação de *swap* de *Libor*, estratégias de *hedge* cambial foram analisadas em 2009 e estão sendo implementadas, priorizando as soluções estruturais, em linha com a Política de *Hedge* Financeiro. Dessa forma, foram captados em 2009 US\$ 1,000,000, por meio da emissão de bônus no mercado internacional, e estão sendo analisadas oportunidades de novas captações externas como importante instrumento de mitigação das exposições ativas em moeda estrangeira. Dentro dessa estratégia, está se levando em conta na estruturação das novas captações não só o montante total do descasamento,

mas também sua disposição ao longo do tempo, com vistas a efetuar tanto o *hedge* de balanço como o de fluxo.

2 - Riscos da Operações de *Hedge* Financeiro:

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte, que se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar este risco, a Eletrobras instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e *expertise* no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Eletrobras.

Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas, que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A companhia envida esforços para que todas as operações com derivativos a serem realizadas pela companhia serão enquadradas no conceito de *hedge accounting*, ratificando, com isso, o intuito único e exclusivo de realizar *hedge* com tais posições. Essa medida, contrapõe o risco de liquidação descasada das posições de *hedge* com os seus respectivos objetos, visto que os fluxos financeiros de ambos sempre estarão casados.

Em 2009 começou a ser discutido, e será implementado ao longo de 2010, critérios de margens de garantia, que será condição prévia para realização de qualquer operação desta natureza. Buscando reduzir a exposição ao risco de contraparte nas operações com derivativos.

V – Análise de Sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para fim de 2010 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices em centavos concedidos

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo	Em Reais				
			Provável 2010	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar (R\$/US\$)	8.224.463	14.320.436	1,8100	1,3575	0,9050	11.164.709	7.443.139

IGP-M	3.087.772	5.376.429	6,38%	4,79%	3,19%	5.633.691	5.547.937
EURO (R\$/€)	85.163	148.285	2,6933	2,0200	1,3466	115.608	77.072
Yen (R\$/¥)	233.048	405.783	0,0197	0,0147	0,0098	316.363	210.908
TOTAL		20.250.933				17.230.371	13.279.057

Apreciação dos Índices em centavos concedidos

Em Reais

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2010	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar (R\$/US\$)	8.224.463	14.320.436	1,8100	2,2625	2,7150	18.607.848	22.329.418
IGP-M	3.087.772	5.376.429	6,38%	7,98%	9,57%	5.805.200	5.890.954
EURO (R\$/€)	85.163	148.285	2,6933	3,3666	4,0399	192.680	231.217
Yen (R\$/¥)	233.048	405.783	0,0197	0,0246	0,0295	527.271	632.725
TOTAL		20.250.933				25.132.999	29.084.314

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos obtidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices em centavos concedidos

Em Reais

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2010	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar (R\$/US\$)	2.641.947	4.600.158	1,8100	1,3575	0,9050	3.586.443	2.390.962
EURO (R\$/€)	85.713	149.243	2,6933	2,0200	1,3466	116.355	77.570
Yen (R\$/¥)	202.000	352.593	0,0197	0,0147	0,0098	274.891	183.262
Total	2.929.660	5.101.994				3.977.689	2.651.794

Apreciação dos Índices em centavos concedidos

Em Reais

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 1 2010	Cenário I	Cenário II	Cenário I (+25%)	Cenário II
------------------	---------------	--------------	--------------------	--------------	---------------	---------------------	---------------

				(+25%)	(+50%)		(+50%)
Dólar (R\$/US\$)	2.641.947	4.600.158	1,8100	2,2625	2,7150	5.977.405	7.172.886
EURO (R\$/€)	85.713	149.243	2,6933	3,3666	4,0399	193.926	232.711
Yen (R\$/¥)	202.499	352.593	0,0197	0,0246	0,0295	458.154	549.784
Total	2.930.159	5.101.994				6.629.485	7.955.382

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo regulatório decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

Depreciação de Índices em Ativo Regulatório

Em Reais							
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo	Provável 2010	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar (R\$/US\$)	1.035.693	1.803.349	1,8100	1,3575	0,9050	1.405.953	937.302

Apreciação de Índices em Ativo Regulatório

Em Reais							
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2010	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar (R\$/US\$)	1.035.693	1.803.349	1,8100	2,2625	2,7150	2.343.255	2.811.906

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações da Eletrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

A companhia, conforme apresentado na Nota 3, não pratica remuneração baseada em ações.

Não há, também, operações com pessoas físicas consideradas partes relacionadas, exceto com acionistas.

	CONTROLADORA		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Furnas			
Consumidores e revendedores	5.384	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.341.691	-	-
AFAC	31.154	-	-
Obrigações diversas	-	339	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	84.505
	<u>1.378.229</u>	<u>339</u>	<u>84.505</u>
Chesf			
Consumidores e revendedores	3.061	-	-
Financiamentos e empréstimos	253.795	-	-
Remuneração de investimentos	588.428	-	-
AFAC	3.018.051	-	-
Obrigações diversas	-	1.368	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	363.801
	<u>3.863.335</u>	<u>1.368</u>	<u>363.801</u>
Eletronorte			
Consumidores e revendedores	5.778	-	-
Financiamentos e empréstimos	3.223.742	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	172.850	-	-
AFAC	4.023.201	-	-
Obrigações diversas	-	46	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	1.147.033
	<u>7.425.571</u>	<u>46</u>	<u>1.147.033</u>

Eletrosul			
Créditos Renegociados	12	-	-
Financiamentos e empréstimos	670.090	-	-
Remuneração de investimentos	194.063	-	-
AFAC	430.144	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	52.737
	1.294.309	-	52.737
CGTEE			
Financiamentos e empréstimos	782.191	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	22.551
	782.191	-	22.551
Eletronuclear			
Financiamentos e empréstimos	3.895.896	-	-
Remuneração de investimentos	6.382	-	-
Obrigações diversas	-	1.482	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	368.060
	3.902.278	1.482	368.060
Eletropar			
AFAC	-	-	-
Remuneração de investimentos	-	-	-
Obrigações diversas	-	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-
Itaipu			
Financiamentos e empréstimos	6.484.986	-	-
Remuneração de investimentos	435	-	-
Fornecedores	-	597.157	-
Energia Comprada para Revenda	-	-	3.177.434
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	522.354
	6.485.421	597.157	3.699.788

Ceal			
Financiamento e empréstimos	117.409	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	462	-	-
AFAC	414.276	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	44.201
	<u>532.147</u>	-	<u>44.201</u>
Cepisa			
Financiamento e empréstimos	315.330	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	355	-	-
AFAC	292.792	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	51.547
	<u>608.477</u>	-	<u>51.547</u>
Amazonas Energia			
Financiamentos e empréstimos	365.633	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	714	-	-
AFAC	1.573.797	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	144.464
	<u>1.940.144</u>	-	<u>144.464</u>
Ceron			
Financiamentos e empréstimos	99.611	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	21.125	-	-
AFAC	268.530	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	53.666
	<u>389.266</u>	-	<u>53.666</u>
Eletroacre			
Financiamentos e empréstimos	25.279	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis	107	-	-
AFAC	125.033	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	4.477
	<u>150.419</u>	-	<u>4.477</u>
Tesouro Nacional			

Obrigações	-	387.342	-
Dividendos a pagar	-	-	-
	-	387.342	-
Eletros			
Contribuições Previdenciárias	-	-	(56.491)
	-	-	(56.491)

CONSOLIDADO

	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Sistema de Transmissão Nordeste			
Partic. societária permanente	111.389	-	-
JCP/Dividendos a receber	9.672	-	-
Fornecedores	-	1.142	-
Receita de prestação serviços	-	-	1.663
Receita de equiv. Patrimonial	-	-	18.213
Encargo de uso da rede	-	-	(10.225)
	121.061	1.142	9.651
Cepel			
Despesas operacionais	-	-	(9.438)
	-	-	(9.438)
Intesa			
Partic. societária permanente	86.245	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.085	-	-
Fornecedores	-	1.396	-
Receita de equiv. Patrimonial	-	-	5.279
	96.330	1.396	5.279
Águas da Pedra			
Partic. societária permanente	123.421	-	-
Despesas de equiv. patrimonial	-	-	(549)
	123.421	-	(549)
Energia Sustentável			
Partic. societária permanente	202.388	-	-
Despesas de equiv. patrimonial	-	-	(2.034)
	202.388	-	(2.034)
Manaus Transmissão			
Partic. societária permanente	172	-	-

	172	-	-
Manaus Construção			
Partic. societária permanente	1.938	-	-
	<u>1.938</u>	-	-
Interligação Elétrica do Madeira			
Partic. societária permanente	50.567	-	-
	<u>50.567</u>	-	-
Fachesf			
Fornecedores	-	3.306	-
Contribuição normal	-	10.617	-
Contratos atuarias	-	196.913	(131.151)
Despesas operacionais	-	-	(43.269)
	<u>-</u>	<u>210.836</u>	<u>(174.420)</u>

	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Enerpeixe			
Contas a receber	137	-	-
Consumidores e revendedores	517	-	-
JCP/Dividendos a receber	7.310	-	-
Participação societária permanente	460.770	-	-
Receitas uso da rede elétrica	-	-	4.343
Receitas de prestação de serviços	-	-	5.390
Receita financeira	-	-	47.121
	<u>468.734</u>	<u>-</u>	<u>56.854</u>
Translete			
Participação societária permanente	15.096	-	-
Fornecedores	-	121	-
Receita financeira	-	-	2.917
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	(1.129)
	<u>15.096</u>	<u>121</u>	<u>1.788</u>
Transudeste			
Contas a receber	21	-	-
Participação societária permanente	10.350	-	-
Fornecedores	-	75	-
Receita financeira	-	-	1.850
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	(700)
	<u>10.371</u>	<u>75</u>	<u>1.150</u>

Transirapé			
Participação societária permanente	7.551	51	-
Receita financeira	-	-	1.521
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	(482)
	<u>7.551</u>	<u>51</u>	<u>(1.039)</u>
Centroeste			
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.035	-	-
Participação societária permanente	25	-	-
	<u>16.060</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Baguari			
Adiantamento para futuro aumento de capital	79.225	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	177
	<u>79.225</u>	<u>-</u>	<u>177</u>
Retiro Baixo			
Adiantamento para futuro aumento de capital	99.920	-	-
	<u>99.920</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Serra Facão			
Contas a receber	4	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	61.899	-	-
Participação societária permanente	75.586	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	2.729
	<u>137.489</u>	<u>-</u>	<u>2.729</u>
Chapecoense			
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.331	-	-
Participação societária permanente	216.214	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	3.346
	<u>259.545</u>	<u>-</u>	<u>3.346</u>
Madeira Energia			
Participação societária permanente	39	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	7.328
Inambari			
Participação societária permanente	7.003	-	-
	<u>7.003</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Transenergia			

Adiantamento para futuro aumento de capital	3.920	-	-
	<u>3.920</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Real Grandeza			
Contratos de dívidas atuariais	-	753.334	-
Contribuição normal mantenedor	-	-	9.935
Contribuição despesa administrativa	-	-	2.528
		<u>753.334</u>	<u>12.463</u>
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
ETAU			
Contas a receber	7	-	-
Partic. societária permanente	12.485	-	-
JCP/Dividendos a receber	4.409	-	-
Outras receitas	-	-	17
Receita de prestação de serviço	-	-	85
Resultado de equiv. patrimonial	-	-	4.682
	<u>16.901</u>	<u>-</u>	<u>4.784</u>
Artemis			
Contas a receber	433	-	-
JCP/Dividendo a receber	5.846	-	-
Participação societária permanente	72.226	-	-
Outras Receitas	-	-	50
Receita de prestação de serviços	-	-	5.162
Resultado de equiv. patrimonial	-	-	9.117
	<u>78.505</u>	<u>-</u>	<u>14.329</u>
Uirapuru			
Contas a receber	4.270	-	-
Partic. societária permanente	22.522	-	-
JCP/Dividendos a receber	2.205	-	-
Receita financeira	-	-	327
Receita de prestação serviços	-	-	2.010
Resultado de equiv. patrimonial	-	-	3.822
Outras receitas	-	-	12
	<u>28.997</u>	<u>-</u>	<u>6.171</u>
ESBR			
Partic. societária permanente	202.421	-	-
Despesa com participação societária	-	-	(3.321)
	<u>202.421</u>	<u>-</u>	<u>(3.321)</u>
Fundação Elos			

Contribuição normal	-	-	-
Contratos atuariais	-	35.416	(9.646)
	-	35.416	(9.646)
Norte Brasil			
Partic. societária permanente	30.062	-	-
Despesa com participação societária	-	-	(318)
	30.062	-	(318)
Estação Transmissora			
Partic. societária permanente	208.786	-	-
Despesa com participação societária	-	-	(240)
	208.786	-	(240)
Porto Velho			
Partic. societária permanente	18.333	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.063	-	-
Despesa com participação societária	-	-	(47)
	45.396	-	(47)
Brasnorte			
Partic. societária permanente	89.009	-	-
Fornecedores	-	93	-
	89.009	93	-
Amapari			
Partic. societária permanente	41.533	-	-
Resultado de equiv. patrimonial	(1.974)	-	-
Despesa de Equiv. Patrimonial	-	-	(1.864)
	39.559	-	(1.864)
AETE			
JCP/Dividendos a receber	(14.171)	199	-
Partic. societária permanente	21.300	-	-
Resultado de equiv. patrimonial	21.040	-	-
Receita de equiv. Patrimonial	-	-	7.149
	28.169	199	7.149
Previnorte			
Contribuições previdenciárias	-	3.902	-

Despesas atuariais	-	-	(27.045)
	-	3.902	(27.045)

Transmissora Matogrossense
Participação Societária Permanente

735	-	-
735	-	-

Nucleos

Contratos atuariais Cons. Divida	-	26.050	-
Provisão atuarial previdência	-	108.862	-
Contribuição normal mantenedor	-	-	6.365
Provisão atuarial pós emprego seguro e saúde	-	-	2.258
	-	134.912	8.623

Itaipu

ATIVO PASSIVO RESULTADO

Fibra

Fornecedores	-	-	-
Contas a Pagar	-	28.854	-
Contribuição normal	-	2.043	-
Despesas atuarias	-	-	(17.465)
Provisão Atuarial	-	186.962	-
Despesa financeira	-	-	(3.023)
	-	217.859	(20.488)

Cajubi

Contribuição normal	-	4.484	-
Despesas Atuariais	-	155.636	(17.862)
	-	160.120	(17.862)

Remuneração de Pessoal Chave

	Eletrobras		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	3.385	2.660	16.435	16.863
Salários e encargos sociais	990	720	4.167	4.479
Outros benefícios	203	416	2.424	3.296
TOTAL	4.578	3.797	23.156	24.509

NOTA 45 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A controlada Furnas foi multada em R\$ 53.700 pela ANEEL por entender que houve falhas no sistema de proteção de duas subestações de Itaberá (SP) e Ivaiporã (PR), o que teria motivado a pane elétrica e interrupção no fornecimento de energia elétrica, em 10 de novembro de 2009. A administração da controlada recorrerá da decisão da Agência Reguladora, por entender que não lhe pode ser atribuída culpa pelo acidente.

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Astrogildo Fraguglia Quental
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Engenharia

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Flávio Decat de Moura
Diretor de Distribuição

Ubirajara Rocha Meira
Diretor de Tecnologia

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
CONSUMIDORES E REVENDEDORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA					CONSOLIDADO				
	31/12/2009				31/12/2008	31/12/2009				31/12/2008
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total
AES ELETROPAULO	159.423	-	-	159.423	198.574	247.914	-	-	247.914	235.100
AES SUL	33.689	-	-	33.689	42.083	54.905	-	-	54.905	61.031
AMPLA	34.299	-	-	34.299	42.836	67.008	-	-	67.008	77.634
ANDE	-	-	-	-	-	58.113	-	-	58.113	55.251
EBE	41.359	-	-	41.359	51.608	56.460	-	-	56.460	69.843
CEA	-	-	-	-	-	12.503	-	670.254	682.757	566.283
CEB	16.735	-	-	16.735	21.149	29.957	-	-	29.957	47.053
CEEE-D	29.331	-	-	29.331	55.052	58.875	864	-	59.739	83.252
CELESC	71.779	-	-	71.779	88.739	111.646	-	-	111.646	102.242
CELG	33.296	49.945	453.147	536.387	452.374	69.783	49.945	453.147	572.874	486.232
CELPA	-	-	-	-	-	41.399	-	-	41.399	43.305
CELPE	-	-	-	-	-	37.338	189	4.552	42.079	47.808
CEMAR	-	-	-	-	-	27.709	-	-	27.709	30.259
CEMIG	135.758	-	-	135.758	168.761	216.824	-	-	216.824	238.590
CESP	-	-	-	-	-	3.098	-	-	3.098	2.500
COELCE	-	-	-	-	-	31.493	143	-	31.636	30.367
COELBA	-	-	-	-	-	64.495	-	-	64.495	64.146
COPEL	80.104	-	-	80.104	100.040	167.829	-	-	167.829	180.742
CPFL	88.340	-	-	88.340	109.835	113.897	-	-	113.897	130.982
ELEKTRO	46.851	-	-	46.851	58.388	89.355	-	-	89.355	105.961
ENERSUL	13.249	-	-	13.249	16.359	27.924	-	-	27.924	29.371
ESCELSA	25.016	-	-	25.016	31.374	44.365	-	-	44.365	47.895
LIGHT	86.249	-	-	86.249	107.251	164.389	-	-	164.389	172.966
PIRATININGA	45.848	-	-	45.848	57.097	53.920	-	-	53.920	58.932
RGE	30.377	-	-	30.377	37.616	36.858	-	-	36.858	43.675
Comercialização CCEE	-	-	-	-	-	162.783	1.328	310.875	474.986	308.646
Ativo Regulatório	-	-	-	-	-	-	-	35.716	35.716	86.891
Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	288.375	1.338	1.834	291.547	364.472
PROINFA	12.317	8.311	64.035	84.663	39.530	12.317	8.311	64.035	84.663	39.530
Consumidores	-	-	-	-	-	374.236	218.243	435.838	1.028.317	1.066.943
Poder público	-	-	-	-	-	61.156	51.475	316.965	429.596	248.909
Outros	51.733	-	-	51.733	30.903	461.199	4.747	276.017	741.963	756.382
(-) PCLD	-	-	-	-	-	-	-	(1.893.319)	(1.893.319)	(1.541.736)
	1.035.751	58.256	517.182	1.611.189	1.709.569	3.248.121	336.583	675.914	4.260.618	4.341.459

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA								CONSOLIDADO							
	31/12/2009				31/12/2008				31/12/2009				31/12/2008			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO																
FURNAS	7,58%	7.246	512.610	821.835	10,00%	8.082	78.073	1.091.846	-	-	-	-	-	-	-	-
CHESF	8,75%	-	102.921	150.876	11,47%	31.575	440.873	2.988.359	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETROSUL	7,46%	6.389	97.681	566.020	7,56%	1.168	77.274	513.719	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETRONORTE	13,07%	10.235	224.254	3.223.741	13,57%	15.500	231.349	7.342.566	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	11,73%	1.682	69.987	3.042.036	12,69%	2.176	64.870	2.835.655	-	-	-	-	-	-	-	-
CGTEE	2,54%	538	62.361	719.292	6,39%	816	-	574.138	-	-	-	-	-	-	-	-
CEAL	6,61%	-	-	117.409	10,49%	-	140.254	589.101	-	-	-	-	-	-	-	-
CERON	8,45%	752	-	98.859	12,57%	3.435	39.874	303.656	-	-	-	-	-	-	-	-
CEPISA	9,39%	561	-	315.330	11,43%	1.472	53.617	396.735	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETROACRE	7,39%	-	2.352	22.366	12,03%	984	84.663	348.331	-	-	-	-	-	-	-	-
AMAZONAS	7,95%	2.296	-	363.337	11,02%	351	9.557	30.161	-	-	-	-	-	-	-	-
ITAIPU	7,08%	-	1.143.039	11.826.932	7,07%	-	60.944	18.355.581	-	-	571.519	5.913.466	-	-	30.472	9.177.791
		29.700	2.215.204	21.268.033		65.559	1.281.348	35.369.848			571.519	5.913.466			30.472	9.177.791
OUTRAS																
CEMIG	6,22%	222	57.735	343.741	6,76%	2.457	63.022	403.565	6,22%	222	57.735	343.741	6,76%	2.457	63.022	403.565
COPEL	8,39%	14	6.126	88.512	10,21%	429	4.548	67.142	8,39%	14	6.126	88.512	8,39%	429	4.548	67.142
CEEE	8,01%	135	1.604	20.033	9,33%	172	66.693	30.085	8,01%	135	1.604	20.033	9,33%	172	66.693	30.085
DUKE	10,00%	2.049	126.593	362.530	10,00%	2.375	168.691	439.233	10,00%	2.049	126.593	362.530	10,00%	2.375	168.691	439.233
AES TIETÊ	10,00%	4.048	250.123	716.276	10,00%	4.819	224.659	982.694	10,00%	4.048	250.123	716.276	10,00%	4.819	224.659	982.694
AES ELETROPAULO	10,48%	286.780	108.062	513	10,01%	274.406	117.931	-	10,48%	286.780	108.062	513	9,30%	274.406	117.931	-
TRACTBEL	12,00%	435	32.711	10.796	12,00%	707	29.611	41.114	12,00%	435	32.711	10.796	12,00%	707	29.611	41.114
CELPE	6,00%	961	16.976	62.286	6,00%	867	17.173	77.957	6,00%	961	16.976	62.286	4,44%	867	17.173	77.957
CEMAR	5,94%	-	30.225	363.860	5,09%	1.154	26.352	317.532	5,94%	-	30.225	363.860	6,07%	1.154	26.352	317.532
CESP	9,36%	1.067	30.778	201.823	9,36%	1.165	28.121	235.273	9,36%	1.067	30.778	201.823	9,33%	1.165	28.121	235.273
OUTRAS	-	112.443	417.678	1.739.495	-	100.658	331.872	1.572.714	-	112.820	474.116	1.752.576	-	101.821	443.301	1.695.257
(-) PCLD	-	(82.257)	(109.975)	-	-	(58.221)	(59.454)	-	-	(82.257)	(109.975)	-	-	(58.221)	(59.454)	-
		325.896	968.636	3.909.865		330.988	1.019.219	4.167.309		326.273	1.025.074	3.922.946		332.151	1.130.648	4.289.852
T O T A L		355.596	3.183.840	25.177.898		396.547	2.300.567	39.537.157		326.273	1.596.593	9.836.412		332.151	1.161.120	13.467.643

A parcela de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	TOTAL
CONTROLADORA	1.350.632	1.271.209	1.178.595	1.068.298	986.883	19.322.281	25.177.898
CONSOLIDADO	527.660	496.632	460.449	417.359	385.552	7.548.760	9.836.412

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(em milhares de Reais)

	31/12/2009								31/12/2008	
	FURNAS	CHESF	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROPAR	CGTEE	ITAIPU (a)	TOTAL	TOTAL
DADOS DAS EMPRESAS										
Capital social	6.000.000	4.539.557	1.245.042	4.177.205	3.296.032	55.769	868.721	-	-	-
AFAC	31.154	3.018.050	430.144	-	-	62.285	-	-	-	-
Patrimônio líquido	13.540.108	15.668.189	2.721.827	10.227.327	4.381.608	118.591	367.937	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(129.154)	764.387	204.872	309.213	55.107	11.352	(20.919)	-	-	-
PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS										
Quantidade de ações - lote de mil										
Ordinárias	50.618.949	40.478	42.582.421	81.250	9.612.517	8.480.196	1.126.273	-	-	-
Preferenciais	14.088.233	1.002	-	-	2.687.216	-	-	-	-	-
Participação em %										
Subscrito e integralizado	99,54	99,45	99,71	99,03	99,80	81,61	99,94	50,00	-	-
Votante	99,82	100,00	99,71	99,03	99,92	81,61	99,94	50,00	-	-
MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:										
Saldos no início do período	13.587.598	12.410.121	2.253.020	6.106.975	4.311.530	45.948	349.797	116.850	39.181.839	38.957.640
Equivalência patrimonial - resultado do período	(128.560)	760.183	204.278	322.653	112.371	9.019	(20.907)	-	1.259.036	(435.002)
Ajustes patrimoniais	(12.227)	(1.312)	21.803	-	-	-	-	-	8.264	-
Dividendos	-	(588.430)	(194.064)	(285.943)	(109.621)	(552)	-	-	(1.178.609)	(966.215)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(29.790)	(29.790)	28.285
Ajustes da Lei 11.638/07	-	-	-	-	-	(8.438)	-	-	(8.438)	263.161
Conversão de AFAC em Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.333.970
Saldos no final do exercício	13.446.811	12.580.562	2.285.037	6.143.685	4.314.279	45.977	328.890	87.060	39.232.302	39.181.839

(a) A participação da ELETROBRAS, de acordo com o Decreto-Lei 72.707/73, é fixa e equivale a US\$ 50,000 mil.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS



ATIVO IMOBILIZADO
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA	CONTROLADAS												CONSOLIDADO	
	31/12/2009	31/12/2009												31/12/2009	
	ELETROBRAS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROSUL	ITAIPU	CGTEE	AMAZONAS	CEAL	CERON	CEPISA	ELETROACRE	ELETROPAR	TOTAL
Geração															
Em serviço	-	9.118.489	17.441.789	18.145.756	6.857.869	-	13.599.174	1.858.217	2.091.206	-	19.528	-	-	-	69.132.028
Depreciação acumulada	-	(3.265.572)	(7.288.164)	(7.650.772)	(2.233.570)	-	-	(1.632.140)	(1.062.280)	-	(13.452)	-	-	-	(23.145.950)
Em curso	-	5.852.917	10.153.625	10.494.984	4.624.299	-	13.599.174	226.077	1.028.926	-	6.076	-	-	-	45.986.078
	-	2.231.200	282.073	214.442	2.275.295	664.646	277.745	922.218	131.152	-	277	-	-	-	6.999.048
	-	8.084.117	10.435.698	10.709.426	6.899.594	664.646	13.876.919	1.148.295	1.160.078	-	6.353	-	-	-	52.985.126
Transmissão															
Em serviço	13.268	12.633.612	7.540.316	6.299.567	-	4.007.267	1.072.157	-	-	-	-	-	-	-	31.566.186
Depreciação acumulada	(1.089)	(6.687.229)	(3.521.437)	(3.071.104)	-	(1.477.178)	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.758.037)
Em curso	12.180	5.946.383	4.018.879	3.228.463	-	2.530.089	1.072.157	-	-	-	-	-	-	-	16.808.150
	-	1.420.907	1.361.308	779.894	-	189.526	-	-	-	-	-	-	-	-	3.751.635
	12.180	7.367.290	5.380.187	4.008.357	-	2.719.615	1.072.157	-	-	-	-	-	-	-	20.559.785
Distribuição															
Em serviço	-	1.526	-	278.844	-	-	-	-	1.194.265	779.103	702.794	722.308	446.967	-	4.125.807
Depreciação acumulada	-	(714)	-	(71.236)	-	-	-	-	(569.109)	(283.385)	(262.218)	(311.160)	(91.863)	-	(1.589.685)
Em curso	-	812	-	207.608	-	-	-	-	625.156	495.718	440.576	411.149	355.104	-	2.536.122
	-	4	-	16.800	-	-	-	-	391.773	111.122	84.512	142.276	77.510	-	823.997
	-	816	-	224.408	-	-	-	-	1.016.929	606.840	525.088	553.425	432.614	-	3.360.119
Administração															
Em serviço	51.353	213.466	1.049.407	81.593	13.934	38.386	751.115	9.178	289.228	11.426	18.453	14.321	15.817	199	2.557.876
Depreciação acumulada	(32.633)	(97.787)	(540.725)	(43.206)	(7.011)	(11.902)	-	(4.491)	(199.740)	(9.363)	(9.864)	(10.629)	(10.527)	(149)	(978.027)
Em curso	18.720	115.679	508.682	38.387	6.923	26.484	751.115	4.687	89.488	2.063	8.589	3.692	5.290	50	1.579.849
	-	20.079	156.740	183.535	3.365	-	170.226	348	7.303	2.431	671	13	939	-	545.650
	18.720	135.758	665.422	221.922	10.288	26.484	921.341	5.035	96.791	4.494	9.260	3.705	6.229	50	2.125.499
	30.899	15.587.981	16.481.307	15.164.113	6.909.882	3.410.745	15.870.417	1.153.330	2.273.798	611.334	540.701	557.129	438.843	50	79.030.528
Obrigações Vinc. a Concessão															
(-) Amortizações e reversões	-	(81.998)	-	54	-	-	-	-	-	3.842	-	-	-	-	(78.102)
(-) Contribuições de consumidores	-	-	(3.344)	(318)	-	-	-	-	(24.220)	(21.023)	(13.246)	-	(3.456)	-	(65.607)
(-) Participação da União Federal	-	(19.389)	(108.052)	(230.559)	(495)	-	-	-	(183.028)	(195.377)	(24.093)	(13.228)	(172.635)	-	(946.856)
(-) Doações e subvenções p/ investimentos	-	(2.003)	(43.864)	(11.152)	-	(9.221)	-	-	(107.811)	(36.143)	(4.472)	(265.273)	1.147	-	(478.792)
(-) Outras	-	(9.150)	(606)	(25.624)	(165)	-	-	-	-	(5.296)	(145.858)	(11.254)	(1.401)	-	(199.354)
	-	(112.540)	(155.866)	(267.599)	(660)	(9.221)	-	-	(315.059)	(253.997)	(187.669)	(289.755)	(176.345)	-	(1.768.711)
TOTAL	30.899	15.475.441	16.325.441	14.896.514	6.909.222	3.401.524	15.870.417	1.153.330	1.958.739	357.337	353.032	267.374	262.498	50	77.261.818
Taxa anual média de depreciação (%)															
Geração	-	2,30%	2,41%	2,56%	3,30%	0,00%	0,00%	6,12%	2,02%	0,00%	2,98%	0,00%	0,00%	-	
Transmissão	-	3,00%	2,98%	2,76%	0,00%	3,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	
Distribuição / Comercialização	-	5,70%	0,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,06%	6,44%	4,21%	5,40%	4,09%	-	
Administração	7,95%	9,30%	7,18%	15,00%	10,00%	7,51%	0,00%	12,50%	1,57%	4,19%	9,25%	5,60%	5,29%	-	

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS



ATIVO IMOBILIZADO
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA	CONTROLADAS											CONSOLIDADO		
	31/12/2008	31/12/2008											31/12/2008		
	ELETROBRAS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROSUL	ITAIPU	CGTEE	AMAZONAS	CEAL	CERON	CEPISA	ELETROACRE	ELETROPAR	TOTAL
Geração															
Em serviço	-	8.865.499	17.319.003	17.474.335	6.048.244	-	18.944.955	197.752	2.026.384	-	47.318	-	-	-	70.923.490
Depreciação acumulada	-	(3.064.423)	(6.940.820)	(7.254.557)	(2.042.099)	-	-	-	(1.004.830)	-	(32.139)	-	-	-	(20.338.868)
	-	5.801.076	10.378.183	10.219.778	4.006.145	-	18.944.955	197.752	1.021.554	-	15.179	-	-	-	50.584.622
Em curso	-	1.474.035	195.185	482.753	2.561.143	289.774	270.616	726.860	147.757	-	1.545	-	-	-	6.149.668
	-	7.275.111	10.573.368	10.702.531	6.567.288	289.774	19.215.571	924.612	1.169.311	-	16.724	-	-	-	56.734.290
Transmissão															
Em serviço	13.269	12.418.450	7.479.588	6.220.484	-	3.232.630	1.439.025	-	-	-	-	-	-	-	30.803.446
Depreciação acumulada	(740)	(6.336.871)	(3.321.142)	(2.897.953)	-	(1.355.168)	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.911.874)
	12.529	6.081.579	4.158.446	3.322.531	-	1.877.462	1.439.025	-	-	-	-	-	-	-	16.891.572
Em curso	-	1.263.346	1.015.348	507.751	-	149.560	-	-	-	-	-	-	-	-	2.936.005
	12.529	7.344.925	5.173.794	3.830.282	-	2.027.022	1.439.025	-	-	-	-	-	-	-	19.827.577
Distribuição															
Em serviço	-	1.416	-	227.885	-	-	-	-	1.105.448	673.588	480.320	363.518	257.754	-	3.109.929
Depreciação acumulada	-	(549)	-	(62.600)	-	-	-	-	(527.136)	(252.788)	(212.092)	(172.817)	(65.738)	-	(1.293.720)
	-	867	-	165.285	-	-	-	-	578.312	420.800	268.228	190.701	192.016	-	1.816.209
Em curso	-	79	-	99.333	-	-	-	-	245.443	88.585	95.904	116.078	53.911	-	699.333
	-	946	-	264.618	-	-	-	-	823.755	509.385	364.132	306.779	245.927	-	2.515.542
Administração															
Em serviço	41.777	200.171	1.030.983	55.006	14.754	33.175	1.001.391	-	286.948	14.311	33.626	-	15.059	187	2.727.388
Depreciação acumulada	(28.812)	(87.704)	(486.686)	(24.480)	(6.851)	(9.947)	-	-	(187.542)	(8.583)	(14.144)	-	(9.825)	(140)	(864.714)
	12.965	112.467	544.297	30.526	7.903	23.228	1.001.391	-	99.406	5.728	19.482	-	5.234	47	1.862.674
Em curso	-	24.016	79.326	162.735	411	-	402.292	-	1.317	399	96	-	1.248	-	671.840
	12.965	136.483	623.623	193.261	8.314	23.228	1.403.683	-	100.723	6.127	19.578	-	6.482	47	2.534.514
	25.494	14.757.465	16.370.785	14.990.692	6.575.602	2.340.024	22.058.279	924.612	2.093.789	515.512	400.434	306.779	252.409	47	81.611.923
Obrigações Vinc. a Concessão															
(-) Amortizações e reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(418)	-	-	-	-	(418)
(-) Contribuições de consumidores	-	-	(3.344)	(318)	-	-	-	-	(24.375)	(19.258)	(12.111)	-	(3.266)	-	(62.672)
(-) Participação da União Federal	-	-	(108.052)	(230.256)	(2.056)	-	-	-	(53.747)	(150.895)	(24.240)	-	(146.828)	-	(716.074)
(-) Doações e subvenções p/ investimentos	-	-	(43.865)	-	-	(6.815)	-	-	(197.751)	(36.143)	(4.502)	-	-	-	(289.076)
(-) Outras	-	(112.540)	(606)	(38.632)	(189)	-	-	-	-	(5.296)	(114.999)	-	(8.747)	-	(281.009)
	-	(112.540)	(155.867)	(269.206)	(2.245)	(6.815)	-	-	(275.873)	(212.010)	(155.852)	-	(158.841)	-	(1.349.249)
TOTAL	25.494	14.644.925	16.214.918	14.721.486	6.573.357	2.333.209	22.058.279	924.612	1.817.916	303.502	244.582	306.779	93.568	47	80.262.674
Taxa anual média de depreciação (%)															
Geração	0,00%	2,20%	2,41%	2,56%	3,30%	0,00%	0,00%	6,12%	2,02%	0,00%	2,98%	0,00%	0,00%	-	
Transmissão	0,00%	3,00%	2,98%	2,76%	0,00%	3,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	
Distribuição / Comercialização	0,00%	5,70%	0,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,06%	6,44%	4,21%	5,40%	4,09%	-	
Administração	7,95%	9,30%	7,18%	15,00%	10,00%	7,51%	0,00%	12,50%	1,57%	4,19%	9,25%	5,60%	5,29%	-	

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA								CONSOLIDADO							
	31/12/2009				31/12/2008				31/12/2009				31/12/2008			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
	CIRCULANTE		NÃO		CIRCULANTE		NÃO		CIRCULANTE		NÃO		CIRCULANTE		NÃO	
TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	
MOEDA ESTRANGEIRA																
Instituições Financeiras																
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	5,32%	3.659	32.397	242.977	5,32%	5.489	43.482	369.600	5,32%	3.659	32.397	242.977	5,32%	5.489	43.482	369.600
Corporación Andino de Fomento - CAF	3,97%	22.040	-	1.205.446	4,76%	10.340	-	1.635.900	3,97%	22.040	-	1.205.446	4,76%	10.340	-	1.635.900
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	3,87%	183	23.811	52.205	5,73%	202	31.349	95.514	3,87%	183	23.811	52.205	5,73%	376	59.698	95.514
Dresdner Bank	6,25%	775	23.810	48.458	6,25%	259	31.349	95.513	6,25%	775	23.810	48.458	6,25%	331	45.110	95.513
Eximbank	2,15%	1.654	41.288	309.651	2,15%	2.544	56.822	482.981	2,15%	1.654	41.288	309.651	2,15%	2.544	56.823	482.981
Outras		15.263	1.759	749.653		2.510	2.487	585.322		15.489	3.942	761.549		3.466	19.374	502.328
		43.575	123.065	2.608.389		21.344	165.489	3.264.830		43.801	125.248	2.620.285		22.546	224.487	3.181.836
Bônus																
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	3.984	-	522.360	7,75%	5.347	-	701.100	7,75%	3.984	-	522.360	7,75%	5.347	-	701.100
Bônus - Credit Suisse	6,87%	59.421	-	1.741.200		-	-	-	6,87%	59.421	-	1.741.200		-	-	-
		63.405	-	2.263.560		5.347	-	701.100		63.405	-	2.263.560		5.347	-	701.100
Outros																
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		-	-	-		3.342	344.448	8.701.253		5.698	941.908	11.655.965
		-	-	-		-	-	-		3.342	344.448	8.701.253		5.698	941.908	11.655.965
		106.980	123.065	4.871.949		26.691	165.489	3.965.930		110.548	469.696	13.585.098		33.591	1.166.395	15.538.901
MOEDA NACIONAL																
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		-	-	-		-	-	-		-	71.671	-		224.977	86.930	
Outros		-	-	-		-	-	-		52.517	294.192	3.206.020		52.114	237.534	2.671.731
		-	-	-		-	-	-		52.517	365.863	3.206.020		52.114	462.511	2.758.661
		106.980	123.065	4.871.949		26.691	165.489	3.965.930		163.065	835.559	16.791.119		85.705	1.628.906	18.297.563

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela ELETROBRÁS.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, corresponde na controladora a R\$ 5.101.994 mil, equivalente a US\$ 2.930,159 mil e no consolidado a R\$ 14.165.342 mil, equivalente a US\$8,135.390 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
CONTROLADORA	90%	3%	7%
CONSOLIDADO	96%	1%	3%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2009, foi de 5,65% a.a. e 200, foi de 6,40 % a.a.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	TOTAL
CONTROLADORA	121.258	194.368	239.806	239.808	551.471	1.451.330	2.798.041
CONSOLIDADO	650.700	909.986	776.588	724.517	682.425	5.899.202	9.643.418

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRÁS

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CONTROLADAS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

	2009								2008							
	ATIVO				PASSIVO				ATIVO				PASSIVO			
	Circulante	Outros	Imobilizado, Intangível e investimentos	TOTAL	Circulante	Pat. Líquido	Outros	TOTAL	Circulante	Outros	Imobilizado, Intangível e investimentos	TOTAL	Circulante	Pat. Líquido	Outros	TOTAL
FURNAS	1.669.770	1.326.920	16.856.276	19.852.966	1.975.590	4.337.268	13.540.108	19.852.966	2.242.891	2.048.138	15.998.268	20.289.297	2.461.587	4.146.167	13.681.543	20.289.297
CHESF	1.806.179	339.213	16.786.960	18.932.352	1.708.819	1.555.344	15.668.189	18.932.352	2.050.322	212.570	16.497.310	18.760.202	1.924.551	4.062.501	12.773.150	18.760.202
ELETROSUL	507.780	581.710	3.591.413	4.680.903	767.891	1.191.185	2.721.827	4.680.903	753.020	958.947	2.334.767	4.046.734	637.861	1.054.724	2.354.149	4.046.734
ELETRONORTE	2.103.984	457.056	15.393.137	17.954.177	1.857.627	5.869.486	10.227.063	17.954.176	2.237.348	570.308	15.071.074	17.878.730	2.103.273	9.586.792	6.188.665	17.878.730
ELETRONUCLEAR	723.686	942.163	6.943.484	8.609.333	638.922	3.647.919	4.322.492	8.609.333	863.099	891.998	6.602.538	8.357.635	429.997	3.607.901	4.319.737	8.357.635
CGTEE	117.942	8.906	1.156.310	1.283.158	194.698	720.523	367.937	1.283.158	111.518	10.876	928.849	1.051.243	123.597	577.640	350.006	1.051.243
ELETROPAR	38.880	-	82.148	121.028	2.405	-	118.623	121.028	107.033	1	93.696	200.730	82.142	1	118.587	200.730
ITAIPIU	1.126.287	883.333	15.162.242	17.171.862	1.536.497	15.548.306	87.060	17.171.862	2.226.006	3.843.996	40.811.662	46.881.664	3.474.740	43.173.224	233.700	46.881.664

	2009								2008							
	Receita Oper. Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Outros Resultados	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício	Receita Oper. Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Outros Resultados	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício
FURNAS	6.073.939	(5.426.650)	647.289	(48.309)	(1.062.173)	(463.193)	334.039	(129.154)	5.771.647	(4.858.236)	913.411	(9.851)	(318.399)	585.161	(130.643)	454.518
CHESF	4.242.613	(3.064.150)	1.178.463	4.688	(213.904)	897.102	(132.715)	764.387	4.826.300	(2.610.935)	2.215.365	(108.419)	(464.979)	1.641.967	(204.676)	1.437.291
ELETROSUL	723.906	(403.771)	320.135	3.809	(32.171)	291.773	(86.901)	204.872	638.958	(328.689)	310.269	(14.701)	103.626	399.194	(130.874)	268.320
ELETRONORTE	3.433.492	(2.915.087)	518.405	488.159	(715.368)	291.196	12.745	303.941	3.854.497	(3.663.420)	191.077	(1.120.506)	(1.495.129)	(2.424.558)	-	(2.424.558)
ELETRONUCLEAR	1.572.977	1.131.535	441.442	(13.671)	(348.571)	79.200	(24.093)	55.107	1.471.755	(1.085.042)	386.713	(330)	(589.158)	(202.775)	(79.295)	(282.070)
CGTEE	189.602	(283.865)	(94.263)	76.261	(2.917)	(20.919)	-	(20.919)	176.206	(378.454)	(202.248)	(92.190)	2.236	(292.202)	-	(292.202)
ELETROPAR	20.857	11.882	8.975	-	2.212	11.187	(136)	11.051	14.122	(3.818)	10.304	(12)	428	10.720	(56)	10.664
ITAIPIU	3.031.663	1.505.946	1.525.718	1.829	(1.008.379)	519.168	-	519.168	8.001.428	(3.077.817)	4.923.610	1.770	(2.864.458)	2.060.922	-	2.060.922

Equivalência = Outros resultados

Participação no s lucros - Outros Resultados

Glossário
ANEXO VII

ALBRÁS	Alumínio Brasileiro S.A.
AES BANDEIRANTE	AES Bandeirante Empreendimentos Ltda.
AES ELETROPAULO	AES Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A.
AES SUL	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
AES TIETÊ	AES Tietê S.A.
AMPLA	Ampla Energia e Serviços S.A.
ANDE	Administración Nacional de Electricidad
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ARTEMIS	Artemis Transmissora de Energia S.A.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
CAJUBI	Caja Paraguaya de Jubilaciones y Pensiones del Personal de Itaipu Binacional
CASAL	Companhia de Água de Alagoas
EERGISA Minas Gerais	Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDSA	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CEAL	Companhia Energética de Alagoas
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEB Lajeado	CEB Lajeado S.A.
ENERGISA Borborema	Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.
CEEE - D	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CEEE - GT	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CELG	Centrais Elétricas de Goiás S.A.
CENF	Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.
CELPA	Centrais Elétricas do Pará S.A.
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
CENTROESTE DE MINAS	Companhia de Transmissão Centro-Oeste de Minas
CEPISA	Companhia Energética do Piauí
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CHAPECOENSE	Chapecoense Geração S.A.
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
COELCE	Companhia Energética do Ceará
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
DUKE	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
EATE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A.
EDP Lajeado	EDP - Lajeado Energia S.A.
ELEJOR	Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.
ELEKTRO	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
ELOS	Fundação ELETROSUL de Previdência e Assistência Social
ELETROS	Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social
ELETROACRE	Companhia de Eletricidade do Acre

Continua

ELETROCEEE	Fundação CEEE de Seguridade Social
ELETRONET	Eletronet S.A.
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
ENERGISA Sergipe	Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
ENERPEIXE	Enerpeixe S.A.
ENERSUL	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
EPTE	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
ETAU	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
FACHESF	Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social
FGP	Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas
FIBRA	Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
GUASCOR	Guascor do Brasil Ltda.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
INTESA	Integração Transmissora de Energia S.A.
INVESTCO	Investco S.A.
ITQUIRA	Itiquira Energética S.A.
NUCLEOS	Nucleos Instituto de Seguridade Social
NUCLEP	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
PAULISTA LAJEADO	Paulista Lajeado Energia S.A.
PIRATININGA	Companhia Piratininga de Força e Luz
PREVINORTE	Previnorte - Fundação de Previdência Complementar
REAL GRANDEZA	Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social
REDE LAJEADO	Rede Lajeado Energia S.A.
RGE	Rio Grande Energia Elétrica S.A.
RS ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul
ENERGISA Paraíba	Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
SC ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.
STN	Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
TANGARÁ	Tangará Energia S.A.
TRACTBEL	Tractbel Energia S.A.
TRANSIRAPÉ	Companhia Transirapé de Transmissão
TRANSLESTE	Companhia Transleste de Transmissão
TRANSUDESTE	Companhia Transudeste de Transmissão
UIRAPURU	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

DIRETORIA EXECUTIVA

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Astrogildo Fraguglia Quental
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Engenharia

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Flávio Decat de Moura
Diretor de Distribuição

Ubirajara Rocha Meira
Diretor de Tecnologia

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Pereira Zimmermann
Presidente

José Antonio Muniz Lopes
Conselheiro

Wagner Bittencourt de Oliveira
Conselheiro

Miriam Aparecida Belchior
Conselheira

Luiz Soares Dulci
Conselheiro

Virginia Parente de Barros
Conselheira

Arlindo Magno de Oliveira
Conselheiro

José Antonio Corrêa Coimbra
Conselheiro

Lindemberg de Lima Bezerra
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Edison Freitas de Oliveira
Presidente

Hailton Madureira de Almeida
Conselheiro

Danilo de Jesus Vieira Furtado
Conselheiro

Ana Lúcia de Paiva Lorena Freitas
Conselheira

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

- 1 Examinamos o balanço patrimonial das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia" ou "Eletrobras) em 31 de dezembro de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa 16, os exames das demonstrações financeiras de determinadas empresas coligadas são conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes. Nas informações contábeis da Eletrobras, os investimentos destas empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e representam investimentos de R\$ 6.359.637 mil em 31 de dezembro de 2009 e a participação nos resultados monta a R\$ 1.383.048 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. As demonstrações financeiras da Itaipu Binacional, com ativos totais de R\$ 9.980.284 mil em 31 de dezembro de 2009, incluídas nas informações contábeis consolidadas, foram também examinadas por outros auditores independentes. Nosso parecer, no que se refere aos valores gerados por estas empresas, está fundamentado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Com base em nosso exame e nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes conforme mencionado no parágrafo 1, somos de parecer que as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras em 31 de dezembro de 2009 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

- 4 Com base nas determinações da Lei nº 12.111/2009, determinadas controladas de distribuição da região norte reconheceram em 31 de dezembro de 2009, o montante R\$ 435.385 mil referente substancialmente ao reembolso dos gastos com a compra de insumos decorrentes da produção de energia incorridos pelas empresas que estão no Sistema Isolado para o período de agosto a dezembro de 2009, conforme mencionado na Nota 13. Adicionalmente, as distribuidoras controladas pela Eletrobras situadas na região norte possuem impostos a recuperar no montante de R\$ 1.388.160 mil, os quais, nos termos da supracitada Lei, deixarão de sofrer acréscimos e serão realizados nas operações de distribuição em um prazo estimado de aproximadamente quatro anos. A referida Lei ainda se encontra pendente de regulamentação, sendo que os eventuais efeitos decorrentes da determinação das características de regulação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, se houver, serão reconhecidos quando da finalização desse processo, conforme mencionado na Nota 12.
- 5 Em decorrência do reajuste tarifário de 2009 da controlada Amazonas Distribuição de Energia S.A., previsto no contrato de concessão, a ANEEL homologou em caráter provisório, a base de remuneração regulatória. Os possíveis efeitos decorrentes da base de remuneração regulatória definitiva, se houver, serão refletidos na posição financeira da empresa controlada Amazonas Distribuição de Energia S.A. em exercícios subsequentes.
- 6 Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia mantém provisão para perdas em adiantamentos para futuro aumento de capital em determinadas empresas controladas do segmento de distribuição de energia no montante de R\$ 1.858.603 mil, sendo apresentada ainda provisão para passivo a descoberto no montante de R\$ 53.660 mil. As empresas vêm apurando prejuízos repetitivos em suas operações, sendo que as informações financeiras dessas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias em regime normal de operações. Os planos da administração com relação ao equacionamento financeiro das referidas empresas incluem o processo de capitalização de dívidas e de adiantamentos para futuro aumento de capital ainda a ser efetivado, conforme mencionado na nota explicativa 42. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.
- 7 As demonstrações financeiras das empresas coligadas CEEE - D - Companhia de Estadual de Distribuição de Energia Elétrica e CEEE - GT - Companhia Estadual de Geração e Distribuição de Energia Elétrica, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 5 de março de 2010, contendo parágrafo de ênfase relacionado ao reconhecimento dos créditos de ajuste na Conta de Resultados a Compensar - CRC referente à complementação e suplementação de aposentadoria de

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras


seus funcionários ex-autárquicos conforme decisão judicial favorável. Somente após a homologação dos cálculos do perito judicial será possível determinar os reflexos nas demonstrações financeiras, se houver, bem como a realização destes créditos, considerando que as formas de realização destes créditos disciplina pela Lei nº 8.631/1993.

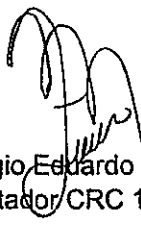
- 8 As demonstrações financeiras da empresa coligada CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 5 de fevereiro de 2010, contendo parágrafo de ênfase relacionado ao reembolso referente aos gastos com o plano de complementação de aposentadoria pela Lei nº 4.819/1958. A administração da empresa coligada, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano é de inteira responsabilidade do Governo do Estado e, como consequência, não registra nas demonstrações contábeis da empresa nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse plano.
- 9 As demonstrações financeiras da empresa coligada EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 19 de março de 2010, contendo parágrafo de ênfase relacionado à continuidade normal dos negócios. A empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados no exercício de 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A administração da empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 599.450 mil em 31 de dezembro de 2009, composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos nem quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

- 10 O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 23 de março de 2009, com ressalva em função da falta de apresentação dos pareceres dos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras de determinadas empresas coligadas, cujos possível através de procedimentos adicionais de auditoria, avaliar a adequação dos valores desses investimentos, bem o resultado de equivalência patrimonial, nos montantes de R\$ 1.526.447 mil e R\$ 34.969 mil, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Adicionalmente, os seguintes parágrafos de ênfase foram incluídos:
- (a) Controvérsia quanto às ações judiciais relacionadas à correção monetária dos empréstimos compulsórios.
 - (b) Incerteza quanto à realização dos créditos de ICMS, junto ao Estado do Mato Grosso, registrados na controlada Furnas - Centrais Elétricas S.A.
 - (c) Incerteza quanto à utilização dos créditos fiscais do PIS/PASEP e COFINS relativos aos períodos de apuração de 2004 a 2008 registrados no ativo não circulante da Manaus Energia S.A. em cumprimento ao Ofício Circular nº 2.775/2008 - SFF/ANEEL.
 - (d) Pressuposto de continuidade operacional da Manaus Energia S.A., da Boa Vista Energia S.A. e Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre em virtude dos prejuízos acumulados ao longo dos últimos anos e insuficiência de capital de giro, suportados por seu acionista controlador.
 - (e) Ênfase quanto a opinião dos auditores independentes das demonstrações financeiras da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 quanto ao assunto do pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei nº 4.819/1958.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2010


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ


DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as Demonstrações Financeiras e o parecer emitido pelos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao Exercício findo em 31.12.2009 e, encontrando-se corretos e em ordem, DECIDE submeter a matéria à deliberação da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Brasília, 30 de março de 2010.




MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Presidente



JOSE ANTONIO MUNIZ LOPES
Conselheiro




LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA
Conselheiro




MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
Conselheira



JOSE ANTONIO CORRÊA COIMBRA
Conselheiro



ARLINDO MAGNO DE OLIVEIRA
Conselheiro



VIRGINIA PARENTE DE BARROS
Conselheira

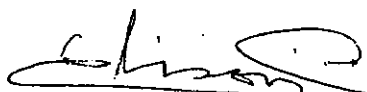
**PARECER DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31.12.2009**

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e seus anexos, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pelo Departamento de Contabilidade – DFC e no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes as posições patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS em 31 de dezembro de 2009, o Conselho Fiscal da ELETROBRAS, entende que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da ELETROBRAS relativamente à destinação do resultado do exercício de 2009 está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

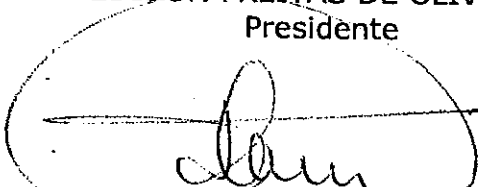
Brasília, 30 de março de 2010.



ÉDISON FREITAS DE OLIVEIRA
Presidente



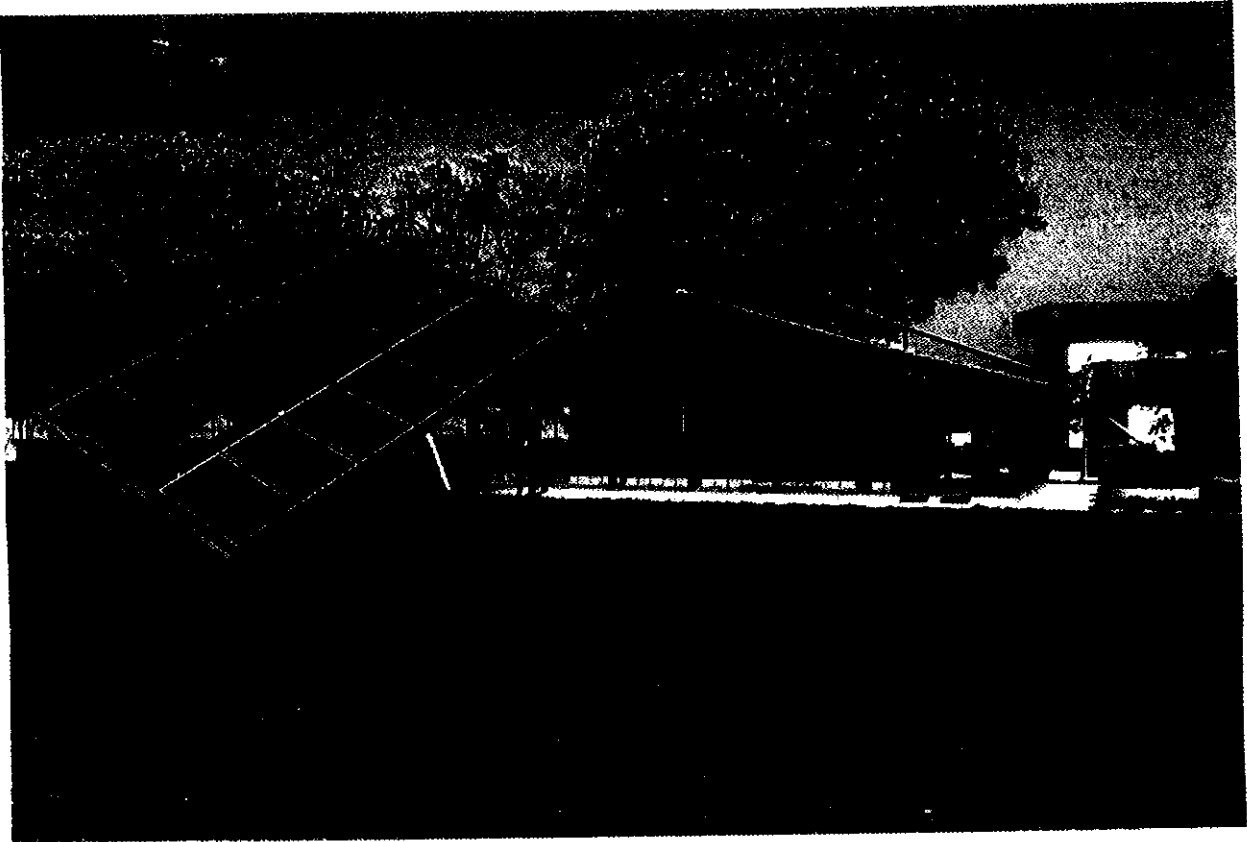
HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA
Conselheiro



DANILO DE JESUS VIEIRA FURTADO
Conselheiro



ANA LUCIA DE PAIVA LORENA FREITAS
Conselheira



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2009

DPF / DVEC

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2009	A. V. %	2008	A. V. %	A. H. %
ATIVO	159.271.364	100,0	153.722.458	100,0	3,6
CIRCULANTE	47.649.246	29,9	57.746.840	37,6	(17,5)
DISPONIBILIDADES (Ver nota 3, pág. 07)	36.024.962	22,6	41.623.153	27,1	(13,4)
CAIXA	4.502	0,0	3.329	0,0	35,2
BANCOS CONTA MOVIMENTO	206.462	0,1	344.270	0,2	(40,0)
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	35.813.998	22,5	41.275.554	26,9	(13,2)
CRÉDITOS, BENS E VALORES REALIZÁVEIS	11.624.284	7,3	16.123.687	10,5	(27,9)
RECURSOS VINCULADOS (Ver nota 4, pág. 8)	5.967.659	3,7	12.623.030	8,2	(52,7)
CONTAS A RECEBER (Ver notas 5, 5.1, 5.2, págs. 8 e 9)	3.971.724	2,5	2.864.345	1,9	38,7
(-) PROV. P/ PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS (Ver nota 5.3, pág. 10)	(891.607)	(0,6)	(791.374)	(0,5)	13,0
AUXÍLIO INSS	5.646	0,0	53.552	0,0	(89,5)
ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES (Ver nota 6, pág. 11)	1.376.236	0,9	1.067.726	0,7	28,9
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	552.342	0,3	47.538	0,0	1.061,9
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	1.043	0,0	241	0,0	332,8
OUTROS CRÉDITOS	644.241	0,4	258.629	0,2	149,1
NÃO CIRCULANTE	111.622.118	70,1	95.975.618	62,4	16,3
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.283.693	2,1	2.772.817	1,8	18,4
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	156.272	0,1	-	0,0	0,0
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR (Ver nota 7, pág. 11)	3.127.421	2,0	2.772.817	1,8	12,8
PERMANENTE	106.338.425	68,0	93.202.801	60,6	16,2
IMOBILIZADO (Ver nota 8, pág. 11)	104.457.870	65,6	87.944.472	57,2	18,8
EM OPERAÇÃO	216.645.390	136,0	208.003.948	135,3	4,2
(-) DEPRECIACOES E AMORTIZACOES	(159.950.514)	(100,4)	(149.650.831)	(97,4)	6,9
EM PROCESSAMENTO	47.762.994	30,0	29.591.355	19,2	61,4
INTANGÍVEL (Ver nota 9, pág. 12)	3.880.555	2,4	5.258.329	3,4	(26,2)
PROJETOS TECNOLÓGICOS	6.459.514	4,1	6.459.514	4,2	0,0
MARCAS E PATENTES	689.448	0,4	614.741	0,4	12,2
LOGICIAIS	13.986.387	8,8	13.607.447	8,9	2,8
DIREITOS DE USO	79.191	0,0	81.789	0,1	(3,2)
(-) AMORTIZACOES	(17.333.985)	(10,9)	(15.505.162)	(10,1)	11,8
PASSIVO	159.271.364	100,0	153.722.458	100,0	3,6
CIRCULANTE	34.371.495	21,6	30.402.885	19,8	13,1
OBRIGAÇÕES A PAGAR (Ver nota 11, pág. 12)	11.122.335	7,0	10.404.840	6,8	6,9
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2.056.804	1,3	1.795.319	1,2	14,6
EMPR/FINANCIAMENTOS A PAGAR (Ver nota 12, pág. 13)	1.219.824	0,8	1.039.427	0,7	17,4
PROVISÕES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO (Ver nota 13, pág. 13)	19.972.532	12,5	17.163.299	11,2	16,4
NÃO CIRCULANTE	124.899.869	78,4	123.319.573	80,2	1,3
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	67.524.063	42,4	43.515.507	28,3	55,2
EMPR/FINANCIAMENTOS A PAGAR (Ver nota 12, pág. 13)	16.564.981	10,4	17.179.871	11,2	(3,0)
OBRIGAÇÃO DE CONVÊNIO (Ver nota 14, pág. 13 e 14)	25.937.854	16,3	21.911.283	14,3	18,4
PROVISÕES - FUNDAÇÃO ELETRCOS (Ver nota 10, pág. 12)	22.308.329	14,0	1.712.797	1,1	1.202,5
PROVISÕES P/ CONTINGÊNCIAS (Ver nota 15, pág. 14)	2.712.899	1,7	2.711.556	1,8	0,0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.375.806	36,0	79.804.066	51,9	(28,1)
PATRIMÔNIO SOCIAL (Ver nota 19, pág. 15)	79.804.066	50,1	68.511.931	44,6	16,5
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(22.428.260)	(14,1)	11.292.135	7,3	(298,6)

ALBERT CORREIA GEBER DE MELO
DIRETOR GERAL

PAULO TADEU PAES ALVES
CONTADOR
CRC nº RJ-096264/O-0

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2009

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL
ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2009	A. V. %	2008	A. V. %	A. H. %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	151.111.764	100,0	155.734.410	100,0	(3,0)
CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA	121.630.115	80,5	112.780.734	72,4	7,8
ELETROBRÁS	89.702.448	59,4	82.318.476	52,9	9,0
ASSOCIADOS	30.673.925	20,3	29.280.188	18,8	4,8
PARTICIPANTES	913.911	0,6	889.252	0,6	2,8
COLABORADORES	339.831	0,2	292.818	0,2	16,1
VINCULADA A PROJETOS	7.750.000	5,0	15.470.000	9,9	(49,9)
SERVIÇOS PRESTADOS	17.284.417	11,4	16.848.525	10,8	2,6
RECEITAS FINANCEIRAS	4.314.679	2,9	10.622.571	6,8	(59,4)
JUROS/DISCONTOS	34.069	0,0	110.371	0,1	(69,1)
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.898.234	2,6	10.162.644	6,5	(61,6)
VARIACÃO CAMBIAL	27.772	0,0	37.349	0,0	(25,6)
VARIACÃO MONETÁRIA	354.604	0,2	312.207	0,2	13,6
OUTRAS RECEITAS	132.553	0,1	12.580	0,0	953,7
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	614.809	0,4	643.697	0,4	(4,5)
DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	44.829	0,0	95.718	0,1	(51,2)
IMPOSTOS	569.980	0,4	547.979	0,4	4,0
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	150.496.955	99,6	155.090.713	99,6	(3,0)
DESPESAS OPERACIONAIS	173.517.251	114,8	143.842.129	92,4	20,6
PESSOAL PERMANENTE (Ver nota 16, pág. 14)	119.100.400	78,8	86.583.109	55,6	37,6
SERVIÇOS DE TERCEIROS	16.625.344	11,0	14.690.747	9,4	13,2
GERAIS (Ver nota 17, pág. 15)	22.696.937	15,0	25.243.313	16,2	(10,1)
FINANCEIRAS	1.879.619	1,2	2.827.403	1,8	(33,5)
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS	1.072.136	0,7	1.285.797	0,8	(16,6)
MULTAS FINANCEIRAS	16.454	0,0	90.928	0,1	(81,9)
VARIACÃO CAMBIAL	6.851	0,0	51.320	0,0	(86,7)
VARIACÃO MONETÁRIA	774.014	0,5	1.394.758	0,9	(44,5)
DESPESAS BANCÁRIAS	10.164	0,0	4.600	0,0	121,0
TRIBUTÁRIAS (Ver nota 18, pág. 15)	961.587	0,6	2.361.968	1,5	(59,3)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12.253.364	8,1	12.135.589	7,8	1,0
RESULTADO OPERACIONAL	(23.020.296)	(15,2)	11.248.584	7,2	(304,7)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	592.036	0,4	43.551	0,0	1.259,4
RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	592.036	0,4	43.551	0,0	1.259,4
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(22.428.260)	(14,8)	11.292.135	7,3	(298,6)

[Assinatura]

[Assinatura]

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2009	2008
1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Superávit (Déficit) do exercício	(22.428.260)	11.292.135
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	12.253.364	12.135.589
Variações monetárias s/ Empréstimos e Financiamentos	774.015	1.394.759
Baixa de adiantamento de caixa ref. contribuição Eletrobrás do exercício 2008	-	(80.946.841)
Baixa de bens do ativo	73.322	38.926
Provisão (Reversão) Fundo de Pensão Eletros	20.535.185	
Provisão (Reversão) Contingências Trabalhistas / Fiscais / Cíveis	(195.650)	2.517.507
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	103.233	(67.111)
Baixa de Créditos Bancários não identificados	-	(103.708)
Atualização Monetária de Impostos a Recuperar	(354.604)	(311.282)
Sub total	10.760.605	(54.050.026)
Aumento (Redução) nos ativos operacionais:		
Recursos Vinculados	6.655.371	(7.395.349)
Contas a receber	(1.107.379)	652.914
Adiantamentos e Antecipações	(308.510)	(310.699)
Créditos tributários	(802)	40.534
Ressarcimento de auxílio INSS	47.906	(20.766)
Depósitos Judiciais	196.993	(586.362)
Almoxarifado	(385.612)	(56.428)
Despesas pagas antecipadamente	(661.076)	2.012
	4.436.891	(7.674.144)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:		
Obrigações a pagar	717.495	(871.998)
Tributos e contribuições sociais	261.485	247.974
PI.R, Férias e 13" a pagar	2.809.233	2.221.634
Empréstimos e Financiamentos	(1.148.161)	(1.813.452)
	2.640.052	(215.842)
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais:	17.837.548	(61.940.012)
2 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Passivo de Convênios	4.026.571	7.702.352
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamento:	4.026.571	7.702.352
3 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado	(27.462.310)	(28.303.631)
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento:	(27.462.310)	(28.303.631)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(5.598.191)	(82.541.291)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	41.623.153	124.164.444
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	36.024.962	41.623.153

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2009	2008
RECEITAS	147.241.059	145.162.188
CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS	121.630.115	112.780.734
CONTRIBUIÇÕES VINCULADAS A PROJETOS	7.750.000	15.470.000
SERVIÇOS PRESTADOS	17.239.588	16.752.807
OUTRAS RECEITAS	132.553	12.580
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS / REVERSÃO	(103.233)	102.516
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	592.036	43.551
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	38.391.716	36.505.171
SERVIÇOS DE TERCEIROS	16.625.344	14.690.747
MATERIAIS	2.023.856	1.846.791
VIAGENS	1.845.517	1.960.751
CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	1.311.357	1.263.365
SEGURANÇA	1.417.964	1.663.721
REPRODUÇÃO E CÓPIAS	91.430	158.038
TRANSPORTE	4.315.806	4.272.394
COPA E RESTAURANTE	1.726.587	1.679.960
ENERGIA ELÉTRICA	3.059.454	2.983.455
TELEFONE, ÁGUA E OUTROS	1.040.160	1.029.655
MANUTENÇÃO E REPAROS	1.168.493	1.219.902
BIBLIOTECA	1.818.407	1.369.301
CONDUÇÃO E REFEIÇÃO	367.355	299.728
CONGRESSOS, CURSOS E SEMINÁRIOS	1.013.102	1.232.034
DESPESAS DE IMPORTAÇÃO	55.483	64.251
LEGAIS E JUDICIAIS	9.808	15.034
SALDO DE CONVÊNIOS	-	164.662
CONTRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS	56.068	59.002
PUBLICIDADE LEGAL	50.787	79.622
PUBLICIDADE MERCADOLÓGICA	228.839	297.595
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	66.637	19.047
DESPESAS DIVERSAS	99.262	136.116
VALOR ADICIONADO BRUTO	108.849.343	108.657.017
RETENÇÕES	12.087.714	14.653.097
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	12.253.364	12.135.589
PROVISÕES P/CONTINGÊNCIAS / REVERSÕES	(195.650)	2.517.508
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	96.791.629	94.003.920
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.314.679	10.622.571
RECEITAS FINANCEIRAS	4.314.679	10.622.571
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	101.106.308	104.626.491
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	101.106.308	104.626.491
PESSOAL - REMUNERAÇÕES	61.467.523	56.103.900
PESSOAL - BENEFÍCIOS	36.632.698	12.956.327
PESSOAL - ENCARGOS SOCIAIS	21.000.179	17.522.881
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	1.531.567	2.909.947
ALUGUÉIS E SEGUROS	1.022.982	1.013.898
DESPESAS FINANCEIRAS	1.879.619	2.827.403
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(22.428.260)	11.292.135

[Assinatura]

[Assinatura]

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
NO EXERCÍCIO DE 2009
(Valores expressos em reais)

COMPONENTES	PATRIMÔNIO	DOAÇÃO DE BENS	SUPERÁVIT / DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
SALDO EM 31.12.06	62.263.464	-	(10.801.857)	51.461.607
Superávit/Déficit Acumulado incorporado ao Patrimônio	(10.801.857)	-	10.801.857	-
Reserva por Doação de Bens incorporada ao Patrimônio	-	6.809	-	6.809
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	17.043.515	17.043.515
SALDO EM 31.12.07	51.461.607	6.809	17.043.515	68.511.931
Superávit/Déficit Acumulado incorporado ao Patrimônio	17.043.515	-	(17.043.515)	-
Reserva por Doação de Bens incorporada ao Patrimônio	6.809	(6.809)	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	11.292.135	11.292.135
SALDO EM 31.12.08	68.511.931	-	11.292.135	79.804.066
Superávit/Déficit Acumulado incorporado ao Patrimônio	11.292.135	-	(11.292.135)	-
Reserva por Doação de Bens incorporada ao Patrimônio	-	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	(22.428.260)	(22.428.260)
SALDO EM 31.12.09	79.804.066	-	(22.428.260)	57.375.806

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em reais)

NOTA 1 - OBJETIVO DA SOCIEDADE

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL é uma Associação Civil Sem Fins Lucrativos, que tem por objetivo promover uma infra-estrutura científica e de pesquisas visando ao desenvolvimento no País de tecnologia avançada no campo dos equipamentos e sistemas elétricos.

A Associação foi constituída em 17 de janeiro de 1974, respaldada na Resolução Eletrobrás 950/73 de 27 de novembro de 1973 e Deliberação Eletrobrás 190/73 de 14 de dezembro de 1973. A Associação tem como sede a cidade do Rio de Janeiro, sendo sua duração por tempo indeterminado.

NOTA 2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ACORDO COM AS NORMAS DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

A Associação, embora sem fins lucrativos, adota alguns princípios de contabilidade estabelecidos na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e alterações promovidas pela Lei 11.638/07. Seus principais procedimentos contábeis podem ser resumidos como se segue:

- a) As receitas e despesas são registradas com base no regime de competência.
- b) As aplicações financeiras figuram por seu valor aplicado, acrescido da remuneração auferida até a data do Balanço.
- c) O Imobilizado está contabilizado pelo custo corrigido monetariamente até o exercício de 1995, de acordo com a legislação em vigor, deduzido da depreciação acumulada em conta específica, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Os prazos de apropriação das despesas estão descritos na Nota 9.
- d) As provisões de férias e do 13º Salário são registradas com base nos arts. 337 e 338 do Decreto 3000 de 26 de Março de 1999.
- e) No Ativo Permanente, a conta de Projetos Tecnológicos, que fazia parte do grupo Diferido, passou a ser apresentada no grupo Intangível em atendimento ao estabelecido na Lei 11.638/07, bem como passam a ser parte integrante destas Demonstrações Financeiras as Demonstrações de Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, conforme determina a nova redação do Art. 188 da Lei 6.404/76, alterado pela Lei 11.638/07.

2 - ALTERAÇÕES DA LEI 9.249/95

A referida Lei, em seu art. 4º, veda a utilização da correção monetária a partir do exercício de 1996, inclusive para fins societários. Sendo assim, as informações estão apresentadas pela legislação societária, comparativamente com o exercício anterior, a valores históricos.

3 - ISENÇÕES

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL é beneficiado pelos seguintes dispositivos legais:

Imposto de Renda -

Ato declaratório nº 26 de 10/03/1976 - Receita Federal

"Declara isenta do pagamento do imposto de renda o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, com endereço na Cidade Universitária, Ilha do Fundão, nesta capital, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o número 42.288.886/0001-60, ficando a continuidade do favor fiscal condicionada no cumprimento das formalidades e obrigações constantes da Portaria Ministerial número GB-337, de 2 de setembro de 1969, e da Instrução Normativa número 2 e 12 de setembro de 1969 da Secretaria da Receita Federal."

Artigo 150 da Constituição Federal

"Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei."

Artigos 15 e 18 da Lei 9532/97

"Consideram isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos."

Artigo 174 do Decreto 3000 de 26/03/99

"Estão isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos (Lei nº 9.532, de 1997, arts. 15 e 18)."

Imposto sobre Importação e Produtos Industrializados -

Lei Federal 8010/90

" Art. 1º São isentas dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e do adicional ao frete para renovação da marinha mercante as importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica. § 2º O disposto neste artigo aplica-se somente às importações realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e por entidades sem fins lucrativos ativas no fomento, na coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino, devidamente credenciadas pelo CNPq."

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -

Convênio 104/89

" Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção na importação de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar nacional, por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social, que preencham os requisitos previstos no art. 14, do Código Tributário Nacional."

4 - ALÍQUOTA DIFERENCIADA

Imposto sobre Serviços -

Lei Complementar 116/2003 - Decreto Municipal Nº 23.753 de 02 de Dezembro de 2003 / Artigo 19

" Art.19. O imposto será calculado aplicando-se sobre a base de cálculo as seguintes alíquotas: II - Alíquota específica: item 8 - Serviços prestados por instituições que se dediquem, exclusivamente, a pesquisas e gestão de projetos científicos e tecnológicos, por empresas juniores e empresas de base tecnológica instaladas em incubadoras de empresas".

Programa de Integração Social -

Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts 13 e 14; Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, art 9º, IV e Decreto nº 5.442, de 09/05/2005, art. 1º.

São contribuintes do PIS/PASEP incidente sobre a folha de salários as associações civis que preencham as condições e requisitos do art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997. Essas entidades não são contribuintes do PIS incidente sobre o futramento.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -

Lei nº 9.718, de 1998, art 3º, Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts. 13 e 14; Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, art 9º e art 46,II e Decreto nº 5.442, de 09/05/2005, art. 1º.

A contribuição não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias das associações civis sem fins lucrativos, assim consideradas somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Há incidência sobre os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável por essas pessoas jurídicas.

NOTA 3 - DISPONIBILIDADES

	Dez/09	Dez/08
Caixa	4.502	3.329
Banco Conta Movimento	206.462	344.270
Aplicações Financeiras	35.813.998	41.275.554
Sub-Total	36.024.962	41.623.153

NOTA 4 - RECURSOS VINCULADOS

Os recursos vinculados dos projetos encontram-se em contas bancárias e aplicações financeiras específicas. A composição dos saldos em 31/12/2009 e 31/12/2008 está demonstrada abaixo:

BANCOS CONTA VINCULADA

	Dez/09	Dez/08
Recursos PROCEL	55	68
Recursos MME	41	50
Recursos MME - CRESESB	51	470.111
Recursos FINEP	255	-
Sub-Total	402	470.229

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Recursos PROCEL	440.522	431.278
Recursos MME	672.382	1.225.000
Recursos MME - CRESESB	1.923.346	2.319.118
Recursos FINEP	2.931.007	8.177.405
Sub-Total	5.967.257	12.152.801
TOTAL	5.967.659	12.623.030

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

A sua composição está assim representada:

	Dez/09		Dez/08	
	Contrib. Societárias	Serviços Prestados	Totais	Totais
CURTO PRAZO				
Associados	-	1.183.558	1.183.558	320.385
ELETROBRÁS	-	1.076.479	1.076.479	264.495
ELETRONORTE	-	-	-	193
ELETROSUL	-	-	-	15.514
FURNAS	-	107.079	107.079	40.183
Colaboradores	-	63.222	63.222	299.608
CGTEE	-	-	-	90.000
ONS	-	23.035	23.035	182.343
ELETROBRAS TERMONUCLEAR	-	28.224	28.224	20.365
PETROBRÁS - CENPES	-	11.963	11.963	6.900
Participantes	69.476	119.115	188.591	379.523
Clientes no Exterior	-	201.687	201.687	134.212
Clientes Nacionais	-	2.334.666	2.334.666	1.730.617
Total	69.476	3.902.248	3.971.724	2.864.345

5.1. CONTAS A RECEBER - PARTICIPANTES

	Dez/09			Dez/08
	Contrib. Societárias	Serviços Prestados	Totais	Totais
Setor Elétrico				
CEB	-	35.839	35.839	35.839
CEEE	-	-	-	246.082
CEMIG	-	53.933	53.933	8.280
CERON	-	16.000	16.000	16.000
COELCE	60.642	-	60.642	60.642
ELETROPAULO	-	5.280	5.280	5.280
ENERGISA SERGIPE	8.834	-	8.834	-
ESCELSA	-	-	-	2.337
ENERGISA MINAS GERAIS	-	5.063	5.063	5.063
CTEEP	-	3.000	3.000	-
TOTAL	69.476	119.115	188.591	379.523

5.2. CONTAS A RECEBER - VENCIDAS E A VENCER

	Dez/09						Total
	Até 30 dias	de 30 a 59 dias	de 60 a 89 dias	de 90 a 179 dias	a partir de 180 dias	a vencer	
CONTRIBUIÇÕES							
Associados	-	-	-	-	-	-	-
Colaboradores	-	-	-	-	-	-	-
Participantes	4.417	-	-	4.417	60.642	-	69.476
Subtotal	4.417	-	-	4.417	60.642	-	69.476
SERVIÇOS PRESTADOS							
Associados	-	-	-	-	868	1.182.690	1.183.558
Colaboradores	5.063	-	-	-	7.990	50.169	63.222
Participantes	8.809	-	-	-	62.181	48.125	119.115
Clientes no Exterior	34.643	-	43.380	4.340	104.515	14.809	201.687
Clientes Nacionais	143.477	55.459	12.871	6.847	827.389	1.288.623	2.334.666
Subtotal	191.992	55.459	56.251	11.187	1.002.943	2.584.416	3.902.248
Total	196.409	55.459	56.251	15.604	1.063.585	2.584.416	3.971.724

[Handwritten signatures]

5.3. PROVISÃO PARA PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

Encontram-se registrados em conta de Provisão para Perda no Recebimento de Créditos, os valores de R\$ 791.374 em 31/12/2008 e R\$ 894.607 em 31/12/2009. Os registros foram feitos em conformidade com a Lei nº 9.430/96 de 27/12/96, estando os valores discriminados abaixo:

	Dez/09	Dez/08
IG - Construções Elétricas	14.725	14.725
Davnar do Brasil S/A	11.039	11.039
Etel Eletromecânica Ltda	8.353	8.353
IAFA Construções Elétricas Ltda	7.535	7.535
Saturno Montagens Elétricas Ltda	5.932	5.932
Eletro Blindados Ltda	5.179	5.179
Produtos Elétricos Ipanema Ltda	21.661	21.661
Inepar S/A	95.103	95.103
Inepar Hubbel Ltda	5.780	5.780
Laelc Indústria e Comércio Ltda	143.863	143.863
Tradis Ltda	6.370	6.370
Alusa	-	35.000
Brasmap	15.650	15.650
Indusoft Sistemas	-	12.200
Construção Remet	12.375	12.375
Cabelte	32.640	32.640
CEEL Chave	7.430	7.430
SISA	11.808	11.808
TELEBRASIL	22.864	22.864
Eletro Comercial	-	11.720
Inepar S/A	107.857	107.857
Eletro Comercial	11.720	-
ICSA	37.700	37.700
LEMAG	24.747	24.747
CAEG	6.132	6.132
Realflex	16.174	16.174
KVA Engenharia	35.000	35.000
Mecatron	-	16.369
Eletro Fittings	16.500	16.500
Alusa	35.000	-
Atuação	83.500	-
The Nature Cons.	22.429	22.429
Formatel	5.429	5.429
FMC Technologies	-	1.900
Horusdiesel Ind	3.181	3.181
Schahin	4.900	4.900
Roxspur	4.729	4.729
Wal-Mart Brasil	1.100	1.100
Nova las	3.412	-
Kcel Motores e Fios	6.237	-
Gamek-Gab	23.077	-
Energisa Minas Gerais	5.062	-
CELG	214	-
Indusoft Sistemas Ltda	12.200	-
TOTAL	894.607	791.374

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída pela administração da entidade, sobre os créditos que se encontram em atraso há mais de 180 dias, efetuando análise individualizada sobre o saldo a receber de cada cliente. Não é constituída provisão sobre as contribuições e créditos decorrentes de prestação de serviços a sócios, vencidas há mais de 180 dias, em função da Administração entender que estes créditos serão plenamente recebidos.

NOTA 6 - ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES

A sua composição está assim representada:

	Dez/09	Dez/08
Adiant. p/ Despesas e Viagens	7.943	2.444
Adiantamento de Férias	1.358.345	1.058.190
Adiantamentos a Terceiros	280	537
Outros Adiantamentos	9.668	6.555
Total	1.376.236	1.067.726

NOTA 7 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	Dez/09	Dez/08
Despesas Pagas Antecipadamente	156.272	-
Tributos e Contribuições a Recuperar	3.127.421	2.772.817
Total	3.283.693	2.772.817

Os valores de R\$ 3.127.421 registrados neste título em 31 de dezembro de 2009 e de R\$ 2.772.817 em 31 de dezembro de 2008, referem-se a COFINS recolhida no período de fevereiro a junho de 1999, tendo em vista decisão da SRRF/ 7ª RF nº 2/2/1999. Tramita processo administrativo requerendo o reconhecimento do crédito. Este valor está sendo atualizado pela taxa Selic.

NOTA 8 - ATIVO IMOBILIZADO

	Valor do Custo Corrigido	
	Dez/09	Dez/08
Imobilizado em Operação	216.645.390	208.003.948
Terrenos	409.424	409.424
Edificações	59.472.929	59.472.929
Benfeitorias	23.275.879	21.612.493
Equipamentos	118.863.289	112.404.951
Equipamentos FINEP	8.452.466	8.452.466
Equipamentos MME	1.096.633	1.090.986
Equipamentos PROCEL	12.997	-
Móveis e Utensílios	2.725.614	2.599.132
Veículos	730.710	510.059
Bens em Comodato	853.165	722.565
Outras Imobilizações	752.284	728.943
Imobilizado em Processamento	47.762.994	29.591.355
Equipamentos em Importação	43.985.932	28.075.565
Aquisições em Processamento	3.777.062	1.515.790
Total	264.408.384	237.595.303
(-) Depreciações / Amortizações	(159.950.514)	(149.650.831)
Valor Líquido	104.457.870	87.944.472

Os bens do ativo imobilizado são depreciados ou amortizados, conforme o caso, de acordo com a legislação, nos prazos abaixo discriminados:

	Vida útil	Taxa
	Anos	Anual
Edificações	25	4%
Benfeitorias	25	4%
Equipamentos em Geral	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Equipamentos de Informática	5	20%
Veículos	5	20%

NOTA 9 - ATIVO INTANGÍVEL

	<u>Dez/09</u>	<u>Dez/08</u>
	3.880.555	5.258.329
Projetos Tecnológicos	6.459.514	6.459.514
Marcas e Patentes	689.448	614.741
Logiciais (Software)	13.986.387	13.607.447
Direitos de Uso	79.191	81.789
(-) Amortizações Acumuladas	(17.333.985)	(15.505.162)

A conta Projetos Tecnológicos do Ativo Intangível resultou do trabalho de levantamento dos Bens Intangíveis, tendo seu saldo sido transferido da conta Projetos do Imobilizado em Processamento em 2005. O critério para a determinação do tempo de vida útil de cinco anos para os Projetos Tecnológicos, decorre de estimativa do tempo pelo qual tais projetos estarão gerando fluxos de caixa para o Cepel. Os tempos de vida útil foram utilizados para o cálculo das Amortizações, a partir do exercício de 2006. A partir do exercício de 2007, foram efetuadas verificações de alguns Projetos que já não geravam faturamento, o que ensejou a amortização de todo o saldo residual de uma só vez.

As demais contas do Ativo Intangível tiveram seus saldos reclassificados do Ativo Imobilizado. Os prazos de amortização dessas contas é de dez anos, com exceção da conta Logiciais, cujo saldo se amortizará em cinco anos.

NOTA 10 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL é patrocinador da ELETROS, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Um dos planos oferecidos através da ELETROS é de benefício definido, sendo o regime de capitalização adotado conforme as reavaliações atuariais. No exercício de 2006, por força do Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 1004 de 29/03/2006, bem como pelo seu Termo de Adesão, O CEPEL implementou o Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS, e, a partir de abril, a adesão e migração foi aberta aos empregados participantes do Fundo.

As contribuições feitas pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL à Fundação de Previdência de seus empregados (ELETROS), neste exercício de 2009, totalizaram R\$ 5.231.046 e no exercício de 2008 totalizaram R\$ 4.492.706.

Encontram-se provisionados a título de Diferença de Reserva Matemática decorrente de Aposentadorias Especiais - SB 40, o valor de R\$ 1.807.759, no Passivo Exigível a Longo Prazo. No mesmo grupo, encontra-se também provisionado, a título de Dotação Adicional para Desbloqueio da Média do Salário Real de Contribuição de participante aposentado, o valor de R\$ 158.217. Estas provisões basearam-se em correspondência da Eletros, seguindo providências para a celebração de contrato para seu financiamento.

Neste exercício de 2009 foram provisionados os valores relativos ao aporte decorrente das diferença de reserva matemática e contribuições previdenciárias da migração do Plano BD para o Plano CD, no montante de R\$ 20.342.353, dos empregados participantes bloqueados em seus salários reais de contribuição que aderiram ao novo Plano até 05/05/2009, conforme Resolução de Diretoria RES 170/2009, baseada na correspondência da Eletros PRE-182/2009 de 23/12/2009.

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES A PAGAR

	<u>Dez/09</u>	<u>Dez/08</u>
Fornecedores	3.966.632	3.923.991
Salários a Pagar	2.494.125	2.532.058
Encargos Sociais	1.934.392	1.831.891
Pensões Judiciais	90.872	91.545
Contribuições e Amortizações Eletros	2.423.765	1.838.110
Outras Contas a Pagar	212.549	187.245
TOTAL	11.122.335	10.404.840

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CONTRATOS	PRAZO	VALOR CONTRATADO	MOEDA
Eletros - CF.011/05	2005/2020	12.763.537	R\$
Eletros - CF.012/05	2005/2020	2.894.071	R\$
Eletros - CF.015/06	2006/2021	2.774.247	R\$

CONTRATOS	DEZEMBRO/09				DEZEMBRO/08			
	Passivo Circulante		Exigível a Longo Prazo		Passivo Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos
CF.011/05(atual 017A/06)	867.712		11.408.265		729.857		11.860.668	
CF.012/05(atual 016A/06)	196.749		2.586.767		166.171		2.688.668	
CF.015/06	155.363		2.569.949		143.399		2.630.535	
TOTAL	1.219.824		16.564.981		1.039.427		17.179.871	

Nota:

Os empréstimos e financiamentos a pagar são atualizados pelos encargos e variações monetárias, apuradas segundo índices contratuais discriminados abaixo:

Eletros-CF 011/05 (atual CF 017-A/06)	INPC + 6% de juros ao ano
Eletros-CF 012/05 (atual CF 016-A/06)	INPC + 6% de juros ao ano
Eletros - CF 015/06	INPC + 6% de juros ao ano

NOTA 13 - PROVISÕES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

	Dez/09	Dez/08
Provisão de Férias	11.709.725	9.525.720
Provisão de Prêmio de Metas	8.262.807	7.637.579
TOTAL	19.972.532	17.163.299

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES DE CONVÊNIOS

O saldo da rubrica Obrigações de Convênios registrado em 31/12/2009 e em 31/12/2008, está composto conforme abaixo:

	Dez/09	Dez/08
Exigível a Longo Prazo		
Convênio FINEP - 22.01.0560-00	8.142.023	8.142.023
Convênio FINEP - AUTO AP-4	908.370	908.370
Convênio MME - Matriz Energética	511.168	596.785
Convênio FINEP - LONGDIST	15.771.373	11.457.640
Convênio MME - Perdas II	150.075	375.120
Convênio Cepel - FDT - PROCEL - SMD11	454.845	431.345
TOTAL	25.937.854	21.911.283

O Convênio FINEP nº 22.01.0560-00 tem como objetivo a execução do projeto "Recapacitação da estrutura laboratorial do CEPEL para atendimento de novas linhas de P&D e ensaios de eficiência energética", tendo sido assinado em 18 de dezembro de 2001 com vigência de 24 meses, onde o CEPEL fica obrigado a prestar contas anualmente até o dia 28 de fevereiro dos anos subsequentes; ficando também obrigado a restituir no prazo improrrogável de 30 dias contados a partir da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste convênio, o eventual recurso liberado atualizado; e no prazo de 30 dias contados da notificação da FINEP, restituir o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescidos de juros legais, quando:

- Não for executado o Objeto pactuado;
- Não forem apresentadas, nos prazos exigidos, as prestações de contas e;
- Os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste convênio.

A FINEP prorrogou os prazos do Convênio nº. 22.01.0560.00, celebrado com o CEPEL, ficando os novos prazos de utilização de Recursos e de Prestação de Contas Final fixados, respectivamente para 30 de Dezembro de 2004 e 28 de Fevereiro de 2005. A homologação do encerramento deste Convênio segue pendente na FINEP.

O Convênio FINEP AUTO AP-4 nº 2729/04, que tem como objeto a "capacitação de segurança e equipamentos eletro-eletrônicos", foi assinado em 23 de dezembro de 2004 com vigência de até 24 meses, onde o CEPEL fica obrigado a prestar contas sessenta dias contados da data do término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97 - STN. A prestação de contas deste Convênio foi efetuada em Março de 2008 e segue pendente de homologação.

O Convênio MME - Matriz Energética nº 037/2005-MME, que tem como objeto o "desenvolvimento de metodologia e protótipo computacional para aprimorar a representação e interação do modelo de oferta de energia elétrica com os modelos de oferta dos demais setores nos estudos de projeção da Matriz Energética Nacional", foi assinado em 23 de dezembro de 2005 com vigência de 24 meses, também com prazo para prestação de contas de sessenta dias após o término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97 - STN. A vigência deste Convênio foi prorrogada até Dezembro de 2010

O Convênio FINEP - LONGDIST nº 01.06.0962.00, que tem como objeto "o Desenvolvimento de Tecnologias de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica a Longas Distâncias", foi assinado em 16 de dezembro de 2006 com vigência de 36 meses, onde o seu prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97 - STN.

O Convênio MME - Perdas II nº 03/008/2007, que tem como objeto "a Elaboração de Estudos para Análise das Perdas de Potência nos Sistemas de Transmissão da Rede Básica", foi assinado em 24 de dezembro de 2007 com vigência de 24 meses, onde o seu prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97 - STN.

O Convênio FDT-PROCEL-SMDH nº ECV 256/2007, que tem como objeto "a Implementação de um Sistema Móvel para Diagnósticos Hidroenergéticos", foi assinado em 28 de dezembro de 2007 com vigência de 36 meses, onde o seu prazo para prestação de contas é de trinta dias após o término da vigência, conforme previsto no Manual de Prestação de Contas do PROCEL.

A fim de atender à orientação emanada pelo CFC, os Convênios passaram a ser registrados em contas de Obrigações de Convênios, no Passivo Exigível a Longo Prazo.

NOTA 15 - CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E FISCAIS

A empresa enfrenta diversos processos de ações trabalhistas em curso na Justiça do Trabalho em variados estágios de julgamento. Com base na análise individual de tais processos e tendo como suporte a nossa Consultoria Jurídica, foram efetuadas as Provisões para Contingências Trabalhistas, no Passivo Exigível a Longo Prazo, que representa o provável revés nesses processos. Os valores da Provisão estão apresentados no Balanço Patrimonial, nos exercícios de 2008 e 2009, líquidos dos Depósitos Recursais e Bloqueios por Ordem Judicial já efetuados, conforme abaixo:

	<u>Dez/09</u>	<u>Dez/08</u>
Provisão para Contingências Trabalhistas:	4.852.028	5.122.600
Provisão para Contingências Fiscais:	226.044	151.122
(-) Depósitos Recursais	(2.048.024)	(1.869.771)
(-) Bloqueios por Ordem Judicial	(317.149)	(692.395)
Contingências Trabalhistas Líquidas	2.712.899	2.711.556

A empresa enfrenta também processos de ações trabalhistas que, conforme análise dos advogados, apresentam grau de risco médio. Os valores estimados desses processos são:

	<u>Dez/09</u>	<u>Dez/08</u>
Contingências Trabalhistas de Grau Médio:	494.537	464.537

NOTA 16 - DESPESAS COM PESSOAL PERMANENTE

	<u>Dez/09</u>	<u>Dez/08</u>
REMUNERAÇÕES	60.915.485	55.735.757
BENEFÍCIOS SOCIAIS	36.632.698	12.956.327
ENCARGOS SOCIAIS	21.000.179	17.522.882
QUITAÇÕES TRABALHISTAS	552.038	368.143
TOTAL	119.100.400	86.583.109


14
84

NOTA 17 - DESPESAS GERAIS

DESCRIÇÃO	Dez/09	Dez/08
MATERIAIS	2.023.856	1.846.791
VIAGENS	1.845.517	1.960.751
ALUGUÉIS E SEGUROS	1.022.982	1.013.898
SERVIÇOS PERMANENTES	8.863.144	9.037.478
Conservação e Limpeza	1.311.357	1.263.365
Segurança	1.417.964	1.663.721
Reprodução e Cópia	91.430	158.038
Transporte	4.315.806	4.272.394
Copa e Restaurante	1.726.587	1.679.960
UTILIDADES E SERVIÇOS	5.268.106	5.233.012
Energia Elétrica	3.059.454	2.983.455
Telefone, Água e Outros	1.040.160	1.029.655
Manutenção e Reparos	1.168.492	1.219.902
BIBLIOTECA	1.818.407	1.147.827
OUTROS	1.854.925	5.003.556
Condução e Refeição	367.355	299.728
Congresso / Cursos e Seminários	1.013.102	1.232.034
Despesas de Importação	55.483	64.251
Legais e Judiciais	9.808	15.034
Saldo de Convênio	-	164.662
Contrib. Institucionais	56.068	280.476
Publicidade Legal	50.787	79.622
Publicidade Mercadológica	228.839	297.595
Publicidade Institucional	66.637	19.047
Provisão para Devedores Duvidosos	103.233	(102.516)
Provisão de Contingências Trabalhistas	(270.571)	2.366.386
Provisão de Contingências Fiscais	74.922	151.121
Despesas Diversas	99.262	136.116
TOTAL	22.696.937	25.243.313

NOTA 18 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	Dez/09	Dez/08
IR s/ Aplicação Financeira	783.672	1.989.121
IPTU	7.675	7.177
IPVA	14.601	6.808
CPMF	-	27.287
IOF	380	65
COFINS	145.460	325.341
Outros Impostos/Taxas	9.799	6.169
TOTAL	961.587	2.361.968

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Dez/09	Dez/08
PATRIMÔNIO SOCIAL	79.804.066	68.511.931
Saldo Anterior	68.511.931	51.461.607
Incorporação do Resultado do Exercício Anterior	11.292.135	17.043.515
Incorporação da Reserva de Doação de Bens	-	6.809

NOTA 20 - OUTROS EVENTOS

a) Seguros

O seguro patrimonial é composto por seis ramos de seguro: Riscos Nomeados, Riscos Diversos Equipamentos Próprios, Auto RCF, Transporte Nacional, Transporte Internacional Importação e Transporte Internacional Exportação. As três primeiras apólices têm seus prêmios fixos e montam o valor de R\$ 252.317,00, com pagamentos em cinco parcelas mensais e iguais. As demais apólices de Transportes têm seus prêmios variáveis calculados através de averbações mensais, conforme a movimentação de bens/equipamentos.

O Valor em Risco originalmente contratado é da ordem de R\$ 217.645.000,00 e o limite máximo de indenização é da ordem de R\$ 60.055.000,00. Na composição do valor em risco, as unidades Ilha do Fundão e Adrianópolis, respondem na proporção de 28% e 72%, respectivamente. Na composição do Limite Máximo de Indenização, o valor está unificado em ambos os locais de risco.

b) De acordo com o que determina o Art. 3º do Decreto 95.524 de 21.12.87, informamos que os valores da menor e maior remuneração pagas aos nossos empregados, foram R\$ 1.754,90 e R\$ 27.069,70 respectivamente. Estes valores incluem salários e adicionais, referentes ao mês de dezembro de 2009.

NOTA 21 - PATENTES

Os processos de registros de patentes, pendentes e já registradas junto ao INPI, estão demonstrados a seguir:

PATENTES CONCEDIDAS

1.	PI-9303035-0	Medidor óptico de corrente e processo de medição utilizando-se um medidor óptico de corrente
2.	PI-9404101-6	Medidor eletrônico polifásico de energia elétrica para medição direta de altas correntes
3.	DI-5400018-1	Caixa para medidor de energia elétrica
4.	DI-5401129-9	Configurações aplicadas em invólucro para um medidor de grandezas elétricas
5.	PI-9202095-0	Sistema e processo para medição do consumo de energia elétrica referente a uma pluralidade de consumidores
6.	PI-9400084-0	Processo de medição e medidor elétrico para faturamento de consumo elétrico a partir de uma rede elétrica
7.	CI-9400084-0	Medidor Elétrico para faturamento de consumo elétrico a partir de uma rede elétrica
8.	PI-9502486-7	Circuito eletrônico de sinalização apropriado para acoplamento a um circuito lógico de um equipamento energizado, processo e uso empregando referido circuito
9.	PI-9611603-0	Linha de transmissão de energia elétrica com dispositivos de proteção contra sobretensões causadas por relâmpagos
10.	PI-0002965-3	Processo de sintetização para a produção de supercondutores cerâmicos através da técnica pó-em-tubo
11.	PI-9803178-3	Dispositivo para proteção contra os riscos de eletrocussão ocasionados pelo abaixamento de linhas aéreas de média e baixa tensão e sistema de sustentação de linhas aéreas de distribuição de energia
12.	DI-6704136-1	Configuração Aplicada em Espaçador de Linhas Condutoras de Eletricidade

PATENTES DEPOSITADAS

13.	PI-9803488-0	Sistema de Telecomando para controle remoto de cargas elétricas
14.	PI-9902611-2	Processo de identificação dos consumidores fraudadores em uma rede de distribuição de energia elétrica numa determinada região, e sistema e processo de determinação da existência de condutores escondidos que não passam por um medidor de energia elétrica
15.	PI-0002430-9	Medidor de energia elétrica e alojamento para um medidor de energia elétrica
16.	PI-0002109-1	Sistema e método de detecção de adulterações / anomalias em medidores de energia elétrica e medidor que utiliza este sistema
17.	PI-0201927-2	Transformador de corrente resistente a intempéries e a choques mecânicos
18.	PI-0102256-3	Método de Suporte, fixação e conexão para uma unidade de medição, constituinte de um sistema de medição centralizada instalada em postes da rede de distribuição de baixa tensão, equipamento para implementar o método, e métodos de compensação de perdas e de disponibilização de informação de consumo
19.	PI-0602081-0	Disco Isolador Antipoluição.
20.	PI-0703417-2	Sistema Eletrônico de Monitoração Individualizada de Consumos e Método de Monitoramento Individualizado de Consumos em um Sistema de Medição Centralizada
21.	PI-0705108-5	Sistema e Método de Avaliação de Buchas Capacitivas
22.	PI-0800367-0	Dispositivo para o Estabelecimento de Contato Elétrico em Circuitos de Alta Tensão
23.	PI-0801469-8	Sistema de Automonitoramento Individualizado para Transformadores em Instalações de Medição de Energia e Método de Automonitoramento e Diagnóstico de Transformadores em Instalações de Medição de Energia
24.	PI-0803730-2	Dispositivo Isolante de Sustentação e de Proteção de Linhas
25.	PI-0802154-6	Sistema de Medição e Avaliação de Transformadores de Potência Energizados Através de Resposta em frequência
26.	PI-0804925-4	Robô para inspeção de cabos condutores

[Handwritten signature]

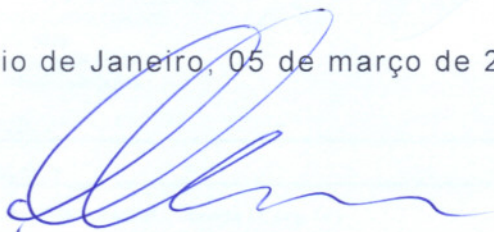
[Handwritten signature]

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Sócios do
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração da instituição. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da instituição quanto aos principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis e (b) a constatação, com base de testes, das evidências e dos registros que suportem os valores e as informações contábeis divulgados.
3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e o fluxo de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2010

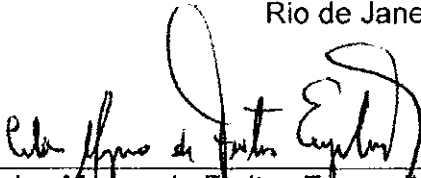
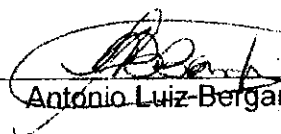
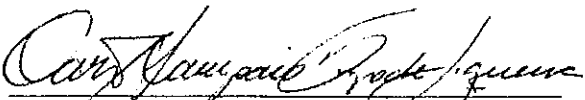
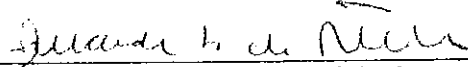
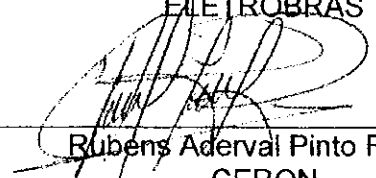
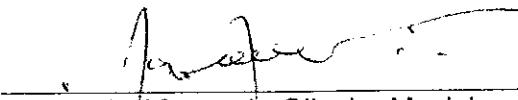


Alberto A. de F. S. Maia
Contador
CRC/RJ nº 082.246/O-0
Opinião Auditores Independentes
CRC/SP nº 021.490/O – T – RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, reunidos em sua 1ª Primeira Reunião do Exercício de 2010, bem como em cumprimento nos dispostos aos itens II e VII do Artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, declaram que examinaram o Balanço Patrimonial, Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e as correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Concluem, louvados no Parecer da OPINIÃO – Auditores Independentes, datado de 05 de março de 2010, que as mesmas obedecem aos dispositivos legais e regulamentares e estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho Deliberativo e aprovadas pela Assembléia Geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2010

 _____ Carlos Magno de Freitas Evangelista - Presidente ELETROBRAS	 _____ Antonio Luiz Bergamo do Bomfim ELETROBRAS
 _____ Carol Sampaio Diogo de Siqueira ELETROBRAS	 _____ Fernanda Baptista de Oliveira ONS
 _____ Rubens Aderval Pinto Ramiro CERON	 _____ Paulo Afonso de Oliveira Maciel CHESF

Carteira Diária

Data de Emissão: 01/03/2010

Data de Posição: 31/12/2009

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Ações													
Código	Papel	Qtd. Disponível	Qtd. Bloqueada	Qtd. Total	Custo Médio c/Corretagem	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	IRRF Sobre Pos.Própria	Valor de Mercado Líquido	% S/RV	% S/Total
ALLL11	ALL AMER LATUNT N2	123.900	0	123.900	16,30	16,30	2.019.570,00	0,00	2.019.570,00	0,00	2.019.570,00	1,18%	0,09%
AMBV4	AMBEVFN *EDJ	21.000	0	21.000	174,50	174,50	3.664.500,00	0,00	3.664.500,00	0,00	3.664.500,00	2,14%	0,17%
BBDC4	BRDESCOPN EB N1	277.050	0	277.050	36,38	36,38	10.079.079,00	0,00	10.079.079,00	0,00	10.079.079,00	5,89%	0,46%
BRAP4	BRADSPARPN N1	385.100	0	385.100	38,53	38,53	14.837.903,00	0,00	14.837.903,00	0,00	14.837.903,00	8,67%	0,68%
BRFS3	BRF FOODS ON NM	48.792	0	48.792	45,37	45,37	2.213.693,04	0,00	2.213.693,04	0,00	2.213.693,04	1,29%	0,10%
BRML3	BR MALLS PARON	81.000	0	81.000	21,50	21,50	1.741.500,00	0,00	1.741.500,00	0,00	1.741.500,00	1,02%	0,08%
BRTO4	BRASIL TELECPN * N1	262.500	0	262.500	16,75	16,75	4.396.875,00	0,00	4.396.875,00	0,00	4.396.875,00	2,57%	0,20%
BTOW3	B2W COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	7.800	0	7.800	47,80	47,80	372.840,00	0,00	372.840,00	0,00	372.840,00	0,22%	0,02%
CCRO3	CCR RODOVIASON NM	20.100	0	20.100	39,89	39,89	801.789,00	0,00	801.789,00	0,00	801.789,00	0,47%	0,04%
CMIG4	CEMIGPN * N1	93.427	0	93.427	31,60	31,60	2.952.293,20	0,00	2.952.293,20	0,00	2.952.293,20	1,72%	0,13%
CPFE3	CPFL ENERGIAON NM	23.000	0	23.000	35,31	35,31	812.130,00	0,00	812.130,00	0,00	812.130,00	0,47%	0,04%
CPL6	COPELPNB*	87.300	0	87.300	37,04	37,04	3.233.592,00	0,00	3.233.592,00	0,00	3.233.592,00	1,89%	0,15%
CSNA3	SID NACIONALON	32.700	0	32.700	56,00	56,00	1.831.200,00	0,00	1.831.200,00	0,00	1.831.200,00	1,07%	0,08%
ELPL6	ELETROPAULOPNB* N2	14.300	0	14.300	34,50	34,50	493.350,00	0,00	493.350,00	0,00	493.350,00	0,29%	0,02%
ENBR3	ENERGIAS BRON NM	702.646	0	702.646	33,55	33,55	23.573.773,30	0,00	23.573.773,30	0,00	23.573.773,30	13,77%	1,07%
GGBR4	GERDAUPN N1	205.100	0	205.100	29,14	29,14	5.976.614,00	0,00	5.976.614,00	0,00	5.976.614,00	3,49%	0,27%
GTDP3B	GTD PARTON MB	7.722.466	0	7.722.466	0,27	0,27	2.085.065,82	0,00	2.085.065,82	0,00	2.085.065,82	1,22%	0,09%
GTDP4B	GTD PARTPN MB	6.932.466	0	6.932.466	0,31	0,31	2.149.064,46	0,00	2.149.064,46	0,00	2.149.064,46	1,26%	0,10%
HYPE3	HYPERMARCAS SA	15.300	0	15.300	40,00	40,00	612.000,00	0,00	612.000,00	0,00	612.000,00	0,36%	0,03%
ITSA4	ITAUSAPN N1	1.619.574	0	1.619.574	11,85	11,85	19.191.951,90	0,00	19.191.951,90	0,00	19.191.951,90	11,21%	0,87%
LAME4	LOJAS AMERICPN *	297.900	0	297.900	15,53	15,53	4.626.387,00	0,00	4.626.387,00	0,00	4.626.387,00	2,70%	0,21%
LREN3	LOJAS RENNERON NM	37.200	0	37.200	39,30	39,30	1.461.960,00	0,00	1.461.960,00	0,00	1.461.960,00	0,85%	0,07%
MRFG3	MARFRIG ON	83.600	0	83.600	19,12	19,12	1.598.432,00	0,00	1.598.432,00	0,00	1.598.432,00	0,93%	0,07%
MRVE3	MRV ENGENHARIA E PART	53.700	0	53.700	14,10	14,10	757.170,00	0,00	757.170,00	0,00	757.170,00	0,44%	0,03%
NATU3	NATURAON NM	18.100	0	18.100	36,31	36,31	657.211,00	0,00	657.211,00	0,00	657.211,00	0,38%	0,03%
PCAR5	PÃO DE AÇUCAR - PNA N1	67.200	2.999	70.199	65,02	65,02	4.564.338,98	0,00	4.564.338,98	0,00	4.564.338,98	2,67%	0,21%
PCAR6	P.ACUCAR-CBD	0	4.845	4.845	65,02	65,02	315.021,90	0,00	315.021,90	0,00	315.021,90	0,18%	0,01%

Carteira Diária

Data de Emissão: 01/03/2010

Data de Posição: 31/12/2009

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Ações

Código	Papel	Qtd. Disponível	Qtd. Bloqueada	Qtd. Total	Custo Médio c/Corretagem	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	IRRF Sobre Pos.Própria	Valor de Mercado Líquido	% S/RV	% S/Total
PETR4	PETROBRASPN	954.576	0	954.576	36,69	36,69	35.023.393,44	0,00	35.023.393,44	0,00	35.023.393,44	20,45%	1,59%
RDCD3	REDECARD ON	49.400	0	49.400	29,00	29,00	1.432.600,00	0,00	1.432.600,00	0,00	1.432.600,00	0,84%	0,07%
RSID3	ROSSI RESIDON NM	56.700	0	56.700	15,30	15,30	867.510,00	0,00	867.510,00	0,00	867.510,00	0,51%	0,04%
SUZB5	SUZANO PAPELPNA I06 N1	133.500	0	133.500	20,50	20,50	2.736.750,00	0,00	2.736.750,00	0,00	2.736.750,00	1,60%	0,12%
TBLE3	TRACTEBELON NM	121.500	0	121.500	21,53	21,53	2.615.895,00	0,00	2.615.895,00	0,00	2.615.895,00	1,53%	0,12%
TCSL4	TIM PART S/APN *	247.800	0	247.800	5,12	5,12	1.268.736,00	0,00	1.268.736,00	0,00	1.268.736,00	0,74%	0,06%
VALE3	VALE R DOCEON N1	207.408	0	207.408	49,50	49,50	10.266.696,00	0,00	10.266.696,00	0,00	10.266.696,00	6,00%	0,47%
TOTAL		21.004.105	7.844	21.011.949			171.230.885,04	0,00	171.230.885,04	0,00	171.230.885,04	100,00%	7,79%

Renda Fixa

Código	Aplicação	Emitente	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/RF	% S/Total
DE252																
1535800	28/12/2001	FG TRUST	0,000000%	0,000000%	1,386011%	PRE	01/01/1998	01/01/2050	603,0000	1.008,64000000	834.334,92	608.209,92	0,00	608.209,92	0,08%	0,03%
1535801	22/01/2002	FERREIRA	0,000000%	0,000000%	(0,016015%)	TJLP	01/06/1995	22/06/2014	1.102,0000	1.704,81401600	1.816.376,95	1.878.705,05	0,00	1.878.705,05	0,24%	0,09%
1535809	01/11/2002	PETR	6,335388%	0,378131%	10,300057%	IGPM	01/10/2002	01/10/2010	10.000,0000	1.782,67619503	10.480.700,00	17.826.761,95	0,00	17.826.761,95	2,28%	0,81%
1535813	01/11/2006	CEMIG	0,894081%	1,125164%	0,000000%	CDI D 104.000	01/11/2006	01/11/2011	232,0000	16.094,94569400	3.742.586,21	3.734.027,40	0,00	3.734.027,40	0,48%	0,17%
1535814	02/01/2007	CEMIG D	9,011507%	0,657257%	10,307697%	IGPM-100	01/06/2006	02/06/2014	1.000,0000	14.516,54710377	11.993.174,40	14.516.547,10	0,00	14.516.547,10	1,86%	0,66%
1535815	01/03/1999	VAL	0,000000%	(0,262363%)	0,765667%	IGPM	08/07/1997	08/07/2010	494.476,0000	0,02835430	4.944,76	14.020,52	0,00	14.020,52	0,00%	0,00%
SUBTOTAL									507.413,0000		28.872.117,24	38.578.271,94	0,00	38.578.271,94	4,94%	1,76%
LHIP																
1535803	01/02/2001	CEF	6,253916%	0,431618%	10,715225%	IGPM	01/02/2001	01/02/2021	44.000,0000	3.003,87091810	44.000.000,00	132.170.320,40	0,00	132.170.320,40	16,90%	6,01%
SUBTOTAL									44.000,0000		44.000.000,00	132.170.320,40	0,00	132.170.320,40	16,90%	6,01%
NTN-B																
1535804	02/01/2007	TESOURO	6,382402%	1,250847%	7,642390%	IPCA	15/10/2003	15/08/2024	20.528,0000	1.844,95336200	28.875.151,84	37.873.202,62	0,00	37.873.202,62	4,84%	1,72%
1535816	02/01/2007	TESOURO	6,688110%	1,286334%	7,704043%	IPCA	15/10/2003	15/05/2015	25.394,0000	1.825,46595600	37.262.750,17	46.355.882,49	0,00	46.355.882,49	5,93%	2,11%
1535817	02/01/2007	TESOURO	6,688110%	1,286334%	7,704043%	IPCA	15/10/2003	15/05/2015	9.500,0000	1.825,46595600	13.940.148,33	17.341.926,58	0,00	17.341.926,58	2,22%	0,79%
1535818	02/01/2007	TESOURO	6,688110%	1,286334%	7,704043%	IPCA	15/10/2003	15/05/2015	16.729,0000	1.825,46595600	24.547.867,51	30.538.219,98	0,00	30.538.219,98	3,90%	1,39%
2386548	02/10/2007	TESOURO	6,395004%	1,250972%	6,199997%	IPCA	15/08/2004	15/05/2045	28.000,0000	1.783,91296900	46.544.930,46	49.949.563,13	0,00	49.949.563,13	6,39%	2,27%
2393774	03/10/2007	TESOURO	6,390007%	1,249323%	6,306591%	IPCA	07/03/2006	15/05/2035	34.450,0000	1.795,51847900	56.646.649,96	61.855.611,60	0,00	61.855.611,60	7,91%	2,81%

Carteira Diária

Data de Emissão: 01/03/2010

Data de Posição: 31/12/2009

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Renda Fixa																
Código	Aplicação	Emitente	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/RF	% S/Total
3592945	12/03/2008	TESOURO	6,395004%	1,250972%	6,659234%	IPCA	15/08/2004	15/05/2045	7.500,0000	1.783,91296900	11.949.005,80	13.379.347,27	0,00	13.379.347,27	1,71%	0,61%
4180640	15/05/2008	TESOURO	6,382402%	1,250847%	6,870009%	IPCA	15/10/2003	15/08/2024	20.190,0000	1.844,95336200	32.546.583,76	37.249.608,38	0,00	37.249.608,38	4,76%	1,69%
4180650	15/05/2008	TESOURO	6,390007%	1,249323%	6,780004%	IPCA	07/03/2006	15/05/2035	1.925,0000	1.795,51847900	3.017.869,78	3.456.373,07	0,00	3.456.373,07	0,44%	0,16%
7551230	15/04/2009	TESOURO	6,395004%	1,250972%	7,050003%	IPCA	15/08/2004	15/05/2045	9.200,0000	1.783,91296900	14.900.996,99	16.411.999,31	0,00	16.411.999,31	2,10%	0,75%
SUBTOTAL									173.416,0000		270.231.954,60	314.411.734,43	0,00	314.411.734,43	40,20%	14,31%
NTN-C																
1535807	02/01/2007	TESOURO	6,317015%	0,375960%	7,837797%	IGPM	01/05/2002	01/07/2017	18.729,0000	2.228,77679200	31.028.973,67	41.742.760,54	0,00	41.742.760,54	5,34%	1,90%
1535808	01/10/2002	TESOURO	6,317015%	0,375960%	2,891576%	IGPM	01/05/2002	01/07/2017	22.000,0000	2.228,77679200	39.465.307,22	49.033.089,42	0,00	49.033.089,42	6,27%	2,23%
1535810	02/01/2007	TESOURO	6,326305%	0,376949%	7,656700%	IGPM	01/01/2001	01/01/2031	8.000,0000	3.727,69198700	22.134.915,08	29.821.535,90	0,00	29.821.535,90	3,81%	1,36%
1535811	02/01/2007	TESOURO	6,326305%	0,376949%	7,656700%	IGPM	01/01/2001	01/01/2031	17.007,0000	3.727,69198700	47.056.062,60	63.396.857,62	0,00	63.396.857,62	8,10%	2,88%
1535812	02/01/2007	TESOURO	6,326305%	0,376949%	7,656700%	IGPM	01/01/2001	01/01/2031	30.338,0000	3.727,69198700	83.941.131,72	113.090.719,50	0,00	113.090.719,50	14,46%	5,15%
SUBTOTAL									96.074,0000		223.626.390,29	297.084.962,98	0,00	297.084.962,98	37,98%	13,52%
TOTAL									820.903,0000		566.730.462,13	782.245.289,75	0,00	782.245.289,75	100,02%	35,59%

Fundos de Investimento - Outros Fundos

Código	Fundo	Instituição	Quantidade	Qtde Bloq.	Valor Cota	Valor Aplic./Resg	Valor Atual	Impostos	Valor Líquido	% S/Fl	% S/Total
006185	IPANEMA	BRDESCO	111.833.950,844634200	0,00000	3,145796290	0,00	351.806.827,66	0,00	351.806.827,66	28,18%	16,01%
006724	BRAD DED SAUD SU ANS	BRDESCO	573.765,590315070	0,00000	1,219895500	0,00	699.934,06	0,00	699.934,06	0,06%	0,03%
082187	ALFA ITAIPAVA FIM	BRDESCO	3.783.000,252994660	0,00000	146,084237000	0,00	552.636.705,53	0,00	552.636.705,53	44,27%	25,14%
082188	CSAM IBX_E	BRDESCO	2.143.214,757261140	0,00000	14,243153000	0,00	30.526.135,70	0,00	30.526.135,70	2,45%	1,39%
082189	VOTORANTIM_GERIBA	BRDESCO	2.139.437,322644280	0,00000	146,171502070	0,00	312.724.767,04	0,00	312.724.767,04	25,05%	14,23%
TOTAL			120.473.368,767849350				1.248.394.369,99	0,00	1.248.394.369,99	100,01%	56,80%

Contas a Pagar/Receber

Descrição	Valor	% S/TES	% S/Total
Custo CETIP 20/01/10	(1.922,45)	0,05%	0,00%
Custo SELIC 25/01/10	(1.716,78)	0,04%	0,00%
Despesa de Taxa Bovespa	(749,94)	0,02%	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 1,711,174 de ITSA4 em 04/01/2010 [CCI/5884225]	23.956,43	(0,60%)	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 383,350 de BBDC4 em 04/01/2010 [CCI/5884225]	5.574,35	(0,14%)	0,00%

Carteira Diária

Data de Emissão: 01/03/2010

Data de Posição: 31/12/2009

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Contas a Pagar/Receber

Descrição	Valor	% S/TES	% S/Total
Juros s/ capital de 0.04 a rec. s/ 49,400 de RDCD3 em 12/02/10 [CCI/5884225	1.910,51	(0,05%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.10 a rec. s/ 32,700 de CSNA3 em 31/12/49 [CCI/5884225	3.139,98	(0,08%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.18 a rec. s/ 205,100 de GGBR4 em 12/03/10 [CCI/588422	36.918,00	(0,93%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.23 a rec. s/ 48,792 de BRFS3 em 26/02/10 [CCI/5884225	11.221,43	(0,28%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.30 a rec. s/ 147,400 de TBLE3 em 31/12/49 [CCI/588422	43.808,41	(1,10%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.37 a rec. s/ 37,200 de LREN3 em 31/12/49 [CCI/5884225	13.641,24	(0,34%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.44 a rec. s/ 14,300 de ELPL6 em 31/12/49 [CCI/5884225	6.277,04	(0,16%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.49 a rec. s/ 83,600 de MRFG3 em 31/12/49 [CCI/5884225	40.958,66	(1,03%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.55 a rec. s/ 383,350 de BBDC4 em 09/03/10 [CCI/588422	210.739,41	(5,30%)	0,01%
Juros s/ capital de 0.65 a rec. s/ 133,500 de SUZB5 em 10/03/10 [CCI/588422	86.353,14	(2,17%)	0,00%
Provisão de Debentures Ferreira Guimarães [FGUI12]	(1.878.705,05)	47,22%	(0,09%)
Provisão GTD ON / GTD PN	(2.569.330,00)	64,59%	(0,12%)
Tx Custódia Bruta a Pagar em 08/01/2010	(8.220,90)	0,21%	0,00%
Tx de Controladoria s/ Tx de Admin. [BBDC] Bruta a Pagar em 08/01/2010	(2.055,31)	0,05%	0,00%
TOTAL	(3.978.201,83)	100,00%	(0,18%)

Tesouraria

Descrição	Valor	% S/TES	% S/Total
Saldo em Tesouraria	18.086,36	100,00%	0,00%
TOTAL	18.086,36	100,00%	0,00%

Patrimônio

Total do Patrimônio	2.197.910.429,31
---------------------	------------------

Rentabilidade Acumulada

Indexador	BenchMark	Rent. Real	Varição Diária	Varição Mensal	Varição Anual	Últimos 6 Meses	Últimos 12 Meses
CDI	65,9557%	(0,0111%)	0,03256110%	0,72413670%	9,89667520%	4,31834680%	9,89667520%
COTA			0,02147590%	0,30993620%	15,54461930%	5,69387070%	15,54461930%
IBOVESPA		0,0215%	0,00000000%	2,30296520%	82,65778960%	33,27115520%	82,65778960%
SELIC	65,2235%	(0,0114%)	0,03292670%	0,72685960%	9,94933760%	4,33699730%	9,94933760%

Carteira Diária

Data de Emissão: 01/03/2010

Data de Posição: 31/12/2009

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Rentabilidade Acumulada

Indexador	BenchMark	Rent. Real	Variação Diária	Variação Mensal	Variação Anual	Últimos 6 Meses	Últimos 12 Meses
Valor da Cota Bruta de Performance	2,39854800						
Quantidade de Cotas (Liquida)	916.350.196,89622500						
Valor da Cota Unitaria (Liquida)	2,39854800						

Carteira Imobiliária	Planos de Benefício Eletrobrás					
	BD	CD PURO	CD SALDADO	TOTAL CD	TOTAL PLANOS	TOTAL
Total de Imóveis	54.488.883,77	13.791.016,07	5.469.470,47	19.260.486,54	73.749.370,31	73.749.370,31
Uso Próprio	2.213.712,29	560.285,69	222.207,42	782.493,11	2.996.205,40	2.996.205,40
	2.213.712,29	560.285,69	222.207,42	782.493,11	2.996.205,40	2.996.205,40
Ed. Metropolitana 6º	1.106.856,15	280.142,85	111.103,71	391.246,56	1.498.102,70	1.498.102,70
Ed. Metropolitana 7º	1.106.856,15	280.142,85	111.103,71	391.246,56	1.498.102,70	1.498.102,70
Locados Patrocinadora	35.255.542,17	8.923.099,82	3.538.871,29	12.461.971,11	47.717.513,28	47.717.513,29
	35.255.542,17	8.923.099,82	3.538.871,29	12.461.971,11	47.717.513,28	47.717.513,29
Ed. Mario Bhering	19.610.409,89	4.963.351,41	1.968.448,43	6.931.799,84	26.542.209,73	26.542.209,74
Ed. Herm Stoltz 7º	1.566.724,69	396.534,56	157.264,27	553.798,82	2.120.523,51	2.120.523,51
Ed. Herm Stoltz 8º	1.566.724,69	396.534,56	157.264,27	553.798,82	2.120.523,51	2.120.523,51
Ed. Herm Stoltz 9º	1.566.724,69	396.534,56	157.264,27	553.798,82	2.120.523,51	2.120.523,51
Ed. Herm Stoltz 10º	1.566.724,69	396.534,56	157.264,27	553.798,82	2.120.523,51	2.120.523,51
Ed. Herm Stoltz 11º	1.566.724,69	396.534,56	157.264,27	553.798,82	2.120.523,51	2.120.523,51
Ed. Herm Stoltz 12º	1.566.724,68	396.534,55	157.264,27	553.798,82	2.120.523,50	2.120.523,50
Ed. Herm Stoltz 13º	1.566.724,68	396.534,55	157.264,27	553.798,82	2.120.523,50	2.120.523,50
Ed. Vital Brazil sala 2501	285.780,48	72.330,41	28.686,00	101.016,40	386.796,88	386.796,88
Ed. Vital Brazil sala 2502	285.780,48	72.330,41	28.686,00	101.016,40	386.796,88	386.796,88
Ed. Vital Brazil sala 2601	285.780,48	72.330,41	28.686,00	101.016,40	386.796,88	386.796,88
Ed. Vital Brazil sala 2602	285.780,48	72.330,41	28.686,00	101.016,40	386.796,88	386.796,88
Ed. Vital Brazil sala 2701	1.094.130,98	276.922,13	109.826,38	386.748,52	1.480.879,50	1.480.879,50
Ed. Herm Stoltz 16º	1.569.400,15	397.211,71	157.532,82	554.744,53	2.124.144,68	2.124.144,68
Ed. Central 15º	414.949,03	105.022,68	41.651,64	146.674,33	561.623,36	561.623,36
Ed. Central 16º	456.457,40	115.528,36	45.818,16	161.346,52	617.803,92	617.803,92
Valores a Receber	595.241,66	150.654,35	59.749,01	210.403,36	805.645,02	805.645,02
Locados Terceiros	17.019.629,31	4.307.630,56	1.708.391,76	6.016.022,32	23.035.651,63	23.035.651,62
	17.019.629,31	4.307.630,56	1.708.391,76	6.016.022,32	23.035.651,63	23.035.651,62
Ed. Belacap 2º	1.270.491,92	321.558,70	127.529,10	449.087,79	1.719.579,72	1.719.579,72
Ed. Belacap 3º	1.229.544,01	311.194,87	123.418,84	434.613,71	1.664.157,72	1.664.157,72
Ed. Belacap 4º	1.146.541,49	290.187,12	115.087,23	405.274,35	1.551.815,84	1.551.815,84
Ed. Belacap 5º	1.146.541,49	290.187,12	115.087,23	405.274,35	1.551.815,84	1.551.815,84
Ed. Belacap 6º	1.146.541,49	290.187,12	115.087,23	405.274,35	1.551.815,84	1.551.815,84
Ed. Belacap 7º	1.146.541,49	290.187,12	115.087,23	405.274,35	1.551.815,84	1.551.815,84
Ed. Belacap 8º	1.146.541,49	290.187,12	115.087,23	405.274,35	1.551.815,84	1.551.815,84
Ed. Belacap 9º	1.146.541,49	290.187,12	115.087,23	405.274,35	1.551.815,84	1.551.815,84
Ed. Belacap 10º	1.146.541,49	290.187,12	115.087,23	405.274,35	1.551.815,84	1.551.815,84
Ed. Belacap 11º	1.146.541,49	290.187,12	115.087,23	405.274,35	1.551.815,84	1.551.815,84
Ed. Belacap 12º	1.146.541,49	290.187,12	115.087,23	405.274,35	1.551.815,84	1.551.815,84
Ed. Belacap - Loja	2.361.233,12	597.622,88	237.015,22	834.638,11	3.195.871,23	3.195.871,23
Ed. Mercantil SP 17º	613.020,90	155.154,23	61.533,65	216.687,88	829.708,78	829.708,78
Ed. Mercantil SP 18º	613.020,90	155.154,23	61.533,65	216.687,88	829.708,78	829.708,78
Mercantil SP 20º	613.445,01	155.261,58	61.576,22	216.837,80	830.282,81	830.282,81
Valores a Receber	178.258,29	45.116,78	17.893,16	63.009,94	241.268,23	241.268,23
Valores a Pagar	-11.880,64	-3.006,96	-1.192,55	-4.199,51	-16.080,15	-16.080,15
Direitos Alienações	674.360,47	170.679,14	67.690,77	238.369,91	912.730,38	912.730,38
TOTAL IMÓVEIS LÍQ	55.924.863,56	14.154.459,38	5.613.610,88	19.768.070,23	75.692.933,79	75.692.933,79

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Conteúdo

Parecer dos Auditores Independentes

Balancos Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações dos Fluxos Financeiros

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos participantes e às patrocinadoras da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

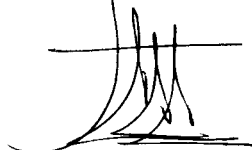
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, em 31 de dezembro de 2009, e o resultado de suas operações e a movimentação do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



4. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujos valores estão apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 24 de março de 2009, contendo comentários em parágrafos de ênfases quanto a: a) existência de processos que envolviam demandas relativas ao Adicional de Aposentadoria, os quais estavam em fase de levantamento pelos advogados da ELETROS e cujos montantes e expectativas de êxitos estavam sendo avaliados. Conforme descrito na nota explicativa nº 7, no exercício de 2009, tal levantamento foi concluído e a provisão constituída, no montante de R\$ 7.145 mil; e b) incerteza do desfecho das negociações com as patrocinadoras dos planos das “Obrigações não Contratadas – Aporte de Reservas do Desbloqueio do Salário Real de Contribuição – SRC. Conforme descrito na nota explicativa nº 8, os Conselhos de Administração das patrocinadoras aprovaram o aporte dos valores relativos ao desbloqueio do Salário Real de Contribuição - SRC, em reuniões realizadas em 21 de dezembro de 2009, pela patrocinadora-instituidora Eletrobrás, e em 29 de dezembro de 2009, pela patrocinadora Cepel.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2010

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ



Toshio Nishioka
Contador-CRC-SP-104.690/O-S-RJ

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)

Ativo	2009	2008	Passivo	2009	2008
Disponível	<u>250</u>	<u>770</u>	Exigível operacional	<u>38.356</u>	<u>60.907</u>
Realizável	<u>2.417.834</u>	<u>2.230.432</u>	Programa previdencial (nota 6)	25.705	45.062
Programa previdencial (nota 4)	20.313	17.835	Programa assistencial	5.271	5.227
Programa assistencial	1.320	5.685	Programa administrativo	7.353	6.452
Programa administrativo	6.430	7.199	Programa de investimentos	27	4.166
Programa de investimentos	<u>2.389.771</u>	<u>2.199.713</u>	Exigível contingencial	<u>7.545</u>	<u>5.251</u>
Renda fixa (nota 5)	1.998.996	1.764.867	Programa previdencial (nota 7)	7.145	4.641
Renda variável (nota 5)	199.447	250.623	Programa assistencial (nota 7)	-	21
Investimentos imobiliários (nota 5)	75.710	76.169	Programa administrativo (nota 7)	400	589
Operações com participantes (nota 5)	115.618	108.054	Exigível atuarial	<u>2.398.801</u>	<u>2.200.838</u>
Permanente	<u>2.175</u>	<u>1.347</u>	Provisões matemáticas (nota 8)	2.398.801	2.200.838
Imobilizado	2.175	1.347	Benefícios concedidos	1.386.646	1.298.013
			Benefícios a conceder	1.106.777	993.080
			Provisões matemáticas a constituir	(94.622)	(90.255)
			Reservas e fundos	<u>(24.443)</u>	<u>(34.447)</u>
			Equilíbrio técnico		
			Resultados realizados		
			Déficit técnico acumulado (nota 14)	(94.527)	(107.929)
			Fundos (nota 9)	<u>70.084</u>	<u>73.482</u>
			Programa assistencial	3.530	10.721
			Programa administrativo	61.374	61.806
			Programa de investimentos	5.180	955
	<u>2.420.259</u>	<u>2.232.549</u>		<u>2.420.259</u>	<u>2.232.549</u>

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Programa previdencial		
Recursos coletados	128.023	198.201
Recursos utilizados	(217.121)	(383.834)
Constituições de contingências	(3.842)	(2.699)
Custeio administrativo	(2.687)	(1.494)
Resultado dos investimentos previdenciais	306.992	15.684
Constituições de provisões atuariais	<u>(197.963)</u>	<u>(236.451)</u>
Superávit (Déficit) técnico do exercício	<u><u>13.402</u></u>	<u><u>(410.593)</u></u>
Programa assistencial		
Recursos coletados	15.666	15.010
Recursos utilizados	(13.431)	(11.821)
Reversões de contingências	13	-
Custeio administrativo	(1.414)	(1.996)
Recursos oriundos do programa administrativo	493	116
Resultado dos investimentos assistenciais	1.097	944
Operações transitórias	(9.615)	-
Constituições (reversões) de fundos	<u><u>(7.191)</u></u>	<u><u>2.253</u></u>
Programa administrativo		
Recursos oriundos de outros programas	15.596	14.768
Receitas	6.513	5.893
Despesas	(27.372)	(24.951)
Reversões (constituições) de contingências	(663)	124
Recursos transferidos para o programa assistencial	(493)	(116)
Resultado dos investimentos administrativos	<u>5.987</u>	<u>6.171</u>
Constituições (reversões) de fundos	<u><u>(432)</u></u>	<u><u>1.889</u></u>
Programa de investimentos		
Renda fixa	238.746	187.784
Renda variável	68.687	(192.942)
Investimentos imobiliários	10.389	18.507
Operações com participantes	12.557	14.463
Relacionadas com o disponível	(48)	(115)
Outros investimentos	(192)	(168)
Reversões (constituições) de contingências	(343)	5.995
Custeio administrativo	(11.495)	(11.277)
Resultados transferidos para outros programas	<u>(314.076)</u>	<u>(22.800)</u>
Constituições (reversões) de fundos	<u><u>4.225</u></u>	<u><u>(553)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS FINANCEIROS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais)**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Programa previdencial	<u>(112.271)</u>	<u>(73.979)</u>
Entradas	<u>126.819</u>	<u>273.851</u>
Recursos coletados	128.023	198.201
Recursos a receber	(1.923)	75.650
Outros realizáveis/exigibilidades	719	-
Saídas	<u>(239.090)</u>	<u>(347.830)</u>
Recursos utilizados	(217.121)	(383.834)
Utilizações a pagar	(20.728)	43.510
Utilizações futuras	97	(34)
Outros realizáveis/exigibilidades	-	(1.799)
Constituições de contingências	(1.338)	(5.673)
Programa assistencial	<u>(2.979)</u>	<u>3.927</u>
Entradas	<u>10.504</u>	<u>15.614</u>
Recursos coletados	15.666	15.010
Recursos a receber	4.366	(366)
Recursos futuros	87	970
Operações transitórias	(9.615)	-
Saídas	<u>(13.483)</u>	<u>(11.687)</u>
Recursos utilizados	(13.431)	(11.821)
Utilizações a pagar	(43)	151
Outros realizáveis/exigibilidades	(1)	(17)
Constituições de contingências	(8)	-
Programa administrativo	<u>(20.869)</u>	<u>(19.638)</u>
Entradas	<u>8.049</u>	<u>5.959</u>
Receitas	6.513	5.893
Receitas a receber	1	66
Outros realizáveis/exigibilidades	1.535	-
Saídas	<u>(28.918)</u>	<u>(25.597)</u>
Despesas	(27.372)	(24.951)
Despesas a pagar	206	693
Despesas futuras	(72)	50
Permanente	(828)	40
Outros realizáveis/exigibilidades	-	(1.392)
Constituições de contingências	(852)	(37)
Programa de investimentos	<u>135.599</u>	<u>87.886</u>
Renda fixa	4.617	39.119
Renda variável	115.713	32.287
Investimentos imobiliários	10.848	11.369
Operações com participantes	4.994	5.439
Relacionadas com o disponível	(48)	(115)
Outros investimentos	(182)	(168)
Constituições de contingências	<u>(343)</u>	<u>(45)</u>
Fluxo nas disponibilidades	<u>(520)</u>	<u>(1.804)</u>
Final	250	770
Inicial	<u>770</u>	<u>2.574</u>
Varição nas disponibilidades	<u>(520)</u>	<u>(1.804)</u>

**As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.**

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Em reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL:

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das patrocinadoras Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Empresa de Pesquisa Energética – EPE e a própria ELETROS, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

Os recursos de que a entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

As atividades da entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares 108/2001 e 109/2001, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e fiscalizado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e consistem hoje na administração de quatro planos de benefícios, como seguem:

- Plano BD Eletrobrás - patrocinado pela ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

- Plano CD Eletrobrás - patrocinado pela ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.371 de 03 de fevereiro de 2009, sendo oferecido para adesão dos novos empregados e dos não-participantes do Plano BD Eletrobrás, a partir de 01 de abril de 2006. Esse processo contemplou a migração de participantes, do Plano BD Eletrobrás para o CD Eletrobrás, por um período de doze meses contados a partir de então.

Em reunião realizada em 17 de janeiro de 2007, o Conselho Deliberativo da Eletros aprovou a prorrogação do prazo de opção pela migração para o Plano CD Eletrobrás, que expiraria em 30 de março de 2007, para 31 de dezembro de 2007, considerando o art. 41, parágrafo 1º do regulamento do Plano CD Eletrobrás. A solicitação de prorrogação foi encaminhada à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, tendo sido aprovada em 23 de março de 2007, conforme Ofício nº 741/SPC/DETEC/CGAT.

Em 23 de novembro de 2007, o Conselho Deliberativo da Eletros aprovou uma nova prorrogação do prazo de opção pela migração para o plano CD Eletrobrás, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 31 de dezembro de 2007, com um novo término em 28 de junho de 2008. A nova prorrogação foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, conforme ofício nº 4.758/SPC/DETEC/CGAT.

Em 04 de fevereiro de 2009 foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria SPC nº 2.371 de 03 de fevereiro de 2009, por meio da qual a SPC aprovou a alteração do artigo nº 41 do regulamento do plano CD Eletrobrás, alteração aprovada pelo Conselho Deliberativo da Eletros em 05 de setembro de 2008.

O prazo de opção pela migração para o plano foi encerrado em definitivo após 90 dias após a publicação do ato autorizativo da SPC, comunicado através do Ofício nº 224/SPC/DETEC/CGAT de 03 de fevereiro de 2009. Sendo assim, o prazo de migração se encerrou em 05 de maio de 2009.

- Plano CD ONS - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.407, de 08 de outubro de 2008. Portaria SPC nº 2.555 de 08 de outubro de 2008.
- Plano CV EPE - patrocinado pelo Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Variável, com regulamento vigente aprovado por meio da Portaria nº 3.149, de 12 de novembro de 2009.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações posteriores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e a longo prazo e a demonstração das origens e aplicações de recursos foi substituída pela demonstração do fluxo financeiro.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

b) Contribuições para o programa previdencial

As contribuições são registradas pelo regime de competência.

- **Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS**

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 4,08% a 24,48%, consoante as faixas salariais; as de responsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente; e as dos participantes assistidos (em gozo de benefício de prestação continuada) são calculadas tendo como base percentuais que variam de 1,5% a 9%, consoante as faixas de benefícios.

- **Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS**

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 4,5% a 15,0%, consoante as faixas salariais; as de responsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

- **Plano de Contribuição Definida – CD ONS**

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 2% a 6%, de acordo com as opções individuais; as de responsabilidade da patrocinadora são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente.

A contribuição para custeio dos benefícios de pecúlio por morte ou por invalidez permanente é dividida em, no mínimo, 40% paga pelo participante e, no máximo, 60% paga pela patrocinadora.

A contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença é paga exclusivamente pela patrocinadora.

- **Plano de Contribuição Variável – CV EPE**

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente, aplicando-se à remuneração mensal, inclusive sobre o 13ª remuneração, 3% da parcela da remuneração mensal compreendida até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social, e 11% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do teto de contribuição para a Previdência Social.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

c) Programa de investimentos

- **Renda fixa e renda variável**

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 (alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002), os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- (i) Títulos para negociação - aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Todos os títulos de renda fixa foram classificados como "Títulos para negociação" e estão avaliados pelo valor de mercado (nota explicativa 5).

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a Resolução CGPC n.º 25, de 30 de junho de 2008.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

Os dividendos e as bonificações resultantes das aplicações em ações são reconhecidos a partir da decisão da assembléia geral dos acionistas.

Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

A variação originada da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado.

- Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos respectivos laudos de avaliação. As instalações são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

- Operações com participantes

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos, conforme descrito em (h).

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

d) Ativo permanente

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo dos bens que constituem o Ativo Permanente Imobilizado às seguintes taxas:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos – “hardware”	20% (vinte por cento)
Direito de uso de software	20% (vinte por cento)

e) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas relativas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões são calculadas pelo "regime financeiro de capitalização" e representam o valor atual dos benefícios, líquido de contribuições, a serem pagos aos participantes e/ou beneficiários.

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

f) Demonstração do fluxo financeiro

É elaborada em conformidade com o estabelecido pela Resolução CGPC nº 5/2002 e alterações posteriores e registra os fluxos derivados de cada um dos programas. Nos programas previdencial, assistencial e administrativo, as entradas e saídas são apresentadas separadamente, ao passo que, no programa de investimentos, são apresentadas líquidas por subgrupo desse programa. Entradas representam as receitas e variações positivas das contas patrimoniais e saídas representam as despesas e variações negativas das contas patrimoniais referentes a cada programa, líquidas dos eventos que não representam movimentação de recursos financeiros.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

g) Transferências interprogramas

As transferências interprogramas foram efetuadas nas contas de resultados para cobranças e repasses de recursos entre as diferentes naturezas de gastos dos referidos programas, de acordo com o disposto da Resolução CGPC nº 5/2002 e alterações posteriores. Essas transferências foram efetuadas de acordo com as disposições vigentes em cada exercício social, cujo teor pode ser assim resumido:

- Na demonstração de resultado do programa de investimentos, a rubrica "Resultados transferidos para outros programas" corresponde ao resultado líquido dos investimentos transferido para os programas previdencial, assistencial e administrativo.
- Na demonstração de resultado do programa administrativo, o valor referente à rubrica "Recursos oriundos de outros programas" corresponde ao custeio administrativo dos programas previdencial, assistencial e investimentos.

h) Provisão para perdas na realização de créditos

A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto da Resolução CGPC nº 5/2002, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

NOTA 4 – PROGRAMA PREVIDENCIAL - REALIZÁVEL

Em 31 de dezembro, o programa previdencial pode ser assim resumido:

	2009	2008
Contribuições do mês	7.503	5.580
Outros realizáveis	12.810	12.255
	<u>20.313</u>	<u>17.835</u>

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

a) Contribuições do mês

Representam os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

O crescimento ocorrido no exercício de 2009 deve-se à criação do Plano CV EPE e da entrada de novos participantes nos planos CD Eletrobrás e CD ONS, onde podemos destacar que as novas inscrições totalizaram 337 (275 em 2008) novos participantes distribuídos entre Eletrobrás, Cepel, Eletros, ONS e EPE, resultado de uma campanha promovida pela Eletros.

b) Outros realizáveis

Representam, basicamente, os recursos a receber das patrocinadoras, essencialmente da patrocinadora Eletrobrás, referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros para garantir a execução do julgado ao processo trabalhista movido por ex-empregados da Eletrobrás, cujo objetivo visou a integração dos valores recebidos a título de participação nos lucros nos direitos trabalhistas, com o conseqüente reflexo nas provisões matemáticas.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

NOTA 5 – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS – REALIZÁVEL:

Em 31 de dezembro, a carteira do programa de investimentos apresentava a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Renda fixa	<u>1.998.996</u>	<u>1.764.867</u>
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	<u>611.497</u>	<u>571.861</u>
Notas do Tesouro Nacional	611.497	571.861
Aplicações em instituições financeiras	<u>1.350.800</u>	<u>1.153.339</u>
Caderneta de poupança	762	15
Letras hipotecárias	132.170	129.154
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	1.217.868	1.024.170
Títulos de empresas – Debêntures	36.699	39.667
Renda variável	<u>199.447</u>	<u>250.623</u>
Ações (*)	168.921	228.967
Fundos de investimentos em ações	30.526	21.656
Investimentos imobiliários	<u>75.710</u>	<u>76.169</u>
Edificações	73.749	73.580
Valores a receber	1.048	964
Direito em alienação de investimentos imobiliários	913	1.625
Operações com participantes		
Empréstimos	<u>115.618</u>	<u>108.054</u>
	<u>2.389.771</u>	<u>2.199.713</u>

Em 2009, a rentabilidade acumulada da renda fixa, no consolidado, foi de 13.18%. O aumento em relação ao total dos investimentos deveu-se à elevação da alocação do BD neste segmento, que passou de 81% em 2008 para 87% em 2009.

Em abril de 2009, a participação do BD na renda variável foi reduzida de 10% para 3.5%, alocação ideal apontada pela fronteira eficiente. Por isso, apesar da rentabilidade de 34.05%, em 2009 a posição no consolidado ficou inferior à 2008 neste segmento.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

(*) Inclui provisão para perda de R\$2.569 mil (R\$1.133 mil em 2008) visando a demonstrar, de forma conservadora, o real valor econômico dos investimentos em ações da GTD Participações S.A.. A adoção deste procedimento leva em consideração o fato de que, devido à baixa liquidez da ação, a utilização do valor da última negociação na bolsa de valores não reflete de forma satisfatória o seu real valor econômico.

• Renda fixa

Composição da carteira de títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de mercado e por prazo de vencimento, em observância ao Art. 8º da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 08, de 19 de junho de 2002:

	Prazo de vencimento					Acima de 720	Total
	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	-	-	-	-	-	611.497	611.497
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	611.497	611.497
Aplicações em instituições financeiras	385.196	-	21.143	64.198	250.090	630.173	1.350.800
Caderneta de poupança	762	-	-	-	-	-	762
Letras hipotecárias	-	-	-	-	-	132.170	132.170
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa	384.434	-	21.143	64.198	250.090	498.003	1.217.868
Títulos de empresas	-	-	-	17.840	3.734	15.125	36.699
Debêntures	-	-	-	17.840	3.734	15.125	36.699
	<u>385.196</u>	<u>-</u>	<u>21.143</u>	<u>82.038</u>	<u>253.824</u>	<u>1.256.795</u>	<u>1.998.996</u>

Fundamentada no conservadorismo, a Eletros mantém provisão de R\$1.879 mil (R\$1.671 mil em 2008) para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães, que vem apresentando patrimônio líquido negativo nos últimos anos.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

• Investimentos imobiliários

Localização	Última Reavaliação	Valor contábil	
		2009	2008
Uso próprio:			
Rua Uruguaiana nº 174 – RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro de 2008	2.996	2.208
Avenida Rio Branco nº 81 - 20º andar – RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2008	-	850
		<u>2.996</u>	<u>3.058</u>
Locados às patrocinadoras:			
Rua da Quitanda nº 196 – RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro de 2008	26.542	26.498
Avenida Presidente Vargas nº 409 – RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro de 2008	16.968	17.152
Avenida Marechal Floriano nº 19 – RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro de 2008	3.028	3.096
Avenida Presidente Vargas nº 417 – RJ (Edifício Central)	Dezembro de 2008	1.179	1.219
		<u>47.717</u>	<u>47.965</u>
Locados a terceiros:			
Avenida Rio Branco nº 81 (parte) – RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2008	1.660	1.700
Avenida Rio Branco nº 81 - 20º andar – RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2008	830	-
Avenida Presidente Vargas nº 642 – RJ (Edifício Belacap)	Dezembro de 2008	20.546	20.857
		<u>23.036</u>	<u>22.557</u>
		<u>73.749</u>	<u>73.580</u>
Valores a receber		1.048	964
Direito em alienação de investimentos imobiliários		913	1.625
		<u>75.710</u>	<u>76.169</u>

No exercício de 2008, em atendimento a Resolução CMN nº 3.456, de 01 de junho de 2007, procedeu-se à reavaliação dos investimentos imobiliários, conforme laudos técnicos emitidos por empresa especializada. O resultado positivo das reavaliações realizada em 2008, no montante líquido de R\$9.158 mil, decorre dos lançamentos positivos e negativos dessas reavaliações. Em 2009 a Eletros não efetuou reavaliações em seus imóveis.

Foram também realizadas benfeitorias cujos custos foram acrescidos aos valores dos imóveis.

Em 2008, o impacto da reavaliação dos imóveis possibilitou um acréscimo patrimonial de R\$9.158 mil, registrado no programa de investimentos.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Em setembro de 2006, foi realizada a venda da participação da Eletros no empreendimento Ilha Plaza Shopping no valor de R\$3.400 mil. No ato da assinatura da promessa de compra e venda foi recebido o valor de R\$1.000 mil, ficando o montante de R\$2.400 mil a ser liquidado em 4 parcelas anuais de R\$600 mil, que serão atualizadas com base na variação do INPC e juros de 8% a.a.

NOTA 6 – PROGRAMA PREVIDENCIAL – EXIGÍVEL OPERACIONAL:

Em 31 de dezembro, o programa previdencial pode ser assim resumido:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Provisão do Adicional de Aposentadoria	22.948	43.685
IRRF a Recolher	2.600	1.242
Outras Exigibilidades	<u>157</u>	<u>135</u>
	<u>25.705</u>	<u>45.062</u>

Provisão do Adicional de Aposentadoria – Plano BD Eletrobrás

O Adicional de Aposentadoria é um benefício oferecido aos participantes inscritos na vigência dos regulamentos 001, 002, 003 e 004 do Plano BD. Criado na vigência do regulamento 003, o Adicional correspondia a, no máximo, 25% do SRB (Salário Real de Benefício) – média dos 36 últimos salários sobre o qual o participante contribuiu para o fundo limitado a 20 salários mínimos fixados em Lei Federal.

A partir da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, que vedou a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, a ELETROS passou a adotar o Teto de Contribuição para Previdência Social (TCPS) como limite para o cálculo do benefício de Adicional de Aposentadoria, que foi a metodologia utilizada pelo INSS para o cálculo da aposentadoria.

Este novo parâmetro adotado com base na legislação pátria gerou demandas judiciais de aposentados e de pensionistas. Com a recente orientação jurisprudencial do STF, a ELETROS encontrou amparo legal para formalizar acordo judicial e extrajudicial, que contempla a aplicação da metodologia original ao cálculo do benefício de Adicional de Aposentadoria.

Foi provisionado em 2008 o valor de R\$ 43.685 mil que representa o montante oferecido para acordo do Adicional de Aposentadoria, relativo aos valores das diferenças retroativas aos últimos 5 anos dos Benefícios Concedidos, observando-se o prazo prescricional.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Esse valor foi pago em razão dos acordos formalizados nesse exercício de 2009, sendo que para os participantes que permaneceram em litígio com a Eletros, providenciou-se registro dos respectivos valores no exigível contingencial.

No exercício de 2009 foi provisionado o compromisso futuro com os participantes que migraram para o Plano CD Eletrobrás, e fazem jus à diferença de Reserva Matemática de Migração decorrente do acordo extrajudicial do Adicional de Aposentadoria, conforme deliberação do CDE da Eletros no montante de R\$ 22.948 mil. Essa provisão corresponde ao somatório do valor nominal vigente à data de migração de cada participante. Sendo que figuraram como nota explicativa no Parecer Atuarial do exercício de 2008 na ordem de R\$ 15.000 mil.

Tendo em vista a incerteza da efetiva necessidade de recursos a serem transferidos do Plano BD Eletrobrás para o Plano CD Eletrobrás, em função da metodologia a ser aplicada nos cálculos individuais no decorrer do exercício de 2010, podendo ocorrer variações positivas ou negativas até a data da efetiva transferência, esses recursos foram provisionados pelo valor nominal, por recomendação da área atuarial.

NOTA 7 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL:

Registra as provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências previdenciais, fiscais e trabalhistas, deduzidas dos correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, apresentando a seguinte composição:

	2009	2008
Programa previdencial:	<u>7.145</u>	<u>4.641</u>
Provisão constituída	19.072	14.487
Depósitos judiciais	(11.927)	(9.846)
Programa assistencial:	<u>-</u>	<u>21</u>
Provisão constituída	37	48
Depósitos judiciais	(37)	(27)
Programa administrativo:	<u>400</u>	<u>589</u>
Provisão constituída	1.604	1.588
Depósitos judiciais	(1.204)	(999)
Programa de investimentos:	<u>-</u>	<u>-</u>
Provisão constituída	8.771	5.940
Depósitos judiciais	(8.771)	(5.940)
	<u>7.545</u>	<u>5.251</u>

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

• Contingências do programa previdencial

De acordo com orientações dos advogados da Eletros e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela divisão jurídica da Eletros, foram constituídas provisões relativas a processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a Eletros, inclusive os processos judiciais que envolvem as demandas relativas ao Adicional de Aposentadoria no montante de R\$ 7.145 mil.

• Contingências do programa administrativo

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências trabalhistas e tributárias.

• Contingências do programa de investimentos

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente a IPTU, IOF, ITBI, PIS e COFINS.

NOTA 8 – EXIGÍVEL ATUARIAL:

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos executados pelos atuários responsáveis pelos planos, de acordo com os seus pareceres dos Planos CD ONS , CD Eletrobrás, CV EPE e do Plano BD Eletrobrás datados de 12 de fevereiro de 2010.

Em 31 de dezembro, o exigível atuarial possuía a seguinte composição consolidada:

	2009	2008
Benefícios concedidos		
Benefícios do plano	1.386.646	1.298.013
Benefícios a conceder		
Benefícios do plano com a geração atual		
• Contribuição definida	724.589	571.692
• Benefício definido	416.517	463.831
	1.141.106	1.035.523
Outras contribuições da geração atual	(34.329)	(42.443)
	1.106.777	993.080
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		
(-) Serviço Passado	(94.622)	(90.255)
	2.398.801	2.200.838

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Benefícios concedidos

No Plano BD Eletrobrás, registram o valor atual dos compromissos correspondentes a benefícios concedidos, deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados.

Benefícios do plano

Registram o valor atual dos benefícios a serem pagos pela entidade aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

Benefícios a conceder

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios a conceder, deduzidos das correspondentes contribuições a receber.

Benefícios do plano com a geração atual - contribuição definida

Registram a totalidade dos saldos acumulados nas contas previdenciárias de participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

Benefícios do plano com a geração atual - benefício definido

Registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas, quando do recebimento dos referidos benefícios.

Outras contribuições da geração atual

Registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes da geração atual que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, excluindo toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesses planos, bem como as contribuições registradas nas rubricas benefício do plano com a geração atual e contribuições das patrocinadoras sobre benefícios da geração atual.

Provisões matemáticas a constituir

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras já vigentes, referentes a serviço passado, no mês a que se referirem os valores contabilizados como Provisões Matemáticas a Constituir.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Provisões matemáticas a constituir

Em 31 de dezembro, as provisões matemáticas a constituir podem ser assim resumidas:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Operações contratadas	17.785	18.219
Operações não contratadas	<u>76.837</u>	<u>72.036</u>
	<u>94.622</u>	<u>90.255</u>

a) Operações contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes ao plano de benefício definido e são devidas pela patrocinadora Cepel, conforme previsto no regulamento da entidade.

As operações contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2009 e 2008 podem ser assim demonstradas:

	<u>Encargos</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Contratos firmados com o CEPEL:			
CF-015/06 - prazo 15 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	2.725	2.774
CF-016-A/06 - prazo 15 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	2.784	2.855
CF-017-A/06 - prazo 15 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	<u>12.276</u>	<u>12.590</u>
		<u>17.785</u>	<u>18.219</u>

Garantias:

- (a) Não possui garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

* INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

b) Operações não contratadas

Composição do grupo Operações não Contratadas em 31 de dezembro:

	2009	2008
Aporte de reservas do desbloqueio do SRC	57.026	61.373
Aporte de reservas de aposentadorias especiais	19.811	10.663
	<u>76.837</u>	<u>72.036</u>

• Aporte de reservas do desbloqueio do SRC

Representam os recursos a receber das patrocinadoras referentes a aportes de reservas originárias do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC), dos participantes que optaram pela migração ao Plano Previdenciário da Eletros até junho de 2008. Segue a sua composição:

	Plano de benefícios	2009	2008
Patrocinadoras:			
ELETROBRÁS	CD	35.805	37.102
CEPEL	CD	19.860	22.858
ELETROS	CD	1.361	1.413
		<u>57.026</u>	<u>61.373</u>

A forma documental que consubstancia o registro destes recursos a receber encontra amparo nos atos praticados pela Eletros a partir de maio de 2006 até 31 de dezembro de 2009, envolvendo procedimentos contratuais entre os participantes que optaram pela migração e constituíram a futura obrigação.

Os Conselhos de Administração das patrocinadoras aprovaram o aporte dos valores relativos ao desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC), em reuniões realizadas em 21/12/2009, pela patrocinadora-instituidora Eletrobrás, e em 29/12/2009, pela patrocinadora Cepel.

A redução ocorrida no exercício de 2009, deve-se às mudanças nas metodologias aplicadas no cálculo das diferenças de desbloqueio, considerando os aportes de 36 contribuições retroativas, substituição de premissas de casos individuais por dados reais aplicados e por desistência de parte dos empregados em função de incentivos à migração do plano CD Eletrobrás pagos pelas patrocinadoras Eletrobrás e Cepel.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

• Aporte de reservas de aposentadorias especiais

Estão em processo de cobrança ou de contratação com as patrocinadoras e referem-se, essencialmente, a aportes de reservas destinadas a aposentadorias especiais. Essas contribuições estão compostas como segue:

	<u>Plano de</u> <u>benefícios</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Patrocinadoras:			
ELETROBRÁS	BD	8.096	4.352
ELETROBRÁS	CD	2.990	2.077
CEPEL	BD	1.966	1.713
CEPEL	CD	6.759	2.521
		<u>19.811</u>	<u>10.663</u>

O aumento verificado na conta "Aporte de Reservas de Aposentadorias Especiais", no exercício de 2009, deve-se a cobranças de diferenças de reservas às patrocinadoras, tendo em vista a concessão de novas aposentadorias pelo INSS. O reconhecimento por parte das patrocinadoras de tempos especiais de aposentadorias de seus empregados impactou aumento nos valores de benefícios, acarretando recálculo das provisões matemáticas desses participantes.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Provisões matemáticas do plano de benefício definido - BD ELETROBRÁS

Composição das provisões matemáticas do plano BD Eletrobrás:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Benefícios concedidos		
Aposentadoria	1.186.501	1.079.628
Pensões	96.751	79.967
Acordo Adicional de Aposentadoria	-	64.243
	<u>1.283.252</u>	<u>1.223.838</u>
Benefícios a conceder		
Aposentadoria a conceder (ativos)	258.468	240.975
Reversão de aposentadoria em pensão (assistidos)	125.140	112.573
Pensões (ativos)	22.315	21.262
Benefício proporcional diferido (ativos)	10.594	14.729
Valor presente das contribuições futuras	(34.329)	(41.694)
Acordo Adicional de Aposentadoria	-	73.542
	<u>382.188</u>	<u>421.387</u>
Provisões Matemáticas a Constituir		
Operações contratadas	(17.785)	(18.219)
Operações não contratadas	(10.062)	(6.065)
	<u>(27.847)</u>	<u>(24.284)</u>
	<u>1.637.593</u>	<u>1.620.941</u>

As provisões matemáticas que migraram do plano BD Eletrobrás para o plano CD Eletrobrás, foram transferidas deduzindo-se as contribuições futuras devidas como assistidos no plano de origem.

A ELETROS aprovou no exercício de 2008, um Acordo referente ao “Adicional de Aposentadoria” do seu Plano “BD” em relação aos que são participantes ou assistidos desse Plano, incluindo as diferenças retroativas, relativas aos últimos 5 (cinco) anos, cujo impacto total na situação atuarial do Plano, foi de R\$ 181.470 mil em 31.12.2008, conforme a seguinte discriminação:

1. Provisão no exigível operacional – Programa Previdencial de R\$ 43.685 mil, deduzida do Ativo Líquido do Plano, correspondente à diferença, relativa aos últimos 5 (cinco) anos, dos Benefícios Concedidos, decorrente do Acordo em questão;
2. Provisão Matemática Adicional de R\$ 64.243 mil, incluída na Provisão de Benefícios Concedidos, correspondente ao aumento, no valor atual da obrigação atuarial líquida de Benefícios Concedidos, decorrente do Acordo em questão; e

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

3. Provisão Matemática Adicional de R\$ 73.542 mil incluída na Provisão de Benefícios a Conceder, correspondente ao aumento, no valor atual da obrigação atuarial líquida de Benefícios a Conceder, decorrente do Acordo em questão.

Em 2009, a Eletros implementou o acordo do Adicional de Aposentadoria e também provisionou o valor de R\$ 22.948 mil, que corresponde ao valor nominal vigente à data de migração de cada participante, do compromisso futuro dos participantes que migraram para o Plano CD Eletrobrás.

No ano de 2009, alguns eventos contribuíram para majorar o valor das Provisões Matemáticas do Plano BD Eletrobrás, a saber:

- sentenças de processos judiciais transitados em julgado no exercício de 2009, atendendo demandas de participantes contra a ELETROS, mensurado em R\$ 8.219 mil;
- crescimento salarial real dos participantes em nível superior às hipóteses atuariais, impactando em R\$ 9.884 mil.

Provisões matemáticas do plano de contribuição definida CD ELETROBRÁS

Composição das provisões matemáticas do plano CD Eletrobrás:

	2009	2008
Benefícios concedidos		
Aposentadoria	97.518	68.458
Pensão por morte	1.377	1.272
	<u>98.895</u>	<u>69.730</u>
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	448.621	347.935
Benefício Proporcional Diferido Saldado	165.494	144.429
	<u>614.115</u>	<u>492.364</u>
Provisões Matemáticas a Constituir		
Aporte de reservas do desbloqueio do SRC	(57.026)	(61.373)
Aporte de reservas de aposentadorias especiais	(9.749)	(4.598)
	<u>(66.775)</u>	<u>(65.971)</u>
	<u>646.235</u>	<u>496.123</u>

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Provisões matemáticas do plano de contribuição definida CD ONS

Composição das provisões matemáticas do plano CD ONS:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Benefícios concedidos		
Aposentadoria	2.533	2.348
Pensão por morte	1.966	2.097
	<u>4.499</u>	<u>4.445</u>
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	<u>107.900</u>	<u>79.329</u>
	<u>112.399</u>	<u>83.774</u>

Provisões matemáticas do plano de contribuição variável CV EPE

Composição das provisões matemáticas do plano CV EPE:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	<u>2.574</u>	<u>-</u>
	<u>2.574</u>	<u>-</u>

NOTA 9 – FUNDOS:

Os fundos são constituídos com as sobras dos programas administrativo, assistencial e de investimentos, após a transferência do custeio administrativo e da rentabilidade dos recursos aplicados, a qual é alocada com base no resultado líquido do programa de investimentos, calculado de forma proporcional à participação de cada um no montante aplicado.

Programa assistencial

Composto pelos fundos FABES - Fundo de Assistência e Bem Estar Social, em extinção, e ELETROS-SAÚDE, destinados ao custeio do plano de benefício assistencial da Fundação.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Os fundos pertencentes ao plano assistencial não recebem transferência de recursos provenientes dos planos de benefícios previdenciários e, tampouco, aportam recursos para estes. Os recursos desses fundos são aplicados exclusivamente em seus respectivos programas, sendo as despesas administrativas incorridas para a gestão desses fundos alocadas aos mesmos.

Fundo Fabes-Transitório

Em 2003, a entidade constituiu a Fundação Eletros de Assistência e Bem Estar Social - Fabes, com a finalidade de dar apoio aos seus programas assistenciais.

O saldo do antigo Fundo Fabes, considerado em extinção, foi transferido para um novo Fundo intitulado Fundo Fabes - Transitório, cujos recursos passaram a ser, por decisão do Conselho Deliberativo da entidade, progressivamente transferidos para a Fundação Fabes.

No exercício de 2009 foi transferido o saldo remanescente do Fundo Fabes Transitório, no montante de R\$ 9.615 mil para a Fundação Eletros de Assistência e Bem Estar Social – Fabes, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Eletros.

Fundo Eletros-Saúde

O Fundo Eletros-Saúde, instituído pela Eletrobrás em 1991, opera a contratação de serviços diferenciados e parciais de saúde para suas diferentes categorias de usuários no modelo de autogestão.

Podem aderir ao plano os empregados da Eletrobrás, do Cepel, da Fundação, desde que participantes previdenciários da Eletros e os assistidos, bem como os beneficiários de complementação de pensão prestada pela Fundação.

O Plano se caracteriza por ser destituído de fins lucrativos, sendo custeado por seus usuários através de contribuições mensais e gerido por seus beneficiários, de acordo com a representatividade estabelecida no estatuto da Eletros para composição do Conselho Deliberativo.

Este fundo registra os fatos relativos aos benefícios de assistência à saúde. O registro contábil das atividades assistencial e administrativa é segregado em fundos distintos, conforme determinação do Conselho Deliberativo.

Em atendimento a Resolução Normativa – RN nº 160, de 3 de julho de 2007, foram constituídos a partir de janeiro de 2008, os fundos Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA, Provisão de Risco e Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

É apresentada a seguir a demonstração do resultado do exercício referente ao programa assistencial:

	Fundo Eletros-Saúde		Fundo Fabes-Transitório		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Programa assistencial						
Recursos coletados	15.253	14.485	413	525	15.666	15.010
Recursos utilizados	(13.431)	(11.821)	-	-	(13.431)	(11.821)
Reversão de contingências	13	-	-	-	13	-
Custeio administrativo	(1.372)	(1.953)	(42)	(43)	(1.414)	(1.996)
Recursos oriundos do programa administrativo	493	116	-	-	493	116
Resultado dos investimentos assistenciais	604	533	493	411	1.097	944
Operações transitórias	-	-	(9.615)	-	(9.615)	-
Constituições de fundos	1.560	1.360	(8.751)	893	(7.191)	2.253

Programa administrativo

Composto pelos fundos administrativos do Plano Administrativo Geral da Eletros – PAGE e do Eletros-Saúde, que se destinam a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros e do Eletros-Saúde, respectivamente.

- Plano Administrativo Geral da Eletros – PAGE

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PAGE em 2009, no valor de R\$5.806 mil, foram usados no custeio R\$4.765 mil, o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro de 2009 a R\$60.337 mil (R\$59.296 mil em 2008).

- Plano Assistencial – Fundo Eletros-Saúde

O fundo administrativo do Eletros-Saúde é constituído com a receita de sobrecarga administrativa oriunda das contribuições dos participantes do Plano Eletros-Saúde.

Além dessa receita, foram destinados ao fundo os recursos oriundos do convênio com o Banco Real, recebidos como contrapartida da centralização, naquele banco, do pagamento da folha de pagamento dos assistidos e dos empregados da Eletros, desde janeiro de 2006, e estão sendo utilizados para redução de mensalidades da categoria de assistidos e pensionistas.

O fundo administrativo do Eletros-Saúde apresentava o saldo de R\$1.037 mil (R\$2.510 mil em 2008).

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Demonstração do resultado do exercício referente ao programa administrativo:

	Fundo Eletros-Saúde		Fundo Fabes-Transitório		Page	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Programa administrativo						
Recursos oriundos de outros programas	1.411	2.007	67	48	14.118	12.713
Receitas	3.313	3.076	-	-	3.200	2.817
Despesas	(5.572)	(5.099)	(67)	(48)	(21.733)	(19.804)
Constituições de contingências	(313)	(6)	-	-	(350)	130
Recursos transferidos para o programa assistencial	(493)	(116)	-	-	-	-
Resultado dos investimentos administrativos	181	275	-	-	5.806	5.896
Constituições de fundos	(1.473)	137	-	-	1.041	1.752

Apresentamos abaixo demonstrativo consolidado das constituições dos fundos dos programas assistencial e administrativo:

	Fundo Eletros-Saúde		Fundo Fabes-Transitório		Page	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Constituições de fundos						
Programa Assistencial	1.560	1.360	(8.751)	893	-	-
Programa Administrativo	(1.473)	137	-	-	1.041	1.752
Total	87	1.497	(8.751)	893	1.041	1.752

NOTA 10 - DETALHAMENTO DOS SALDOS DAS RUBRICAS CONTÁBEIS COM A DENOMINAÇÃO “OUTROS”:

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação “Outros(as)”, que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Programa previdencial – realizável

	2009	2008
Outros recursos a receber		
Valores a receber das patrocinadoras	12.810	12.255
	<u>12.810</u>	<u>12.255</u>

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Programa administrativo – realizável

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Outros realizáveis:		
Convênio de interveniência com o INSS	5.220	5.306
Valores a receber referentes a convênios com as patrocinadoras	294	386
Outros valores a receber	568	1.231
	<u>6.082</u>	<u>6.923</u>

Programa administrativo – exigível

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Outras exigibilidades:		
Valores referentes a seguros a pagar	604	352
Valores referentes a retenção de IRRF, INSS e ISS sobre prestadores de serviços	236	254
Valores referentes a convênios com as patrocinadoras	783	475
Outros	474	321
	<u>2.097</u>	<u>1.402</u>

NOTA 11 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO:

A ELETROS adota a apropriação das despesas administrativas em um único plano, denominado internamente de “Plano Administrativo Geral da Eletros”. Para a cobertura das despesas administrativas, o Plano Administrativo Geral da Eletros tem como fontes de recursos a sobrecarga administrativa, a taxa de administração do ativo e os ressarcimentos de despesas operacionais.

As despesas Administrativas da Eletros, no exercício de 2009, foram rateadas a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nos programas e o custo médio de cada área.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

NOTA 12 – AÇÕES JUDICIAIS – TRIBUTÁRIAS:

A ELETROS, adicionalmente ao mencionado na nota explicativa 7, iniciou diversos processos judiciais que visam à recuperação de valores que reduziram seus ativos pela edição de planos de estabilização econômica e por mudanças na legislação que contemplava as entidades fechadas de previdência complementar com a imunidade tributária (Lei nº6.435/77).

NOTA 13 – EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DO PLANO BD ELETROBRÁS:

Déficit do Plano BD em 31/12/2008	<u>(107.929)</u>
Fatores ordinários de influência do resultado de 2009	45.488
- Resultado dos investimentos	221.655
- Resultado previdenciário	(167.044)
- Taxa de Administração do Ativo + Sobrecarga administrativa	(9.123)
Déficit parcial - Redução de 42,15%	(62.441)
Provisões extraordinárias no passivo (exigível e fundo)	<u>(32.086)</u>
- Exigível ref. ao adicional de aposentadoria	(22.948)
- Complemento da constituição de provisão contingencial dos participantes com ações judiciais referente ao adicional de aposentadoria	(5.444)
- Constituição da taxa prestamista de exercícios anteriores no fundo prestamista do plano BD	<u>(3.694)</u>
Déficit do Plano BD em 31/12/2009 - Redução de 12,42%	<u>(94.527)</u>

NOTA 14 – DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO DO PLANO BD – ELETROBRÁS:

O parecer atuarial apresentou proposta para equacionamento do Déficit Técnico Acumulado de R\$ 94.527 mil, conforme nota constante no DRAA, para análise das partes envolvidas, conforme metodologia constante da Nota Técnica encaminhada através da JM/0263/2010 de 28/01/2010, definido conforme dispositivo regulamentar e legislação vigente, metodologia para estabelecimento de contribuições extraordinárias para os participantes, inclusive os assistidos, e para as Patrocinadoras, que deverão ser implementadas no primeiro semestre de 2010.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

NOTA 15 – EVENTOS SUBSEQUENTES:

15.1 - NOVA SISTEMÁTICA CONTÁBIL

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar publicou em 26 de janeiro de 2009 a Resolução CGPC nº 28 que dispõe sobre a nova planificação contábil a ser seguida pelas entidades fechadas de previdência complementar a partir de janeiro de 2010. Posteriormente, em 24 de setembro de 2009 a Secretaria de Previdência Complementar publicou a Instrução nº 34 estabelecendo normas específicas para os procedimentos contábeis, definindo inclusive a forma, o meio e a periodicidade do envio das demonstrações contábeis, em complemento a Resolução acima citada.

Salientamos que a Eletros por operar Plano de Assistência à Saúde deverá seguir as instruções e a planificação contábil da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 dispõe sobre os critérios e limites dos gastos com despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar, com vigência a partir de 2010. Por esta Resolução compete ao Conselho Deliberativo de cada entidade, definir as fontes de custeio administrativo através de um orçamento próprio de gestão administrativa, conforme determina o item 27 do anexo C da Resolução CGPC 28 de 26 de janeiro de 2009. O Conselho Fiscal de cada entidade se incumbirá do acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas.

Em atendimento as determinações contidas na Resolução CGPC nº 29, o Conselho Deliberativo, aprovou, em sua 164ª reunião de 18 de dezembro de 2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa proposto pela Diretoria Executiva.

15.2 – CRIAÇÃO DA PREVIC

Em 23 de dezembro de 2009 o Presidente da República sancionou a Lei nº 12.154 que cria a Superintendência Nacional da Previdência Complementar (PREVIC), destinada a supervisionar e fiscalizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar. O órgão criado é uma autarquia de natureza especial dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio. Paralelamente a esta lei, foi instituída também a Taxa de Fiscalização e controle da Previdência Complementar (TAFIC) a ser paga quadrimestralmente a partir de maio de 2010 de acordo com os recursos garantidores do plano de benefício de cada entidade. No caso da Eletros, considerando o valor atual dos recursos garantidores, o valor desta taxa será de R\$ 64 mil por quadrimestre, com vigência a partir de maio de 2010.

Por esta lei o Conselho de Gestão (CGPC) será substituído pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Relatório de Enquadramento dos Investimentos - Patrocinadora Eletrobrás

Renda Fixa	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Títulos Públicos Federais	999.398.210,66	45,2%	100,0%
Outros Títulos de Renda Fixa	833.459.707,79	37,7%	80,0%
Fundos de Renda Fixa e FIDC	19.169.933,74	0,9%	100,0%
Fundos FIDC	19.169.933,74	0,9%	20,0%
Valores a Pagar e Receber	-	0,0%	0,0%
Total - Renda Fixa	1.852.027.852,19	83,8%	100,0%
Renda Variável	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Ações em Mercado	172.672.106,95	7,8%	70,0%
Novo Mercado	41.186.595,33	1,9%	70,0%
Nível 2	3.821.752,19	0,2%	60,0%
Bovespa Mais	-	0,0%	50,0%
Nível 1	75.652.039,69	3,4%	45,0%
Outras Ações	52.011.719,75	2,4%	35,0%
Fundos de Renda Variável	-	0,0%	100,0%
Total - Renda Variável	172.672.106,95	7,8%	100,0%
Investimentos Estruturados	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3792
Total de Investimentos Estruturados	-	0,0%	20,0%
Investimentos no Exterior	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3792
Total de Investimentos no Exterior	-	0,0%	10,0%
Imóveis	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Total Imóveis	73.749.370,31	3,3%	8,0%
Empréstimos e Fin. Imobiliários	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Total de Empréstimos	109.289.518,28	4,9%	15,0%
Derivativos	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Total de Derivativos	-	0,0%	0,0%
Contas a Pagar / Receber Imóveis	1.943.563,48	0,1%	
Contas a Pagar / Receber - Renda Variável	518.990,84	0,0%	
Tesouraria - Carteira Própria	106.942,60	0,0%	
Tesouraria - Fundos	88.381,84	0,0%	
Contas a Pagar - Taxa de Custódia	-8.209,30	0,0%	
Recursos Garantidores	2.210.388.517,19	100,0%	

Relatório de Enquadramento dos Investimentos

Referência: 31/12/2009

Renda Fixa	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.792	Status
Baixo Risco de Crédito				
Títulos Públicos Federais	1.059.626.697,10	44,4%	100,0%	Enquadrado
LFT	409.764,78	0,0%		
LTN	(3.577.781,21)	-0,1%		
NTN-B	765.709.750,55	32,1%		
NTN-C	297.084.962,98	12,4%		
Outros Títulos de Renda Fixa	921.604.985,66	38,6%	80,0%	Enquadrado
Letras Hipotecárias	132.170.320,40	5,5%		
Debêntures Simples	492.230.535,94	20,6%		
CDBs	276.061.090,14	11,6%		
Nota Promissória	21.143.039,19	0,9%		
Fundos de Renda Fixa e FIDC	20.146.075,71	0,8%		
Fundos de Renda Fixa	699.934,06	0,0%	100,0%	Enquadrado
Fundos FIDC	19.446.141,65	0,8%	20,0%	Enquadrado
Total - Renda Fixa	2.001.377.758,48	83,8%	100,0%	Enquadrado

Renda Variável	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.792	Status
Ações em Mercado				
Ações	197.935.226,00	8,3%		
Ações Giro	197.935.226,00	8,3%		
Ações Permanentes	-	0,0%		
Fundos de Renda Variável	-	0,0%	35,0%	Enquadrado
	-	0,0%		
Total - Ações em Mercado	197.935.226,00	8,3%	70,0%	Enquadrado

Participações				
Ações	-	0,0%		
Debêntures	-	0,0%		
Total - Participações	-	0,0%	3,0%	Enquadrado

Renda Variável - Outros Ativos				
Demais Ativos	-	0,0%		
Debêntures c\ participação nos lucros	-	0,0%		
Certificado de Ouro Físico	-	0,0%		
Total - Outros Ativos	-	0,0%	3,0%	Enquadrado
Total - Renda Variável	197.935.226,00	8,3%	70,0%	Enquadrado

Investimentos Estruturados	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.792	Status
Participações				
Fundos Emergentes	-	0,0%	10,0%	Enquadrado
Fundos Multimercado	-	0,0%	10,0%	Enquadrado
Fundos Participações	-	0,0%		
Fundos Imobiliários	-	0,0%		
Total - Investimentos Estruturados	-	0,0%	20,0%	Enquadrado

Investimentos no Exterior	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.792	Status
Participações				
Fundos de Investimento em Dívida Externa	-	0,0%		
Fundos de Índice no Exterior	-	0,0%		
BDR	-	0,0%		
Ações de companhias sediadas no MERCOSUL	-	0,0%		
Total - Investimentos no Exterior	-	0,0%	20,0%	Enquadrado

Imóveis	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.792	Status
Desenvolvimento	-	0,0%		
Aluguéis e Renda	75.692.933,79	3,2%		
Outros Investimentos Imobiliários	-	0,0%		
Total Imóveis	75.692.933,79	3,2%	8,0%	Enquadrado

Operações com participantes	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.792	Status
Empréstimo	115.617.424,30	4,8%	15,0%	
Financiamentos	-	0,0%	15,0%	
Total de Empréstimos	115.617.424,30	4,8%	15,0%	Enquadrado

Derivativos	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.792	Status
Swap	-	0,0%	100,0%	
Termo	-	0,0%	100,0%	
Futuros	-	0,0%	100,0%	
Opções	-	0,0%	100,0%	
Total de Derivativos	-	0,0%	100,0%	Enquadrado

Contas a Pagar / Receber - Imóveis	1.881.534,62
Contas a Pagar / Receber - Carteira Própria	(3.978.201,83)
Contas a Pagar / Receber - Fundos	332.377,36
Tesouraria - Carteira Própria	18.086,36
Tesouraria - Fundos	117.448,05

Patrimônio Total da Fundação	2.388.994.587,12	100,0%
-------------------------------------	-------------------------	---------------

Relatório Resumo de Enquadramento

Referência: 31/12/2009

Patrimônio Líquido da Fundação	2.388.994.587,12
---------------------------------------	-------------------------

Tópico do Enquadramento	Limite 3.792	Aplicação Atual	Valor Limite	% Aplicado	Status
% do Segmento RF/PL PLANO	100,00%	2.001.377.758,48	2.388.994.587,12	83,77%	Enquadrado
% do PL em Títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do BACEN	100,00%	1.059.626.697,10	2.388.994.587,12	44,35%	Enquadrado
% do PL em Títulos RF1, exceto títulos do Tesouro Nacional	80,00%	941.751.061,38	1.911.195.669,70	39,42%	Enquadrado
% do PL em FIEX	10,00%	-	238.899.458,71	0,00%	Enquadrado
% do PL em FIDC		Verificar Rel. de Diversificação FIDC's			
% do PL em uma mesma pessoa jurídica não-financeira		Verificar Rel. de Diversificação Inst. Não Financ.			
% do PL em Instituições Financeiras RF1		Verificar Rel. de Diversificação Inst. Financ.			
% de uma mesma Série de Debêntures		Verificar Rel. de Diversificação Debêntures			
% do PL em RV	70,00%	197.935.226,00	1.672.296.210,99	8,29%	Enquadrado
% do PL em Ações de uma única empresa		Verificar Rel. de Diversificação Renda Variável			
% do capital votante de uma empresa		Verificar Rel. de Diversificação Capital Votante			
% do PL da Fundação em Investimentos Imobiliários	8,00%	75.692.933,79	191.119.566,97	3,17%	Enquadrado
% do PL da Fundação em Empréstimos	15,00%	115.617.424,30	358.349.188,07	4,84%	Enquadrado

Relatório de Diversificação - Debêntures

Referência: 31/12/2009

Limite Resolução 3.792	%
Máximo do Total da Emissão	25%

Código	Empresa	Origem	Quant. em Carteira	Total de Série	% da Série	Status
AMBV11	AMBEV	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema	-	81.705	0,00%	Enquadrado
AMBV21	AMBEV	FIM VT Geribá Multimercado Alfa Itaipava FIM	3.000	124.803	2,40%	Enquadrado
BPAR11	Bradespar	Bradesco FIM Ipanema	-	610.000	0,00%	Enquadrado
CBRD16	CBD	FIM VT Geribá Multimercado	2.000	54.000	3,70%	Enquadrado
CMIG11	CEMIG	Carteira Própria	-	31.250	0,00%	Enquadrado
CMIG21	CEMIG	Carteira Própria	232	31.250	0,74%	Enquadrado
CMGD11	CEMIG	Carteira Própria	1.000	23.042	4,34%	Enquadrado
CPEL14	Copel	Bradesco FIM Ipanema	2.000	60.000	3,33%	Enquadrado
CPFP11	CPFL Piratininga	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	3.000	40.000	7,50%	Enquadrado
CSNA14	CSN	Alfa Itaipava FIM	2.000	60.000	3,33%	Enquadrado
CVRDA6	Cia Vale do Rio Doce	Carteira Própria	494.476	99.000.000	0,50%	Enquadrado
CVRD27	Cia Vale do Rio Doce	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	7.680	400.000	1,92%	Enquadrado
ELSP10	Eletropaulo	Alfa Itaipava FIM	2.000	60.000	3,33%	Enquadrado
FGTR11	FG Trust	Carteira Própria	603	3.889	15,51%	Enquadrado
FGUI12	Cia Têxtil Ferreira Guimarães	Carteira Própria	1.102	15.000	7,35%	Enquadrado
ITSP12	Itauseg Participações	Alfa Itaipava FIM	6.300	75.100	8,39%	Enquadrado
ITSP22	Itauseg Participações	Alfa Itaipava FIM	6.300	74.900	8,41%	Enquadrado
KLBN15	klabin	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	-	31.405	0,00%	Enquadrado
LAME13	Lojas Americanas	FIM VT Geribá Multimercado	2.000	23.000	8,70%	Enquadrado
PETR13	Petrobras	Carteira Própria	10.000	775.000	1,29%	Enquadrado
TLMP16	Telemar Participações	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	-	15.000	0,00%	Enquadrado
TLNL11	Telemar Norte Leste	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	2.000	162.000	1,23%	Enquadrado
TLNL21	Telemar Norte Leste	Bradesco FIM Ipanema	1.000	54.000	1,85%	Enquadrado
USIM14	Usiminas	FIM VT Geribá Multimercado	400	5.000	8,00%	Enquadrado
TRAC13	Tractebel	Alfa Itaipava FIM	3.000	60.000	5,00%	Enquadrado
BRAP09100	Bradespar	Bradesco FIM Ipanema	-	690	0,00%	Enquadrado
ENER09100	Bandeirante Energia	Bradesco FIM Ipanema	20	230	8,70%	Enquadrado

Relatório de Diversificação - FIDC's

Referência: 31/12/2009

Limite Resolução 3.792	%
Máximo Aplicado em FIDC - % do PL da Fundação	20%
Máximo Aplicado por FIDC - % do PL do Fundo	25%
Máximo Aplicado por FIDC - % por Emissor	10%

Fundo	Origem	Instituição Proprietária	Valor Aplicado R\$	PL do Fundo R\$	% PL do Fundo	Status
BMG FIDC Cred Cons VI	FIM VT Geribá Multimercado	Intrag	19.446.141,65	554.591.012,86	3,51%	Enquadrado

Fundação	PL Total da Fundação	Total Aplicado em FIDC R\$	% PL da Fundação	Status
Fundação	2.388.994.587,12	19.446.141,65	0,81%	Enquadrado

Relatório de Diversificação de Renda Fixa - Instituição não Financeira

Referência: 31/12/2009

Limite Resolução 3.792	%
Máximo de Emissão por Instit. não Financeira	25%
<hr/>	
Patrimônio Líquido da Fundação	2.388.994.587,12
Total de Instituição não Financeira	424.972.486,09
% PL da Fundação	17,79%

SPC	Origem	Empresa	Papel	Aplicação Atual	% Aplicado	Status
ATIVOS DE RENDA FIXA						
RF1	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	AMBEV	Debênture	29.456.562,95	1,23%	Enquadrado
RF1	Bradesco FIM Ipanema	Bradespar	Deb / NP	-	0,00%	Enquadrado
RF1	FIM VT Geribá Multimercado	CBD	Debênture	17.874.657,73	0,75%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	CEMIG	Debênture	18.250.574,50	0,76%	Enquadrado
RF1	Bradesco FIM Ipanema	Copel	Debênture	20.168.824,95	0,84%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	CPFL Piratininga	Debênture	29.523.836,96	1,24%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM	CSN	Debênture	20.397.070,44	0,85%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	Cia Vale do Rio Doce	Debênture	73.326.733,09	3,07%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM	Eletropaulo	Debênture	20.266.444,84	0,85%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	FG Trust	Debênture	608.209,92	0,03%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	Cia Têxtil Ferreira Guimarães	Debênture	1.878.705,05	0,08%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM	Itauseg Participações	Debênture	128.084.147,03	5,36%	Enquadrado
RF1	FIM VT Geribá Multimercado	Lojas Americanas	Debênture	17.715.671,62	0,74%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	Petrobras	Debênture	17.826.761,95	0,75%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado Bradesco FIM Ipanema	Telemar Participações	Debênture	29.594.285,06	1,24%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM	Tractebel	Debênture	30.910.737,71	1,29%	Enquadrado
RF1	FIM VT Geribá Multimercado	Usiminas	Debênture	36.347.312,13	1,52%	Enquadrado
RF1	Bradesco FIM Ipanema	Bandeirante Energia	Nota Promissória	21.143.039,19	0,89%	Enquadrado

Resumo do Relatório de Diversificação de Renda Variável

Referência: 31/12/2009

Limite Resolução 3.792	%
Máximo Aplicado em Ações	70%
Máximo de Ações - Novo Mercado	70%
Máximo de Ações - Nível 2	60%
Máximo de Ações - Bovespa Mais	50%
Máximo de Ações - Nível 1	45%
Máximo de Ações - Demais Ações	35%

Patrimônio Líquido da Fundação	2.388.994.587,12
---------------------------------------	-------------------------

Mercado	Cód. Bovespa	Valor Aplicado	% PL	STATUS
Novo Mercado	NM	41.614.114,30	1,74%	Enquadrado
Nível 2	N2	4.480.660,00	0,19%	Enquadrado
Bovespa Mais	-	0,00	0,00%	Enquadrado
Nível 1	N1	88.495.724,98	3,70%	Enquadrado
Demais Ações	-	63.344.726,72	2,65%	Enquadrado
Total		197.935.226,00	8,29%	Enquadrado

Relatório de Diversificação de Renda Variável

Referência: 31/12/2009

Limite Resolução 3.792	%
Máximo Aplicado em Ações Mesma Companhia - Capital Votante da Companhia	25%
Máximo Aplicado em Ações Mesma Companhia - Capital Total da Companhia	25%

Patrimônio Líquido da Fundação	2.388.994.587,12
---------------------------------------	-------------------------

Cód. Ação	Empresa	Mercado	Valor Aplicado	% PL Fundação	Quantidade de Ações em Carteira			% Capital Social		Status
					ON	PN	Total	ON	Total	
ALLL	ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A.	BOVESPA NIVEL 2	2.019.570,00	0,08%	-	123.900	123.900	0,00%	0,00%	Enquadrado
AMBV	CIA BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV	BOLSA	4.310.150,00	0,18%	-	24.700	24.700	0,00%	0,00%	Enquadrado
ARCZ	ARACRUZ CELULOSE S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
BBAS	BCO BRASIL S.A.	NOVO MERCADO	537.570,00	0,02%	18.100	-	18.100	0,00%	0,00%	Enquadrado
BBDC	BCO BRADESCO S.A.	BOVESPA NIVEL 1	11.086.805,00	0,46%	-	304.750	304.750	0,00%	0,02%	Enquadrado
BRAP	BRADESPAR S.A.	BOVESPA NIVEL 1	14.837.903,00	0,62%	-	385.100	385.100	0,00%	0,22%	Enquadrado
BRKM	BRASKEM S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
BRML	BR MALLS PARTICIPACOES S.A.	NOVO MERCADO	1.741.500,00	0,07%	-	81.000	81.000	0,00%	0,06%	Enquadrado
BRT0	BRASIL TELECOM S.A.	BOVESPA NIVEL 1	4.396.875,00	0,18%	-	262.500	262.500	0,00%	0,05%	Enquadrado
BRTPT	BRASIL TELECOM PARTICIPACOES S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
BTOW	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	NOVO MERCADO	372.840,00	0,02%	7.800	-	7.800	0,01%	0,01%	Enquadrado
BVMF	BMF BOVESPA S.A. BOLSA VALORES MERC FUT	NOVO MERCADO	766.850,00	0,03%	62.600	-	62.600	0,00%	0,00%	Enquadrado
CCPR	CYRELA COMMERCIAL PROPERT S.A. EMPR PART	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
CCRO	CIA CONCESSOES RODOVIARIAS	NOVO MERCADO	801.789,00	0,03%	20.100	-	20.100	0,00%	0,00%	Enquadrado
CESP	CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
CMIG	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	BOVESPA NIVEL 1	2.952.293,20	0,12%	93.427	-	93.427	0,04%	0,02%	Enquadrado
CPFE	CPFL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	812.130,00	0,03%	-	23.000	23.000	0,00%	0,00%	Enquadrado
CPLC	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	BOLSA	3.233.592,00	0,14%	-	87.300	87.300	0,00%	0,03%	Enquadrado
CSAN	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
CSNA	CIA SIDERURGICA NACIONAL	BOLSA	2.133.600,00	0,09%	35.600	-	35.600	0,01%	0,01%	Enquadrado
CYRE	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
DURA	DURATEX S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
ELET	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	BOVESPA NIVEL 1	545.584,00	0,02%	-	17.200	17.200	0,00%	0,00%	Enquadrado
ELPL	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	BOVESPA NIVEL 2	803.850,00	0,03%	-	23.300	23.300	0,00%	0,00%	Enquadrado
EMBR	EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
ENBR	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	NOVO MERCADO	23.573.773,30	0,99%	702.646	-	702.646	0,43%	0,43%	Enquadrado
GFSB	GAFISA S.A.	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
GGBR	GERDAU S.A.	BOVESPA NIVEL 1	6.521.532,00	0,27%	-	223.800	223.800	0,00%	0,03%	Enquadrado
GGBR	GERDAU S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
GOLL	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	BOVESPA NIVEL 2	532.032,00	0,02%	-	20.400	20.400	0,00%	0,01%	Enquadrado
GTDP	GTD PARTICIPACOES S.A.	SOMA	4.234.130,28	0,18%	7.722.466	6.932.466	14.654.932	9,11%	8,81%	Enquadrado
HYPE	HYPERMARCAS S.A.	NOVO MERCADO	612.000,00	0,03%	15.300	-	15.300	0,01%	0,01%	Enquadrado
KSSA	KLABIN SEGALL S.A.	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
ITUB	ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	BOVESPA NIVEL 1	3.849.655,00	0,16%	-	99.500	99.500	0,00%	0,00%	Enquadrado

ITSA	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	BOVESPA NIVEL 1	19.984.716,90	0,84%	-	1.686.474	1.686.474	0,00%	0,05%	Enquadrado
KLBN	KLABIN S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
LAME	LOJAS AMERICANAS S.A.	BOLSA	5.191.679,00	0,22%	-	334.300	334.300	0,00%	0,00%	Enquadrado
LREN	LOJAS RENNER S.A.	NOVO MERCADO	1.461.960,00	0,06%	37.200	-	37.200	0,03%	0,03%	Enquadrado
MRFG	MARFRIG FRIGORIFICOS E COM DE ALIM S.A.	NOVO MERCADO	1.736.096,00	0,07%	90.800	-	90.800	0,04%	0,04%	Enquadrado
MRVE	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	NOVO MERCADO	757.170,00	0,03%	53.700	-	53.700	0,04%	0,04%	Enquadrado
NATU	NATURA COSMETICOS S.A.	NOVO MERCADO	657.211,00	0,03%	18.100	-	18.100	0,00%	0,00%	Enquadrado
NETC	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S.A.	BOVESPA NIVEL 2	177.600,00	0,01%	-	7.101	7.101	0,00%	0,00%	Enquadrado
OGXP	OGX PETROLEO E GAS PARTICIPACOES S.A.	NOVO MERCADO	1.831.410,00	0,08%	107.100	-	107.100	0,33%	0,33%	Enquadrado
OHLB	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
PCAR	CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	BOVESPA NIVEL 1	5.542.564,88	0,23%	-	77.400	77.400	0,00%	0,00%	Enquadrado
PETR	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	BOLSA	41.643.763,44	1,74%	108.300	1.002.076	1.110.376	0,00%	0,03%	Enquadrado
PRGA	PERDIGAO S.A.	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
PSSA	PORTO SEGURO S.A.	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
RDCD	REDECARD S.A.	NOVO MERCADO	1.432.600,00	0,06%	49.400	-	49.400	0,01%	0,01%	Enquadrado
RSID	ROSSI RESIDENCIAL S.A.	NOVO MERCADO	1.903.320,00	0,08%	124.400	-	124.400	0,16%	0,16%	Enquadrado
SBSP	CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
SDIA	SADIA S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
SUZB	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	BOVESPA NIVEL 1	2.736.750,00	0,11%	-	133.500	133.500	0,00%	0,04%	Enquadrado
TAMM	TAM S.A.	BOVESPA NIVEL 2	947.608,00	0,04%	-	24.700	24.700	0,00%	0,02%	Enquadrado
TBLE	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	2.615.895,00	0,11%	121.500	-	121.500	0,02%	0,02%	Enquadrado
TCSL	TIM PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	1.981.952,00	0,08%	-	387.100	387.100	0,00%	0,02%	Enquadrado
TEND	CONSTRUTORA TENDA S.A.	NOVO MERCADO	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
TLPP	TELEC DE SAO PAULO S.A. - TELESP	BOLSA	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
TMCP	TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
TNLP	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	615.860,00	0,03%	-	16.600	16.600	0,00%	0,00%	Enquadrado
UBBR	UNIBANCO UNIAO DE BCOS BRASILEIROS S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
UGPA	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
USIM	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	BOLSA	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
VALE	CIA VALE DO RIO DOCE	BOVESPA NIVEL 1	16.041.046,00	0,67%	246.908	90.500	337.408	0,02%	0,01%	Enquadrado
VCPA	VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
VIVO	VIVO PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado

Relatório de Diversificação de Renda Fixa - Instituição Financeira

Referência: 31/12/2009

Limite Resolução 3.792	%
Máximo de Emissão por Instit. Financeira	20%
Máximo de Emissão por PL da Instit. Financeira	25%

Patrimônio Líquido da Fundação **2.388.994.587,12**

Empresa	Origem	Papel	Aplicação Atual	PL da Instituição	% Instituição	Status	% Fundação	Status
RF 1								
ABC	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	1.085.990.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
BMG	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	1.927.652.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
BRADESCO	Alfa Itaipava FIM	CDB	149.973.999,17	39.277.715.000	0,38%	Enquadrado		Enquadrado
	Bradesco FIM Ipanema						6,28%	
DAYCOVAL	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	1.515.499.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
FIDIS	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	362.991.547	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
ITAU	Alfa Itaipava FIM	CDB	126.087.090,97	49.763.907.000	0,25%	Enquadrado		Enquadrado
	Bradesco FIM Ipanema						5,28%	
PINE	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	798.487.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
SAFRA	Alfa Itaipava FIM	CDB	-	4.200.941.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
SOFISA	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	832.475.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
VOTORANTIM	Bradesco FIM Ipanema	CDB	-	5.952.926.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
CEF	Carteira Própria	LHI	132.170.320,40	12.339.456.000	1,07%	Enquadrado	5,53%	Enquadrado

Relatório de Diversificação de Fundos de Investimento

Referência: 31/12/2009

Limite Resolução 3.792	%
Máximo Aplicado por Fundo Aberto - % do PL da Fundação	10%
Máximo Aplicado por Fundo Exclusivo - % do PL da Fundação	100%
Máximo Aplicado por Fundo Aberto- % do PL do Fundo	25%
Máximo Aplicado por Fundo Exclusivo- % do PL do Fundo	100%

Patrimônio Líquido da Fundação	2.388.994.587,12
---------------------------------------	-------------------------

Nome	Patrimônio Líquido	Investimento	Rentabilidade Ano	% PL do Fundo	% PL da Fundação	Status
Bradesco FIM Ipanema	351.806.827,82	351.806.827,66	13,9558%	100,00%	14,73%	Enquadrado
Alfa Ipaipava FIM	552.636.705,69	552.636.705,53	11,0733%	100,00%	23,13%	Enquadrado
Credit Suisse IBX-E FIA	30.526.136,71	30.526.135,70	74,0479%	100,00%	1,28%	Enquadrado
FIM VT Geribá	352.104.412,69	312.724.767,04	11,2442%	88,82%	13,09%	Enquadrado
Bradesco FIRFDedic. ANS	151.905.386,13	699.934,06	9,5223%	0,46%	0,03%	Enquadrado

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

ENTIDADE		CÓDIGO: 00326	
SIGLA: ELETROS		1	2
RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO ELETOBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS		PLANO	
NOME DO PLANO: PLANO CD ELETOBRÁS - CNPB nº 20.060.015-74		4	
PATROCINADORAS: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETOBRÁS, CENTRO DE PESQUISA DA ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL, E FUNDAÇÃO ELETOBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS		5	

MOTIVO DA AVALIAÇÃO:	X	AVALIAÇÃO ANUAL		IMPLANTAÇÃO DE PLANO		OUTROS	6	
ATUARIO RESPONSÁVEL								
NOME: SERGIO MENDES DE AZEVEDO TINOCO	7	MTb: 305	8	MIBA: 305	9	FONE CONT.: (021) 2179-4773	10	
EMPRESA:	11	CGC/CNPJ: 178.591.317-49						12

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2009	13	DATA BASE: 31/12/2009	14	MOEDA: R\$ 1,00	15
-------------------------------	----	-----------------------	----	-----------------	----

SITUAÇÃO DO PLANO:	EM MANUTENÇÃO (X)	16	SE EM EXTINÇÃO - DATA DE DESATIVÇÃO	17
--------------------	---------------------	----	-------------------------------------	----

CARACTERÍSTICAS DO PLANO									
BENEFÍCIOS	18	NÍVEL BÁSICO DO BENEFÍCIO	19	MODALIDADE DO BENEFÍCIO	20	REGIME FINANCEIRO	21	MÉTODO	22
RENDA MENSAL:									
Por Aposentadoria		Conversão do Saldo de Conta		Contribuição Definida		Capitalização		Capitalização	
Por Invalidez		Conversão do Saldo de Conta		Contribuição Definida		Capitalização		Capitalização	
Benef. Proporcional Diferido		Conversão do Saldo de Conta		Contribuição Definida		Capitalização		Capitalização	
De Pensão por Morte		Conversão do Saldo de Conta		Contribuição Definida		Capitalização		Capitalização	
BPDS		Benefício Proporcional Diferido		Benefício Definido		Capitalização		Capitalização	
		Saldo migrado de outro Plano		Benefício Definido		Capitalização		Capitalização	
Resgate de Contribuições		100% das Contribuições do participante+P% das Contribuições da patrocinadora+Port.Ent.Abertas		Benefício Definido		Capitalização		Capitalização	

Observações:

Os benefícios de prestação continuada contemplam uma mensalidade adicional, devida no último mês do exercício, calculada com base em 1/12 quantos forem os meses em gozo do benefício e com base no valor percebido em dezembro.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

SIGLA: ELETROS

1

CÓDIGO: 00326

2

NOME DO PLANO: PLANO CD ELETROBRÁS - CNPB nº 20.060.015-74

4

PATROCINADORAS: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRÁS, CENTRO DE PESQUISA DA ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL, E FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

5

ITEM	ITEM	CUSTO	
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO	24	646.233.739,04	
PROVISÕES MATEMÁTICAS	25	646.233.739,04	20,12%
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	26	98.894.562,22	-
Benefícios do Plano	27	98.894.562,22	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios	28	0,00	-
Outras Contribuições da Geração Atual	29	0,00	1,57%
Outras Contribuições das Gerações Futuras	30	0,00	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER*	31	614.114.974,98	-
Benefícios do Plano com a Geração Atual	32	614.114.974,98	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os benefícios da Geração Atual	33	0,00	-
Outras Contribuições da Geração Atual	34	0,00	21,69%
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	35	0,00	-
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras	36	0,00	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	37	0,00	0,67%
PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR**	38	(66.775.798,16)	22,36%
Contribuições Especiais Vigentes - Serviço Passado	39	(66.775.798,16)	
Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes	40	0,00	11,18%
DÉFICIT TÉCNICO	41	0,00	11,18%
SUPERÁVIT TÉCNICO	42	0,00	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	43	0,00	11,18%
RESERVA PARA AJUSTES DO PLANO	44	0,00	11,18%
* inclui o Excedente de Cobertura de Saldamento de Serviços Passados no valor de R\$4.187.575,38			
** Operações Não Contratadas			
Observações:			
Vigência do Plano de Custeio: janeiro a dezembro de 2010.			
(1) Custo Normal obtido para as contribuições básicas sobre a folha de salários de participação, considerando-se a hipótese de que todos os participantes optem por pagar 100% do valor das contribuições, não optando por contribuir com 40%, 50% ou 75%, da contribuição conforme disposto no art.3.5 §2º do regulamento do Plano, acrescida da contribuição adicional de participante.			
(2) Custo do Pecúlio por Morte inclui o Pecúlio por Invalidez Total e Permanente, a conta de custeio dos benefícios não programáveis em nov./2009 foi R\$3.401.626,26..			
(3) As despesas de administração serão custeadas pelas seguintes fontes: para custeio da gestão do Passivo do Plano serão destinados 3% do montante das contribuições previdenciárias recolhidas à ELETROS incluindo as extraordinárias, acrescido de 0,5% ao ano, pro-rata mês, dos investimentos líquidos do Plano para custear a gestão desse Ativo.			

Observações:

Vigência do Plano de Custeio: janeiro a dezembro de 2010.

(1) Custo Normal obtido para as contribuições básicas sobre a folha de salários de participação, considerando-se a hipótese de que todos os participantes optem por pagar 100% do valor das contribuições, não optando por contribuir com 40%, 50% ou 75%, da contribuição conforme disposto no art.3.5 §2º do regulamento do Plano, acrescida da contribuição adicional de participante.


(2) Custo do Pecúlio por Morte inclui o Pecúlio por Invalidez Total e Permanente, a conta de custeio dos benefícios não programáveis em nov./2009 foi R\$3.401.626,26..

(3) As despesas de administração serão custeadas pelas seguintes fontes: para custeio da gestão do Passivo do Plano serão destinados 3% do montante das contribuições previdenciárias recolhidas à ELETROS incluindo as extraordinárias, acrescido de 0,5% ao ano, pro-rata mês, dos investimentos líquidos do Plano para custear a gestão desse Ativo.

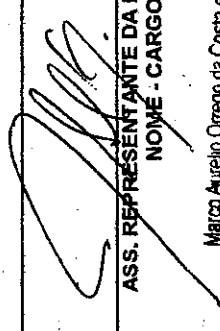
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PARECER ATUARIAL


- 1) A situação financeira do Plano CD Eletrobrás apresentou equilíbrio técnico-atuarial, tendo as hipóteses e premissas de comportamento estatístico, situado-se dentro dos parâmetros considerados, e não foram alteradas para esse exercício.
- 2) O Plano recebeu as adesões iniciais em maio de 2006, juntamente com os aportes de contribuições, portabilidade de outros Planos Previdenciários e migração do Plano BD Eletrobrás.
- 3) A rentabilidade nominal dos investimentos garantidores dos benefícios CD Puro no exercício de 2009 foi 17,00% , e a dos benefícios CD Saldado 13,79%. A rentabilidade nominal do Plano no exercício foi de 16,11%, sendo que a meta atuarial – variação do INPC e juros de 6% ao ano – foi fixada em 10,36%. Portanto, a rentabilidade real do Plano foi de 11,2%.
- 4) Em 31.12.2009 o excedente de Cobertura de Saldamento de Serviços Passados foi de R\$4.187.575,38.

RIO DE JANEIRO, 12 de fevereiro de 2010.
LOCAL E DATA


ASS. ATUÁRIO - MIBA Nº 305

CIENTE


ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
NOME - CARGO
Marco Aurelio Orrego da Costa e Silva
Presidente


ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA
NOME - CARGO
Jassé Antonio Muntiz Lopes
Presidente

ANEXO A

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS

SIGLA: ELETROS		1	CÓDIGO: 00326	2
NOME DO PLANO: PLANO CD ELETROBRÁS - CNPB nº 20.060.015-74		4		
PATROCINADORAS: ELETROBRÁS, CEPEL E ELETROS		6		
HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL				
		A-1	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO FEMININO	A-16
TAXA REAL ANUAL DE JUROS *	6,0 %	A-2	414	A-17
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	0 %	A-3	931	A-18
PROJEÇÃO DE CRESC. REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	-	A-4	3,0	A-19
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	-	A-5	7.699,04	A-20
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS	-	A-6	54	A-21
DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE	-	A-7	37	A-22
DOS BENEFÍCIOS DO INSS	-	A-8	98	A-23
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	-	A-9	10.353.366,15	A-24
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULLA	A-10	-	A-25
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-2000	A-11	-	A-26
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVALIDEZ	IAPB-55	A-12	98	A-27
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	LIGHT(FRACA)	A-13	4.866,20	A-28
OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS	-	A-14	57	A-29
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	POR OBSERVAÇÃO	A-15	-	A-30
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE	-	A-31	-	A-31
		A-32	-	A-32
		A-33	3	A-33
		A-34	3.333,02	A-34
		A-35	59	A-35
		A-36	4.990,67	A-36
		A-37	-	A-37
		A-38	-	A-38
		A-39	-	A-39
		A-40	-	A-40
		A-41	-	A-41

Observações: INDEXADOR ECONÓMICO INPC; (*) TAXA DE JUROS DE 5,5% PARA O CÁLCULO DO PASSIVO ATUARIAL DO BPDS.

Senis Aulo Trino

ASS. ATUÁRIO - MIBA Nº 305

DE ACORDO

[Assinatura]
ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE

NOME:

MARCO AURELIO ORRIGO DA COSTA E SILVA

Presidente

[Assinatura]
ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA

NOME:

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES

Presidente

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

ENTIDADE

SIGLA: ELETROS	1	CÓDIGO: 00326	2
----------------	---	---------------	---

RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO ELETOBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS PLANO

NOME DO PLANO: PLANO COMPLEMENTAR À PREVIDÊNCIA SOCIAL (BD-ELETOBRÁS) - CNPB: 19790021-18
PATROCINADORAS: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETOBRÁS
CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL E FUNDAÇÃO ELETOBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

MOTIVO DA AVALIAÇÃO: AVALIAÇÃO ANUAL IMPLANTAÇÃO DE PLANO OUTROS: 6

ATUÁRIO RESPONSÁVEL

NOME: JOSÉ ROBERTO MONTELLO 7 MTB: 426 8 MIBA: 426 9 FONE CONT.: (21) 2553-0900 10
EMPRESA: JESSÉ MONTELLO SERV. TÉCN. EM ATUÁRIA E ECON. LTDA. 11 CGC/CPF: 30.020.036/0001-06 12

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2009 13 DATA BASE: 31/12/2009 14 MOEDA: R\$ 1,00 15

SITUAÇÃO DO PLANO: EM MANUTENÇÃO () 16 SE EM EXTINÇÃO - DATA DE DESATIVAÇÃO 17
EM EXTINÇÃO (X) 01/04/2006

CARACTERÍSTICAS DO PLANO					
BENEFÍCIOS	18 NÍVEL BÁSICO DO BENEFÍCIO	19 MODALIDADE DO BENEFÍCIO	20 REGIME FINANCEIRO	21 MÉTODO	22
Aposentadoria por Invalidez	(SRB - INSS) *1	BENEFÍCIO DEFINIDO	CAPITALIZAÇÃO	ORTODOXO *2	
Aposentadoria por Idade	(SRB - INSS) *1	BENEFÍCIO DEFINIDO	CAPITALIZAÇÃO	ORTODOXO *2	
Apos. por Tempo de Serviço/Contribuição	(SRB - INSS) *1	BENEFÍCIO DEFINIDO	CAPITALIZAÇÃO	ORTODOXO *2	
Aposentadoria Especial	(Anos Filiação/35) (SRB - INSS) *1	BENEFÍCIO DEFINIDO	CAPITALIZAÇÃO	ORTODOXO *2	
Benefício Proporcional Diferido	(Proporção) (SRB - INSS) *1	BENEFÍCIO DEFINIDO	CAPITALIZAÇÃO	ORTODOXO *2	
Complementação de Pensão	70% da Complementação de Aposentadoria	BENEFÍCIO DEFINIDO	CAPITALIZAÇÃO	ORTODOXO *2	
Restituição de Contribuição	100% da Contrib. Part. Anualizada	BENEFÍCIO DEFINIDO	CAPITALIZAÇÃO	ORTODOXO *2	

Observações:

*1: Com adicional / mínimo de até 25% do SRB, limitado a 20 Salários Mínimos Federais.
*2: O método de capitalização "ortodoxa" foi introduzido em decorrência do fechamento deste Plano a adesões de novos participantes desde 01/04/2006, em decorrência da entrada em vigor do Novo Plano com características de contribuição definida da ELETROS.

NOTA: Os benefícios de prestação continuada tem uma mensalidade adicional no último mês do ano, denominada de abono anual, igual a tantos 1/12 (um doze avos), quantos forem os meses em gozo do benefício no ano em questão, do valor do benefício do mês de dezembro.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PARÊCER ATUARIAL

1) A situação atuarial do Plano BD-ELETROBRÁS da ELETROS, em 31/12/2009, considerando que, ao final de 2009, se registrou o encerramento do primeiro exercício com o processo de transferência de participantes desse Plano para o Plano CD-ELETROBRÁS da ELETROS totalmente finalizado, e considerando a utilização do método de capitalização ortodoxa (consistente com o fechamento, desde 01/04/2006, deste Plano à nova adesões de participantes, como consequência da entrada em vigor do Plano CD-ELETROBRÁS), apresentou-se, em 31/12/2009, adotando-se as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do ano de 2008, com um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (94.527.298,93), equivalente a 6,13% do Ativo Líquido, então existente, no Plano BD-ELETROBRÁS de R\$ 1.543.066.886,90.

FATO RELEVANTE 1: O acordo relativo ao adicional de aposentadoria, aprovado na 138ª reunião do Conselho Deliberativo da Eletros - CDE de 07/11/2008, que diga-se autorizou a Diretoria Executiva da Eletros a tomar as providências administrativas e financeiras necessárias à implementação desta decisão, deve compor a base de cálculo das reservas de migração dos participantes que optaram pela migração de planos, nos moldes do disposto no parecer jurídico proferido pelo escritório de advocacia Adacir Reis. Portanto, a presente situação atuarial do Plano BD-ELETROBRÁS contempla os efeitos causados pelos respectivos acordos realizados, bem como a transição de valores não efetuada no exercício de 2009 relativa aos participantes inscritos no plano BD nos regulamentos I ao IV que migraram para o plano CD-ELETROBRÁS no período compreendido entre 1º de abril de 2006 e 30 de junho de 2008, os quais devem ser considerados a valores nominais em R\$ 22.948.000,00, e que devem ser realizadas a partir da assinatura deste DRAA.

FATO RELEVANTE 2: No equacionamento do Déficit Técnico Acumulado de R\$ (94.527.298,93) foi, em princípio, apresentada para análise das partes envolvidas, através do JM/0263/2010 de 28/01/2010, proposta de estabelecimento de contribuições extraordinárias para os participantes (inclusive os assistidos) e para a Patrocinadora, levando em consideração que o financiamento dos benefícios do Plano BD-ELETROBRÁS (líquidos das contribuições dos assistidos incidentes sobre os benefícios) é feito de forma paritária, bem como, levando em consideração que, em conformidade com o Art. 3º da Resolução CGPC nº 01 de 20/12/2000, a Patrocinadora ELETROBRÁS é responsável pela cobertura, ao longo dos anos remanescentes de existência do Plano BD-ELETROBRÁS, da totalidade do Déficit Técnico correspondente aos que já tinham a condição de assistido quando da abertura do processo de transferência de participantes para o Plano CD-ELETROBRÁS (Art. 61 do Regulamento do Plano BD-ELETROBRÁS) e, também, é responsável pela cobertura da totalidade da parcela do Déficit Técnico, que seria coberto de forma paritária (Participantes inclusive os assistidos / Patrocinadoras) pelos que se transferiram para o Plano CD-ELETROBRÁS caso tivessem optado por não realizar tal transferência. Atualizando pela meta atuarial de rentabilidade (INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem acrescido de juros reais equivalentes à 5,9% ao ano), o total transferido até 31/12/2009 de Reserva (Provisões) de Benefícios a Conceder do Plano BD-ELETROBRÁS para o Plano CD-ELETROBRÁS, em 31/12/2009, equivaleria a R\$ 616.855.821,12. Tal procedimento, garante que, de um lado, os já assistidos quando da abertura do processo de transferência do Plano BD-ELETROBRÁS para o Plano CD-ELETROBRÁS (e que, por já estarem na condição de assistidos não puderam realizar tal transferência) não serão responsabilizados por desequilíbrios atuariais e evita que, de outro lado, os participantes não assistidos e os que se tomaram assistidos após a abertura do processo de transferência do Plano BD-ELETROBRÁS para o Plano CD-ELETROBRÁS, venham a assumir a parcela do Déficit Técnico, que seria de responsabilidade (paritariamente com a Patrocinadora) daqueles que realizaram tal transferência (e que, caso não tivessem realizado tal transferência, estariam participando, paritariamente com a Patrocinadora, da cobertura da parte, que lhes seria cabível realizar, do Déficit Técnico do Plano BD-ELETROBRÁS). Em suma, tal procedimento minimiza a existência de questionamentos jurídicos que poderiam impactar, mais ou menos significativamente, no processo de implantação do Plano CD-ELETROBRÁS e, conseqüentemente, de fechamento do Plano BD-ELETROBRÁS a novas adesões de participantes.

IMPORTANTE 1: A ELETROS deverá estabelecer com a participação e a orientação da consultoria atuarial responsável pelo Plano BD-ELETROBRÁS, plano de equacionamento do Déficit Técnico Acumulado apurado ao final do exercício de 2009, dentro do primeiro semestre de 2010, cuja implantação se dará após as devidas aprovações estatutárias e legais.

IMPORTANTE 2: O processo de transferência entre os planos BD-ELETROBRÁS e CD-ELETROBRÁS sofreu sucessivas dilatações de prazos de migrações, determinadas pela Patrocinadora - Instituidora do Plano BD-ELETROBRÁS.

RIO DE JANEIRO, 12 de fevereiro de 2010

LOCAL E DATA

JOSE ROBERTO MONTELLI
ATUARIO - MIBA Nº 429

CIENTE

ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
NOME / CARGO

ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA

JOSE AUGUSTO SÁBADO
Presidente

Marco Aurelio Orrego de Costa e Silva
Presidente

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PARECER ATUARIAL

2) A rentabilidade nominal líquida obtida pela ELETROS na aplicação do seu Ativo Líquido deste Plano (incluindo tanto o Ativo Integralizado quanto o Ativo por Integralizar), ao longo de 2009, foi de 14,81% contra uma meta atuarial de 9,94%, o que, em termos reais, significou obter mais 10,18% contra uma meta atuarial de mais 5,5%, utilizando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 (um) mês de defasagem e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, tendo sido a obtenção de rentabilidade líquida superior à meta atuarial de rentabilidade.

3) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido do Plano BD da ELETROS, em 31/12/2009, que já retrata a posição deste Plano após o encerramento, ocorrido em 31/05/2009, das migrações para o Novo Plano com características de Contribuição Definida da ELETROS, apresentavam a seguinte abertura:

- (A) Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 1.408.392.556,88
- (A.1.) Benefícios do Plano	R\$ 1.408.392.556,88
(A.1.1.) Aposentadorias já concedidas	R\$ 1.176.439.321,70
(A.1.2.) Reversão de Aposentadorias já concedidas em pensão	R\$ 125.140.398,62 (*1)
(A.1.3.) Pensões já concedidas	R\$ 96.751.188,88
(A.1.4.) Saldo das Operações Não Contratadas informado pela Entidade	R\$ 10.061.647,38
- (B) Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 257.048.063,85
- (B.1.) Benefícios do Plano	R\$ 291.376.799,68
(B.1.1.) Benefícios a Conceder de Participantes Não Assistidos	R\$ 291.376.799,68
(B.1.1.1.) Aposentadorias a Conceder	R\$ 258.468.437,31
(B.1.1.2.) Pensões a Conceder	R\$ 22.314.669,14
(B.1.1.3.) Vesting / BPD a Conceder	R\$ 10.593.693,23
- (B.2.) Outras Contribuições da Geração Atual	R\$ (34.328.735,83)
(B.2.1.) Aposentadorias a Conceder de Participantes Não Assistidos	R\$ (31.486.340,17)
(B.2.2.) Pensões a Conceder a beneficiários de Participantes Não Assistidos	R\$ (2.842.395,66)
- (C) Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ (27.846.434,60)
(C.1.1.) Saldo das Operações Contratadas igual a	R\$ (17.784.787,22)
(C.1.2.) Saldo das Operações Não Contratadas igual a	R\$ (10.061.647,38)
- (D) Provisões Matemáticas	R\$ 1.637.594.185,83
- (E) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (94.527.298,93)
- (F) Ativo Líquido do Plano	R\$ 1.543.066.886,90

(*1) Face ao Novo Plano de Contas com vigência a partir de 01/01/2010, a Reversão de Aposentadorias já concedidas em pensão, já no encerramento do exercício de 2009, passou a ser registrada como Provisão de Benefícios Concedidos.

NOTA: A idade média dos participantes ativos deste Plano é de 51 anos.

RIO DE JANEIRO, 12 de fevereiro de 2010

LOCAL E DATA

CIENTE

JOSE ROBERTO MONTELO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
NOME - CARGO

ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA
NOME - CARGO

Marco Aurelio Orrego da Costa e Silva
Presidente

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PARECER ATUARIAL

4) Informações do setor contábil da ELETROS nos dão conta da existência, em 31/12/2009, de débitos das Patrocinadoras para com este Plano de Benefícios Definidos (BD), já devidamente contabilizados em fase de contratação no valor de R\$ 27.846.434,60 (Provisões Matemáticas a Constituir).

5) Finalmente, com relação aos valores registrados como Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente tomando por base dados contábeis e cadastrais encaminhados pela ELETROS e considerados razoáveis e lógicos por nossa Consultoria, adotando-se as mesmas hipóteses atuariais e os regimes/métodos de financiamento atuarial destacados no item 1 deste Parecer Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à ELETROS para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial de 31/12/2009.

6) Para fins de abertura dentro do Plano de Contas a vigorar a partir de 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 deste DRAA, apresentam a seguinte situação:

(A) 2.3.1.1.01.00.00 Benefícios Concedidos	R\$ 1.408.392.556,58
(A.1.) 2.3.1.1.01.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$ 1.408.392.556,58
(A.1.1.) 2.3.1.1.01.02.01. Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assitidos	R\$ 1.344.099.380,81 (*1)
(A.1.2.) 2.3.1.1.01.02.02. Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assitidos	R\$ 64.293.175,77
(B) 2.3.1.1.02.00.00 Benefícios a Conceder	R\$ 257.048.063,85
(B.1.) 2.3.1.1.02.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	R\$ 252.170.308,85
(B.1.1.) 2.3.1.1.02.02.01. Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$ 285.220.299,28
(B.1.2.) 2.3.1.1.02.02.02. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$ (16.524.995,21)
(B.1.3.) 2.3.1.1.02.02.03. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$ (16.524.995,22)
(B.2.) 2.3.1.1.02.03.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	R\$ 4.877.755,00
(B.2.1.) 2.3.1.1.02.03.01. Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	R\$ 6.156.500,40
(B.2.2.) 2.3.1.1.02.03.02. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$ (639.372,70)
(B.2.3.) 2.3.1.1.02.03.03. Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$ (639.372,70)
(B.3.) 2.3.1.1.02.04.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capital de Cobertura	R\$ -----0,00
(B.4.) 2.3.1.1.02.05.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	R\$ -----0,00
(C) 2.3.1.1.03.00.00 Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ (27.846.434,60)
(C.1.) 2.3.1.1.03.01.00 Serviço Passado	R\$ (27.846.434,60)
(C.1.1.) 2.3.1.1.03.01.01. Patrocinadores	R\$ (27.846.434,60)
(C.1.2.) 2.3.1.1.03.01.02. Participantes	R\$ -----0,00
(D) = (A)+(B)+(C) 2.3.1.1.00.00.00 Provisões Matemáticas	R\$ 1.637.594.185,83
(E) = (F)-(D) 2.3.1.2.01.02.00 Déficit Técnico Acumulado	R\$ (94.527.298,93)
(F) 2.3.1.0.00.00 Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 1.543.066.886,90

(*1) Inclui o valor do Saldo das Operações Não Contratadas de R\$ 10.061.647,38.

RIO DE JANEIRO, 12 de fevereiro de 2010

LOCAL E DATA

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
 ATUARIO - MIBA Nº 426

CIENTE

ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE

NOME - CARGO

Marco Aurelio Diniz da Costa e Silva

Presidente

ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA

NOME - CARGO

Jose Antonio Muniz Lopes

Presidente

ANEXO A

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS

SIGLA: ELETROS		1	CÓDIGO: 00326	2
NOME DO PLANO: PLANO COMPLEMENTAR À PREVIDÊNCIA SOCIAL (BD-ELETROBRÁS) – CNPB: 19790021-18				
PATROCINADORAS: ELETROBRÁS / CEPEL / ELETROS				
HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL				
		A-1	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO FEMININO	A-16
TAXA REAL ANUAL DE JUROS *1	5,5%	A-2	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO MASCULINO	A-17
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO *2	2,86% (ao ano)	A-3	TEMPO MÉDIO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO	A-18
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	-	A-4	SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO MÉDIO (Base SRB)	A-19
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	-		QUANTIDADE DE PARTICIPANTES AUTO PATROCINADOS	A-20
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO	98%	A-5	IDADE MÉDIA - PART. AUTO PATROCINADOS	A-21
DOS SALÁRIOS	98%	A-6	QUANTIDADE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	A-22
DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE	-	A-7	FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (Base SRB)	A-23
DOS BENEFÍCIOS DO INSS	-	A-8	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	A-24
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	NULLA	A-9	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	A-25
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	AT-2000	A-10	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	A-26
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	AT-83	A-11	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS	A-27
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	LIGHT (FRACA)	A-12	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS	A-28
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	-	A-13	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS	A-29
OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS	EXPER. REGIONAL	A-14	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	A-30
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	-	A-15	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	A-31
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE			IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	A-32
			QUANTIDADE - PENSÕES	A-33
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - PENSÕES	A-34
			QUANTIDADE - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	A-35
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	A-36
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	A-37
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	A-38
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	A-39
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	A-40
				A-41

Observações: *1 INDEXADOR ECONÔMICO: INPC do IBGE.

*2 $(A + \text{Blog } x)^{x-15}$ onde $A = -8,128$, $B = 2,926$ e $\text{PROD} = 1\%$ ao ano.

*3 Incluídas as aposentadorias especiais junto com as aposentadorias não decorrentes de invalidez.

NOTA: As estatísticas relativas às informações gerais (Campos A-16 a A-41) tomam por base o cadastro de 30/11/2009, porém excluindo os participantes que, até 31/05/2009, se transferiram deste Plano de Benefícios Definidos para o novo Plano com características de contribuição definida da ELETROS.



ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE

NOME:

CARGO: Marco Aurelio Orrego da Costa e Silva

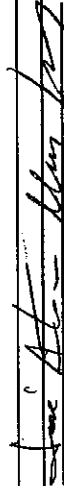
Presidente

30/11/2009

JOSE ROBERTO MONTELLO

ATUÁRIO - MIBA Nº 426

DE ACORDO

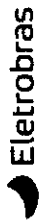


ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA

NOME:

CARGO: Jose Antonio Muniz Lopes

Presidente



Emprego para todos, tempo!

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria: **LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA**
Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**
Exercício: **2009**

MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS INDENIZATÓRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
JANEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	5.541,67	0,00	0,00	5.541,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
total	26.541,67	0,00	0,00	26.541,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

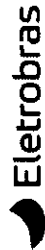
OBS.:

Início do mandato em 29.05.2009.

No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina proporcional paga ao Conselheiro.
Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.


MIGUEL COLASUONNO
Diretor de Administração

004.197.618-53



Energia para novos tempos

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria: **ARLINDO MAGNO DE OLIVEIRA**
Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**
Exercício: **2009**

MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA			
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS INDENIZATÓRIAS	PARCELAS OUTROS
JANEIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00
MAIO	2.948,25	0,00	0,00	2.948,25	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
total	42.352,31	0,00	0,00	42.352,31	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina paga ao Conselheiro.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.


MIGUEL COLASUONNO
Diretor de Administração

004.197.618-53



Energia para novos tempos

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria:

Cargo ou Encargo:

Exercício:

CARLOS ALBERTO LEITE BARBOSA
CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO
2009

MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS INDENIZATÓRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
JAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	98,28	0,00	0,00	98,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAG	2.948,25	0,00	0,00	2.948,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	2.948,25	0,00	0,00	2.948,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.994,76	0,00	0,00	5.994,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

Início do mandato: 30.04.2009

Término do mandato: 01.07.2009

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.

MIGUEL COLASUONNO

Diretor de Administração

004.197.618-53



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria: **VIRGINIA PARENTE DE BARROS**
 Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**
 Exercício: **2009**

MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS/INDENIZATÓRIAS	PARCELAS	OUTROS
JANERO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAYO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	2.799,99	0,00	0,00	2.799,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	4.958,33	0,00	0,00	4.958,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	4.958,33	0,00	0,00	4.958,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	4.958,33	0,00	0,00	4.958,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	18.263,32	0,00	0,00	18.263,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

1. Início do mandato: 07.08.2009
2. O valor constante no mês de dezembro inclui a gratificação natalina proporcional da Conselheira.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.

MIGUEL COLASUONNO

Diretor de Administração

004.197.618-53



Energia para novos tempos

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

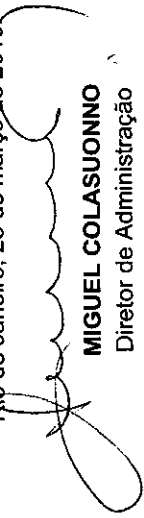
Nome do membro da Diretoria: **JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES**
Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**
Exercício: **2009**

MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA			
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS INDENIZATÓRIAS	PARCELAS OUTROS
JANEIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00
MAIO	2.948,25	0,00	0,00	2.948,25	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
total	42.352,31	0,00	0,00	42.352,31	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina paga ao Conselheiro.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010



MIGUEL COLASUONNO
Diretor de Administração

004.197.618-53

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

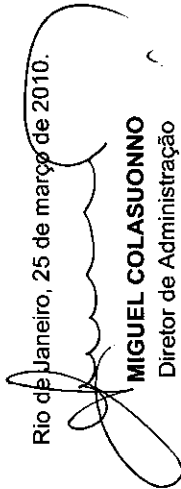
Nome do membro da Diretoria: **LUIZ SOARES DULCI**
Cargo ou Encargo: **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
Exercício: **2009**

MÊS	(A) VENCIMENTO	(B) REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	(C=A-B) EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	(D) REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA					
					AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS	
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	23.266,86	0,00	0,00	23.266,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina paga ao Conselheiro.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.


MIGUEL COLASUONNO
Diretor de Administração
004.197.618-53



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria: **JOSÉ ANTONIO CORREA COIMBRA**
 Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**
 Exercício: **2009**

MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.529/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	22.352,31	0,00	0,00	22.352,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.: No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina paga ao Conselheiro.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.

MIGUEL COLASUONNO
 Diretor de Administração
 004.197.618-53



Energia para novos tempos

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria:

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

Cargo ou Encargo:

2009

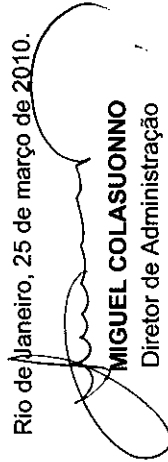
Exercício:

MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA			
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS OUTROS
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	19.352,81	0,00	0,00	19.352,81	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

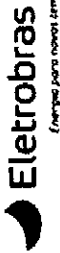
No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina paga a Conselheira.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.



MIGUEL COLASUONNO
Diretor de Administração

004.197.618-53



Energia para todos os tempos

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria:

MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN
CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

Cargo ou Encargo:

2009

Exercício:

MÊS	(A) VENCIMENTO	(B) REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	(C = A - B) EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	(D) REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
					AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS INDENIZATÓRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
JANEIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAYO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	42.352,31	0,00	0,00	42.352,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
total									

OBS.:

No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina paga ao Conselheiro.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.

MIGUEL COLASUONNO

Diretor de Administração

004.197.618-53



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria: **VICTOR BRANCO DE HOLANDA**
 Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**
 Exercício: **2009**

MÊS	(A)	(B)	(C=A-B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS INDENIZATÓRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,25	0,00	0,00	2.948,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.993,70	0,00	0,00	1.993,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

Término do mandato: 06.05.2009

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.

MIGUEL COLASUONNO
 Diretor de Administração

004.197.618-53



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

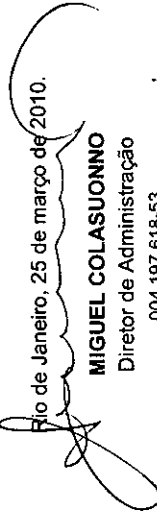
Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria: **NELSON MOREIRA**
 Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**
 Exercício: **2009**

MÊS	(A) VENCIMENTO	(B) REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	(C=A-B) EXCESSO ART. 2 LEI 8.952/94	(D) REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
					AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS INDENIZATÓRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.703,93	0,00	0,00	6.703,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

Término do mandato: 12.03.2009

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.

MIGUEL COLASUONNO
 Diretor de Administração
 004.197.618-53



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

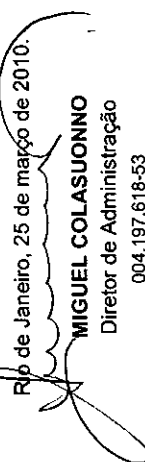
Nome do membro da Diretoria: **DILMA VANA ROUSSEFF**
 Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**
 Exercício: **2009**

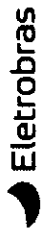
MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.652/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS INDENIZATÓRIAS	PARCELAS	OUTROS
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

A Conselheira não recebe honorários.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.


MIGUEL COLASUONNO
 Diretor de Administração
 004.197.618-53



Energia para novos tempos.

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria: **WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA**
Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**
Exercício: **2009**

MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS/INDENIZATÓRIAS	PARCELAS	OUTROS
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

O Conselheiro não recebe honorários.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.

MIGUEL COLASUONNO

Diretor de Administração

004.197.618-53

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

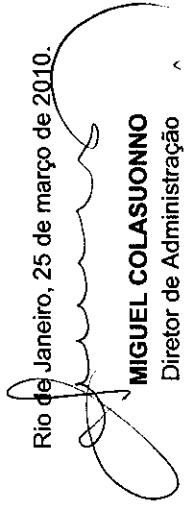
Nome do membro da Diretoria: **HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA**
 Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO FISCAL**
 Exercício: **2009**

MÊS	(A)	(B)	(C=A-B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
JANEIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAYO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	42.352,32	0,00	0,00	42.352,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina paga ao Conselheiro.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.



MIGUEL COLASUONNO
 Diretor de Administração



Energia para todos, sempre!

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria:

EDISON FREITAS DE OLIVEIRA

Cargo ou Encargo:

CONSELHEIRO FISCAL

Exercício:

2009

MÊS	(A)	(B)	(C=A-B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
JANEIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAYO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	42.352,32	0,00	0,00	42.352,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina paga ao Conselheiro.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.

MIGUEL COLASUONNO
Diretor de Administração

004.197.618-53

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

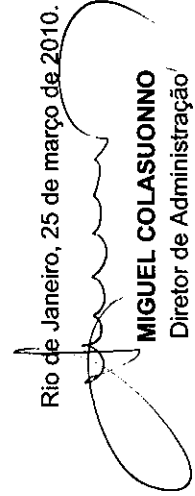
Nome do membro da Diretoria: **DANILO DE JESUS VIEIRA FURTADO**
 Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO FISCAL**
 Exercício: **2009**

MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.652/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
JANEIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAIO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	42.352,32	0,00	0,00	42.352,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
total									

OBS.:

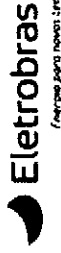
No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina paga ao Conselheiro.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.



MIGUEL COLASUONNO
 Diretor de Administração

004.197.618-53



Energia para todos. Sempre.

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

Nome do membro da Diretoria: **CARLOS CESAR MEIRELLES VIEIRA**
Cargo ou Encargo: **CONSELHEIRO FISCAL**
Exercício: **2009**

M E S	(A)	(B)	(C=A-B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/94	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
JANEIRO	2.916,88	0,00	0,00	2.916,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	2.916,60	0,00	0,00	2.916,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	2.916,60	0,00	0,00	2.916,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.916,88	0,00	0,00	2.916,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
M A I O	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11.372,68	0,00	0,00	11.372,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

Término do mandato 30/04/2009.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.


MIGUEL COLASUONNO
Diretor de Administração

004.197.618-53



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Demonstrativo da Remuneração de Dirigentes

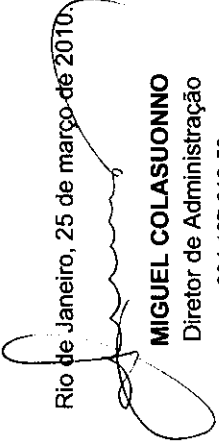
Nome do membro da Diretoria: ANA LÚCIA DE P. LORENA FREITAS
Cargo ou Encargo: CONSELHEIRO FISCAL
Exercício: 2009

MÊS	(A)	(B)	(C = A - B)	(D)	(E) ABERTURA REMUNERAÇÃO BRUTA				
	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO DE MINISTRO	EXCESSO ART. 2 LEI 8.852/84	REMUNERAÇÃO BRUTA DEVIDA	AJUDA DE CUSTO	GRATIFICAÇÃO DE NATAL	FÉRIAS	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	OUTROS
JANEIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	2.818,60	0,00	0,00	2.818,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAIO	2.948,26	0,00	0,00	2.948,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JULHO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
total	42.352,32	0,00	0,00	42.352,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.:

No mês de dezembro está incluída a gratificação natalina paga a Conselheira.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.


MIGUEL COLASUONNO
Diretor de Administração
004.197.618-53

**Item 13 - DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA
AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
E CONSELHO FISCAL E ATAS DAS REUNIÕES.**

Declaramos, para fazer prova junto ao Tribunal de Contas da União – TCU, que os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, arrolados no Rol de Responsáveis, não são remunerados pelo CEPEL.

Declaramos ainda, que as atas das reuniões do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.



ALBERT CORDEIRO GEBER DE MELO
Diretor Geral

Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100/2009
B - Informações Contábeis

Item 4 -DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL, INDICANDO OS PRINCIPAIS ACIONISTAS E RESPECTIVOS PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO.

Informamos que este item não se aplica ao CEPTEL, pois se trata de uma Associação Civil sem Fins Lucrativos, não possuindo a composição acionária de Capital Social.



ALBERT CORDEIRO GEBER DE MELO
Diretor Geral

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para fazer prova junto á Coordenadoria Geral da União – **CGU**, que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – **ELETROBRÁS**, CNPJ Nº 00.001.180/0002-07 – Rio de Janeiro – RJ vem praticando as informações de seus empregados, através do sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Desligamento no programa do Tribunal de Contas da União – **SISAC**, desde a criação do referido programa.

Atenciosamente


Eliomar da Silva Ferreira
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas



Eletrobras

MEMORANDO

Data: 16/04/2010

DAC-270/2010

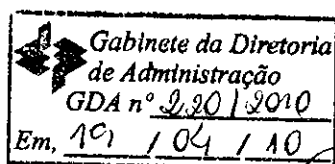
De: Chefe do **DAC**
Para: Assessor da **DA** – Alecir Angelo Gomes Coelho
Assunto: Contratos da Eletrobrás, no SIASG

Atendendo solicitação de V. Sa., DECLARO que os contratos da Eletrobrás são devidamente cadastrados no SIASG.

Atenciosamente,



CLAUDIO DOS SANTOS BERTINI

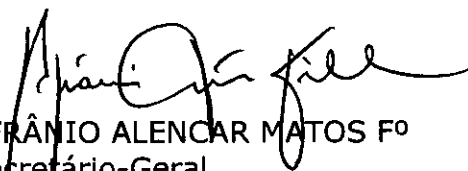


c/c: Dr. Rodrigo Madeira Henrique de Araújo – Assessor da DA

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que todas as atas de reuniões da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal, referentes ao exercício de 2009, devidamente assinadas, estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2010.



AFRÂNIO ALENCAR MATOS Fº
Secretário-Geral



Eletrobras

**ADENDO AO
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009**

Eletrobras e Cepel



6. Informações sobre transferências mediante convênio, acordo ou outros instrumentos (pág. 82 e seguintes)

Quadro de Detalhamento de Transferências

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)		CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	ECV 229/06	03.571.563/0001-28	1.826,33	913,16	711,71	0,00	18/1/2007	17/1/2009	2

Com relação ao convênio acima foi autorizada, pela Diretoria Executiva da Eletrobrás, por meio da Resolução 728/2009, de 28/07/2009, a propositura de ação de cobrança em face de MHC Theconology & Consumer Trends Ltda (número do processo 2009.001.258540-0).

Quadro de Detalhamento de Transferências

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)		CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	ECV-262/2008	01.615.882/0001-62	190,29	16,45	126,86	0,00	03.03.08	02.03.09	2

O convênio em tela refere-se ao projeto CIDADÃO MIRIM e encontra-se em situação irregular (inadimplência). O conveniente foi devidamente notificado pela Eletrobrás por meio da carta CTA-PGR-8497/2009, de 28 de agosto de 2009. Em consonância com preceito constitucional do devido processo administrativo, foi garantido aquele a oportunidade do contraditório e ampla defesa. Entretanto, devido à ausência de pronunciamento do mesmo, a Eletrobras está em fase final para que processo judicial de cobrança seja imediatamente iniciado.

Com relação ao disposto no artigo 35 do Decreto 93.872/86¹ e do art.12 § 1º de Decreto 6.752/09², informamos que as hipóteses previstas ali, não se aplicam nem a Eletrobrás e nem ao Cepel, tendo em vista que ambas as instituições não seguem as regras da contabilidade pública e nem fazem parte do Orçamento Fiscal e de Seguridade.

¹ Art . 35. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:

- I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;
- II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em cursos a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;
- III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;
- IV - corresponder a compromissos assumido no exterior.

Art. 12. Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, poderão empenhar dotações orçamentárias até 31 de dezembro de 2009. [\(Redação dada pelo Decreto nº 7.042, de 2009\)](#)

§ 1º Observado o disposto no caput, os empenhos limitar-se-ão às despesas cujos contratos, convênios ou instrumentos congêneres possam ser formalizados até 31 de dezembro de 2009.

7. Previdência Complementar Patrocinada (Pág. 95)

g) **Informações sobre ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.**

Exercido através de Auditorias Internas periódicas promovidas pela Patrocinadora Instituidora, através do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, com base numa avaliação de risco calculada pela própria Patrocinadora Instituidora. Durante o exercício de 2009 foram executados os seguintes trabalhos:

1. Folha de Benefícios – Relatório de Auditoria Eletrobrás nº 08/2009, de 09/07/2009;
2. Benefícios Assistenciais – Reembolsos; Auxílio Creche e Alimentação – Relatório de Auditoria Eletrobrás nº 11/2009, de 02/09/2009 e
3. Migração do Plano BD-Eletróbrás para o Plano CD-Eletróbrás – Relatório de Auditoria Eletrobrás nº 17/2009, de 01/12/2009."

RESULTADOS DAS AUDITORIAS (DATA BASE 30/12/2009)

1. RELATÓRIO 8/2009 – ELETROS – FOLHA DE BENEFÍCIOS

ESCOPO: Análise da adequação dos processos de pagamento, pagamentos extra-folha, contabilização e elaboração da folha mensal de benefícios. Verificação dos controles de inclusão, exclusão e alteração da folha.

PERÍODO REALIZAÇÃO: 7/5/2009 a 9/7/2009

RECOMENDAÇÕES:

Não houve.

2. RELATÓRIO 11/2009 – BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - REEMBOLSOS; AUXÍLIOS CRECHE E ALIMENTAÇÃO

ESCOPO: Análise da regularidade dos processos de reembolsos de assistência médica e odontológica, de auxílio educação, e de auxílio creche. Análise da regularidade dos processos de pagamento de auxílio alimentação e vale transporte.

PERÍODO REALIZAÇÃO: 20/5/2009 a 2/9/2009

RECOMENDAÇÕES:

- a) Realizar (DAG - Eletrobras) o imediato cadastramento dos usuários de vale transporte.

Status da implementação: Em andamento.

- b) Providenciar (DAG - Eletrobras) as designações formais de pessoas físicas para exercerem as funções de gestor e suplente do Convênio.

Status da implementação: Em andamento.

- c) Exigir (DAG - Eletrobras) da Eletros o cumprimento fiel dos itens 3.2 e 3.3 do ECV-249/2007, quanto à abertura de conta específica e a sua rentabilização nos termos da Lei.

Status da implementação: Em andamento.

d) Exigir (DAG - Eletrobras) da Eletros a apresentação de plano de ação que contemple a melhoria dos controles visando evitar possíveis cobranças indevidas de reposições do Fundo Rotativo.

Status da implementação: Em andamento.

e) Exigir (DAG - Eletrobras) do Eletros-Saúde a apresentação de um Plano de Ação estabelecendo um cronograma para a completa adequação dos Instrumentos Contratuais.

Status da implementação: Em andamento.

f) Exigir (DAG - Eletrobras) do Eletros-Saúde a regularização dos instrumentos de convênio de reciprocidade.

Status da implementação: Em andamento.

g) Exigir (DAG - Eletrobras) da Eletros o cumprimento fiel da Cláusula Nona do ECV-249/2007, quanto à abertura de conta específica e a sua rentabilização nos termos da Lei.

Status da implementação: Em andamento.

h) Exigir (DAG - Eletrobras) do Eletros-Saúde o processamento de novos testes visando à identificação da falha ocorrida e, assim, garantir a segurança do sistema.

Status da implementação: Não iniciada.

3. RELATÓRIO 17/2009 - ELETROS – MIGRAÇÃO BD - CD

ESCOPO: Análise da regularidade do processo de migração quanto às determinações legais e ao manual de migração.

PERÍODO REALIZAÇÃO: 8/9/2009 a 1/12/2009

RECOMENDAÇÕES:

Não houve.